

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Davi Arenhart Ruschel

***ENTRE RISOS E PRANTOS: AS MEMÓRIAS ACERCA
DA LUTA ARMADA CONTRA A DITADURA
NO RIO GRANDE DO SUL***

Porto Alegre
2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Davi Arenhart Ruschel

***Entre risos e prantos: as memórias acerca
da luta armada contra a Ditadura
no Rio Grande do Sul***

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História da
Universidade Federal do Rio Grande do
Sul, como requisito parcial para obtenção
do título de Mestre em História.

Orientadora:
Prof. Dr. Claudia Wasserman

Porto Alegre
2011

“Em uma sociedade na qual o valor central é o consumismo, e onde grupos ou pessoas que se preocupam com o bem comum são chamados de sonhadores, se torna cada vez mais difícil compreender como centenas de homens e mulheres, colocando as próprias vidas em risco, participaram da luta armada contra a ditadura militar no Brasil na segunda metade da década de 1960” (SALES, 2007, p.8).

“É fácil condenar hoje o voluntarismo daqueles jovens que acreditavam mais na vontade do que na razão. Mas como não ser voluntarista sendo contemporâneo de Fidel Castro, Che Guevara, Mao e Ho Chi Min? Realmente, poucas vezes a História reunia tantos argumentos em favor das famosas ‘condições subjetivas’, em detrimento das ‘objetivas’.” (VENTURA, 1988, p.64)

“O pessoal dizia “Ah! Era utopia”. Era, tinha também muito de utopia, muito de romantismo, e tu quer que eu te diga? Até hoje, se não tiver um pouquinho de utopia, porque que tu vai fazer então as coisas? Entendeu?” (ENTREVISTA BONA GARCIA, p.10).

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a toda minha família, que mesmo à distância, sempre me apoiou nesses dez anos que estou morando em Porto Alegre estudando e trabalhando, e souberam compreender minhas ausências em datas importantes, ou quando eu não ia a Lajeado nos finais de semana ou nas férias, pois tinha que ficar em Porto Alegre “trabalhando no mestrado”. Não foram poucas vezes que isso ocorreu nos últimos três anos. Em especial agradeço a meu pai e minha mãe, que me fizeram ser tudo que sou hoje, me ensinando bons valores, tão raros hoje em dia. E a meus amigos de Lajeado, que mesmo nem sabendo direito o que estou fazendo aqui, compreendem minha ausência, e sempre me recebem com o mesmo sorriso da época em que lá eu morava.

Agradeço também a todas as pessoas que me acolheram em Porto Alegre desde que aqui cheguei. Irene Fonseca, muito obrigado por tudo. Meus grandes amigos que fiz na faculdade, especialmente os da “barra 01”: Bruna Sirtori, Carlos Querotti, Daniela Conte, Rafael Menezes, Cássia Silveira, Laura de Lima, e todos os “balinhas de café”. Não poderia deixar de citar mais alguns, e certamente esquecerei muitos, mas agradeço também a Fernanda Tondolo, Rafael Quinsani, Sandro Gonzaga, Mariana Thompson Flores, Caroline Bauer e tantos outros, pelas parcerias desenvolvidas nos mais diversos projetos.

Não posso deixar de agradecer à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que me proporcionou a oportunidade de fazer um curso de Graduação de excelente qualidade, onde descobri que a História não era apenas a matéria que eu mais gostava, mas sim o ramo do conhecimento que eu queria passar a vida envolvido, buscando saber cada vez mais. Me possibilitou também morar na Casa do Estudante e comer muito bem e pagando pouco no Restaurante Universitário, durante toda a Graduação, além da oportunidade de fazer o Mestrado num PPG reconhecido nacionalmente, com professores excelentes e dedicados a ajudarem os alunos. Não posso deixar de citar alguns, que me ajudaram muito em minha trajetória, e que serão para sempre exemplos que me influenciam nas posturas que hoje tenho e sempre terei em sala de aula: Benito Bisso Schmidt, Enrique Serra Padrós, César Guazzelli, Dario Teixeira

Ribeiro, José Rivair Macedo, Anderson Zalewski Vargas, Carla Simone Rodeghero e Temístocles Cezar.

Um agradecimento muito especial deve ser feito à Claudia Wasserman, que foi muito mais do que a orientadora dessa dissertação. Desde que cheguei em Porto Alegre, ela foi uma espécie de “segunda mãe” que ganhei, dando conselhos, motivando, dando “puxões de orelha” quando necessário, ajudando tanto nas questões acadêmicas quanto em questões pessoais, sempre disposta a ajudar e dar sábios conselhos e orientações. Devo a ela minha iniciação no campo da pesquisa histórica, quando no início da graduação me proporcionou a chance de trocar uma bolsa de trabalho pela minha primeira bolsa de pesquisa. Depois se seguiram várias outras bolsas, projetos, publicações, todos sob sua orientação. Sem seu apoio, incentivo e compreensão – especialmente em relação aos prazos, difíceis de cumprir dando em média 40 horas/aula por semana no período em que fiz essa pesquisa –, eu nunca teria conseguido concluir essa dissertação. Sem ela eu talvez nem ingressasse no mestrado, e essa pesquisa talvez nunca tivesse sido realizada, ficando apenas como uma idéia da graduação, ou um trabalho de conclusão do curso. É muito difícil tentar definir sua importância em minha formação como historiador e cidadão. Impossível descrever em palavras o quanto lhe sou grato.

Quero registrar um agradecimento especial aos “ex-guerrilheiros” Cláudio Antônio Weyne Gutiérrez, João Carlos Bona Garcia e Índio Vargas, que foram super gentis ao me receberem em suas casas e se disporem a dar uma entrevista, onde mais do que contar histórias, se mostraram exemplos de pessoas que nunca hesitaram em fazer o que era certo, mesmo que isso os prejudicasse. Nas entrevistas, transparece o quanto esses senhores merecem respeito, que espero ter tido no decorrer da dissertação, mesmo ao fazer uma análise crítica do que eles escreveram e falaram. Muito obrigado. Agradeço também a Suzana Lisboa, outro exemplo de pessoa que lutou contra a ditadura e luta até hoje contra o esquecimento que muitos querem impor sobre a história recente de nosso país.

Devo agradecer também aos alunos que passaram pelo meu caminho como professor até esse momento, e que me ensinaram muito, provavelmente bem mais do que eu ensinei a eles. Aos colegas de trabalho, que se tornaram amigos, pela parceria, pelos bons momentos compartilhados. Agradeço especialmente a Gilberto Kaplan pela

confiança em mim depositada desde o início de minha carreira como professor, e que espero estar retribuindo a altura.

Por fim, mas não menos importante, agradeço a Tina Bombardelli, pelo companheirismo, dedicação e compreensão, sacrificando a meu lado suas férias de verão e inverno nos últimos dois anos, além de incontáveis finais de semana, por compreender a importância, para mim, de concluir esse mestrado. Amor talvez seja pouco para descrever o que sinto nesse caso.

A todos que esqueci de citar, mas que me são próximos e tiveram certamente alguma importância em minha trajetória, peço perdão pelo esquecimento, e também agradeço.

RESUMO

Essa pesquisa teve por objetivo analisar as memórias que se construíram acerca da luta armada contra a Ditadura Civil-Militar Brasileira, desenvolvida entre o final dos anos 1960, início dos 1970, no Rio Grande do Sul. Partindo dos livros de memórias escritos pelos que pegaram em armas no Estado, realizando entrevistas com esses ex-guerrilheiros, e com base também numa pesquisa em jornais da época, buscou-se primeiro reconstituir o que ocorreu de luta armada no Rio Grande do Sul. A seguir, foi feita uma análise a respeito de que forma essas memórias foram sendo construídas, em determinados momentos retratando a época da luta armada sob um viés mais cômico, em outros momentos ressaltando o aspecto mais violento da repressão que se abateu sobre esses militantes que pegaram em armas contra a Ditadura. A pesquisa buscou compreender os fatores que influenciaram a forma como essas narrativas foram desenvolvidas, como a trajetória desses ex-guerrilheiros desde a luta armada até o momento em que escreveram seus livros, o contexto que o Brasil vivia no momento da escrita, e as possíveis influências que a leitura de outros livros de ex-guerrilheiros possa ter tido sobre os autores analisados. Com base na análise desses livros de memórias foi possível perceber também em linhas gerais alguns fatores de identidade desse grupo dos que pegaram em armas contra a Ditadura. Os livros analisados foram “Guerra é Guerra, dizia o torturador”, de Índio Vargas; “O Riso dos Torturados”, de Jorge Fischer Nunes; “Verás que um filho teu não foge à luta”, de João Carlos Bona Garcia, e “A Guerrilha Brancaleone”, de Cláudio Antônio Weyne Gutiérrez.

PALAVRAS-CHAVE: Luta Armada – Ditadura – Memórias – Rio Grande do Sul

ABSTRACT

This research aimed to analyze the memories that were built as for the armed fight against the Brazilian Military-Civil Dictatorship, that took place in late 1960s, early 1970s in the state of Rio Grande do Sul. Starting from memory books written by those who took up arms in the State, interviewing these ex-guerrilla fighters, and based in a research in those days newspapers, first it sought reconstructing what about happened of armed fight in Rio Grande do Sul. Next, an analysis in which ways these memories were being reconstructed was done, sometimes picturing that fight in a comic way, and in others highlighting a more violent aspect of the repression over those who fought against the regime. The research sought to understand the factors that influenced the way in which these narratives were developed, like the ex-guerrilla fighters trajectory from the armed fight to the moment they have written their books, the context in which Brazil has lived at the moment they were written, and the possible influence the reading of other ex-guerrilla fighter books might have had over the analyzed authors. Based on the analyses of these memory books, it was possible to understand in a general way some identity factors of this group who took up arms against Dictatorship. The analyzed books were “Guerra é Guerra, dizia o torturador” (*War is War, said the torturer*) by Índio Vargas; “O Riso dos Torturados” (*The Laughter of the Tortured*) by Jorge Fischer Nunes; “Verás que um filho teu não foge à luta” (*You’ll see your son won’t escape from fighting*) by João Carlos Bona Garcia; “A Guerrilha Brancaleone” (*Brancaleone’s Guerrilla*) by Cláudio Antônio Weyne Gutiérrez.

KEYWORDS: Armed Fight – Dictatorship – Memories – Rio Grande do Sul

LISTA DE SIGLAS

ABI – Associação Brasileira de Imprensa
AI – Ato Institucional
ALN – Ação Libertadora Nacional
AP – Ação Popular
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
BM – Brigada Militar
BNM – Brasil Nunca Mais
CENIMAR – Centro de Informações da Marinha
CIA – Central Intelligence Agency
CIE – Centro de Informações do Exército
CIEEx – Centro de Informações do Exterior
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
DCE – Diretório Central dos Estudantes
DI-GB – Dissidência da Guanabara
DI-RJ – Dissidência do Rio de Janeiro
DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social
ELN – Exército de Libertação Nacional (Chile)
FLN – Frente de Libertação Nacional
FT – Folha da Tarde (Jornal)
JUC – Juventude Universitária Católica
M3G – Marx, Mao, Marighella, Guevara
MCR – Movimento Comunista Revolucionário
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MEC – Ministério da Educação
MNR – Movimento Nacionalista Revolucionário
MR-21 – Movimento Revolucionário 21 de abril

MR-26 – Movimento Revolucionário 26 de Março
MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OBAN – Operação Bandeirantes
OLAS – Organização Latino-Americana de Solidariedade
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PIC – Pelotão de Investigações Criminais
POC – Partido Operário Comunista
POLOP – Organização Revolucionária Marxista – Política Operária
PPS – Partido Popular Socialista
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
QG – Quartel General
SNI – Serviço Nacional de Informações
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UGES – União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas
USAID – United States Agency for International Development
VAR-Palmares – Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares
VPR – Vanguarda Popular Revolucionária
ZH – Zero Hora (Jornal)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
-------------------------	----

CAPÍTULO 1

1.1 - A luta armada contra a Ditadura no RS	30
1.1.1 - A preparação para a luta armada: o movimento estudantil	33
1.1.2 - Primeira tentativa de luta armada: Os <i>Brancaleones</i>	37
1.1.3 - As ações armadas realizadas em Porto Alegre e Região Metropolitana	42
1.1.4 - Ousadia, falhas e quedas: o declínio da luta armada no RS	51
1.1.5 - O “último suspiro”	60
1.2 - O surto memorialístico (final dos anos 1970, início dos 1980)	64

CAPÍTULO 2

2.1 - Trajetórias: da luta armada à escrita do livro	79
2.1.1 - Índio Vargas	83
2.1.2 - Jorge Fischer Nunes	86
2.1.3 - João Carlos Bona Garcia	88
2.1.4 - Cláudio Antônio Weyne Gutiérrez	92
2.2 - Apresentação dos livros	96
2.2.1 - <i>Guerra é Guerra, dizia o torturador</i>	96
2.2.2 - <i>O Riso dos Torturados</i>	100
2.2.3 - <i>Verás que um filho teu não foge à luta</i>	103
2.2.4 - <i>A Guerrilha Brancaleone</i>	106
2.3 - Autocrítica, um exercício de catarse	110
2.4 - “O riso dos que pegaram em armas”	128

CAPÍTULO 3

3.1 - “O pranto dos que foram torturados”	145
3.1.1 - Denúncia da barbárie	156
3.2 - Outros temas	161
3.2.1 - A identidade	163
3.2.2 - A origem social	164
3.2.3 - Jorge Fischer Nunes	169
3.2.4 - Conflitos entre os companheiros	171
3.2.5 - A relação com os presos comuns	174
3.2.6 - O traidor, o arrependido e o desbundado	177
3.3 - As memórias da luta armada contra a Ditadura no Rio Grande do Sul	182
3.3.1 - Influências do <i>surto memorialístico</i>	182
3.3.2 - Outros temas levantados nas entrevistas	193
3.3.3 - Polêmicas da historiografia	204
CONSIDERAÇÕES FINAIS	212
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	221
ANEXOS	229

A todos(as) que viveram o período da ditadura e lutaram contra ela, e a todos(as) que continuam lutando até hoje...

INTRODUÇÃO

Antes de ingressar na UFRGS para cursar história, encontrei na biblioteca da escola estadual onde fiz o ensino médio o livro de Fernando Gabeira, “*O que é isso, companheiro?*”, e a leitura dele me fascinou. Narrava episódios da história de nosso país que nunca tinham sido contados a mim, e principalmente, mostrava pessoas fazendo uma luta incrível, algo inimaginável nos dias de hoje, tamanho o desprendimento e altruísmo daqueles jovens, que passei a admirar muito.

Ao entrar na Universidade em 2001, logo me engajei em projetos de pesquisa com a professora Claudia Wasserman, que sempre me deu liberdade total para desenvolver um projeto próprio, então vi que poderia estudar mais a fundo aquele episódio histórico que havia me chamado tanto a atenção. Logo iniciei minha pesquisa sobre a luta armada, e fui encontrando livros de memórias escritos por guerrilheiros do RS, que narravam fatos que muitas pessoas nem possuíam idéia de que haviam ocorrido (inclusive eu).

Ao entrar em contato com esse tema, a Ditadura Civil-Militar no Rio Grande do Sul, tão pouco estudado até hoje, deparei-me com a ausência de estudos e a fragmentação das fontes, e me propus a fazer uma primeira análise desses livros de memórias, que retratavam a luta armada. Em 2003, apresentei pela primeira vez a proposta de trabalho no Salão de Iniciação Científica (SIC), enquanto desenvolvia o projeto na cadeira de Técnica de Pesquisa Histórica I com o professor Benito Schmidt, projeto esse que originaria uma monografia na cadeira de Técnica II com o professor César Guazzelli.

No início de 2004, apresentei meu trabalho na Sala II do Salão de Atos da UFRGS, dentro das atividades relativas aos 40 anos do golpe, que se realizaram na UFRGS, e que originaram um livro, no qual tive um artigo publicado¹. No mesmo ano

¹ Ver RUSCHEL, 2004.

apresentei-o na Mostra de Iniciação Científica do Encontro Estadual de História da ANPUH/RS, e em 2005, ao apresentá-lo no XVII Salão de Iniciação Científica da UFRGS, já uma versão prévia da proposta que levaria ao mestrado, o projeto recebeu Destaque. Em 2008, ingressei no Mestrado do PPG em História da UFRGS com esse projeto, que agora defendo em forma de uma dissertação.

Entre o final dos anos 1960, início dos 70, época em que o Brasil vivia sob o manto de uma Ditadura Civil-Militar que reprimia ferozmente qualquer forma de contestação ao regime, a luta armada era vista por alguns militantes de esquerda como única alternativa possível e válida de atuação política. Havia inclusive toda uma mistificação em torno da figura do guerrilheiro; Che Guevara embalava os sonhos da juventude contestadora, enquanto surgiam exemplos mais próximos como Lamarca e Marighella, ícones da luta armada no Brasil.

O enfrentamento armado contra o poder instituído, que deveria partir do meio rural e tomar as cidades, seguindo a teoria foquista de Guevara e Debray, e o exemplo das Revoluções Cubana e Chinesa, no Brasil basicamente se restringiu a ações nas cidades, excetuando poucas tentativas de guerrilha rural, reprimidas pelo exército. O Rio Grande do Sul não foi diferente. Aqui a luta armada restringiu-se a algumas ações no meio urbano, como assaltos a banco (ou *expropriações* como os guerrilheiros preferiam chamar),² protagonizadas por grupos como o Marx, Mao, Marighella e Guevara (M3G), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR-Palmares), entre outros.

Na leitura das memórias dos que pegaram em armas no Rio Grande do Sul, encontramos o registro de que membros da luta armada do centro do país vieram para o RS, assim como militantes saíram do Estado e foram lutar em São Paulo, Rio de Janeiro, entre outros locais. Nas memórias aparecem também a descrição de ações como assaltos a bancos em Porto Alegre, Cachoeirinha e Viamão, e um assalto a um carro pagador da empresa Ultragás, em Canoas, além da tentativa frustrada de seqüestrar o cônsul norte-americano, em Porto Alegre, em abril de 1970, pela VPR. Esse último fato,

² No decorrer dessa dissertação, os dois termos aparecerão (assalto e expropriação), mas optei por utilizar o mais usual encontrado na pesquisa, assalto, no sentido de “investida impetuosa; arremetida; ataque

principalmente, “gerou um aumento da repressão, com a vinda de técnicos do centro do país para auxiliar o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) do Rio Grande do Sul” (RODEGHERO, 2007, p.98), e os guerrilheiros do RS começaram a cair sistematicamente nas mãos dos órgãos repressivos.

Essa forma de luta contra o regime, tanto no centro do país como no RS, portanto, terminou brutalmente reprimida já na primeira metade da década de 70, sem conseguir atingir seus objetivos, e servindo inclusive de argumento para um endurecimento do regime.

Já num quadro de retrocesso da ditadura, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, com a anistia *nem ampla, nem geral, nem irrestrita e recíproca*, e a abertura *lenta, segura e gradual*, ocorreu o chamado *surto memorialístico*. Pessoas que haviam vivido as mais diversas experiências durante o período ditatorial passaram a publicar livros de memórias, como se necessitassem contar seu ponto de vista sobre o que havia acontecido no país durante a ditadura. Esses livros de memórias – autobiográficos – a respeito do período da ditadura, que surgiram em grande número a partir do final dos anos 1970, início dos anos 1980, se constituem em fonte essencial para a reconstrução da história desse período de nosso país. Ângela de Castro Gomes observa que esses tipos de fonte, que se encontram carregados de subjetividade, e que a autora classifica como *escrita de si*,

sempre tiveram autores e leitores, mas na última década, no Brasil e no mundo, ganharam um reconhecimento e uma visibilidade bem maior, tanto no mercado editorial, quanto na academia. Apesar disso, não são ainda muito numerosos os estudos que se dedicam a uma reflexão sistemática sobre esse tipo de escritos na área da história do Brasil. [...] O que é compreensível, pois, embora tal documentação sempre tenha sido usada como fonte, apenas mais recentemente foi considerada fonte privilegiada e, principalmente, tornada, ela mesma, objeto da pesquisa histórica. Uma inflexão que passa a requerer maiores investimentos em sua utilização e análise, ou seja, maiores cuidados teórico-metodológicos (2004, p.8 e 10).

Assim, se fazem necessários estudos mais aprofundados sobre essas memórias pós-ditadura que emergiram em nosso país, tanto individualmente – uma análise dos livros, o que cada um conta, de que forma – como coletivamente, para compreensão desse

súbito”, conforme consta no Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, evitando o julgamento ideológico

fenômeno maior que foi o surgimento das memórias e do contexto específico em que elas emergiram.

Carlos Fico, em seu livro *Além do golpe*, ao se referir aos livros de memórias sobre a Ditadura Civil-Militar, observou que essa “memorialística constituiu-se ao mesmo tempo em fonte e objeto históricos, pois, se é certo que descreve a época, também pode ser estudada como luta pelo estabelecimento da ‘versão correta’” (2004, p.25/26), e referindo-se à necessidade de estudos nessa área, afirmou estar “por ser feita uma análise intertextual desses fragmentos como se formassem um texto único ou, pelo menos, um debate animado por ‘réplicas’ e ‘tréplicas’” (2004, p.26).

Dentro desse surto memorialístico, os personagens históricos que haviam lutado com armas contra a ditadura apresentaram diferentes visões dessa experiência, gerando um vasto material, rico em abordagens para pesquisas históricas. Minha pesquisa se centra justamente nessas memórias. O tema que trabalho nessa dissertação, *as memórias acerca da luta armada contra a ditadura*, ainda não foi suficientemente estudado no Brasil, e não foi ainda estudado no que se refere ao caso do Rio Grande do Sul.

Em relação aos principais livros produzidos no centro do país e de maior comercialização, temos algumas teses produzidas ³, e alguns renomados pesquisadores, como Daniel Aarão Reis Filho (1996) e Denise Rollemberg (2003), chegaram a elaborar ensaios sem pretensão investigativa; há também um artigo anterior de Lucileide Cardoso (1994) que trabalha aspectos dessas *memórias* sobre o período da ditadura, mas sem aprofundar muito a questão, que é o que busquei fazer nesse trabalho.

O questionamento central dessa pesquisa refere-se a como se construíram as memórias acerca da luta armada contra a ditadura no Brasil, e principalmente no Rio Grande do Sul. Procuro compreender de que forma essas memórias foram construídas, o porquê de terem sido construídas desta maneira, e quais as implicações que essa construção memorialística pode ter sobre questões atuais. Uma pergunta que coloco, por exemplo, é em que medida essas memórias tiveram influência na construção da imagem que se têm atualmente da luta armada contra a ditadura no Brasil, sobretudo a imagem

a respeito da ação.

³ Ver DUQUE ESTRADA, 1988; CASIMIRO, 2003; SILVA, 2006.

do senso comum, de que a luta armada teria sido protagonizada por *simpáticos incompetentes em busca de uma utopia inalcançável*⁴.

Além disso, com essa primeira aproximação em relação às fontes que tratam da luta armada contra a ditadura no Rio Grande do Sul, busco colaborar com o campo de estudos sobre a história do Estado durante a Ditadura Civil-Militar, terreno ainda pouco explorado. O objetivo da pesquisa é, portanto, analisar como se processou a construção das memórias acerca da luta armada do final dos anos 1960, início dos anos 1970 contra a ditadura no Rio Grande do Sul, através de livros escritos em épocas posteriores, pelos personagens que vivenciaram essa luta e escreveram suas memórias.

Centrei minha análise em quatro livros de memórias de ex-guerrilheiros que atuaram no Rio Grande do Sul. Tais livros não tiveram grande abrangência em termos de público leitor e ainda não foram estudados, então busquei também compará-los com os sucessos editoriais da época, que obtiveram grande vendagem nacional e que já foram estudados, como *O que é isso, companheiro?* de Fernando Gabeira e *Os Carbonários*, de Alfredo Syrkis.

Com essa dissertação, busco contribuir para os estudos sobre o processo de construção das memórias nas sociedades, mais especificamente, no que diz respeito a episódios traumáticos da história recente, como o período da ditadura no Brasil, expondo e analisando de forma crítica as discussões que já foram travadas sobre a construção da memória da sociedade brasileira acerca do período ditatorial, mais especificamente a respeito da luta armada.

Para realizar esta análise, utilizei alguns autores que desenvolveram interpretações acerca da relação entre historiografia e memória, tal como Fernando Catroga, que afirma ser uma

ingenuidade epistemológica pensar que a dialética entre recordação e esquecimento é um pecado exclusivo da memória. Também a historiografia, apesar de falar em nome da razão crítica, se edifica sobre silêncios e recalcamientos, como a História da História tem sobejamente demonstrado (2001, p.57).

⁴ Afirmação de Daniel Aarão Reis Filho, que vou expor mais adiante...

Parto do conceito de Jaques Le Goff de *monumento* (“herança do passado”) e *documento* (“escolha do historiador”), e da concepção de que *todo documento é um monumento*. A fonte primária de meu estudo é o livro-relato, um monumento onde se encontram diversos documentos, selecionados não por um historiador, mas pelo ator social que viveu a época, o qual, com base na memória, a reconstrói *a posteriori*, com todas as implicações que resultam desta atitude. Meu objetivo é justamente compreender o processo de construção desse documento (o livro-relato), como um monumento no qual busco encontrar, “através de uma crítica interna, as condições de produção histórica e, logo, a sua intencionalidade inconsciente” (LE GOFF, 1990, p.547).

O fato dessas memórias se encontrarem repletas de subjetividade não as torna menos confiáveis do ponto de vista histórico. Demonstra, isto sim, a complexidade e a riqueza da experiência humana. Nesse sentido, é importante sublinhar as considerações que Dora Schwarzstein faz acerca dessas memórias:

Los testimonios no sólo están constituidos por hechos históricos sino fundamentalmente por el impacto que esos hechos han tenido. [...] El testimonio, cuya materia prima es la memoria, no es la historia. Por tanto, no es suficiente recuperar la memoria y transmitirla, sino que es imprescindible reflexionar sobre su naturaleza para poder entenderla, analizarla e incorporala plenamente a la narrativa histórica. Esa es la única manera de transformar la memoria en historia (2001, p.78/79).

Especialmente no caso de ditaduras, devido, entre outros fatores, à dificuldade de acesso a outros documentos sobre a época, os testemunhos são essenciais, e “já não é possível prescindir de seu registro, mas também não se pode deixar de problematizá-lo” (SARLO, 2007, p.117). Nesse âmbito, Astor Antônio Diehl traça algumas considerações importantes ao afirmar que:

a memória, para poder ser tornada histórica, gozar das prerrogativas de cientificidade ou, pelo menos, aspirar a ser fonte histórica com credibilidade dentro da ‘província’ dos historiadores, precisa, necessariamente, passar pelo processo crítico que chamaremos pelas expressões teorização e metodização (2002, p.148).

Teorizar, para esse autor, seria pensar a memória “como elemento contextualizado de interpretação histórica; [...] perspectivar a memória como elemento de orientação sobre a experiência do passado humano” (2002, p.149), isto é,

contextualizar o surgimento de determinada memória, encarando-a como uma expressão do próprio pensar histórico de determinada época por determinado agente, que é o que buscarei fazer nessa pesquisa. Metodizar seria, para ele, “inserir a memória [...] do passado nas perspectivas orientadas sobre esse mesmo passado” (2002, p.149), isto é, identificar dentro das diferentes interpretações acerca do passado, a que grupo determinada memória pertence.

O campo de pesquisa acerca da memória, de seus processos de reconstrução e do uso dela na história, é muito amplo; já foram travadas grandes discussões acerca dele, e busquei me apropriar desses debates e das posições que entendi como úteis e relevantes para minha pesquisa. Dentro desse campo, Alistair Thomson critica a concepção tradicional de se usar as fontes históricas buscando descobrir somente *o que realmente aconteceu*, e chama a atenção para a necessidade de se compreender as “razões que levaram os indivíduos a construir suas memórias de determinada maneira” (1996, p.67). Segundo ele, o próprio *processo de relembrar* pode ser “um meio de explorar os significados subjetivos da experiência vivida e a natureza da memória coletiva e individual” (1996, p.67), podendo se constituir esse processo numa rica fonte de pesquisa. Thomson chega a afirmar que as chamadas “distorções” da memória, que geralmente eram vistas como um problema, “podiam ser um recurso” (1996, p.67).

Marieta de Moraes Ferreira defende essa mesma posição, dizendo que “a subjetividade, as distorções dos depoimentos e a falta de veracidade a eles imputada podem ser encaradas de uma nova maneira, não como uma desqualificação, mas como uma fonte adicional para a pesquisa” (2002, p.321). Dora Schwarzstein chega a afirmar que “lo que es interesante en los testimonios no son los hechos del pasado sino la manera en que las memorias fueron construidas y reconstruidas como parte de una conciencia contemporánea” (2001, p.74/75). Franco y Levín ratificam o que foi exposto acima, ao afirmarem que a importancia do testemunho “no reside tanto en su ‘adherencia al hecho’ como en su alejamiento del mismo, cuando afloran la imaginación, el simbolismo y el deseo” (2007, p.43). Segundo elas, estes aspectos é que devem ser estudados, isto é, a subjetividade presente na construção dessas memórias, “objeto de estudio tan legítimo como cualquier otro” (2007, p.43).

Em suma, devemos ultrapassar a oposição sumária entre *história/memória*, pois “a memória tem uma história que é preciso compreender” (ROUSSO, 1996, p.97), e a investigação sobre a luta armada no Brasil, cuja pesquisa poderia ser frustrante para o historiador, em vista da fragmentação das fontes, poderá se valer dos relatos memorialísticos, desde que esses sejam entendidos como historicamente construídos e determinados, e que esta construção surge como um objeto de pesquisa essencial.

Mas afinal, o que é a memória? Franco y Levín esclarecem que esse termo “denomina una amplia y variada gama de discursos y experiencias” (2007, p.40), e que pode referir-se tanto a “capacidad de conservar o retener ideas previamente adquiridas como, contrariamente, a un proceso activo de construcción simbólica y elaboración de sentidos sobre el pasado” (2007, p.40). As autoras chamam a atenção para o fato de que a memória pode referir-se tanto ao privado, isto é, a “procesos y modalidades estrictamente individuales y subjetivos de vinculación con el pasado [...], como a la dimensión pública, colectiva e intersubjetiva” (2007, p.40). Na visão das autoras, a memória permite traçar uma *ponte* entre o íntimo e o coletivo, “ya que invariablemente los relatos y sentidos construidos colectivamente influyen em las memorias individuales [...] [cumprindo uma espécie de] función preformativa de los recuerdos de los sujetos” (2007, p.40).

Buscando uma definição para o conceito, Henry Rousso define a memória como “uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional” (1996, p.94). Nesse sentido, os homens que pegaram em armas contra a ditadura, ao escreverem suas memórias, não criaram triviais relatos de suas vidas, mas ao contarem suas histórias pessoais, contribuíram para a construção da história de um grupo, e relataram além dos aspectos individuais aspectos coletivos de determinado momento histórico.

Portanto, como demonstrou claramente Maurice Halbwachs em seu livro *A memória coletiva*, toda memória é, por definição, *coletiva*, visto que “a memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo” (*apud* BOSI, 1979, p.17). Nas palavras de

Fernando Catroga, “ela [a memória] recebe sempre uma sobredeterminação social” (2001, p.44).

Mas deve-se observar também que cada reconstrução individual com base na memória contém inevitavelmente particularidades do indivíduo que a produz. Considerando-se a afirmação de Krzystof Pomian de que “toda a memória humana é egocêntrica” (*apud* CATROGA, 2001, p.44), há de se considerar que o indivíduo interfere bastante nessa reconstrução do passado, tanto pela necessidade de afirmação de uma identidade frente ao *outro*, como pelo fato de que “ao procurar o *eu* no passado, o sujeito quer reorientar o porvir, autocorrigindo-se ou infletindo no seu percurso, construindo uma utopia de si que espera poder cumprir” (MORÃO, 1994, p.28).

Ao tratarmos de memórias individuais e coletivas, é sempre importante retomarmos algumas concepções desse que é um marco nos estudos sobre memória, Maurice Halbwachs. Esse autor, em seu livro *A Memória Coletiva*, assinala que existem “muitas memórias coletivas” (1990, p.85), e que “toda a memória coletiva tem por suporte um grupo limitado no espaço e no tempo.” (1990, p.86) Sobre a memória individual, o autor observou que essa “é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que eu mantenho com outros meios.” (1990, p.51) Assim, na apurada visão desse autor, a memória individual poderia,

para confirmar algumas de suas lembranças, para precisá-las, e mesmo para cobrir algumas de suas lacunas, apoiar-se sobre a memória coletiva, deslocar-se nela, confundir-se momentaneamente com ela; nem por isso deixa de seguir seu próprio caminho, e todo esse aporte exterior é assimilado e incorporado progressivamente a sua substância (1990, p.53).

Outros conceitos utilizados por Halbwachs e que se fazem úteis para meu estudo são os de memória autobiográfica e memória histórica. Segundo o autor, “a primeira se apoiaria na segunda, pois toda história de nossa vida faz parte da história em geral. Mas a segunda seria, naturalmente, bem mais ampla que a primeira” (1990, p.55). Assim, partindo da análise dos livros de memórias autobiográficas, busco compreender como elas se relacionam com a memória histórica, e nessa análise das memórias individuais,

procuro ressaltar tanto a particularidade da memória individual, como a que memória coletiva esse indivíduo pertence, e de que forma ele se relaciona com ela.

Elizabeth Jelin, ao teorizar sobre o que seria a memória, evita propor uma única definição para o termo, ressaltando suas várias formas de utilização e conceitualização, mas faz considerações teóricas bastante interessantes, ao afirmar, por exemplo, que “toda memoria es una reconstrucción mas que um recuerdo” (2001, p.21). Ao tratar da questão do caráter coletivo ou individual dessa memória, a autora observa que os indivíduos que carregam essa memória estão sempre “insertos en redes de relaciones sociales, en grupos, instituciones y culturas” (2001, p.19), portanto é impossível compreender a memória desse indivíduo sem referir-se a esse contexto em que ele está inserido, e a questão central para a autora seria buscar perceber “el peso relativo del contexto social y de lo individual em los procesos de memoria” (2001, p.20).

Michael Pollak faz uma interessante análise dos elementos que constituiriam em última instância essa memória do indivíduo – mas que é também *coletiva*. Em primeiro lugar, o autor coloca os “acontecimentos” vividos pessoalmente; em segundo estariam os acontecimentos vividos “por tabela”, isto é, pelo grupo a qual essa pessoa pertencia, e que tomaram um relevo tão grande que ela nem saberia distinguir se participou deles ou não, e, em terceiro lugar, acontecimentos que não se situam dentro do espaço-tempo dessa pessoa e/ou grupo e que seria uma espécie de *memória herdada*. Além dos acontecimentos, a memória também se constitui de “pessoas / personagens”, às quais se aplicaria a mesma tipologia: “personagens realmente encontradas no decorrer da vida, [...] frequentadas por tabela, indiretamente, mas que, por assim dizer, se transformaram quase em conhecidas, e ainda de personagens que não pertenceram necessariamente ao espaço-tempo da pessoa” (1992, p.202). Por último, a memória se constituiria também de “lugares”, que se ligariam a determinadas lembranças.

Uma última consideração importante a ser feita refere-se ao fato de estar trabalhando com um período bastante próximo historicamente, e com relatos de pessoas ainda vivas, o que insere essa pesquisa no âmbito da História do Tempo Presente e exige alguns cuidados teórico-metodológicos específicos. A história do tempo presente se definiria pelo fato de toda reconstrução histórica desse período ser “portadora da singularidade de conviver com testemunhos vivos que sob certo aspecto condicionam o

trabalho do historiador” (FERREIRA, 2002, p.324). Pierre Nora, ao tratar do tema *o acontecimento e o historiador do presente* numa entrevista, classifica a *história do presente* como algo vivo, que *reage e sangra*. Para ele, esta “é quase inevitavelmente uma História cruel, que fere, que faz sangrar, porque rema quase fatalmente contra a corrente da imagem que uma sociedade tem necessidade de construir acerca de si mesma” (1986, p.53). Essas definições se encaixam particularmente nessa pesquisa, pois trabalhei com relatos de pessoas ainda vivas e atuantes, e de um período ainda muito recente da história do Brasil, período ainda *presente* de certa forma em nossa realidade.

A história do tempo presente tem sido cada vez mais reconhecida e valorizada nos meios acadêmicos, guardados os necessários cuidados metodológicos. “Hoje a testemunha ressurgiu como voz, a história profissional lhe estende com prazer seus microfones, com a condição de poder inscrevê-la em seus registros como ‘fonte’” (HARTOG, 2001, p.37). Segundo René Rémond,

a reintegração do tempo presente faz varrer da visão da história os últimos vestígios do positivismo: o historiador do tempo presente sabe o quanto sua objetividade é frágil, que seu papel não é o de uma chapa fotográfica que se contenta em observar fatos, ele contribui para construí-los (1996, p. 208).

Nessa linha, Maria Paula Nascimento Araújo chama a atenção para o fato de que essa prática reconhece justamente “o historiador comprometido com seu tempo, com as questões do seu tempo” (2002, p.345). Franco y Levín afirmam que “el carácter político del trabajo sobre el pasado reciente es ineludible, en la misma medida en que el objeto abordado implica e interpela el horizonte de expectativas pasado de una sociedad e incide en la construcción del propio horizonte de expectativas del presente” (2007, p.49).

Um cuidado especial que o historiador do Tempo Presente deve ter refere-se ao trato com suas fontes, principalmente quando se trata de fontes orais, e o estudo das memórias de pessoas vivas, pois o estudo acadêmico pode desagradar quem viveu e testemunhou os fatos, causando problemas para o historiador, inclusive gerando processos, mas principalmente no que se refere a pesquisas futuras. Franco y Levín, tratando da relação sensível entre história e memória, chamam a atenção para o fato de que

la confrontación es casi inevitable cuando las reglas de la producción historiográfica sitúan al historiador en una visión diferente y a veces opuesta a la de otros actores que brindan sus testimonios sobre los mismos hechos y procesos que aborda el investigador (2007, p.42/43).

Um testemunho que ao ler o trabalho final do historiador sinta-se descontente com as suas interpretações, provavelmente não estará aberto a falar novamente, no caso de uma nova interpelação, perdendo-se portanto uma rica fonte. Nas palavras de Lacouture, o historiador do Tempo Presente – ou “imediatista”, como ele chama – “serra constantemente o galho em cima do qual trabalha” (1998, p.227), mas não por isso ele deve deixar de analisar os fatos como parecer mais correto e ser contundente em suas afirmações.

Visto que essa História ainda é muito presente, e pode sofrer reveses em seus desfechos e interpretações, críticos questionam se não seria uma “história provisória”, pois como os processos estudados por esses historiadores não estariam totalmente concluídos ainda, qualquer conclusão ou pronunciamento definitivo do historiador sobre o assunto teriam caráter provisório, a ser reavaliado futuramente. Rompendo totalmente com resquícios positivistas, Josefina Cuesta chama a atenção para o fato de que toda história é acumulativa, e portanto essa “crítica” poderia ser aplicada à História de qualquer época, pois em última instância devemos reconhecer que toda história tem um “carácter de inacabada o provisional, o sujeta a una permanente re-evaluación” (1993, p.13).

Conforme Maria Paula Nascimento Araújo, a proximidade temporal e o envolvimento pessoal, “elementos que na perspectiva de uma historiografia tradicional eram vistos como problemáticos” (2002, p.344), há pouco tempo passaram a ser considerados fatores que podem redundar em vantagens:

O historiador do tempo presente, contemporâneo ao seu objeto, partilha com aqueles cuja história ele narra as mesmas categorias essenciais, as mesmas referências fundamentais, podendo portanto superar a descontinuidade que costuma existir entre o universo intelectual, afetivo e psíquico do historiador e dos homens e das mulheres cujas vidas ele narra, escapando do perigo do anacronismo (2002, p.345).

Além disso, tendo esse historiador uma proximidade maior com os personagens que viveram a história que ele estuda, e que são também parte de suas fontes – o testemunho oral –, e ainda se encontram vivos, o trabalho historiográfico desse profissional pode passar por um crivo bastante apurado, visto que ele será “vigiado” pelos testemunhos vivos. Cláudio Pereira Elmir ressalta que esse período é um “tempo aberto ao inquérito de seus sujeitos” (1999, p.37), e devemos levar em consideração que além de trabalhar sobre a vigilância dos sujeitos que viveram a época, esses “arquivos vivos que são os homens” (LACOUTURE, 1998, p.217), o historiador do presente pode colocar em comparação direta, até mesmo em debate, os diversos testemunhos sobre um mesmo acontecimento, portanto essas características da História do Tempo Presente, se bem aproveitadas, podem realmente se transformar em vantagens.

Enfim, essa é uma polêmica que já foi superada, e hoje há um consenso de que não apenas se *pode* fazer a História do *Tempo Presente*, como se **deve** fazê-la, principalmente no que se refere à História recente de nosso país, que passou por um período onde os que estavam no poder cometeram crimes que, além de não pagarem por eles até hoje, buscam apagar os vestígios. Mais do que nunca, se impõe a necessidade de atuação do historiador no cumprimento de seu papel social, contra o esquecimento, para que certos absurdos não se repitam.

As fontes primárias que analiso são quatro livros, escritos em anos diferentes, por pessoas que vivenciaram o contexto da Ditadura Civil-Militar no Brasil e pegaram em armas contra o regime no Rio Grande do Sul. Esses livros foram escritos e lançados no período final da ditadura ou após o término desta, e ainda não haviam sido estudados. Na análise dessas fontes, além de analisar a especificidade de cada reconstrução histórica com base nas memórias de quem escreveu o livro, busco decifrar o que essas obras como um conjunto podem dizer a respeito da própria luta armada, da Ditadura Civil-Militar no Brasil, do momento histórico em que as memórias foram escritas e dos sujeitos que protagonizaram a luta armada contra a ditadura no Brasil.

Esse campo de pesquisa relacionado às memórias sobre a ditadura no Brasil ainda possui poucos trabalhos de análise desenvolvidos, e os que temos são bastante pontuais, analisando um ou dois livros. Os quatro autores que estudo participaram de ações armadas em Porto Alegre ou região metropolitana, e alguns, além das ações que

participaram, contam as experiências de outros. Assim esses livros, mesmo não tendo atingido um grande sucesso de vendas como outros já citados, adquirem importância ímpar, visto que são as fontes primordiais para o estudo da luta armada contra a ditadura no Rio Grande do Sul, tarefa ainda não realizada. Analisei os seguintes livros (em ordem cronológica):

- VARGAS, Índio. **Guerra é guerra, dizia o torturador**. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.
- NUNES, Jorge Fischer. **O riso dos torturados**. Porto Alegre: Proletra, 1982.
- BONA GARCIA, João Carlos & POSENATO, Júlio. **Verás que um filho teu não foge à luta**. Porto Alegre: Ed. Posenato Arte e Cultura, 1989.
- GUTIÉRREZ, Cláudio Antônio Weyne. **A guerrilha Brancalione**. Porto Alegre: Editora Proletra, 1999.

Os livros-relato, escritos por pessoas que participaram da luta armada contra a ditadura, se constituem numa fonte riquíssima, repleta de informações e de questões a serem debatidas. Cada livro é um caso a parte, escrito de determinada forma, em determinada época, visando contar determinada história, sob determinado ponto de vista. Nessa pesquisa, além de analisar o contexto dos acontecimentos narrados e do surgimento do livro-relato, busquei analisar os relatos em si, desvelando a carga de subjetividade neles presente, examinando justamente a forma como essas memórias referentes à participação na luta armada se construíram, e o porquê delas terem se construído de determinada maneira.

Dos quatro livros que analisei, dois foram escritos no contexto de distensão e final da ditadura, período onde teria surgido e se imposto uma *tendência conciliadora* de recuperação da memória, apontada por Daniel Aarão Reis Filho (1997, p.86). Os outros dois já foram escritos na Nova República, um no governo Sarney (1989), outro no de Fernando Henrique Cardoso (1999), com um maior distanciamento, portanto, em

relação ao período em que vivenciaram a experiência que relatam. Os ex-guerrilheiros, ao escreverem seus livros, constroem um relato autocrítico da experiência vivenciada por eles 10, 20 ou 30 anos antes de escreverem seus livros, caindo inevitavelmente no anacronismo em alguns momentos, ao julgarem fortemente a experiência passada com os olhos da época em que os livros foram escritos.

Há uma tendência dos autores a fazerem uma espécie de ajuste de contas com o passado, atitude essa aparentemente necessária para a reinserção desses indivíduos na sociedade democrática, livre do autoritarismo, e na qual, se no período ditatorial esses indivíduos haviam sido excluídos – por terem radicalizado sua luta, pegando em armas –, eles buscavam através dessa autocrítica se reinserir. Narrando os episódios que vivenciaram geralmente de forma cômica, esses autores reinterpretaram a experiência passada com os olhos do presente, para que houvesse uma melhor aceitação – das memórias e dos personagens históricos, os autores dos livros – por parte da sociedade democrática pós-ditadura, onde eles buscavam ocupar novos postos.

Em relação à questão das torturas, parece haver um tom mais forte de denúncia, explicado talvez – entre outros fatores – pelo fato de que nenhum torturador pagou por seus crimes até hoje no Brasil. E mesmo que os livros possuam um forte tom de autocrítica e busquem construir uma imagem da luta armada como feita por “jovens inconseqüentes”, é possível, em certa medida, na própria leitura e análise dessas fontes, confrontar essa versão, ao se perceber elementos que apontam para o fato de que mesmo os sujeitos tentando se enquadrar à nova realidade que vivenciavam quando escreveram seus livros, seus relatos demonstram a existência de uma consciência e de um projeto que ia além da rebeldia juvenil, ao pegarem em armas.

Como fontes secundárias, utilizo a bibliografia disponível a respeito do tema da luta armada, revisando os debates já travados sobre o assunto, e também outros livros de memórias – como o de Gabeira e Sirkys – para estabelecer comparações. Trabalho também com as discussões acerca da construção da imagem da luta armada no Brasil, e analiso a bibliografia existente sobre o tema da *história / memória*. Para enriquecer ainda mais a análise desses livros de memórias, estabeleci contato direto com os autores dos livros (apenas com Jorge Fischer Nunes isso não foi possível, pois o mesmo já

faleceu). As entrevistas me ajudaram muito a esclarecer diversos pontos, e deram valiosas pistas para uma melhor compreensão de suas obras.

O trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo procuro fazer uma reconstituição da época em que se deram os acontecimentos – fim dos anos 1960, início dos 1970 –, explicando o que foi a luta armada contra a ditadura, como esse fenômeno ocorreu no Brasil e mais especificamente no Rio Grande do Sul, uma história *ainda por ser contada*. As fontes utilizadas neste capítulo são os próprios livros de memórias – utilizados aqui como fonte de pesquisa, diferente dos outros dois capítulos, onde os utilizo também como objeto –, as entrevistas, as (poucas) pesquisas já realizadas sobre o tema⁵ e as notícias dos jornais.

Como não poderia deixar de ser, ainda restam lacunas, há contradições entre o que os autores apontam nos livros, ou nas entrevistas, pontos ainda por serem devidamente esclarecidos; fiz questão de apontá-los, para que uma futura pesquisa não precise partir do zero. Seguindo cronologicamente, ultrapassando o período em que se desenrolou a luta armada, parti então para uma descrição e análise do momento em que as memórias da luta contra a ditadura foram escritas, o *surto memorialístico* do final dos anos 1970 no Brasil, para buscar perceber – no capítulo seguinte – de que forma os autores se encaixavam ou não dentro da linha geral em que essas memórias surgiram.

No Capítulo 2, busquei desvendar a trajetória de meus autores do fim de sua experiência como guerrilheiros até a época em que estes escreveram suas memórias, para buscar captar acontecimentos significativos em suas vidas até aquele momento, que pudessem influenciar as escolhas na hora de narrar suas memórias. A seguir, faço uma apresentação de cada livro, descrevendo-o em linhas gerais, para então aprofundar a análise por tópicos, optando nesse capítulo por analisar as duas linhas que se sobressaem nesses livros de memórias, e que guardam semelhanças com livros como o de Fernando Gabeira, que é a autocrítica, e a opção por recordar os acontecimentos da luta armada de uma forma mais cômica / anedótica.

No Capítulo 3, ressalto o outro lado dessas memórias, que é o momento em que os autores relembram uma parte mais pesada / brutal, quando aparecem os efeitos dessa

⁵ Ver CHAGAS (2007) e ALVES (2009).

luta, ao caírem nas mãos da repressão e sofrerem torturas, prisão, exílio, enfim, terem suas vidas totalmente modificadas por essa experiência. Além disso, para complementar a análise dos livros, destaco temas recorrentes que aparecem nessas memórias, e explicito de que forma esses temas aparecem, tentando compreender quais os principais assuntos abordados por eles, e o porquê desses temas aparecerem com frequência. Para encerrar o terceiro capítulo, faço uma comparação dos livros de memórias aqui analisados com outros de maior repercussão dentro do surto memorialístico brasileiro, buscando captar possíveis influências, além de debater outros temas importantes que surgiram nas entrevistas, e comparar o que aparece nas memórias aqui analisadas com debates que permeiam a historiografia sobre o tema da luta armada no Brasil.

CAPÍTULO 1

1.1 → A luta armada contra a Ditadura no Rio Grande do Sul

A Ditadura Civil-Militar no Brasil foi instaurada em 1964, sem enfrentar qualquer resistência armada. Muitos acreditavam que ocorreria uma forte resistência, que existia a possibilidade de eclodir uma guerra civil em nosso país, inclusive os Estados Unidos enviaram navios de guerra em direção ao Brasil, na conhecida “Operação Brother Sam”, mas os navios foram desmobilizados antes de chegarem aqui, pois a resistência que imaginaram montar contra o golpe que se armava, nas palavras de Golbery do Couto e Silva, “caiu como um castelo de cartas”. Leonel de Moura Brizola ainda tentou reeditar a Legalidade no Rio Grande do Sul, pessoas se alistaram para resistir, mas o presidente deposto João Goulart decidiu que o preço que se pagaria em sangue não compensava, e decidiu ir para o exílio no Uruguai.

A implantação de um regime ditatorial fortaleceu dentro da esquerda brasileira o argumento dos que pregavam a luta armada, a “via cubana” para a Revolução, mas nos primeiros anos da ditadura não ocorreram muitas ações armadas. Em agosto de 1967, Carlos Marighella participou – contra a orientação do PCB, que não aceitava a via armada para a tomada do poder – do Congresso de fundação da Organização Latino-Americana de Solidariedade (Olas). Com sede em Havana (Cuba), o objetivo – não anunciado oficialmente – da Olas era auxiliar na organização e instrução de pequenos grupos armados que praticariam a luta armada no continente, estendendo a revolução pela América Latina como ondas (*olas*).

Rompendo assim com o PCB e participando desse Congresso, Marighella fundou no Brasil a Ação Libertadora Nacional (ALN), considerada por muitos a “organização de maior expressão e contingente entre os grupos que deflagraram ações de guerrilha urbana no período 68/73” (COMISSÃO..., 2007, p.469). Essa cisão, feita por um líder como Marighella, conhecido em todo o país, influenciou em outros rachas que ocorreriam dentro do PCB, e no surgimento também de “dissidências dentro das dissidências”, caso dos *Brancaleones*, que veremos a seguir. Inspirados pelo exemplo

cubano, surgiram diversos novos grupos visando praticar a luta armada contra a ditadura brasileira. O AI-5 e o fechamento do regime, com o recrudescimento da repressão, também influenciariam os militantes de esquerda que optaram por pegar em armas, abandonando as diretrizes do PCB que rejeitava a luta armada; frente à radicalização da repressão, radicalizava-se a luta.

O Estado do Rio Grande do Sul é conhecido na história nacional por movimentos de contestação, como exemplo a Campanha da Legalidade, em 1961, quando sob a liderança de Leonel Brizola houve um levante armado para exigir a posse do vice-presidente João Goulart, após a renúncia do presidente Jânio Quadros. Com o golpe de 1964, acreditava-se que no RS seria deflagrada uma nova Campanha da Legalidade, mas ela não ocorreu e o golpe consolidou-se sem qualquer tentativa bem articulada de resistência contra ele. Mesmo assim, Porto Alegre foi tomada pelos partidários de João Goulart; o Governador Ildo Meneghetti, partidário do golpe, se refugiou em Passo Fundo, transferindo para essa cidade a sede do governo, mas Jango e Brizola acabaram fugindo para o Uruguai.

Com base em um discurso de que o regime civil-militar instaurado em 1964 seria uma breve intervenção no cenário político nacional, a Ditadura consolidou-se e, aos poucos, foi demonstrando que essa intervenção não seria tão breve assim. Tentando manter uma “fachada democrática”, ainda havia certos espaços de contestação ao regime que eram utilizados pelos estudantes, exigindo pronta ação das forças policiais. Os órgãos de repressão passaram a cometer abusos e arbitrariedades não mais apenas contra setores pobres da população, espancando também estudantes que protestavam nas ruas e os grupos médios urbanos – que antes haviam apoiado o golpe, com medo do comunismo – que, aos poucos, começaram a protestar contra o regime.

O Rio Grande do Sul possui uma história diferenciada de Rio de Janeiro e São Paulo em relação à resistência armada à Ditadura, devido à forte tradição Trabalhista mais radical, representada na figura de Leonel de Moura Brizola, que logo após o golpe tentou organizar a partir do Uruguai uma insurreição contra o regime ditatorial, que ficou conhecida como Operação Pintassilgo, mas nunca passou do campo das articulações. Uma tentativa de insurreição nos moldes propostos por Brizola foi o movimento liderado pelo ex-coronel Jefferson Cardim e o ex-sargento Alberi Vieira,

que, vindos do Uruguai, invadiram o território riograndense em 20 de março de 1965, desenvolveram ações em cidades como Campo Novo, Três Passos e Tenente Portela, mas sem conseguir o apoio que esperavam, com novos levantes que eclodiriam em outras cidades, foram facilmente derrotados pelo exército brasileiro. Em novembro de 1966, dentro da estratégia dos nacionalistas revolucionários, liderados por Brizola, instalou-se um núcleo de treinamento de guerrilha na região de Caparaó, divisa entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Rapidamente descobertos pelas forças repressivas, esse foco guerrilheiro em 1967 já havia sido desbaratado por oficiais do exército.

Esse primeiro momento de luta armada no sul, feito por nacionalistas revolucionários ligados ao trabalhismo que havia sido deposto do poder, onde se tentou uma insurreição para retomar o poder tomado pelos militares em 1964, e no qual as ordens partiam basicamente do Uruguai, sob a liderança de Brizola, é chamado por Fábio André Gonçalves das Chagas (2007) de “Primeira Vaga da Luta Armada” no Rio Grande do Sul. A “Segunda Vaga”, na definição desse pesquisador, que é o foco da minha pesquisa, ocorreu quando se iniciou um processo de luta armada “tardio”, vindo membros de outros Estados do País – como Edmur Pércles Camargo – para abrir uma quarta frente de luta, já que nos outros Estados – RJ, SP e MG – a repressão já fechava o cerco.

Para compreender os eventos ocorridos no Rio Grande do Sul no período ditatorial, é preciso levar em conta certas peculiaridades do estado em relação ao resto do país. É importante frisarmos a forte tradição trabalhista, já citada acima, e que gerou tentativas de resistência logo após o golpe, e o fato do Uruguai ser o país predileto para os que rumavam ao exílio entre 1964-68, o que tornava o RS rota de fuga, armando-se um esquema para passar essas pessoas pela fronteira, com participação inclusive de Frei Beto. Brizola tentando armar uma retomada do poder também agitava o estado, devido à leva de pessoas que iam ao Uruguai e voltavam ao Brasil – chamados de “pombos-correios” –, fazendo esses contatos, entre eles Índio Vargas, que narra essas viagens que fazia em seu livro *Guerra é Guerra, dizia o torturador* (1981).

Mesmo considerando as particularidades do RS, não podemos deixar de assinalar que esse estado “vivenciou a ditadura como os demais estados brasileiros,

estava inserido na mesma dinâmica governamental e repressiva; assim, é impensável tratar seu estudo como uma ‘história regional’.” (PADRÓS e FERNANDES, 2010, p.33/34) Concordando com essa afirmação, é importante frisar que a luta armada contra a Ditadura no estado do Rio Grande do Sul, mesmo que tardia, desenvolveu-se de forma bastante semelhante ao resto do país, constituindo-se os grupos de considerável parcela de militantes oriundos do movimento estudantil, e sofrendo forte influência do contexto de fechamento institucional do regime, o que levou muitos à convicção de que a única forma possível de luta era a via armada.

Com base nos livros de memórias dos ex-guerrilheiros que sobreviveram, entrevistas que realizei com eles, notícias de jornais e o que já foi escrito sobre o tema, busco nesse capítulo fazer uma síntese do que ocorreu de luta armada nesse estado.

1.1.1 → A preparação para a Luta Armada: o Movimento Estudantil

Em Porto Alegre, como em diversos locais do país, o final da década de 1960 foi uma época muito marcante para o movimento estudantil. Um personagem importante que nos ajuda a compreender diversos elementos desse contexto é Cláudio Antônio Weyne Gutiérrez, que participou ativamente das mobilizações dessa época como integrante do Grêmio Estudantil do Colégio Júlio de Castilhos (Julinho), e também membro da direção da União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas (UGES), e escreveu o livro *A Guerrilha Brancaléone*. Entre 1966 e 1967 o “Grêmio do Julinho” promovia atividades culturais e participava ativamente de manifestações de protesto, dirigindo severas críticas ao autoritarismo da Direção da escola, que eram veiculadas no jornal “O Julinho”. Devido a isso, iniciaram-se as perseguições ao Grêmio Estudantil, acusado de *atividades subversivas*; a sede do Grêmio foi lacrada, e os estudantes resolveram montar uma barraca na praça em frente à escola e ali seguir suas atividades, como “Grêmio Livre”, não mais subordinado às ordens da direção.

Essa perseguição aos centros acadêmicos, aliada às questões como os acordos MEC-USAID⁶ e a luta pelo ensino gratuito, levaram à mobilização dos estudantes que realizaram grandes passeatas. Uma passeata que atingiu grande repercussão na cidade de Porto Alegre foi realizada no dia 11 de maio de 1967, e ficou conhecida como a *Passeata da Catedral*, pois contou com um grande contingente de manifestantes, que foram duramente reprimidos pela Brigada. A força policial entrou dentro da Catedral Metropolitana perseguindo e espancando os jovens que ali se abrigaram. Em matéria de página inteira, com chamada na capa sob a manchete “Passeata-Protesto acaba em conflito”, e uma foto de estudantes sendo espancados por policiais nas escadas da Catedral, o jornal Zero Hora de 12 de maio descrevia o ocorrido. Evidenciava que não apenas os manifestantes foram reprimidos, mas também um estudante de 15 anos que “nada tinha a ver com a manifestação de protesto dos estudantes” (p.2), refugiou-se no interior da Catedral e foi atendido no Pronto Socorro Municipal, devido aos ferimentos que resultaram da violência dos policiais.

Gutiérrez, em seu livro, cita trechos do jornal “O Julinho” de maio de 1967, onde há uma descrição pormenorizada de como ocorreu a passeata, e uma descrição dramática dos espancamentos ocorridos dentro da Catedral:

Iria iniciar a missa das seis horas. A polícia penetra no templo, perseguindo e espancando todos quantos estivessem lá dentro. Viravam bancos, devastavam confessionários, espancavam meninas e meninos junto ao altar-mor. Átila, o sanguinário e bárbaro Átila, quando invadia cidades, poupava seus templos e os que se refugiavam neles (*apud* GUTIÉRREZ, p.35/36).

O General Ibá Ilha Moreira, Secretário de Segurança Pública, aproveitou o ocorrido para afirmar que ninguém havia permanecido detido após essa manifestação, mas queria alertar os pais – numa espécie de ameaça – para que não deixassem mais seus filhos participarem dessas manifestações, pois existiriam entre os manifestantes “inúmeros elementos remanescentes do esquema de agitação imperante antes de 31 de março” (ZH, 12/05/67, p.2), numa clara referência ao grupo que havia sido derrubado com o golpe.

⁶ Essa sigla refere-se à reforma que foi realizada na educação brasileira, com base em acordos feitos entre o Ministério da Educação (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID).

Essa passeata foi a gota d'água que teria gerado a expulsão de Gutiérrez e seus companheiros do Julinho, além de terem sido convocados para depor no DOPS, onde ficaram fichados como subversivos. A ZH de 1º de Junho de 1967 comunicava a expulsão de 4 alunos do Julinho: Nilton José Belo, Cláudio Simon Hutz, José Francisco Neto e Cláudio Antônio Weyne (Gutiérrez). Mas os alunos deixavam claro que não desistiriam da luta, seguindo com as passeatas:

Isto tudo faz parte da política gradualística do professor Magadan, na tentativa de sufocar os nossos movimentos de protesto contra a extinção da gratuidade de ensino, contra o vergonhoso acordo Mec-Usaid, contra o fechamento do Grêmio Estudantil Júlio de Castilhos e no prosseguimento da luta pela autonomia Gremial. Mas a nossa luta vai continuar (ZH, 01/06/67, p.3).

A repressão conseguiu promover um refreamento das mobilizações estudantis, que voltariam a se acirrar apenas em 1968, bastante influenciadas pelos acontecimentos no mundo e no resto do país, como a morte de Edson Luís no Rio de Janeiro e as diversas passeatas que por lá ocorriam, e se espalharam até o sul, em apoio aos estudantes e contra a repressão da polícia. Em fevereiro de 1968 Gutiérrez e seu grupo teriam se integrado à Direção da UGES, de onde acreditavam poder atuar mais fortemente na mobilização dos estudantes para a luta. Baseados na experiência das passeatas de 1967, os estudantes começaram a desenvolver estratégias de enfrentamento com a polícia em Porto Alegre, como relata Gutiérrez:

os mastros de bandeiras e faixas deviam ser robustos e facilmente manejados como porretes [...] Contra a cavalaria, utilizava-se grande estoque de bolinhas de gude, que serviam como projeteis para serem arremessados por bodoque e, também, rojões. Uma coluna de estudantes munidos de rojões impedia o avanço da cavalaria e, não raramente, provocava humilhantes e doloridos tombos nas ruas empedradas. [...] Formávamos grupos de combate de cinco ou seis estudantes, alguns com molotovs. Nas manifestações contra a morte de Edson Luís em Porto Alegre, as chamas atingiram um jipe e um camburão da Brigada (1999, p.66/67).

Ao final do mês de junho, inspirados na Passeata dos Cem Mil, realizada no Rio de Janeiro, e também influenciados pelo Maio Estudantil na França, os estudantes organizaram novas e grandes manifestações em Porto Alegre, inclusive com a ocupação da Faculdade de Filosofia da UFRGS, no dia 27 de junho de 1968. Índio Vargas narra em seu livro a tomada da Faculdade de Filosofia, liderada pela UGES, e da qual ele

participou. O autor descreve o ato como uma atitude rápida, decidida em assembléia e imediatamente posta em prática pelos estudantes, mas sem um planejamento, o que fez com que redundasse em fracasso: “a ocupação durou pouco mais de 24 horas, e como na tarde seguinte seria realizada uma grande passeata da qual todos os estudantes queriam participar, não havia número suficiente de pessoas para manter o domínio da Faculdade. Foi decidido que a entregariam à Direção.” (VARGAS, 1981, p.39)

A passeata do dia seguinte, 28 de junho, segundo Gutiérrez foi a “maior manifestação da época” (1999, p.74) em Porto Alegre, e foi violentamente reprimida pela Brigada, gerando a seguinte manchete na capa de ZH do outro dia: “Muita gente ferida”. A passeata saiu da Avenida Oswaldo Aranha, percorreu a Sarmento Leite, Independência, Andradas e Borges de Medeiros, sendo que nessa última avenida os estudantes teriam sido encurralados e recuaram até o largo da Prefeitura Velha, onde foram espancados, e “após os espancamentos, os soldados da Brigada Militar fizeram uma fogueira com os cartazes e faixas tirados aos manifestantes” (ZH, 29/06/68, p.15).

Mesmo com as ruas dominadas pela cavalaria, o clima era tenso pois os soldados da Brigada eram alvejados “pelos mais diversos objetos que choviam dos edifícios: garrafas, cinzeiros, tinteiros e sacos de plástico cheios de água” (ZH, 29/06/68, p.15), além dos estudantes que se reorganizavam no alto do viaduto da Borges de Medeiros e viajavam os brigadianos, dando gritos de “liberdade” e “assassinos”. Como saldo desse dia, dezesseis pessoas foram parar no Hospital de Pronto Socorro, em sua maioria estudantes. Muitos estudantes foram presos e os jornalistas protestaram contra a violência policial que se estendeu aos que buscavam noticiar os acontecimentos.

A partir daí teria havido um refluxo no número de participantes, principalmente por que os Centros Acadêmicos universitários declararam que não participariam mais dessas manifestações, o que enfraqueceu bastante as passeatas, constituídas então basicamente por secundaristas, que foram mantidas, com uma violência cada vez maior: “O Centro virou um palco de batalhas campais, onde entravam nas refregas populares, pessoas maltrapilhas, respeitáveis cidadãos de classe média, office-boys e meninos de rua.” (GUTIÉRREZ, 1999, p.75) Em 5 de julho, o jornal Zero Hora dava como manchete de capa “Passeata Fracassou”, não escondendo sua satisfação pelos universitários terem boicotado a passeata organizada pela UGES, fraca em comparação

com as anteriores e que segundo a ZH “não teve repercussão na vida da cidade e deixou patente o acerto dos universitários. Estes usaram de inteligência e bom senso” (*Capa*, 05/07/68). O jornal, acreditando-se “com moral suficiente para opinar sobre os últimos acontecimentos estudantis” (*Capa*, 05/07/68), manifestava sua opinião sobre os conflitos que as passeatas vinham gerando em um editorial de Capa sob o título “A hora de refletir”:

Verberando o uso da violência e igualmente a ofensiva depredatória, como incêndio de veículos ou atentados contra a propriedade privada ou oficial, podemos, neste momento, dirigir um apelo aos secundaristas, concitando-os que reexaminem a posição e sigam o exemplo dos Universitários. [...] Se a escolha for a rebelião, não há dúvida quanto ao desfecho: será desastroso. [...] chegou a hora da pausa. [...] Ou serão necessárias mais vítimas? (ZH, *Capa*, 05/07/68).

O próprio Gutiérrez reconhece em seu livro o final melancólico do movimento de passeatas dos estudantes: “No final, éramos muito poucos. Sem dúvida, a violência que as cercavam, tanto da repressão quanto nossa, não incentivavam a participação. Nossa insurreição ficou confinada a nós e a alguns outros poucos que insistiam até o limite de suas forças.” (1999, p.76) Ainda em julho de 1968, em um congresso, realizado em Santa Rosa, seu grupo perderia a liderança da UGES para setores da direita dentro do movimento estudantil, ligados ao governo ditatorial. Segundo Gutiérrez, depois disso “a UGES continuou sob o domínio da direita durante toda a ditadura militar.” (1999, p.78)

O fechamento das vias de manifestação política que ocorreu no Brasil ao fim de 1968 repercutiu no Rio Grande do Sul, e as passeatas foram minguando; enquanto muitos fugiam para fora do país, outros se deslocavam para estados como Rio de Janeiro e São Paulo, para ingressarem em grupos que já praticavam a luta armada. Mas desde o período das passeatas, alguns já pensavam na via armada de luta no RS.

1.1.2 → Primeira tentativa de Luta Armada: Os *Brancaleones*

Após as tentativas de resistência ao Golpe de 1964, e as tentativas de insurreição armada articuladas principalmente sobre a liderança de Leonel Brizola direto do Uruguai, o primeiro indício de grupo que buscou fazer luta armada no Rio Grande do

Sul encontramos no livro de Cláudio Antônio Weyne Gutiérrez, “*A Guerrilha Brancaleone*”. Ao mesmo tempo em que militavam no PCB e participavam ativamente do movimento estudantil e das passeatas, Gutiérrez, “Ico” (Luiz Eurico Tejera Lisboa) e seus companheiros sempre buscaram articular um grupo que praticasse a guerrilha em Porto Alegre. Entre maio/junho de 1967, surgiu a Dissidência do PCB no RS, que em breve se fundiria com a Política Operária (Polop), resultando no Partido Operário Comunista, o POC. Mas antes dessa fusão ocorrer, em novembro de 1967, Gutiérrez e seu grupo de secundaristas iriam romper com a Dissidência, fundando então uma dissidência da Dissidência do PCB, que se chamaria *Movimento 21 de Abril*, ou a *Guerrilha Brancaleone*, e que passaria a realizar ações armadas em Porto Alegre.

O apelido que acabou se consolidando em relação ao grupo do qual Gutiérrez fez parte foi inspirado em um filme produzido em 1965 por Mário Monicelli, “*O Incrível Exército Brancaleone*”. Sátira ambientada no período medieval, o filme conta as desventuras de um cavaleiro desastrado – Brancaleone de Norcia – seguido por um grupo de malucos e maltrapilhos. Esse filme passou nos cinemas da Capital exatamente na época em que Gutiérrez e seus companheiros haviam rompido com a Dissidência do PCB e optado pela luta armada, e foi numa sessão de cinema que um militante que havia permanecido na Dissidência, não rompendo junto com eles – Flávio Koutzi –, teria dado o apelido ao grupo: “No início, ficamos furiosos [...] Depois, até gostamos do apelido e a letra e música do filme, ‘branca...branca...branca, leon...leon...leon’, se transformaram em nosso grito de guerra.” (GUTIÉRREZ, 1999, p.79)

Feito o grupo, começaram a debater a possibilidade de armar um campo de treinamento militar, mas para isso necessitavam primeiramente conseguir armas. Os *brancaleones* decidiram então desapropriar armas de um coronel da ativa, Ilus Fagundes Ourique Moreira, pai de Sayene⁷, que era uma amiga do grupo, que morava num apartamento na esquina da Avenida Oswaldo Aranha com a Avenida Cauduro, no bairro do Bom Fim, em Porto Alegre.

Na segunda quinzena de dezembro de 1967, o coronel viajou para a praia de Capão da Canoa com sua família, e o grupo viu aquele momento como o ideal para a

ação de “desapropriação”. Gutiérrez e Luiz Eurico ficaram responsáveis por executar a ação, e ao revirarem a casa sob a luz improvisada de velas – a chave geral de eletricidade, localizada na caixa de luz do edifício, havia sido desligada – encontraram no baú interno de um sofá alguns apetrechos militares, uma metralhadora desarmada e uma pistola Luger, e os levaram numa mala do próprio coronel, deixando a casa revirada. Saldo da ação: “A metralhadora, uma Stein MKO, arma inglesa com pente lateral usada na 2ª Guerra, não tinha cano. A Luger era imprestável, pois não tinha estrias. Sobraram-nos algumas granadas de efeito moral e um manual da inteligência militar.” (GUTIÉRREZ, 1999, p.58)

Depois dessa ação Gutiérrez e Luiz Eurico teriam viajado para São Paulo e Rio de Janeiro, visando estabelecer contatos com outros grupos que praticavam a luta armada. Os contatos em SP não teriam sido muito produtivos, e no RJ, quando eles finalmente encontraram uma organização com a qual eles tinham “absoluta coincidência de pontos de vista” (GUTIÉRREZ, 1999, p.60) e marcaram futuros encontros, estes nunca ocorreram, pois a Dissidência do Rio de Janeiro (DI-RJ), que também utilizava a sigla MR-8, logo foi dizimada pela ditadura.⁸

Em janeiro de 1968 retornaram para Porto Alegre e em fevereiro juntaram-se à direção da UGES, visando conseguir contato com um número maior de militantes, dedicando-se fortemente às mobilizações estudantis narradas anteriormente. O grupo, entretanto, nunca abandonou a idéia de organização de um foco guerrilheiro e continuou reunindo-se para eventualmente organizar alguma atividade relacionada à preparação para a luta armada.

Uma das atividades seguidamente praticada pelo grupo eram as pichações; como exemplo, quando da notícia da morte de Che Guevara na Bolívia, eles teriam passado a noite pichando e segundo Gutiérrez “Porto Alegre amanheceu coberta com a frase: ‘Vingaremos ao Che’” (1999, p.44), inclusive em locais próximos a quartéis e delegacias. Outra atividade comum do grupo era participar das passeatas estudantis

⁷ Os nomes do coronel e da filha foram revelados por Gutiérrez na entrevista (p.4), no livro ele preferiu não revelar, usando os pseudônimos Nero e Cylene.

⁸ Mais tarde a Dissidência da Guanabara (DI-GB) utilizaria a sigla MR-8 para seqüestrar o embaixador dos EUA no Brasil e provocar um dos episódios de maior humilhação impostos à Ditadura, que há pouco tempo atrás havia alardeado em todos os jornais a destruição do MR-8.

visando canalizar os estudantes para uma maior radicalização, como Gutiérrez disse na entrevista: “tínhamos uma atuação intencional, incendiária, da repressão incendiámos umas quantas...” (ENTREVISTA GUTIÉRREZ, p.4).

Mas ao tratar das ações do grupo em seu livro, o autor é enfático: “Nossas ações foram uma sequência de trapalhadas” (1999, p.80). Gutiérrez comenta que o grupo possuía diversas deficiências e limitações, como a inexperiência e “a maior delas, sem dúvida, a imaturidade” (1999, p.79) – como exemplo o autor cita que apenas dois deles sabiam dirigir. Sem se preocupar em contar todas as ações, nem dar detalhes de cada uma delas – teriam sido “mais de uma dezena de operações bem ou mal sucedidas onde não faltaram situações que fugiram ao nosso controle” (1999, p.80) –, Gutiérrez apenas cita algumas *a título de exemplo*.

O autor começa refletindo que a história das armas que eles possuíram seria “significativa do grau de improvisação e amadorismo” (1999, p.80) que os caracterizava. A invasão ao apartamento do Coronel teria tido como resultado apenas uma “Stein MKO sem cano e uma Luger inutilizada” (1999, p.80). O grupo conseguiu também um revólver calibre 38, que foi tirado de um policial no meio de uma passeata com “uma certa martelada. Em razão dos efeitos do choque, conhecíamos este revólver como o ‘38 do cano torto’” (1999, p.81). Já a tentativa de conseguir mais uma metralhadora numa ação na casa do Comandante da Base Aérea de Canoas – informação dada na entrevista – é narrada no livro da seguinte forma:

Numa mansão no Moinhos de Vento, um recruta da aeronáutica fazia guarda com uma flamante metralhadora. A arma seria repassada para companheiras que, em rua próxima, empurravam um carrinho de bebê. O sentinela não colaborou. Agarrando-se à metralhadora e gritando alucinadamente, obrigou o nosso ‘comando’ a sair em desabalada carreira por entre as árvores. O recruta, após se recompor, deu uma rajada de metralhadora. O ‘38 do cano torto’ foi acionado três vezes até sair uma bala (1999, p.81).

Gutiérrez também conta a história de algumas dinamites recebidas como presente de um amigo da VPR, Wilson Egídio Fava, o “Laércio”.⁹ Um capitão se propôs a dar orientações sobre ações guerrilheiras a eles, o que gerou outro episódio anedótico:

⁹ Segundo CHAGAS, 2007, p.54.

O curso do Capitão, em determinado momento, versava sobre manejo de explosivos, sobre os cuidados que se tem que ter com a dinamite e o fenômeno da exudação, ou seja, quando a banana começa a expelir gotículas de nitroglicerina, altamente instáveis e explosivas. Gotículas que exalavam um cheiro característico, como o que ele sentia naquele momento. Pedimos que se levantasse do baú onde estava sentado e retiramos o pacote com os cartuchos. O Capitão, com todo o seu sangue frio, começou a suar. Limpou cuidadosamente as dinamites e as mudou de posição, continuando a aula (p.70).

Essas dinamites “foram acondicionadas em dois petardos por um simpatizante que tinha curso de sabotagem na China” (1999, p.82). Um petardo foi lançado contra o QG da Brigada na Avenida Praia de Belas, e o outro foi atirado do viaduto Otávio Rocha contra tropas que se deslocavam pela Borges de Medeiros. “Os petardos, graças a Deus ou à inabilidade do técnico chinês, não explodiram” (1999, p.82).

No fim de dezembro de 1968, já após a decretação do AI-5, começou a ser planejada detalhadamente o que seria a primeira grande ação do grupo, um assalto a banco. Para realizar o assalto, foram roubar (*desapropriar*) um carro: “O carro desapropriado, um Itamarati, foi localizado por uma radiopatrulha e, na perseguição, o Félix terminou se chocando contra um poste. Após longa correria, fomos presos o Nilton Bento e eu e levados para o Palácio da Polícia abaixo da maior pauleira” (GUTIÉRREZ, 1999, p.84). No DOPS, a primeira impressão que Gutiérrez se deparou foi com os gritos da tortura que ele ouvia, causando um profundo impacto. O autor não chegou a ser torturado, mas além dos gritos que ouviu, foi interrogado numa “cela onde havia instrumentos para aplicar choques elétricos” (1999, p.85), o que demonstrou que “a possibilidade estava na ordem do dia” (1999, p.85). Mostrando ainda um pouco o caráter *amador* da revolta de Gutiérrez e seus amigos, ao ser solto ele teve que ouvir do delegado Marco Aurélio Reis: “Eu quero avisá-los de que se o ‘21 de abril’ está partindo para a guerrilha urbana, eu vou buscar vocês na casa dos seus pais” (1999, p.85).

Ao sair da prisão, Gutiérrez reuniu-se com o grupo, e ao fazerem uma análise da situação chegaram à seguinte conclusão: “nas condições nas quais atuávamos, estávamos condenados ao fracasso. [...] Nossa crise, a dos Brancaleones, era profunda. Sem capacidade operacional, sem inserção política, inviabilizávamo-nos como organização” (1999, p.86/87). Em abril de 1969, o grupo separou-se, a maioria entrando

na VAR-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares), e em julho, chegando à conclusão de que não tinham realmente futuro como agrupamento político, enterraram de vez o *Movimento 21 de abril*: “Continuávamos amigos, mas cada qual estava liberado para ingressar na VAR ou onde lhe parecesse melhor” (1999, p.88). Gutiérrez fugiu para o Uruguai, e Luiz Eurico entrou de vez para a luta armada indo para São Paulo, onde acabaria se tornando um dos “desaparecidos políticos” de nosso país.

1.1.3 → As ações armadas realizadas em Porto Alegre e Região Metropolitana

Para se compreender as grandes ações armadas realizadas em Porto Alegre e arredores, é necessário em primeiro lugar falar de um personagem que marcou esse momento na história do RS: Edmur Péricles de Camargo. Presença constante nos relatos de todos que participaram da luta armada no estado, e capa dos jornais da época, sempre procurado pela polícia, que oferecia recompensa por informações que ajudassem na sua captura¹⁰, o *Gaúcho*, como era chamado, foi responsável pela organização da maioria dos assaltos a banco – *expropriações* – realizados no estado. Ele era natural de São Paulo, mas viveu muito tempo no RS, atuando pelo PCB entre o final dos anos 1950 e o início dos 1960, quando foi responsável pelo jornal do partido, “Novos Rumos”. Nesta época, conquistou certo prestígio entre os militantes gaúchos, daí seu apelido.

Edmur era militante do PCB, ligado a Marighella, e em 1967 teria participado do assassinato – *justiçamento* – do fazendeiro José Conceição Gonçalves, mais conhecido como “Zé Dico”, na cidade de Epitácio Pessoa, em São Paulo. Esse fazendeiro era acusado pelos pequenos proprietários da região de ter grilado terras para construir sua fazenda,

empregando para isso capangas que mataram, agrediram ou ameaçaram muitos camponeses. Segundo documentos dos órgãos de repressão, Edmur teria matado o fazendeiro por ordem de Marighella, sendo a notícia publicada como um ato de

¹⁰ “3 milhões por uma pista” (Capa da ZH, 29/01/1970).

justiça social na primeira edição do jornal *O Guerrilheiro*, da organização clandestina [ALN], em abril de 1968 (COMISSÃO..., p.391).

Com essa ação, Edmur teria ficado com sua imagem prejudicada na região. Além disso, por divergir de Marighella ao insistir na implantação de focos guerrilheiros em Goiás, teria se deslocado para o Rio Grande do Sul em maio de 1969, estado onde ele já havia atuado politicamente em anos anteriores, para tentar abrir aqui uma nova frente de luta armada.

Ao chegar a Porto Alegre, Edmur estava convicto da necessidade de abrir uma “quarta frente de luta para desafogar os companheiros” (NUNES, 1982, p.45) do triângulo RJ – SP – MG, que já sofriam com uma intensa e bem organizada repressão. Defendendo a visão foquista de que era apenas iniciar um foco de luta que “logo seríamos dez, depois vinte, depois cem” (NUNES, 1982, p.45), Edmur não apresentava grandes condições para o início da luta armada, mas insistia nela, e Jorge Fischer Nunes, um dos primeiros que teria sido procurado por ele¹¹, escreve:

Tudo era tremendamente precário. Não tínhamos dinheiro e, por isto, devíamos concentrar as primeiras ações nas expropriações bancárias, a fim de levantar fundos para a revolução. Partíamos, portanto, para uma revolução semelhante à ‘Casinha’ de Vinícius de Moraes e Sérgio Endrigo: sem frente e sem fundos. [...] éramos apenas dois elementos e todo o nosso material bélico era constituído por uma Luger 9 mm e uma Mauser calibre 7,65. Era uma coisa admiravelmente ridícula, estupidamente maluca. Mas eu estava disposto a acompanhar Edmur (NUNES, 1982, p.45).

Índio Vargas, que fazia parte do Grupo Armado do PTB, foi procurado em sua casa por Edmur para um primeiro contato¹², e o descreve da seguinte forma: “um negro alto, forte, aparentando 50 anos, bem vestido, [...] cabeça raspada a navalha, [...] maneiras polidas, palavra fluente, linguagem característica de um homem de esquerda” (1981, p.40). João Carlos Bona Garcia também registra em seu livro a impressão que teve sobre Edmur, afirmando que ele “era realmente assim, folclórico, ridículo. Tinha

¹¹ Em seu livro, Nunes data esse primeiro encontro como tendo ocorrido em 1967, data que parece incorreta, pois todos os outros militantes colocam a vinda de Edmur para Porto Alegre em 1969, e as ações armadas só se iniciaram nesse ano. Outro indício do erro está no próprio livro quando Nunes cita que um dos motivos de Edmur vir ao sul era escapar de “organizações sinistras como OBAN e DOI-CODI [que] fechavam um círculo de fogo ao redor do tripé” (1982, p.45) RJ-SP-MG. A OBAN, que originaria os DOI-CODI, foi criada apenas em 1969.

um movimento chamado M3G: Marx, Mao, Marighella, Guevara. Uns trapalhões.” (1989, p.29) Jorge Fischer Nunes, que lutou ao lado de Edmur no M3G, ao lembrar de seu primeiro contato com ele em 1953, o descreve da seguinte forma:

Edmur foi sempre um mistério para mim. [...] Negro, alto, forte, porte majestático, imperturbável e bem educado. Apesar de todo o respeito que ele inspirava, eu costumava dizer, em tom caçoísta, que Edmur era em tudo semelhante a um súdito de Sua Majestade Britânica – súdito de um protetorado africano, naturalmente (1982, p.14).

Edmur estava decidido a criar uma *Coluna Móvel Estratégica* que realizaria ações no campo e nas cidades, começando por *expropriações bancárias* para arrecadar fundos para a guerrilha, e pedia ao grupo de Índio Vargas “apoio logístico para as ações que levaria a efeito em Porto Alegre e outras cidades do Estado” (1981, p.40). Na reunião com seu grupo do PTB, Vargas teria exposto o “juízo que formara: havia muito otimismo e algum exagero no plano” (1981, p.42), mas no debate eles decidiram por dar apoio estratégico às ações, visto que “se alguém estava disposto a fazer alguma coisa correta para ajudar na derrubada da ditadura, nosso dever era prestar colaboração” (1981, p.42). Assim Vargas iniciou seu apoio emprestando para Edmur utilizar como *aparelho* um apartamento que possuía na Avenida Borges de Medeiros, de onde ele começou a articular contatos com membros de outras organizações, como a VPR, VAR-Palmares e POC.

A primeira ação armada bem sucedida de cunho político que se registrou ocorreu em 13 de junho de 1969, um assalto à agência bancária da Caixa Econômica Federal localizada na Rua José do Patrocínio. Essa ação foi realizada por Edmur e Jorge Fischer Nunes, e nas palavras de Nunes em seu livro “tudo foi, realmente, simples e primário como roubar o doce de um cego” (1982, p.46). Os dois foram de táxi até o banco, conversando sobre uma suposta viagem que fariam, mas antes teriam que parar no banco. Então, pediram ao motorista que estacionasse “em um ponto cego, suficientemente perto para alcançarmos o carro com rapidez, na retirada, e

¹² Em seu livro Vargas coloca a data de agosto de 1969 (1981, p.40), que não bate com os eventos que se seguirão e nos quais ele participou, que ocorreram antes.

suficientemente longe para que o chofer não percebesse o que ocorria lá dentro” (NUNES, 1982, p.47), e realmente não percebeu.

Além do jornal que Edmur e Nunes deixaram na mão do taxista, já aberto na página de esportes, outro fator que ajudou para que ele nem percebesse a ação da qual estava participando foi a insistente chuva que caía, por volta das 16h50min, horário do assalto (ZH, 14/6/69, p.17). Ainda segundo Nunes, “foi a mais rápida expropriação bancária de que houve notícia: tudo foi realizado no tempo recorde de um minuto” (1982, p.48). A manchete da Folha da Tarde do dia seguinte estampava: “Assaltaram agência da CEFER em apenas 3 minutos” (FT, 14/6/69, p.21). Ao saírem da agência portando as valises com o dinheiro – quase 5 mil cruzeiros novos (ZH, 14/6/69, p.17) – e um revólver – um “Taurus”, calibre 38 – tirado do soldado da Brigada Militar Carlos Alberto Tôrres Alves, entraram no táxi que os deixou na Rodoviária, para a suposta viagem que fariam. A polícia, desorientada, não viu vínculo político na ação, e saiu prendendo ladrões comuns, que nunca foram reconhecidos pelos funcionários do banco como os assaltantes.¹³

No livro de Jorge Fischer Nunes, o autor comenta que, depois do assalto, ficou sabendo que um ex-vereador do PTB acompanhou a ação do outro lado da rua, “como se fosse um transeunte interessado nas vitrinas das lojas circunjacentes” (1982, p.48). Tudo indica que esse ex-vereador do PTB seria Índio Vargas, mas perguntado sobre o assunto o mesmo negou, na entrevista, devido ao fato de ter trabalhado na Caixa Federal: “não, pra Caixa eu não dava cobertura, não podia dar cobertura, como é que eu ia dar cobertura, se eu era conhecido e tudo... Imagina...” (p.15). Na mesma entrevista Índio Vargas afirmou ter dado cobertura em determinado assalto, mas sem recordar especificamente qual. Seguindo a cronologia das ações narradas por Vargas em seu livro, ele só teria coberto a segunda ação, da qual falaremos a seguir. Nessa primeira ação, Índio Vargas teria sido chamado por Miguel Marques em sua casa, pois Edmur, procurado pela polícia, havia se escondido dentro do Cinema Carlos Gomes, no centro; foi até lá, e o ajudou a sair daquele local, levando-o para um esconderijo seguro – o

¹³ Na Folha da Tarde de 16/6/69 era apontado Antônio Gonçalves, primo do famoso assaltante “Pinguim”, como suspeito (p.50), e a ZH de 17/6/69 noticiava a prisão de Odomar Edgar Ebert, que apesar de não ser reconhecido como o assaltante do banco, ficaria detido “pois tem muita coisa a contar à polícia” (p.28).

aparelho da Borges estava já muito visado, pois vários militantes tinham passado por lá – no Bairro Independência, numa loja de um amigo do PTB, Coronel Emílio Neme.¹⁴

Nesse momento, Índio Vargas narra em seu livro uma conversa que teria tido com Edmur onde o teria convencido a retornar para São Paulo e reintegrar-se à Aliança Libertadora Nacional (ALN), de Marighella, da qual ele havia se desligado, pois se não houvesse uma ligação com organizações de peso de outros Estados, a luta ficaria isolada no Rio Grande do Sul. Edmur teria concordado, mas argumentado que antes precisaria fazer mais uma expropriação, pois a anterior não havia dado o resultado almejado.

No hotel Ritz, na Rua André da Rocha, realizou-se uma reunião onde planejaram como seria a próxima ação, agora com participação de Índio Vargas armado, dando cobertura dentro de um veículo. Esse segundo assalto, organizado por Edmur, foi no dia 23 de julho do mesmo ano na agência Petrópolis do Banco Industrial e Comercial do Sul S.A., conhecido como Sulbanco, que se localizava na esquina da Avenida Protásio Alves com a Rua Barão do Amazonas.

Enquanto a alta cúpula policial da cidade reunia-se no Salão de Atos do Palácio da Polícia para homenagens, os guerrilheiros, utilizando-se mais uma vez de um taxista desavisado – que depois ficou detido para interrogatório –, às 17h10min invadiram e assaltaram o banco acima citado, levando mais de 50 mil cruzeiros novos, segundo a *Folha da Tarde* (24/7/69, p.36). Segundo Chagas, participaram dessa ação “Edmur, Bertulino Garcia da Silva e João Batista Rita, ‘Laerte’ do POC, Índio Vargas e Airton Muller Rodrigues” (2007, p.72). Entraram no banco os três primeiros, enquanto Índio e Airton ficavam num carro que dava cobertura para o caso de algo dar errado, e “Laerte”, em outro carro próximo ao local, fazia o transbordo dos militantes para despistar uma possível ação de perseguição da polícia. Dentro do banco, o contador teria hesitado frente à ordem de passar o dinheiro, ao que Edmur teria disparado dois tiros no chão, que o persuadiram a agir conforme as ordens, e a ação transcorreu sem mais percalços.

A soma obtida – apenas 18 mil, segundo Índio Vargas (1981, p.46), – foi dividida entre Edmur, os integrantes do POC que haviam participado e os participantes

¹⁴ Em entrevista, Bona Garcia afirmou que o episódio em que Índio Vargas teve que buscar Edmur no cinema foi o assalto a um banco em Cachoeirinha, que veremos a seguir. Em suas palavras: “o próprio Edmur depois me contou isso no Chile” (p.3).

do Grupo Armado do PTB, entre eles Vargas. Mais uma vez a suspeita recaía sobre criminosos comuns, sendo os primos do assaltante conhecido como “Pinguim” mais uma vez citados, na *Folha da Tarde* (24/7/69, p.36).

Depois desse assalto, Edmur teria retornado a São Paulo¹⁵ para buscar restabelecer o contato com a ALN, “deixando atrás de si companheiros vivendo os reflexos de uma inusitada experiência, uma polícia desorientada e uma imprensa ávida por notícias do ‘terrorista negro’” (VARGAS, 1981, p.46). Com o assassinato de Marighella, no início de novembro de 1969, toda direção da ALN entrou na mais completa clandestinidade, e com isso teria ficado difícil para Edmur reintegrar-se à organização, e este retornou no mesmo mês para Porto Alegre, decidido a continuar a luta armada no Rio Grande do Sul. Mas o Grupo Armado do PTB não estava mais disposto a se arriscar em ações como aquelas que Edmur protagonizava, e Vargas comunicou a ele que não participariam mais das expropriações – segundo o autor o mesmo teria acontecido com os integrantes do POC –, tendo deixado claro que, mesmo não querendo mais ter qualquer participação direta ou indireta nas ações, se fosse preciso Edmur poderia recorrer a ele que receberia ajuda.

Com a morte de Marighella, o estado agitou-se, pois foram presos padres como Frei Beto, que a partir do RS ajudavam militantes da esquerda a fugirem do Brasil, como atestam as notícias dos jornais.¹⁶ Ocorreram também em novembro de 1969 ameaças anônimas por telefone à polícia, de que sofreriam represálias devido à morte do grande líder da luta armada¹⁷, ameaças que não se concretizaram, mas levaram ao reforço do policiamento. Como resultado, o delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury¹⁸, conhecido torturador, veio para o Rio Grande do Sul para interrogar Frei Beto e os outros padres envolvidos no *esquema de subversão*.

Nesse retorno de Edmur, teria se juntado ao grupo João Batista Rita, o “Catarina”. Edmur batizou o grupo com o nome de M-3G “numa tríplice homenagem a

¹⁵ Em outubro de 1969, segundo CHAGAS (2007, p.72).

¹⁶ “A subversão aqui: 8 freis presos” (ZH, 8/11/69, Capa).

¹⁷ “Terroristas ameaçam prédios da polícia” (ZH, 10/11/69, p.22).

¹⁸ “Delegado de S. Paulo interroga Frei Beto” (ZH, 12/11/69, Capa).

Marx, Mao e Marighella – e, finalmente, a Guevara” (NUNES, 1981, p.49).¹⁹ A sigla teria servido para que membros de outras organizações, mais bem estruturadas, ironizassem o grupo como o *Movimento dos 3 Guerrilheiros*, comentário que, considerando o início do grupo, não é de todo despropositado.²⁰ Segundo Índio Vargas, como líder de um grupo agora organizado, Edmur teria estabelecido contatos com a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Vanguarda Armada Revolucionária (VAR-Palmares) e com o Movimento Revolucionário 26 de março (MR-26).

A segunda ação que Nunes participou, junto com Edmur e João Batista Rita, no dia 2 de dezembro de 1969, foi uma expropriação à agência da União de Bancos Brasileiros S/A em Cachoeirinha, cidade vizinha de Porto Alegre ligada apenas por uma estreita ponte. O assalto ocorreu sem percalços, mas na fuga, o carro utilizado por eles, um velho Citroen negro, “espirrou, tossiu, bufou – e parou. João Batista tentou consertá-lo: em vão. A máquina não pegava.” (NUNES, 1982, p.50) Edmur, com o saco de dinheiro, pegou um ônibus, enquanto Nunes e Rita ficavam junto ao carro tentando fazê-lo pegar.

Quando os carros da polícia apareceram, Nunes e Rita prepararam-se para enfrentá-los entrincheirados atrás do veículo, mas por sorte eles passaram reto; mais tarde Nunes soube que a sorte deles devia-se ao fato de logo após o assalto um Volks ter partido em alta velocidade da frente do banco – um marido cuja esposa estava doente e que havia comprado remédios para ela – o que fez com que o gerente passasse a informação errada para a polícia. Além disso, ao chegar a informação à Central de Comunicações da Brigada, foi transmitida modificada também via rádio, por um oficial brizolista que inverteu a marca do carro e a cor – oficial esse que quando descoberto foi torturado, relata Nunes que o encontrou na prisão.

A desorientação da Polícia frente a esse assalto fica comprovada na Capa de ZH do dia seguinte, quando junto à foto de Edmur aparecia a de Carlos Lamarca, sob a

¹⁹ Segundo Índio Vargas o M3G teria sido criado apenas em fevereiro de 1970, mas essa data entra em contradição com a apontada por Nunes, pois o assalto em Cachoeirinha foi no início de dezembro de 1969.

²⁰ Segundo o “ORVIL” (p.356), inicialmente o nome dado ao grupo por Edmur teria sido M2-G, em homenagem a Marx, Mao e Guevara, mas com a morte de Marighella em novembro de 1969, na volta a Porto Alegre Edmur teria acrescentado mais um “M” em homenagem ao companheiro e líder morto pela repressão.

manchete “No roubo, Lamarca é suspeito” (3/12/69). Em matéria de duas páginas, com o título “Este assalto será obra da subversão?” (p.28), o jornal dava detalhes como o horário da ação – 10h15min – e o valor levado – trinta e oito mil cruzeiros novos – da única agência bancária de Cachoeirinha. A mesma matéria ressaltava o despreparo da polícia de Cachoeirinha para investigar o assalto, e terminava especulando sobre a possível participação de Carlos Lamarca na ação.

Já na edição do dia seguinte, na capa já se dava a manchete da identificação dos assaltantes, adiantando que Edmur havia sido reconhecido pelo gerente do banco, e que a “caçada aos terroristas” (p.29) seguia com fortes mobilizações do aparato policial, havendo inclusive informações que eles teriam sido vistos dentro de um veículo Volkswagen de cor gelo que seguia em direção a Porto Alegre, mas ninguém foi capturado, e nos dias seguintes não apareceu mais referência a essa ação nos jornais.

A terceira expropriação que Nunes narra junto com Edmur teria sido num banco no Bairro Cristal, em Porto Alegre, muito próximo de uma delegacia – são os únicos dados que o autor cita no livro. No jornal ZH de 29 de janeiro de 1970, aparece a notícia de um assalto no dia anterior a uma agência do Banco do Estado do Rio Grande do Sul “no Bairro Tristeza, localizada a menos de 200 metros da Sexta Delegacia de Polícia” (p.23), provavelmente a mesma ação.²¹ Assim como no assalto anterior haviam participado três pessoas²², e apenas Edmur havia sido identificado; pelo relato de Nunes fica claro que as ações eram realizadas por ele, Edmur e João Batista Rita, o M3G.

A notícia do jornal acrescentava que os fios telefônicos da agência haviam sido cortados para que eles não pudessem pedir socorro, e que os assaltantes haviam fugido numa Kombi de cor gelo, levando 24 mil Cruzeiros Novos. Teriam sido realizadas buscas em Porto Alegre, mas nada havia sido encontrado, e especulava-se que os assaltantes eram “ligados ao Grupo Lamarca-Marighela” (ZH, 29/01/70, p.23). Na capa da mesma edição destacava-se a oferta de “3 milhões por uma pista” feita pela Secretaria de Segurança Pública, e em matéria do dia seguinte o título alertava que

²¹ Os bairros Cristal e Tristeza são limítrofes, o que pode explicar facilmente a confusão feita por NUNES na hora de escrever suas memórias...

²² Segundo CHAGAS, Edmur, João Batista Rita e Paulo Roberto Telles Franck (2007, p.73), sem citar a fonte.

“Ainda ninguém quis receber recompensa” (ZH, 30/01/70, p. 23). Nessa edição aparecia uma referência aos outros assaltos, relacionando todos a Edmur:

O primeiro foi contra a agência José do Patrocínio na Caixa Econômica Federal. O segundo contra a agência Protásio Alves do Sulbanco; o terceiro em Cachoeirinha, contra a agência da União de Bancos e, finalmente, contra o BERGS, agência Tristeza (ZH, 30/01/70, p. 23).

Ainda sobre essa ação, Chagas afirma que “o M3G deixou afixado no vidro da agência uma carta aberta ao ministro da Fazenda Delfim Neto criticando a política econômica do governo” (2007, p.73), informação não citada pelos jornais.²³ Ainda segundo esse autor, teriam participado do levantamento para a ação, além dos três militantes já mencionados, Ângelo Cardoso da Silva²⁴ e Ataíde da Silva Teixeira. O autor ainda especula que a organização VAR-Palmares teria tido uma pequena participação, pois “recebeu uma parte da quantia expropriada pelos revolucionários” (2007, p.73). A essa altura a polícia já havia identificado Edmur, seu rosto era uma constante nas capas de ZH, sempre aparecendo como terrorista procurado.²⁵

Em fevereiro, não se encontra nenhuma referência a ações armadas, tanto nas memórias dos guerrilheiros, como nos jornais. Mas março de 1970 seria um mês marcante, começando com a expropriação de um carro do Banco Brasul que arrecadava o dinheiro da Ultragás na manhã do dia 2 de março, feita por João Carlos Bona Garcia e mais quatro companheiros que pertenciam à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).²⁶ Na Vila Rio Branco, em Canoas, com um Gordini roubado na noite anterior, fecharam a rua para parar o Volkswagen aonde estava o funcionário da Ultragás e o abordaram armados mandando que descesse do carro. Garcia foi encarregado de retirar o motorista do carro, um Fusca, e levar este embora com o dinheiro.

Após a ação bem sucedida, Garcia dirigiu o Volkswagen até um ponto combinado em Porto Alegre, onde passou os dois sacos de dinheiro para alguém que

²³ E da qual CHAGAS não cita a fonte, como de costume.

²⁴ Ângelo é apontado por CHAGAS como motorista de táxi, que ajudou nessa ação e que já vinha ajudando o M3G em outras ações, e que após essa recebeu uma quantia para comprar outro veículo e legalizar os papéis. Ângelo morreria em 23 de abril de 1970 no Presídio Central, suicidou-se enforcado em um lençol, segundo a versão oficial.

²⁵ 03/12/69, 29/01/70, 30/01/70.

²⁶ Segundo CHAGAS, Irgeu João Menegon, Fernando Pimentel, “Amâncio” e “Ernesto” (2007, p.80).

não conhecia, e depois livrou-se do carro numa vila, pegando um táxi para a faculdade. Na euforia após a *expropriação*, Garcia narra que havia deixado o revólver ainda engatilhado na cintura. Somente ao retornar para casa teria se dado conta do perigo que correu: “A camisa tinha se enroscado no cão do revólver, por milagre não me dei um tiro. Qualquer coisa em que eu batesse teria feito o revólver detonar” (1989, p.37). Tanto o Volks roubado na ação, como o Gordini roubado no dia anterior para fazer o assalto foram logo encontrados pelas autoridades e levados para a Delegacia de Furtos e Roubos, onde foram examinados por peritos da Polícia Técnica buscando pistas, sem muito sucesso.

Na Zero Hora do dia seguinte (3 de março), uma chamada de Capa com uma foto do Gordini utilizado para o assalto chamava a atenção para a matéria intitulada “Este assalto foi obra do Lamarca?” (p.18), onde entre fotos dos assaltados e de um menino chorando por ter entrado em contato com os *subversivos* e sido “ameaçado de morte caso contasse a polícia os seus traços fisionômicos” (ZH, 03/03/70, p.18), era descrita a ação, ou ao menos o que a polícia conseguira apurar. A matéria dava a hora exata – 10h da manhã –, o local – Rua Primavera, na Vila Rio Branco – e o valor levado – 90 mil Cruzeiros Novos –, afirmando, como em matérias anteriores, que um dos principais suspeitos era Carlos Lamarca – que não participou da ação, segundo Garcia –, e enfatizava o tom amedrontador, contando também que uma senhora ainda não identificada estaria hospitalizada “pois perdeu a criança devido a ameaça que lhe foi feita por um dos assaltantes” (ZH, 03/03/70, p.18). Na ZH do dia 4 de março, registrava-se que diversas “blitz” eram feitas pela Brigada Militar para “combater a onda de assaltos e crimes que está ocorrendo” (p.2), mas haviam sido presos apenas “conhecidos maconheiros, rufiões, meretrizes e gatunos” (p.2).

1.1.4 → Ousadia, falhas e quedas: o declínio da Luta Armada no RS

No dia 18 de março uma ousada expropriação foi realizada numa agência do Banco do Brasil em Viamão. Os militantes do M3G, em aliança com a Vanguarda Armada Revolucionária (VAR-Palmares) e a FLN (Frente de Libertação Nacional), montaram, nas palavras de Jorge Fischer Nunes, uma

verdadeira operação de guerra. O Banco ficava praticamente ao lado do quartel da Brigada Militar. ‘Bicho’ Schiller, fardado de sargento da Brigada, e Martinha entraram no Banco, renderam o pessoal e ultimaram a expropriação. Tinham vindo em um automóvel particular, especialmente expropriado para aquele fim. Do lado de fora, um caminhão com a carroceria cercada por fardos de alfafa. No centro da carroceria, entre os fardos, uma metralhadora pesada apontava para o quartel. Se os brigadianos percebessem o que estava ocorrendo no Banco, não poderiam sair à rua, pois o fogo pesado os interceptaria. Felizmente nada disso foi preciso (1982, p.57).

A Zero Hora do dia 19 de março de 1970 destacava o episódio na Capa e descrevia o assalto em uma matéria de página inteira, sob a manchete “Havia uma bela loira no assalto” (p.27). Segundo o jornal a ação teria se iniciado por volta das 12h30min, e contado com a participação de cinco guerrilheiros, entre eles “uma jovem de mini-saia, xadrez quadriculado, cabelo loiros e baixa estatura” (ZH, 19/03/70, p.27) – Martinha –, e um dos militantes utilizava um uniforme militar com a graduação de sargento – o “Bicho”, Gustavo Buarque Schiller. Entre os assaltantes, o jornal chamava a atenção para um “mulato, de estatura acima da média” (ZH, 19/03/70, p.27), Edmur.

A ação não teria trazido grandes resultados em termos financeiros, pois o gerente do banco, único que possuía a chave do cofre, não estava presente na hora do assalto²⁷, levando os guerrilheiros apenas oito mil Cruzeiros Novos, que se encontravam nos caixas. As informações sobre os veículos utilizados pelos militantes eram desconhecidas, e apenas a camioneta F-100 – roubada de uma firma de transportes – foi logo encontrada abandonada. Segundo Chagas, Gustavo Buarque Schiller, o “Bicho”, disfarçado de sargento da Brigada Militar, teria rendido o brigadiano que prestava serviço em frente ao banco, e entrado junto com “Martinha”, que usava uma peruca loira como disfarce. Na camioneta F-100, com uma metralhadora apontada para o quartel da Brigada, estavam Francisco Martinez Torres e Paulo Roberto Telles Franck.²⁸

Índio Vargas corrobora em seu livro que teriam participado dessa ação o dirigente da VAR-Palmares no RS, o “Bicho”, “Martinha” e Edmur, e acrescenta que na

²⁷ Segundo CHAGAS, Edmur teria exigido que “Martinha” buscasse o mesmo em casa, mas ela teria se negado a realizar tal ação (2007, p.75).

²⁸ Segundo CHAGAS (2007, p.74), participaram ainda Dario Viana dos Reis, Ângelo Cardoso da Silva e Maeth Domingos Boff, o “Laerte” (o quinto elemento que adentrou o banco).

expropriação eles teriam aproveitado a oportunidade para entregar panfletos que denunciavam as violências da ditadura e condenavam o arrocho salarial e as torturas, além de fazerem uma homenagem aos “vivos e os mortos: Mao, Marighella, Guevara e Brizola” (1981, p.51). Chagas afirma que teriam colado no vidro do banco um manifesto com a foto de Marighella, homenageando o líder máximo da ALN e o ex-sargento Manoel Raymundo Soares, além de deixarem na agência “três boinas com os nomes das organizações envolvidas na ação (M3G, VAR-Palmares e FLN)” (2007, p.75). A Zero Hora, sob o subtítulo de “Subversão”, informava apenas que

os assaltantes deixaram três boinas de cor vermelha, com a inscrição ‘F.L.N.’ além de outros panfletos de caráter subversivo. Na porta do estabelecimento, foi afixado um comunicado mimeografado, assinado pela Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares, com um retrato recortado de jornal de Carlos Marighella, terrorista morto no ano passado em São Paulo (19/03/1970, p.27).

Chagas afirma que o M3G ainda planejou duas ações que não chegou a colocar em prática: um assalto à empresa Texaco na cidade de Canoas e dinamitar um colégio na mesma cidade. O assalto não ocorreu, pois não conseguiram o veículo adequado e um militante se recusou, pois era muito conhecido na região e teve medo de ser identificado. O plano de dinamitar a escola vinha do fato de que era uma instituição que há muito tempo a população e os próprios professores reclamavam das péssimas condições em que o prédio se encontrava; a idéia era dinamitar a escola à noite, quando ninguém por lá estivesse, e oferecer no outro dia pelo rádio o dinheiro para a necessária reforma, mas a idéia foi abandonada “por razões que desconhecemos” (CHAGAS, 2007, p.77). Outra ação não realizada teria sido planejada pelo M3G com a VAR-Palmares, um assalto a banco marcado para o dia 9 de abril na cidade de Caxias do Sul; essa ação não foi realizada a pedido da VPR, que planejava o sequestro do cônsul dos Estados Unidos em Porto Alegre, e não queria que aumentassem as atividades dos órgãos repressivos por aqueles dias.

O clima de medo em relação às ações terroristas reflete-se na ZH de 21 de março, onde uma notícia sobre quadrilha que estaria atuando na Capital roubando placas e documentos de automóveis, questionava: “O furto de placas é obra do terror?” (p.19). Outra matéria no jornal do mesmo dia intitulada “Suspeita de assalto” falava de um

“mulato de blusão azul” que rondava uma agência bancária, o que fez com que o delegado da região determinasse “que fosse aumentada a vigilância em seu distrito, como medida de precaução para um eventual assalto” (p.22).

Na visão de Jorge Fischer Nunes, o fim dado às armas utilizadas na ação em Viamão acabaria por selar o destino de diversos integrantes da luta armada, principalmente do M3G. A camioneta roubada, antes de ser abandonada, foi levada para a chácara do ex-tenente Dario Vianna dos Reis, em Viamão mesmo, onde ele deveria se livrar das armas. Dario as desmontou e iria enterrá-las, mas como o mesmo havia participado da Guerrilha do Caparaó, imaginou que sua chácara era alvo óbvio para revistas, então resolveu levá-las para outro local. Como as saídas de Viamão estavam todas bloqueadas e os veículos particulares estavam sendo revistados, colocou as armas num saco e pediu que seu chacareiro, Avelmar Moreira de Barros, as levasse de ônibus. “Para maior certeza, resolveu seguir, no seu velho Opel, o ônibus em que o chacareiro viajava. Decididamente aquela não foi a melhor tática” (NUNES, 1982, p.58).

Um policial militar que viajava no mesmo ônibus, da linha Lomba do Pinheiro, notou que havia algo estranho, pediu que o ônibus parasse e foi averiguar por que o Opel estava seguindo o transporte coletivo. Dario usou uma justificativa de que o carro não estava bem dos freios, então estava seguindo o ônibus para evitar algum acidente maior, caso fosse necessário frearia no pára-choques do coletivo; o brigadiano aceitou a justificativa mas anotou a placa e o nome do ex-tenente. O chacareiro, vendo o que acontecia, com medo de ser preso, fugiu deixando o saco com as armas dentro do ônibus. Logo o saco com as armas foi encontrado, contendo inclusive resíduos de alfafa – para facilitar a ligação das armas com o assalto de Viamão. Foi fácil perceber que o ex-tenente Dario tinha ligação com aquelas armas. O Opel abandonado logo foi encontrado, e ao revistarem sua casa apreenderam uma metralhadora de fabricação caseira e uma pistola, além de prenderem Avelmar²⁹, a esposa e o filho do ex-tenente.³⁰ Aparelhos começaram a ser “estourados” e militantes começaram a ser presos; nas palavras de Nunes, “era o princípio da queda” (1982, p.59). O próprio foi logo preso

²⁹ Avelmar Moreira de Barros morreu no DOPS de Porto Alegre em 25 de março de 1970, logo após sua prisão. Versão oficial: suicidou-se com uma lâmina de barbear. A Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos Políticos desconfia da versão oficial.

como ele relata em seu livro, mas sem dar a data precisa, e seu nome apareceria como preso somente na Folha da Tarde de 28 de abril de 1970 (p.40).

Mas o acontecimento que realmente alertou a repressão para o que vinha ocorrendo no RS e gerou uma corrida desenfreada em busca da captura dos militantes da luta armada nesse estado foi a tentativa frustrada de seqüestro do cônsul dos Estados Unidos em Porto Alegre, Curly Curtiss Cutter, realizada pela VPR em 4 de abril de 1970. Esse evento aparece em todos os livros de memórias, ocupou páginas dos jornais por diversos dias, e nas palavras de Índio Vargas envolveu “toda a esquerda no Rio Grande do Sul” (1981, p.52). Segundo CHAGAS, o líder da ação, Félix Silveira da Rosa Neto, tinha consciência de que não tinham condições logísticas para realizar a ação, mas a circulação na época “de um documento manuscrito e assinado por treze presos políticos em [que] eram descritas as torturas a que estavam sendo submetidos” (2007, p.81/82), o teria impressionado, e então “Frank” (seu codinome) procurou o MR-26 para realizarem uma ação conjugada. Em março, segundo o ORVIL³¹, Carlos Alberto Serrasol já teria alugado uma casa, na Rua Alegrete, para guardar o cônsul.

Índio Vargas relata em seu livro detalhes do planejamento e execução do seqüestro, que foram reveladas por Félix Silveira da Rosa Neto, integrante da VPR que liderou a ação frustrada, e compartilhou cela com Vargas no DOPS. O autor recorda detalhes importantes que Félix teria lhe contado, como por exemplo, o fato de que o assalto ao carro-pagador da Ultragaz foi apenas uma espécie de treinamento que antecedeu a tentativa de seqüestro, pois devido aos “dólares do Ademar”³² a organização

³⁰ Conforme ZH de 24/03/70, p. 21.

³¹ O ORVIL é um documento, ou poderíamos classificá-lo como um livro não publicado, elaborado pelo Centro de Informações do Exército (CIEEx), entre 1985 e 1987, como uma espécie de resposta ao livro “Brasil Nunca Mais”, organizado por Paulo Evaristo Arns, denunciando os crimes da ditadura. A idéia do ORVIL é relatar a versão dos militares sobre a luta armada no Brasil. Por ser um livro elaborado com base em documentos “de dentro” do regime, contém informações precisas e que não se encontram em outro local, então utilizei ele buscando dados (datas, nomes, etc) que complementassem o “quebra-cabeças” que tentei montar nesse capítulo.

³² Os “dólares do Ademar” aparecem mais de uma vez no livro de Índio Vargas, em outro momento o autor comenta que parte desse dinheiro “tinha vindo para o RS através da VPR e da VAR-Palmares” (1981, p.76). É uma referência à fortuna expropriada pela VPR de um cofre de Ademar de Barros, que estava na casa de um irmão de Ana Capriglione, amante do político, e tia de Gustavo Buarque Schiller, o “Bicho”, quem deu as informações para o assalto à VAR-Palmares, organização da qual ele fazia parte. Nesse cofre havia 2,5 milhões de dólares (*segundo* COMISSÃO..., 2007, p.436), dinheiro que teria financiado diversas organizações de luta armada no Brasil por um bom tempo. Na Folha da Tarde de 1/4/70 reportagem afirmava que presos pertencentes à VAR-Palmares teriam revelado que veio para o

não necessitava de mais dinheiro, e que a ação foi realizada apenas pela VPR, pois o MR-26 foi procurado, mas problemas internos teriam impedido essa organização de participar do seqüestro.³³ Félix também teria relatado que existia uma forte linha de contato entre os grupos da luta armada no RS, pois antes de realizar a ação a VPR teria participado de uma reunião com as outras organizações onde pediu que fossem suspensas as operações de *expropriação*, pois precisavam que o clima estivesse calmo para realizar uma ação de tamanha envergadura, pedido esse que teria sido atendido, como por exemplo, o assalto a um banco em Caxias do Sul citado anteriormente, que seria realizado pela VAR-Palmares e o M3G, e que foi cancelado.

João Carlos Bona Garcia, que pertencia a VPR, relata em seu livro que fez o levantamento da vida do cônsul, mas não participou da ação devido a um deslocamento do braço esquerdo, provocado por “um japonês que não entendia bem o português” (p.39), e que o teria lançado para fora do tatame no seu primeiro dia de aula no Judô. Com um fusca *gentilmente expropriado*³⁴ de um casal de namorados³⁵, o grupo – composto por Félix, Gregório Mendonça, Fernando Pimentel e Irgeu Menegon³⁶ – fechou a rua por onde o cônsul passaria no caminho de casa. Mas o cônsul era veterano da Guerra da Coréia, estava saindo de uma festa e pilotava uma perua Chevrolet americana. Nas palavras de Garcia o seqüestro “foi mal preparado. [...] Para segurar um carro como aquele precisava uma caminhonete com cabine dupla ou outro carro pesado, nunca um fusca. Não podia dar certo.” (1989, p.41). O cônsul jogou seu carro - bem maior, um Chevrolet Plymouth-Wagon – sobre o fusca, o lançando na calçada e

grupo de Porto Alegre “mais de um milhão e 300 mil cruzeiros novos (300 mil dólares) para a prática de atos subversivos e para o pagamento do aluguel dos ‘aparelhos’ aqui montados” (p.35).

³³ Segundo CHAGAS (2007, p.82), a função do MR-26 seria fornecer a casa para esconder o cônsul, mas acabaram apenas fornecendo um membro para participar da ação, Gregório Mendonça, que no momento em que o cônsul fugia pensou em atirar no pneu da camioneta mas não o fez, dissuadido por Félix Silveira da Rosa Neto.

³⁴ O fusca foi roubado num local onde os casais iam para namorar, e estando esse casal sem roupa, no meio do “namoro”, os encarregados da ação, *realmente lamentando terem que tomar aquela atitude*, os teriam abordado da seguinte forma: “desculpem interromper, mas precisamos do carro” (GARCIA, 1989, p.41).

³⁵ Segundo CHAGAS a expropriação do veículo foi feita por Fernando Pimentel, Irgeu Menegon e Gregório Mendonça (2007, p.82).

³⁶ Segundo o ORVIL, cobrindo a ação ainda estavam Reinholdo Amadeo Klement e Antônio Carlos Araújo Chagas (p.525).

atropelando um dos participantes da ação – Fernando Pimentel segundo relato de Índio Vargas –, e conseguiu fugir, levando apenas um tiro no braço disparado por Félix.

No dia 6 a Capa de ZH estampava fotos do cônsul, de seu veículo com o vidro quebrado pelo tiro e do fusca que ele teria arremessado para a calçada, além de um mapa de onde o evento teria ocorrido. Em extensa matéria intitulada “Cônsul enfrentou os terroristas na Rua Dona Laura” (06/04/70, p.23), registravam-se dados precisos como o local exato da ação, o horário – entre 23h30min e 23h45min – e descrevia o que o cônsul teria feito após levar o tiro – foi para casa, onde foi socorrido pelos vizinhos, e levado ao Hospital de Pronto Socorro onde extraíram o projétil e ele passava bem. O delegado de polícia teria chegado ao local da ação cerca de uma hora após o acontecimento, e a perícia teria encontrado no fusca digitais que ajudariam a descobrir quem eram os *subversivos* responsáveis por aquela ação.

No dia seguinte, 7 de abril, na Capa de ZH a manchete anunciava “Terroristas ainda estão soltos”, e outra extensa matéria dava mais detalhes do evento, levantando novamente o nome de Edmur como possível líder do seqüestro frustrado – segundo os relatos dos militantes ele não teve ligação com essa ação, feita pela VPR. Em tom sensacionalista, nas páginas centrais de ZH apareciam fotos do cônsul com o braço imobilizado, em casa com sua mulher e filhos, sob o título “Depois da batalha”, e trechos da entrevista concedida pelo cônsul aos meios de comunicação eram divulgados em matéria, além de diversas manifestações de solidariedade que vinha recebendo.

As conseqüências dessa tentativa de sequestro se abateriam sobre todos, pois a ação frustrada serviu para alertar os órgãos de repressão para o que estava ocorrendo em Porto Alegre. É unânime nas memórias dos que lutavam contra a Ditadura o registro do impacto desse evento. Como registra Garcia, esse acontecimento teria sido “a causa do extermínio das organizações de luta armada aqui no Rio Grande do Sul” (1989, p.41), pois como assinala Índio Vargas

tinham ‘tocado a onça com vara curta’ – para usar uma frase feita, mas muito bem feita – [...] imediatamente vieram do Rio e São Paulo especialistas das Forças Armadas em operações antiguerrilha urbana, incluindo torturadores. Porto Alegre e arredores estava sob o mais absoluto controle das forças repressivas (1981, p.52/53).

Nunes observa que a partir daquele momento “intensificaram-se as ações policiais [...], as buscas tornaram-se intensas, o DOPS recebeu elementos do DOI-CODI (ou OBAN) para dirigir as operações, o major Átila Roeszester mandava prender qualquer suspeito e torturar” (1982, p.57).

Jorge Fischer Nunes descreve em seu livro que foi torturado “pelos majores Malhães e Cabral, dois integrantes da OBAN que vieram ao Rio Grande do Sul especialmente para dar aulas de tortura a presos políticos” (1982, p.68). Bona Garcia ao citar os dois assinala que eles “tinham convicção do que estavam fazendo, matavam friamente” (1989, p.41). Caroline Silveira Bauer aponta claramente quem foram os membros da repressão que vieram do Rio de Janeiro para ajudar nas “investigações” conduzidas pelo DOPS/RS: Clodoaldo Paes Cabral, 2º sargento que servia no Pelotão de Investigações Criminais (PIC) do 1º Batalhão da Polícia do Exército, e Paulo Magalhães (chamado de Malhães), capitão que trabalhava no Comando Centro de Informações do Exército (CIE) da Polícia do Exército (BAUER, 2006, p.129). A partir dessa maior profissionalização da repressão, com as prisões e torturas sistemáticas, as quedas foram aumentando cada vez mais, e foram sendo desmontadas sistematicamente as poucas organizações de luta armada que atuavam no RS, caindo nas mãos da ditadura a maior parte dos que haviam optado pelas armas.

Em 8 de abril o tom das notícias do jornal se modificava, estampando na capa de ZH o rosto de Edmur e Afrânio Costa, que eram procurados como responsáveis pela tentativa de seqüestro, e colocando também fotos de militantes que já estavam presos e que seriam exigidos em troca da libertação do cônsul – entre eles Dario Viana dos Reis, Inês Maria Serpa, Paulo Roberto Telles Frank e Gustavo Buarque Schüller³⁷. No dia seguinte finalmente era anunciada em manchete de capa a prisão de Edmur, além de Índio Vargas e outras 14 pessoas, cujo nome não era divulgado, pois o DOPS buscava manter o sigilo para não atrapalhar as buscas. Apenas no dia 17 de abril o Secretário de

³⁷ O “Bicho”, preso em 30 de março de 1970, foi torturado “tanto no DOPS gaúcho, quanto no Rio de Janeiro, numa intensidade que resultou em danos psicológicos irreversíveis” (COMISSÃO..., 2007, p.436). Foi um dos setenta presos políticos enviados para o Chile em troca do embaixador suíço em janeiro de 1971. Voltou para o Brasil depois da Anistia, mas sofria crises depressivas e tentou o suicídio inúmeras vezes. Em 22 de setembro de 1985 suicidou-se, jogando-se da janela do apartamento em que morava, em Copacabana.

Segurança Pública, junto com o comandante da Brigada Militar “reuniu os jornalistas credenciados no Palácio da Polícia, e apresentou o material subversivo apreendido em Porto Alegre e seis presos políticos considerados como chefes do movimento subversivo no Rio Grande do Sul” (ZH, 18/04/70, p.20), além de expor tudo o que já havia sido descoberto até o momento, como aparelhos, quais militantes haviam participado de cada ação, etc.

Na Folha da Tarde de 28 de abril de 1970, era divulgado o “listão” da subversão, isto é, o nome dos 30 subversivos que já estavam presos:

Edmur Péricles de Camargo, Helena Lúcia Rodolphi, Maria Aparecida Donda Falcão, Inês Serpa de Oliveira (a ‘Martinha’), Iara Glória Areias Prado, Miguel Marques, Antônio de Pádua Prado Júnior, Paulo de Tarso Carneiro, Jorge Fischer Nunes, Dario Viana dos Reis, Hélio Minuto, Vanoli de Carvalho, Paulo Roberto Teles Franck, Rui Goethe da Costa Falcão, José Carlos Reschte, Índio Brum Vargas, Adão Domingos dos Santos, Gustavo Buarque Schiller, Mário Cardoso Campos, João Batista Rita³⁸, Ataídes da Silva Teixeira, Francisco Martinez Torres, João Batista Costa, João Carlos de Bona Garcia, Fernando da Mata Pimentel, Irgeu João Menegon, João Pedro Barros Cassal, Bertulino Garcia da Silva e Artur Paulo de Souza (p.40).

Completando esse ciclo de quedas, foi descoberta ainda numa região perto da cidade de Três Passos, um depósito de armas “numa caverna existente nas barrancas do rio Uruguai” (FT, 17/4/70, p.36), local onde “pessoas estranhas praticavam exercícios de tiro” (FT, 17/4/70, p.36) e junto com a descoberta foram realizadas onze detenções. Carlos Tejera de Ré, em seu artigo, esclarece que a VPR estava tentando montar uma área de treinamento de guerrilha naquela região (2010, p.172).

Os relatos dos que foram presos, o horror que viram e sofreram dentro do DOPS nesses dias, contrastam com as notícias de jornais sobre as investigações. Segundo Nunes, o DOPS transformou-se em um “inferno povoado por semimortos, cheio de trismos, uivos, estertores, ruídos de punhos ensandecidos a bater, a martelar, a aluir a fragilidade de endógenas fronteiras, rostos ensangüentados, sangue no chão, sangue nas

³⁸ João Batista Rita, o “Catarina”, natural de Santa Catarina, por isso seu apelido, acabou sendo vítima da “Operação Mercúrio”, uma espécie de prévia do que seria a Operação Condor; banido do país com o seqüestro do embaixador suíço em janeiro de 1971, passou um tempo no Chile, depois foi para a Argentina, onde foi capturado e levado para o DOI-CODI/RJ no final de 1973, e no início de 1974 se tornou mais um “desaparecido” de nossa ditadura.

paredes” (1982, p.62). O relato de Bona Garcia não difere muito, denunciando fortemente a que eram submetidos esses que caíam nas mãos da repressão:

quando me tiraram o capuz vi sangue nas paredes, sangue no piso, pessoas ensanguentadas jogadas no chão e se arrastando, rostos inchados, corpos cheios de marcas e feridas, ensanguentados, olhos em fogo, bocas contraídas mostrando coágulos no lugar dos dentes, gemidos e soluços, uivos de dor. Lembrei imediatamente o matadouro. Tive a sensação de estar num matadouro de gente (1989, p.47/48).

Essa parte a imprensa não divulgava. No dia 13 de maio de 1970, ZH noticiava, em matéria intitulada “Assim termina a longa trilha dos terroristas” (p.27), o fim dos *processos de investigação* e a conclusão dos inquéritos que teriam esclarecido os assaltos feitos pelos *subversivos* e o encaminhamento do pedido de prisão preventiva de 19 pessoas, entre elas Edmur³⁹, Nunes, Índio Vargas e Bona Garcia, além de vários outros, que já estavam detidos, apenas oficializando, portanto, sua prisão. Notícia do dia 23 de maio acrescentava que o inquérito sobre a tentativa de seqüestro do cônsul foi concluído levando ao pedido de prisão preventiva também dos 4 integrantes da ação, subindo para 23 o total de prisões decretadas. Aqui começava a longa jornada desses combatentes nos porões dos órgãos de repressão, as torturas, o tempo que passaram nas prisões, tudo isso também relatado em seus livros de memórias, outra história recente e importante de nosso país que ainda necessita ser contada.

1.1.5 → O “último suspiro”

Mas, surpreendentemente, as ações armadas no RS não pararam nesse momento. A VPR, reestruturando-se após as quedas sofridas, ainda realizaria ações no decorrer do ano de 1970. Carlos Alberto Tejera De Ré, o “Minhoca”, que militava na VPR e ficou preso de dezembro de 1969 a meados de 1970, ao ser libertado participou desse

³⁹ Edmur seria libertado em troca do embaixador suíço sequestrado pela VPR, e enviado para o Chile em janeiro de 1971. Em 1973, devido ao golpe de Pinochet, decidiu retornar ao Brasil, mas teria sido preso por autoridades brasileiras e argentinas numa parada de seu avião em Buenos Aires, a caminho do Uruguai. É um dos desaparecidos políticos de nosso país. Ignez Serpa relatou a CHAGAS que o major Átila (conhecido torturador) teria lhe falado “na prisão que Edmur tinha virado comida de peixe” (2007, p.79).

momento “tardio” da luta armada, e descreve o que estava acontecendo: “A VPR passava por um período de reorganização, pois estava bastante abalada com grandes quedas de companheiros, após a tentativa de seqüestro do cônsul.” (2010, p.172) Ao deixar a cadeia, a VPR sugeriu que ele fosse atuar em São Paulo, visto já ter sido preso e estar “queimado” no sul. “Minhoca” aceitou, mas antes passou um tempo em Porto Alegre, onde afirma ter participado de várias ações armadas: “expropriações bancárias e de empresas, [...] roubo de armamento – roubamos uma loja de armas na Cristóvão Colombo –, diversas expropriações de carros para as ações e, ainda, colocamos fogo no Clube Militar.” (DE RÉ, 2010, p.172)

Em setembro de 1970, “Minhoca” teria ido a São Paulo, onde ficou um tempo militando, até que seus contatos com a organização foram assassinados pela repressão, então, desorientado, retornou a Porto Alegre, onde participou de uma última ação antes de ser preso: o assalto à agência do Banco Itaú dentro do Hospital Conceição. Mas vamos listar as ações que esse grupo praticou, no derradeiro ano de 1970.

No dia 10 de junho, por exemplo, três militantes armados entraram na Caixa Econômica Federal, agência Menino Deus, às 10h05min, enquanto um quarto militante esperava fora do banco na direção de um fusca. “Demonstrando muito nervosismo” (p.33), segundo a reportagem da ZH do dia seguinte, os que entraram na agência armados assustaram-se quando uma funcionária disparou um alarme. Eles fugiram, levando apenas 600 cruzeiros do caixa, e ainda foram alvejados por um policial na saída do banco, que os perseguiu num táxi, mas sem sucesso. Na madrugada do dia 27 de julho, em Gramado, uma tentativa de assalto a uma agência do Banco do Brasil, que envolvia um seqüestro-relâmpago do gerente da instituição, feita pela VPR em aliança com membros do Movimento Comunista Revolucionário (MCR)⁴⁰, também fracassou.

No dia 13 de agosto do mesmo ano, em ações simultâneas, os membros das duas organizações já citadas realizaram assaltos na Companhia de Fumos Santa Cruz – de onde levaram 1.200 cruzeiros – e na Fábrica de Cigarros Flórida – de onde levaram 12.000 cruzeiros.⁴¹ Na Zero Hora de 15 de agosto de 1970, reportagem afirmava que teriam participado do assalto às companhias de cigarro Gregório Mendonça, Paulo Melo

⁴⁰ Segundo CHAGAS, 2007, p. 84.

e “Amâncio” (p.27), e que haviam sido deixados panfletos assinados pela VPR e o MCR. Segundo a reportagem, o grupo que ainda atuava não passaria “de 10 elementos, quase todos sem maior expressão” (p.27), e nas palavras do delegado Firmino, os assaltantes estariam “agindo na base do desespero” (p.27). No dia 29 do mesmo mês, o mesmo grupo teria assaltado a Oficina Precisão, conhecida como “Caça e Pesca”, de onde roubaram armas.

Visando conseguir automóveis para mais ações, o mesmo grupo assaltou a garagem Antão de Farias, na rua de mesmo nome, na madrugada do dia 4 de setembro, aproximadamente pelas 4h, de onde conseguiram levar dois veículos. O grupo chegou num Volks (fusca) de cor bege-nilo, levou outro da mesma cor, e um da cor verde-abacate. No dia seguinte, o Secretário de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, coronel Jayme Mariath, lançava na imprensa uma nota oficial descrevendo os veículos que haviam sido furtados pelos “quatro elementos jovens, provavelmente terroristas” (ZH, 5/9/70, p.27), e pedindo a ajuda da população para localizar esses automóveis, para impedir que “elementos terroristas venham a praticar atos atentatórios à ordem e à tranquilidade pública” (ZH, 5/9/70, p.27).

No dia 8 de setembro, as 17h40min, era a vez do escritório da Moinhos Riograndenses (SAMRIG) ser assaltado pelo mesmo grupo, composto por cinco jovens que chegaram ao local em dois automóveis Volks cor bege-nilo. Antes de levarem cerca de 5.700 cruzeiros⁴², o grupo ainda espalhou “panfletos subversivos” no local, pelos quais “constatou-se que esses mesmos assaltantes foram os que roubaram diversas armas e munições numa loja de armas da Rua Benjamin Constant, no último dia 29 de agosto” (ZH, 9/9/70, p.33). Em 12 de setembro, matéria publicada em ZH descrevia uma reunião com a Imprensa convocada pelo diretor do DOPS, delegado Firmino Peres Rodrigues, onde foram distribuídos retratos-falados. Além dos três nomes já citados e que a repressão sabia que estavam atuando nessas ações, foi acrescentado o nome de Vera Maria Idiart. O DOPS deixava claro que sabia que o mesmo grupo teria realizado as seguintes ações:

⁴¹ Folha da Tarde, 12/12/1970, p.33.

assalto à agência José de Alencar, da Caixa Econômica Federal, em junho último; assalto frustrado ao Banco do Brasil da cidade de Gramado, quando o gerente e o subgerente e seus familiares foram seqüestrados por algumas horas; dois assaltos, respectivamente contra as companhias de cigarros Flórida e Santa Cruz; roubo de armas de caça e munições de uma casa especializada, na rua Benjamin Constant, em 29 de agosto passado; assalto à filial da SAMRIG, na última terça-feira, e roubo de um ‘Ford’ e dois ‘Volks’, em duas ocasiões diferentes (p.27).

Mais uma vez era solicitada à população que desse qualquer informação que pudesse levar à prisão dos “subversivos”, agora com a distribuição de retratos-falados. Começava a fechar-se o cerco.

No dia 27 de novembro, por volta das 20h30min, o grupo ainda assaltaria outra empresa, a Distribuidora e Representações LTDA, que distribuía os produtos Lacta, e no dia 1º de dezembro, “militantes do Setor de Sabotagem da VPR picharam e atearam fogo na Sede Náutica do Círculo Militar de Porto Alegre” (CHAGAS, 2007, p.87), ação citada por Carlos Tejera De Ré em seu artigo. Mas a última grande ação do grupo se desenrolaria no dia 10 de dezembro. Chegando em dois Volks, por volta das 14h30min, mais de 10 homens armados com metralhadoras e revólveres dominaram o Hospital Nossa Senhora da Conceição, na Avenida Francisco Trein, e levaram da agência do Banco Itaú América S.A., existente no hospital, mais de 50 mil cruzeiros. A ação foi feita com facilidade, pois a agência não possuía policiamento de qualquer espécie, e ao final de cerca de quinze minutos que durou o assalto, ainda foram deixados panfletos assinados pela VPR.

Carlos De Ré, o “Minhoca”, em seu relato, descreve que o assalto ao Grupo Hospitalar Conceição visava não só o dinheiro do Banco Itaú – era dia de pagamento – mas também medicamentos, como anestésicos, para abastecer “pequenos ambulatórios clandestinos nos quais alguns estudantes de Medicina da UFRGS, que faziam parte da VPR, ficavam de prontidão enquanto executávamos as ações, no caso de haver feridos” (2010, p.175), e confirma que participaram dessa ação membros da VPR e do MCR. No dia seguinte, Carlos De Ré foi preso, e com isso caiu nas mãos de todo aparato repressivo que já estava montado e no encalço do grupo há tempo, seguindo-se em seu relato cenas de horror: foi pendurado no “pau-de-arara”, recebeu choques na língua, no

⁴² Folha da Tarde, 12/12/1970, p.33.

pênis, nas orelhas, incluindo a inserção de uma esponja de aço em sua boca, onde ligaram os fios elétricos; teve a unha do dedão do pé arrancada com um alicate e viu seu próprio pai, torturado.⁴³

Seguiram-se as quedas desse último grupo remanescente, quedas que, pela análise dos jornais do mês de dezembro, percebe-se, o DOPS adotava a postura de não anunciar à imprensa, provavelmente como reflexo da “profissionalização” da repressão, com a utilização de um aparato repressivo que, dentro da lógica da implantação do Terror de Estado, optava pelo seqüestro, sem registro de quando nem para onde foi levado o subversivo. Este procedimento facilitava o posterior “desaparecimento” da pessoa e permitia que o Estado não tivesse responsabilidade judicial perante a vítima, por executar clandestinamente a ação. Índio Vargas, que estava preso no Presídio da Ilha e no dia 7 de dezembro havia sido levado para novo interrogatório no DOPS, relata que ouviram falar no assalto ao Itaú no Hospital Conceição, e que esse evento teria agitado novamente o DOPS naqueles dias, transformando-o “num inferno: gritos de gente na tortura dia e noite” (1981, p.173).

A ZH de 15 de dezembro de 1970, sob a manchete “Continua caçada aos terroristas”, comentava que “informações extra-oficiais” indicavam que “foram efetuadas diversas detenções de suspeitos no último fim de semana, não sendo apuradas ainda as identidades dos mesmos” (p.40). Na matéria, o delegado Firmino Perez Rodrigues, titular do DOPS/RS, avisava que “não poderia fornecer maiores detalhes a respeito do assunto, a fim de não prejudicar as investigações desenvolvidas em vários bairros da cidade” (p.40), comportamento bem diferenciado do que tiveram na primeira onda de quedas. Logo após a tentativa de seqüestro do cônsul havia sido diferente, quando divulgaram um “listão” dos que haviam sido presos. Com essa última onda de quedas, encerrou-se o último ciclo de luta armada contra a ditadura no RS.

1.2 → O surto memorialístico – final dos anos 1970, início dos 1980

⁴³ Carlos De Ré passaria um tempo preso na Ilha do Presídio, no Presídio Central, e seria finalmente libertado em fevereiro de 1973.

Com o recrudescimento da repressão nos “anos de chumbo” – período que, segundo a maioria dos historiadores vai da decretação do AI-5, em dezembro de 1968, até o final do Governo Médici, em março de 1974, mas que alguns estendem até o fim do AI-5, em janeiro de 1979 – a oposição armada ao regime foi esmagada, literalmente. A luta armada mostrou-se uma alternativa pouco viável em nosso país, pois as experiências no campo não prosperaram, e a luta nas cidades ficou restrita a ações visando levantamento de fundos, ou seqüestros para libertar companheiros, que depois tinham que fazer outro seqüestro para libertar os que tinham seqüestrado o embaixador anterior, e agora se encontravam nos porões da repressão. Líderes importantes da esquerda, armada ou não, tiveram que fugir do Brasil; muitos foram banidos; os que aqui ficaram foram assassinados, ou “desaparecidos”.

Enquanto se consumava a destruição das esquerdas revolucionárias, já se iniciava entre os militantes um processo de críticas e autocríticas a respeito de suas opções pela via armada. No exílio, em outros países – caso de Fernando Gabeira, Bona Garcia e Gutiérrez, entre outros –, ou mesmo no Brasil, nas cadeias – caso de Índio Vargas –, “crescia uma profunda revisão crítica de avaliações, estratégias e métodos” (REIS, 2004, p.48).

Aproximando-se o final da ditadura, dentro do clima de abertura “lenta, segura e gradual”, com o abrandamento da censura e com a Lei da Anistia – em agosto de 1979, início do governo de João Batista Figueiredo –, as pessoas que haviam lutado contra o regime tiveram a chance de contar suas histórias, surgindo então um *boom* de livros de memórias. Entre os que foram presos, muitos já haviam sido libertados, e aqueles que tiveram que fugir do Brasil, agora já podiam retornar ao país.

A nação buscava (re)escrever a sua história recente, mas, como ironicamente definiu Daniel Aarão Reis Filho, “na concórdia, sem revanchismos estéreis, como aconselhavam os militares e os homens de bom senso” (1997, p.102). Assim, entre o final dos anos 1970 e início dos 1980, “emergiu, no país, uma espécie de ‘surto memorialístico’, revelador do afrouxamento do permanente sistema de controle e homogeneização da memória histórica, tão característico dos anos anteriores” (CARDOSO, 1994, p.179).

Assim, diversos autores escreveram suas memórias sobre o período da ditadura, apresentando diferentes visões dessa experiência. No Brasil, um importante marco inicial desse surto foi o lançamento e sucesso editorial do livro *O que é isso, companheiro?*, de Fernando Gabeira, ainda em 1979. Esse fenômeno também foi registrado em outros países que passaram por ditaduras, logo após o final delas, ou mesmo ainda em sua vigência, como o caso brasileiro, onde a abertura lenta e gradual foi permitindo aos poucos que livros fossem lançados e diferentes pontos de vista sobre o período fossem enunciados.

Logo de início surgiram livros fazendo uma autocrítica da experiência armada, o que segundo Márcio Seligmann-Silva, diferencia o caso brasileiro de outros países da América Latina que também vivenciaram ditaduras: “Enquanto em países como a Argentina e o Chile a autocrítica só assumiu as dimensões encontradas nestes textos muitos anos após a ditadura, no Brasil ainda durante o período dos anos de chumbo já surgiram vozes que chamavam para este movimento de autocrítica” (*apud* SILVA, 2008, p.19/20). Ainda segundo o mesmo autor, a carga que possuem esses relatos, de pessoas que sobreviveram a um período de arbítrios, teria se tornado

uma potente fonte de construção de uma identidade nacional de uma sociedade que se identificou com esses sobreviventes. No Brasil, pelo contrário, essas obras e autores não se tornaram fontes de uma nova memória coletiva calcada nas atrocidades da ditadura e na necessidade de um reparo jurídico e político (*apud* SILVA, 2008, p.20).

O pacto político, cuidadosamente costurado e imposto pelos que ainda estavam no poder, cuja peça central foi a anistia, em 1979, e seu espírito de conciliação com base no esquecimento, fez com que no Brasil pudéssemos falar “com mais razão de um esquecimento imposto e não de uma cultura da memória, como vemos na Argentina, no Chile e no Uruguai” (*apud* SILVA, 2008, p.20). É importante lembrarmos também, em relação ao contexto de abertura que permitiu o surto de memórias, que o processo de distensão iniciado já no governo Geisel não significou a garantia de uma liberdade total, e muito menos que todos puderam contar suas memórias. A ausência de uma real liberdade e a incerteza sobre os rumos da abertura, com os conseqüentes temores sobre

os próximos eventos que se sucederiam no país, foram temas que apareceram em praticamente todos os relatos dessa época.

Índio Vargas, por exemplo, que escreveu seu livro em 1980, deixa claro no primeiro capítulo que não revelaria todos os nomes dos que haviam se envolvido nas articulações junto a Brizola para (re)tomar o poder no Brasil “por motivos óbvios. Não falei com elas agora. Há muita coisa indefinida no Brasil, hoje” (1981, p.16). Bona Garcia, também em seu livro, relembra essa sensação de insegurança frente ao processo de abertura, mesmo tendo escrito-o em 1989. Quando retornou da França para o Brasil, o autor observa que saíam “de uma situação certa para uma incerta” (1989, p.239), e ao chegar aqui, em dezembro de 1979, teria dado uma entrevista denunciando as torturas, o que fez com que seu pai ficasse “preocupado com o que poderia acontecer depois” (1989, p.239).

Devem-se considerar também fatores materiais que influenciaram esse *boom* de memórias. Lucileide Cardoso constata que

o sucesso da produção memorialística no final da década de 70 é, em parte, de responsabilidade do mercado editorial que se dinamiza nos esquemas de distribuição: técnicas de marketing e divulgação das obras. [...] não é por mero acaso que as editoras dão oportunidade para a publicação de ‘obras de esquerda’, mas porque a literatura política, no início do processo de ‘abertura’ tornou-se um negócio lucrativo. [...] Parte do sucesso editorial dessas memórias não se deve simplesmente ao desempenho destes autores, enquanto cronistas do período autoritário ou ao próprio dinamismo do mercado editorial, mas por estar associado à existência dos anos 70, da Campanha pela Anistia, que ao longo da década procurou divulgar os acontecimentos do período da luta armada que eram censuradas pelo regime (1994, p.189).

Ainda segundo Cardoso, o sucesso de vendas dessas memórias – lembrando que ela trabalha em seu artigo principalmente com os livros de Fernando Gabeira e Alfredo Sirkis –, teria demonstrado uma ansiedade e um forte interesse das pessoas em “ouvir dos próprios participantes da luta armada a sua versão sobre a história censurada do período” (1994, p.189). Martins Filho ainda acrescenta mais um fator material que teria colaborado para esse surto memorialístico, o qual, segundo o autor, teria se beneficiado do “sucesso da indústria cultural amplamente incentivada, no Brasil, pelas políticas do governo militar” (2002, p.183).

Algo evidenciado nessas memórias foi a existência de diferentes visões sobre a história recente vivenciada pelos autores dos livros, e, principalmente, a necessidade de afirmar determinados pontos de vista sobre os eventos, visto que havia uma multiplicidade de opiniões e uma verdadeira disputa sobre a versão do passado que vigoraria. Os livros de Frei Betto – *Batismo de Sangue, os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*, 1982 – e de Alípio de Freitas – *Resistir é preciso - memória do tempo da morte civil do Brasil*, 1980 –, por exemplo, ao tratar da luta armada, enfatizavam a “perspectiva da resistência heróica de alguns militantes dos grupos de esquerda que entregaram a sua vida pela causa dos oprimidos” (CARDOSO, 1994, p.180), e além de reafirmarem os ideais revolucionários de seu tempo, atribuíam à esquerda que pegou em armas “o valor do heroísmo revolucionário, visto como algo mais importante do que os seus equívocos, na práxis política” (CARDOSO, 1994, p.195). Alípio de Freitas, ao invés de fazer a autocrítica da luta armada, e apontar os erros dos grupos – opção feita pela maioria dos que escreveram suas memórias –, defende que “o regime militar é que não mediu esforços para massacrar os seus militantes” (CARDOSO, 1994, p.195).

Ao mesmo tempo, livros como o de Fernando Gabeira (*O que é isso, companheiro?*, 1979) e o de Alfredo Syrakis (*Os Carbonários*, 1981),

foram grandes sucessos editoriais e prefiguraram um personagem que criaria grande polêmica entre aqueles que optaram por ‘pegar em armas’ contra a ditadura: o ex-militante de esquerda crítico de sua atuação pretérita e que via como ‘romântica’ e ‘ingênua’ a opção radical (FICO, 2004, p. 24/25).

É interessante notar como, em meio a um grande número de publicações, que apontavam para uma imensa variedade de pontos de vista acerca da luta armada, alguns se tornaram best-sellers, e “uma versão foi capaz de criar uma espécie de senso comum sobre o assunto” (ROLLEMBERG, 2003, p.76). Essa versão teria sido a que enfatizava a autocrítica, tendo um papel crucial nesse processo o livro *O que é isso, Companheiro?*, que vendeu cerca de 250 mil exemplares em mais de quarenta edições, e chegou a ser transformado em filme de sucesso: “quando foi lançado o filme de Bruno Barreto, a partir das memórias de Gabeira, em 1996, esta visão já estava criada, apesar, é claro, de o filme a ter consolidado” (ROLLEMBERG, 2003, p.76).

Esses livros, além de muito bem escritos – Gabeira e Syrkis eram jornalistas –, possuíam uma forte autocrítica à opção armada, e com base em um humor inteligente e irônico muitas vezes, descreviam as passeatas dos estudantes contra a ditadura e o engajamento na luta armada, além de seu fracasso. Ao narrar essa história, optavam por enfatizar os aspectos cômicos da experiência vivenciada, deixando de lado a parte *tenebrosa* do período, qual seja, a repressão que esses militantes da esquerda sofreram. Ironicamente também, Daniel Aarão comenta:

No contexto da anistia recíproca, não seria possível avivar a memória sem despertar os demônios do ressentimento e das cobranças? Seria como recordar esquecendo, esquecendo a dor. Não é para isto que temos o recurso do humor? [...] Diante do profissionalismo da ditadura, o que restava àqueles jovens? *Ferraram-se*. Mas demos todos boas risadas. Afinal, o importante é manter o bom humor (REIS FILHO, 1997, p.34/35).

Essas versões, com um humor refinado, e marcadas pela autocrítica da experiência armada, que se tornaram sucesso de vendas e público leitor, segundo Daniel Aarão, “correspondiam a anseios difusos no país, e as vendagens alcançadas são indicador seguro do fenômeno” (1997, p.35). Dentro da heterogeneidade de visões que surgiram com o *surto memorialístico*, portanto, as vozes variadas e até mesmo discordantes “pouco foram ouvidas em meio à ‘Voz da História’. Neste processo, dezenas de memórias foram condenadas ao esquecimento e, assim, seus autores perdiam, mais uma vez, a luta” (ROLLEMBERG, 2003, p.77).

O ponto de vista que acabou se impondo sobre os outros, e que me propus a analisar nessa pesquisa, se construiu principalmente a partir dos relatos de alguns ex-combatentes desiludidos frente à constatação de que a luta armada não havia conseguido promover nenhuma mudança efetiva no sistema. Consideraram em suas memórias que a opção pela luta armada havia, pelo contrário, muitas vezes, se enredado em suas próprias contradições e inclusive servira de argumento para o recrudescimento da repressão. Após passarem por experiências como a prisão, exílio, e por todo um processo de reflexão coletiva realizado pelas esquerdas, surgiram diversos livros com um tom extremamente autocrítico, onde essa via de luta passou a ser desdenhada, perdendo-se de vista o projeto revolucionário e a vontade de promover mudanças efetivas nas estruturas desiguais de nossa sociedade nele contido.

A visão que teria prevalecido acerca da luta armada, portanto, segundo Daniel Aarão Reis Filho, teria sido uma *visão conciliadora*, que se encaixava dentro de uma *tendência conciliadora de recuperação da memória*, voltada para o futuro, que fez com que a história recente do país fosse contada de forma a não tocar em feridas ainda abertas do período da ditadura. Assim, a “luta em torno da apropriação do passado” (REIS FILHO, 1997, p.86) que ocorria no Brasil após a ditadura, vinha sendo vencida pela versão que apresentava

os movimentos revolucionários dos anos 60 como uma grande aventura, no limite da irresponsabilidade: ações tresloucadas. Uma fulguração, cheia de luz e alegria, contrapontos trágicos, muita ingenuidade, vontades, desejos, ilusões. [...] seus personagens, simpáticos incompetentes em busca da utopia inalcançável”⁴⁴ (REIS FILHO, 1997, p.102).

A própria imagem que a sociedade brasileira construía de si no período pós-ditadura passava a corresponder aos anseios da redemocratização, e não a uma visão analítica sobre o que realmente teria ocorrido naqueles anos: “No processo a nação foi se metamorfoseando. Ali já não havia mais partidários da ditadura, e todos eram convictos democratas” (REIS, 2004, p.45).

É importante ressaltar que essa tendência conciliadora estaria diretamente ligada à construção da imagem de uma ditadura à parte da sociedade, um período de *trevas* que era preciso exorcizar, pois nascia a *Nova República*, livre, democrática. Nesta versão, a sociedade, que buscava se convencer de que nada tivera a ver com a ditadura, finalmente se reencontrava com a sua vocação democrática. Nas palavras – irônicas mais uma vez – de Daniel Aarão Reis Filho: “Os militares haviam se retirado e seria talvez incômodo refletir por que a ditadura fora tolerada tanto tempo num país tão democrático” (1997, p.103).

Mas como o próprio Daniel Aarão faz questão de ressaltar, temos que ter bem claro que esse processo de re-significação que metamorfoseia o passado em prol de visões do presente, em especial em relação a períodos traumáticos da história de um país, como ditaduras, não é exclusividade brasileira:

⁴⁴ *Grifo meu.*

Também a sociedade francesa, mais de meio século depois, ainda tem dificuldade de se colocar frente à frente com a ocupação nazista e com a reduzidíssima resistência que ofereceu ao invasor e à ocupação. O mesmo se poderia dizer, entre muitos e muitos exemplos, dos alemães em relação a Hitler e ao nazismo, ou dos russos quando pensam na ditadura de Stalin (2004, p.49).

Nesses processos, segundo o autor, prevaleceria o pensamento de Ernest Renan, pensador francês do século XIX, que disse: “freqüentemente, para a boa coesão e harmonia sociais, mais vale construir o esquecimento do que exercitar a memória” (*apud* REIS, 2002, p.71). Assim, com base numa espécie de *apologia do esquecimento*⁴⁵, ia se impondo na sociedade brasileira a proposta de transição conciliadora que já se anunciava no Brasil no final dos anos 70, e que já consumara a anistia recíproca, que havia dado total perdão aos que torturaram e mataram aqueles que haviam se levantado contra o regime ditatorial.⁴⁶

Devemos considerar o fato de que essa recuperação do passado recente se deu ao mesmo tempo em que o país vivia o desafio de construir a democracia, o que impôs algumas contingências a esse processo. Temas “delicados”, como a omissão, o apoio ou a colaboração de expressivos setores da sociedade com a ditadura, foram intencionalmente relegados ao esquecimento. “Era o momento da volta, mas da volta para construir o futuro e não para reencontrar o passado. O reencontro de 1979 e dos anos seguintes criou um fosso entre o passado e o futuro, como se para fazer este fosso preciso esquecer aquele” (ROLLEMBERG, 2003, p.77).

Nesse contexto encaixam-se os livros de memórias que analiso em minha pesquisa. Dois dos autores selecionados escreveram e publicaram seus livros na esteira do *surto memorialístico*: Índio Vargas lançou *Guerra é Guerra, dizia o torturador* em 1981 e Jorge Fischer Nunes *O Riso dos Torturados* em 1982. João Carlos Bona Garcia publicou *Verás que um filho teu não foge à luta* em 1989, ano de importantes acontecimentos, visto que a democracia se consolidava no Brasil com uma nova Constituição, a crise da União Soviética atingia níveis agudos, e *as utopias*

⁴⁵ Tudo o que fosse contra essa ideologia era tachado de revanchismo, e o é até hoje, como podemos ver nos recentes debates acerca da questão da abertura dos arquivos e do questionamento à Lei da Anistia.

⁴⁶ Esse *espírito da anistia* não foi aceito por todos, o que se evidencia nos constantes debates acerca do tema. Podemos citar a recente ação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em abril de 2010, no Supremo Tribunal Federal (STF), pedindo a revisão da Lei da Anistia, negada por 7 votos contra 2.

desmoronavam no mundo, com a queda do Muro de Berlim. Dez anos depois, em 1999, quando a União Soviética passava a ser conhecida pelas novas gerações apenas por meio dos livros de história, e a democracia brasileira já estava bem consolidada, Cláudio Antônio Weyne Gutiérrez lançava seu *A Guerrilha Brancaleone*. No próximo capítulo aprofundaremos mais a análise desses livros, sigamos nesse momento pela análise da bibliografia pertinente ao assunto.

A partir do final dos anos 1980, começaram a surgir livros de cunho mais analítico, que ultrapassavam a visão memorialística difundida a respeito da luta armada, e buscavam compreender o porquê do fracasso desse movimento, com base em pesquisas empíricas. Um livro que se tornou um marco da historiografia sobre o tema foi *Combate nas Trevas*, escrito por Jacob Gorender – ex-guerrilheiro – e lançado em 1987. Esse livro também tem o caráter de depoimento pessoal, pois o autor participou da luta armada contra a ditadura na época que descreve, mas vai além, e deve ser classificado como historiográfico, pois para escrevê-lo Gorender utilizou-se de farta documentação, ampla bibliografia, consultou os arquivos do *Projeto Brasil: Nunca Mais* (BNM) e realizou entrevistas.

Em suas conclusões, Gorender apresentava os participantes da luta armada não como jovens rebeldes, mas sim bravos combatentes da esquerda, cujo erro teria sido não pegar em armas no momento certo, quando da ofensiva da direita golpista. Na visão do autor, se as esquerdas mobilizadas em 1964 tivessem se articulado para pegar em armas e resistir contra o golpe “não era improvável que a esquerda viesse a perder. Tampouco improvável sua vitória, que mudaria o curso da História do Brasil e abalaria profundamente a hegemonia dos Estados Unidos no continente. A inação é que tornou a derrota inevitável” (1998, p.250).

Passado o momento em que as *condições históricas* estavam colocadas para o levante armado, os militantes da esquerda teriam partido para o que o autor classifica de “*violência retardada*”, travada na hora errada, “quando o adversário dominava o poder do Estado, dispunha de pleno apoio nas fileiras das Forças Armadas, e destroçara os principais movimentos de massa organizados” (1998, p.249). Tendo perdido a oportunidade de resistir ao golpe, as esquerdas pegaram em armas quando já não era mais o momento certo, o que teria gerado sua derrota.

Ainda em 1987, Daniel Aarão Reis Filho, outro ex-guerrilheiro, como resultado de uma extensa pesquisa, defendeu sua tese de doutorado *As organizações comunistas e a luta de classes, 1961/1968*, na USP, e em 1991, numa espécie de síntese de suas idéias, lançou o livro *A revolução faltou ao encontro*, onde contestava a visão de que os grupos armados que lutaram contra a ditadura faziam parte da resistência, ressaltando o caráter ofensivo de seu projeto, e os classificando como “uma contra-elite, alternativa, que parte ao assalto do poder político” (1997, p.40). Para contestar a visão de que as esquerdas teriam pego em armas frente ao recrudescimento da ditadura, o autor ressaltava que

antes da radicalização da ditadura, em 1968, e antes mesmo da sua própria instauração, em 1964, estava no ar um projeto revolucionário ofensivo. Os dissidentes se estilhaçariam em torno de encaminhamentos concretos, formando uma miríade de organizações e grupos, mas havia acordo quanto ao nó da questão: chegara a hora do assalto (1997, p.41).

Concordando com Gorender quanto à importância das *condições objetivas* para o sucesso da luta armada, defendia a tese de que as esquerdas em armas haviam falhado, pois o *contexto revolucionário* que elas acreditavam estar vivendo nunca havia ocorrido no Brasil. Segundo o autor, para que as esquerdas triunfassem seria necessário ocorrer um processo social, resultado de convergências objetivas de movimentos sociais que se tornariam incontroláveis política e militarmente, para que a vanguarda e os militantes se inserissem na situação revolucionária e conduzissem o movimento em seu favor.

Na visão do autor, os revolucionários brasileiros estavam organizados nos mesmos moldes dos grupos que triunfaram em outros países, onde a revolução teria ido ao encontro dessas organizações comunistas. Mas, para o autor, no Brasil não teria ocorrido o contexto propício para esse ataque ao sistema capitalista, e assim esses grupos, por mais preparados que estivessem – e eles estavam na visão do autor –, não tinham qualquer possibilidade de êxito:

Aprisionados por seus mitos, que não autorizavam recuos, insensíveis aos humores e pendores de um povo que autoritariamente julgavam representar, empolgados por um apocalipse que não existia senão em suas mentes, jogaram-se numa revolução que não vinha, e que, afinal, não veio (1997, p.42).

Daniel Aarão também inovava ao contestar a visão da sociedade como “incomodada” frente à ditadura – ponto de vista que foi seguido por Marcelo Ridenti, em seu livro *O fantasma da Revolução Brasileira* – ao apontar que, no momento em que as esquerdas pegaram em armas, a sociedade brasileira já se encontrava seduzida com o *milagre econômico*, e que boa parcela desta colaborava com a ditadura. Assim, na visão desse autor, como as propostas revolucionárias não teriam encontrado respaldo na sociedade, “os ecos das comemorações pelos gols marcados no México pela seleção tricampeão mundial ressoariam mais altos, e cobririam, os gritos dos que estavam nas câmaras de tortura da OBAN e dos DOI-CODIs” (2004, p.48).

Marcelo Ridenti, o primeiro – dos que aqui destaco – a se aprofundar no tema e que não teve qualquer ligação com a guerrilha, em seu livro escrito em 1993, também criticava a visão da luta armada como uma resistência democrática frente ao fechamento das vias institucionais de atuação política, mostrando que antes de 1964 já se pensava na luta armada, e que o que se buscava era a tomada do poder, ao estilo cubano, sem se falar em democracia.

Contestando a tese de Daniel Aarão, segundo Ridenti, o fracasso da esquerda em armas se deveu aos pressupostos teóricos adotados – como a idéia da estagnação irreversível da economia capitalista brasileira –, à forma de efetivarem a luta revolucionária, e principalmente ao isolamento das organizações em relação à dinâmica da sociedade. O isolamento era um fator que resultava em um deslocamento da realidade, considerado fatal para as organizações. Esse isolamento foi chamado pelo autor de *ilusão da permanência representativa* (1993, p.246), isolamento que, segundo Daniel Aarão Reis Filho, era um fator constitutivo essencial dos grupos armados, e que para Ridenti foi a principal causa de seu fracasso.

Na visão de Ridenti, o contexto desfavorável aos grupos de esquerda, com a sedução que o *milagre brasileiro* exercia sobre os brasileiros, contribuiu para seu declínio, acentuando seu isolamento em relação à sociedade, e dificultando ainda mais seu crescimento, ou a renovação de seus quadros, frente às quedas geradas pelo recrudescimento da repressão. Esse isolamento, agravado pelas condições desfavoráveis, teria sido fatal para as organizações que praticavam a luta armada:

Ao invés de ganharem representatividade, as organizações clandestinas iam perdendo aquela com que contavam, marginalizando-se socialmente, entrando numa dinâmica ambígua de sobrevivência política e de autodestruição, no rumo certo do desaparecimento (1993, p.248).

No final dos anos 1990, pesquisadores começaram a expor a necessidade de se estudar a época da ditadura sob a ótica da constituição de um *ethos* específico nos meios da esquerda, principalmente estudantis, e começaram a ser esboçados alguns projetos nesse sentido.⁴⁷ Passou-se a buscar ultrapassar os anacronismos, ver os revolucionários dos anos 1960/1970 sob a ótica da época sufocante e apaixonante em que viveram, e não do presente. Emir Sader, em 1997, já chamava a atenção para a necessidade do resgate desses atores sociais dentro do seu contexto histórico: “Como falar daqueles ‘brancalhões’, sem recordar que com eles estavam Sartre, os guerrilheiros vietnamitas, Glauber, os Beatles, Che, Bob Dylan, Chico Buarque, entre tantos outros - em suma, o que de melhor a humanidade havia produzido?” (p.108)

Daniel Aarão Reis Filho chegou a traçar algumas diretrizes para essa nova linha de pesquisa que tem surgido:

Para se compreender a conjuntura político-cultural, seria preciso articulá-la com as trajetórias pessoais. Micro e macroestruturas condicionando um processo de elaboração ética coletiva e individual, combinada a uma prática política. Um programa revolucionário que emerge como manifestação de uma identidade construída para além da dimensão política (1996, p.85).

É dentro dessa linha que procuro inserir meu trabalho, analisando a luta armada dentro de toda a complexidade do período em que ela se originou, e relacionando também a trajetória individual dos que optaram por pegar em armas.

Em 2007, Jean Rodrigues Sales publicou um livro importante sobre a luta armada contra a ditadura no Brasil. Trata-se de uma reconstituição dos grupos e ações armadas no Brasil, enfatizando a questão da influência da Revolução Cubana. Mesmo não se propondo a fazer uma análise sobre a questão da construção da imagem da luta armada, Sales refere-se na introdução e conclusão de seu livro ao filme *O que é isso, companheiro?* baseado no livro homônimo, e sobre a visão que acabou se construindo no Brasil dos guerrilheiros. Observa que se construiu a imagem dos “militantes dos

grupos da esquerda revolucionária como bem-intencionados, mas ingênuos protagonistas de uma luta esvaziada de propostas políticas e baseada apenas em aspirações individuais” (2007, p.8). O autor chama a atenção para a necessidade de se “entender que a esquerda revolucionária tinha um projeto político e que suas idéias podem ser compreendidas à luz tanto das condições históricas do Brasil e do mundo como de suas trajetórias e seus debates internos” (SALES, 2007, p.107).

Meu trabalho se encaixa dentro dessa linha, propondo uma reflexão crítica sobre as memórias escritas a respeito desse evento da história do Brasil, e abrindo possibilidades para uma reflexão mais apurada e contextualizada sobre o sentido da luta armada. Busco mostrar que, mesmo que as ações protagonizadas por esses guerrilheiros muitas vezes tenham se desenrolado de forma a gerar risos de quem as escuta nos dias de hoje, e que na hora de reconstruir essa história alguns tenham optado justamente por contá-la da forma mais leve e anedótica possível, esses sujeitos não eram apenas jovens ingênuos que não sabiam o que estavam fazendo.

Pelo contrário, entendo, com base nesta investigação, que os grupos que protagonizaram a luta armada contra a Ditadura no Brasil, e particularmente no RS, tinham um projeto, o debatiam, e estavam inseridos dentro de todo um contexto maior. Tudo conspirava para que a opção armada parecesse não só viável, mas para alguns a melhor, ou até mesmo a única forma de luta possível. A tomada do poder por aqueles grupos, hoje categoricamente classificada de impossível por muitos, parecia muito possível para os que viveram a época, e exemplos externos atestavam isso, como Cuba, China e Vietnã, tanto que muitos colocaram suas vidas em risco em nome desse projeto. Muitos deles perderam a própria vida em nome desta certeza, ou os que não morreram sofreram nas mãos de torturadores ou tiveram que deixar seu país. Todos esses elementos busco verificar na análise das trajetórias e das memórias dos sujeitos que pesquiso.

Especificamente em relação à luta armada contra a ditadura no Rio Grande do Sul, pouquíssimos trabalhos analíticos foram produzidos. Em 2007, Fábio André Gonçalves das Chagas defendeu na Universidade Federal Fluminense (UFF) sua tese de

⁴⁷ O próprio Daniel Aarão Reis cita um projeto desenvolvido por Vera Sílvia Magalhães (1997, p.43).

doutorado, intitulada *A luta armada gaúcha contra a ditadura militar nos anos 1960 e 70*, orientada por Daniel Aarão Reis Filho. Com base numa extensa pesquisa em arquivos, nos processos e anexos do *Projeto Brasil: Nunca Mais* (BNM), além de pesquisa bibliográfica e entrevistas que o autor realizou, Chagas produziu o primeiro trabalho de “reconstituição” do que ocorreu de luta armada no estado.

Excetuando algumas críticas – como, por exemplo, um primeiro capítulo dedicado a explicar as “tradições guerreiras” da “cultura política gaúcha”, o fato do autor não disponibilizar junto à sua dissertação as entrevistas que realizou, além de raríssimas vezes no percurso de sua escrita citar as fontes de onde extraiu as informações, é um trabalho acadêmico que deve ser sempre considerado por quem for estudar o tema, pois foi o primeiro grande esforço nesse sentido. Por isso, o utilizei seguidas vezes na primeira parte desse capítulo, ao fazer uma reconstituição da luta armada no RS, onde acredito ter avançado um pouco mais nesse esforço, ainda não acabado, visto que alguns protagonistas que poderiam responder dúvidas que surgiram na pesquisa foram mortos pela repressão.

No mesmo ano, Carla Simone Rodeghero escreveu um artigo intitulado *Regime militar e oposição no Rio Grande do Sul*, onde comenta, sem aprofundar o tema, que ocorreram diversas ações armadas no estado. Em 2009, Taiara Souto Alves, em sua dissertação de Mestrado, fez um interessante estudo focado nos processos das auditorias militares de Porto Alegre e Santa Maria, no julgamento de civis em processos políticos referentes às leis de segurança nacional, e mesmo não sendo o foco de sua pesquisa, dedicou um subitem de seu último capítulo a descrever algumas ações armadas em Porto Alegre, acrescentando algumas informações advindas desses processos.

E finalmente, em 2009, numa parceria entre o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, e a Escola do Legislativo da Assembléia Legislativa do Estado do RS, foi lançada uma grande obra em 4 volumes, intitulada *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória*, organizada por Enrique Serra Padrós, Vânia M. Barbosa, Vanessa Albertinence Lopez e Ananda Simões Fernandes. O volume 2, que aborda *Repressão e Resistência nos “Anos de Chumbo”*, e que interessa particularmente a essa pesquisa, apesar de não trazer artigo acadêmico sobre a luta armada que ocorreu no estado, possui um texto introdutório com

importantes considerações sobre o assunto, e dois artigos de ex-guerrilheiros contando suas memórias e trazendo valiosas informações, Ignez Maria Serpa Ramminger e Carlos Alberto Tejera de Ré, por isso também foi utilizado nessa dissertação.

Sobre a luta armada contra a ditadura no estado do Rio Grande do Sul, como podemos perceber, pouca coisa foi produzida até agora. Persistem lacunas, informações conflitantes, dúvidas a serem esclarecidas. Outros trabalhos ainda virão, certamente. A respeito das memórias da luta armada, nenhum trabalho havia sido realizado ainda.

CAPÍTULO 2

Depois de expor o que ocorreu de luta armada contra a Ditadura no Rio Grande do Sul, entre o final dos anos 1960 e início dos 1970, e falar sobre o *surto memorialístico* brasileiro, vamos agora a uma análise mais aprofundada do que trazem esses livros de memórias. A maioria desses livros apresenta um ponto em comum, isto é, a autocrítica da experiência vivenciada naquele período. As ações armadas, assim, são descritas geralmente de forma leve, anedótica, de forma que o leitor desavisado nem percebe que aquele foi um movimento importante e sério de nossa história, e que esses militantes que lutaram em armas contra a ditadura estavam colocando suas vidas em risco, e muitos, aliás, as perderam. Assim, nesse capítulo, para iniciarmos uma análise mais aprofundada dos livros selecionados, iniciarei traçando a trajetória de cada um dos autores, desde o momento que pegaram em armas até o momento que escreveram os livros, para compreender suas vivências que podem ter influenciado na escrita. A seguir, farei uma breve apresentação de cada livro, e passarei então para o primeiro foco de análise, onde explicitarei exatamente a autocrítica desenvolvida por esses autores, e a forma cômica / anedótica com que eles narraram sua participação na luta armada.

2.1 → Trajetórias: da luta armada ao fim da Ditadura

Antes de entrarmos mais a fundo na análise dos livros de memórias, é necessário lembrarmos que um aspecto essencial para a melhor compreensão de como se dá esse processo de reconstrução do passado por meio da memória é a sua relação com o presente vivido pelo indivíduo que o reconstrói, isto é, se torna essencial compreendermos o contexto em que vivia o autor do livro de memórias no momento em que o escreveu, pois a memória “sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória” (POLLAK, 1992, p.204), o que nos leva a uma constatação de que *a memória é um fenômeno construído* no presente

acerca do passado, construção essa que obedece a uma organização – estabelecida de forma consciente ou inconsciente – em função das preocupações pessoais e políticas do momento. Nas palavras de Henry Rousso:

Um indivíduo, quer fale espontaneamente de seu passado e de sua experiência (publicando, por exemplo, suas memórias), quer seja interrogado por um historiador (tornando-se assim testemunha ou autor da história), não falará senão do presente, com as palavras de hoje, com sua sensibilidade do momento, tendo em mente tudo quanto possa saber sobre esse passado que ele pretende recuperar com sinceridade e veracidade (1996, p.98).

Beatriz Sarlo observa que “é inevitável a marca do presente no ato de narrar o passado, [...] o passado se distorce para introduzir-se coerência” (2007, p.49), isto é, o passado é avaliado e representado com base em concepções do presente, noção essencial para compreensão dessa construção. No caso específico das ditaduras, os personagens que as vivenciaram, e as sentem como um objeto ainda próximo temporalmente, estão inevitavelmente envolvidos nas disputas sobre o período. Nas palavras de Sarlo,

o passado recordado está perto demais e, por isso, ainda desempenha funções políticas fortes no presente [...]. Além disso, os que lembram não estão afastados da luta política contemporânea; pelo contrário, têm forte e legítimas razões para participar dela e investir no presente suas opiniões sobre o que aconteceu não faz muito tempo (2007, p.60/61).

Jelin, buscando compreender essa construção de uma memória sobre o passado, que sofre uma inevitável ação do indivíduo e do tempo, também chama a atenção para a complexa temporalidade que se instala nesses processos, visto que é “en ese punto de intersección complejo, en ese presente donde el pasado es el espacio de la experiencia y el futuro es el horizonte de expectativas, es donde se produce la acción humana” (2001, p.13), ação que modifica a memória conforme a época, “ya que las experiencias incorporadas en un momento dado pueden modificarse en períodos posteriores” (2001, p.13). Em suma, a autora afirma que novos processos históricos, novas conjunturas e cenários políticos e sociais, acabam por “producir modificaciones en los marcos interpretativos para la comprensión de la experiencia pasada y para construir expectativas futuras” (2001, p.13). Concordando com a autora, percebemos, portanto, que as memórias emergem do interior dessa dimensão temporal complexa, e assim “os

textos memorialísticos são o resultado do confronto entre os acontecimentos passados vividos por uma pessoa e o ponto de vista sobre estes acontecimentos que a pessoa possui hoje” (CARDOSO, 1994, p.193), além, é claro, de suas expectativas de futuro.

Pierre Bourdieu, ao tratar dos “processos sociais mal analisados e mal dominados que atuam, sem o conhecimento do pesquisador e com sua cumplicidade” (1996, p.189) na construção desses relatos de experiências vivenciadas em épocas anteriores, cunha o conceito de *trajetórias*, definido claramente por ele como “série de *posições* sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações” (1996, p.189). Nas entrevistas, surgiu um exemplo bem simbólico de como essas transformações nas interpretações sobre o passado nunca cessam de ocorrer. Gutiérrez, quando perguntado sobre a época em que pegou em armas – final dos anos 1960 –, se no período em questão tinha alguma reflexão crítica sobre essa opção, respondeu categoricamente que não. Ao escrever seu livro, em 1999, fica clara sua desilusão e sua crítica à via armada, e a adesão às vias democráticas de luta, até pelo fato de, ao voltar para o Brasil, o mesmo ter ingressado no PCB, partido que durante toda a ditadura manteve-se contrário à opção armada. Já ao dar a entrevista, em 2010, o autor, que já havia se desiludido em relação ao PPS (antigo PCB) e já havia saído do partido, faz uma nova autocrítica, agora das vias democráticas, que ele tinha aderido ao fazer a autocrítica da luta armada:

essa questão do caminho democrático, como caminho da transformação, uma coisa, acho que na época tinha um certo conteúdo forte de idealismo nessa visão, hoje eu sou bem mais crítico da possibilidade, [...] mesmo achando que a luta armada não é o caminho, aqui né? Não tenho dúvida que a luta pelo poder não é um mar de rosas, sempre foi um processo extremamente complexo, dificilmente consiga fazer isso pura e simplesmente através de métodos parlamentares, eleitorais. [...] hoje eu tenho uma visão [...] crítica em relação ao processo da luta armada, mas é possível, certamente, eu conversando contigo agora [risos] não cheguei a elaborar isso muito claramente, que houvesse, na época que escrevi, um forte conteúdo de idealismo, idealizado em relação a esta chamada alternativa democrática do PCB (p.17).

Franco y Levín também chamam a atenção para esse fato, assinalando que um “testimonio expresa no sólo la percepción de un testigo sobre una experiencia vivida,

sino la mirada, los discursos y las expectativas de su sociedad en el momento en que es formulado” (2007, p.46). Nas palavras de Jelin, “los cambios en escenarios políticos, la entrada de nuevos actores sociales y las mudanzas en las sensibilidades sociales inevitablemente implican transformaciones de los sentidos del pasado” (2001, p.69). Na análise dos livros, veremos claramente como, por exemplo, Bona Garcia e Gutiérrez, que escreveram suas memórias em 1989 e 1999, respectivamente, foram fortemente influenciados pelo contexto político em que o Brasil vivia, e suas opções políticas, em especial o grupo a que estavam engajados naquele momento, influenciaram muito suas avaliações do passado. Índio Vargas, na entrevista, concordou que suas visões do momento em que escreveu o livro teriam influenciado na narrativa: “Ah, sim, influenciou sim. É, por que aí as coisas mudaram muito né” (p.31).

Bona Garcia, na entrevista, tentou negar essa influência, afirmando: “eu tentei ser fiel, entendeu, ao que passou, porque se eu tivesse esse ponto de vista, muita coisa não estaria no livro, romanceava né” (p.19), citando como exemplo um momento do livro que ele descreve a raiva que o torturado sentia após uma sessão de interrogatório, e a vontade que se sentia de “comer o fígado do torturador” (p.20). Para afirmar que teria colocado no livro exatamente a visão da época, ele reflete: “se eu tivesse uma outra visão eu não ia falar isso aí, eu ia dizer: ‘Bah, não, teoricamente, nós temos que entender e tal, eles estavam com um papel’, entendeu? Não, na época era aquilo mesmo” (p.20). O autor concluiu essa resposta afirmando que a única parte, em sua visão, influenciada na narrativa pelas idéias do momento da escrita, teriam sido as reflexões sobre a política atual – do ano de 1989 – que ele fez ao final do livro:

Na parte que diz respeito a isso, não na parte que diz respeito à história dos anos 1970, por que o livro também aborda, eu abordo até de maneira talvez que não tivesse, que não devesse abordar né, principalmente o, quase no final do livro, algumas querelas dentro do PMDB, [...] De opinião. Da época, nos anos 1960/70 eu tentei colocar bem aquilo que a gente sentia mesmo (p.19/20).

Mesmo assim, perceberemos claramente na análise de sua narrativa uma forte – e inevitável – influência do presente em que ele vivia ao escrever, seja de que época for que ele esteja tratando. Portanto, o historiador deve sempre historicizar esses depoimentos e essas testemunhas, situando-as em determinados contextos e

demonstrando as “formas en que los discursos de la memoria colectiva intervienen en las maneras en las cuales los individuos narran y reconstruyen sus experiencias pasadas” (FRANCO, 2007, p.46). Sem esquecermos também que “la ubicación social de los diversos actores y sus sensibilidades, la conformación del escenario político en el que están embarcados, son algunos de los elementos que ayudan a explicar estos cambios de sentido” (JELIN, 2001, p.70).

Portanto, ao analisar o modo como o indivíduo *rememora* os acontecimentos do passado, se faz necessário acessar parcialmente a época em que se deram esses fatos, mas é imprescindível tratar com detalhes o contexto em que o livro foi escrito, as intenções que o autor teve ao escrevê-lo, como ele se relacionava com aquele período de sua vida, que relevância aquele período possuía para o indivíduo no momento em que ele escreveu seu relato e quais foram as vivências dele até chegar ao momento da escrita. Logo, nesse momento, para uma melhor compreensão do contexto da escrita dos livros que analisarei, faz-se necessária uma descrição dos rumos que a vida de cada autor tomou após a experiência vivenciada e contada nos livros, ou seja, a luta armada contra a ditadura.

Com base no que os próprios autores relataram em seus livros, e em elementos fornecidos nas entrevistas que concederam, busco nesse momento, portanto, traçar o “roteiro” que cada um percorreu, desde o momento que pegaram em armas e foram presos ou exilados, até o ato de escrever suas memórias em um livro. Seguirei por ordem cronológica de lançamento dos livros.

2.1.1 – Índio Vargas

Índio Vargas teve sua participação nos movimentos armados encerrada no dia 8 de abril de 1970, às 11 horas da manhã, quando foi preso em seu curso pré-vestibular por homens do DOPS, liderados pelo delegado Walter Souza Pinto, segundo ele conta no livro, o que é confirmado pelas manchetes dos jornais do dia seguinte⁴⁸. Levado para o DOPS/RS, no prédio da Secretaria de Segurança, Índio sofreu torturas com choque

elétrico, onde os interrogadores buscavam extrair informações sobre a tentativa de seqüestro do cônsul, do que ele não tinha conhecimento. Por ser um ex-vereador, figura conhecida, e tendo sua mulher buscado contato de pessoas importantes para ajudá-lo, Vargas não teria passado por tantas e tão severas sessões de torturas como outros tiveram que passar nas mãos dos órgãos de repressão. Prova disso é que uma semana após sua prisão, recebeu uma visita de dois deputados que foram ver como ele estava sendo tratado, visita para a qual ele foi devidamente preparado e instruído sobre o que poderia ou não dizer.

Depois do DOPS, o autor foi transferido para o Presídio Central, e em maio de 1970, os presos políticos foram chamados para serem transferidos para o Presídio da Ilha, quando apenas Índio Vargas, João Carlos Bona Garcia e Francisco Martinez Torres não foram enviados, pois deveriam voltar para o DOPS, provavelmente para novos interrogatórios. Mas antes deles serem novamente enviados ao DOPS, chegou uma nova leva de presos, agora sim presos comuns, o que fez com que o autor tivesse um choque de realidade ao se deparar com “o espetáculo mais pungente que já assisti em toda minha vida” (VARGAS, 1981, p.85), mas deixemos esse tema da relação com os presos comuns para trabalhar no Capítulo três.

Novamente interrogado no DOPS – desta vez sem torturas – Índio sentiu naquele momento que o clima já havia aliviado, em comparação com o mês de abril, logo após a tentativa de seqüestro do embaixador, e lá pôde inclusive receber a visita de sua esposa, Marlene. Em junho de 1970, devido a uma úlcera mal curada que parecia vir piorando desde sua prisão, Índio Vargas conseguiu ser transferido para o Hospital Militar de Porto Alegre, de onde ele acreditava que conseguiria fugir facilmente, mas a constante vigília por parte de guardas armados frustrou seus planos. Ao constatar que suas chances de fugir do Hospital Militar eram nulas e que sua saúde já havia melhorado bastante, Vargas pediu para ser transferido para a Ilha do Presídio, no que foi atendido. Na ida para a Ilha, o autor descreve que sentiu uma “estranha alegria”, como se “estivesse partindo para a liberdade” (1981, p.129), mas esclarece que estava se “libertando não era

⁴⁸ “Índio Vargas, entre os últimos suspeitos presos” (FT, 9/4/70, p.34), “Ex-vereador entre os detidos de ontem” (ZH, 9/4/70, *capa*).

da cadeia, era da solidão” (1981, p.129), pois na Ilha do Presídio voltaria a conviver com seus companheiros dos quais havia sido separado.

Na Ilha do Presídio, onde ficou cerca de um ano, Vargas fez diversas anotações que mais tarde foram utilizadas para escrever o livro, e observou diversas questões, como a já citada relação dos presos políticos com os presos comuns, as discussões dentro do Coletivo sobre a coletivização dos alimentos que eram trazidos pelas famílias dos presos, a montagem e manutenção de uma biblioteca para os presos, atividades como aulas de inglês e matemática, etc. Em 6 de dezembro de 1970, foi levado novamente para o DOPS, sem saber o motivo, mas no dia 14 já foi enviado novamente para a Ilha.

No dia 18 de fevereiro de 1971, finalmente viria a notícia da libertação de Índio Vargas, narrada por ele da seguinte forma: “O major me entregou o papel mágico que me devolvia a liberdade, despedi-me, fui saindo rumo ao elevador, procurando me libertar da terrível engrenagem” (1981, p.185). Na saída encontrou sua mulher, e voltou logo para casa para rever o filho que esperava o seu regresso “do ‘hospital’” (1981, p.185). Mas Vargas foi colocado em liberdade apenas para aguardar o julgamento, e o autor narra o final dessa saga da seguinte forma:

Tudo era tão claro – as paredes, as cortinas nas janelas brancas.
Pretendi concluir este texto descrevendo a sensação de liberdade – a tão esperada liberdade. Mas não foi possível porque continuei obsessivamente preso ao processo, à Lei de Segurança, ao sistema, ao julgamento – que nunca saía. Bem mais tarde fui julgado, condenado, voltei para a cadeia e ali cumpri o resto da pena (1981, p.185).

Na entrevista, Índio não soube precisar o período que cumpriu pena ainda na Ilha do Presídio, mas afirmou: “fiquei preso no DOPS durante sessenta dias, e no Hospital Militar do Exército durante noventa dias, e durante um ano lá na Ilha” (p.18).

Na saída da cadeia, não havia condições de refazer o curso pré-vestibular que possuía antes, e que havia sido fechado logo após sua prisão. Na profissão de jornalista, segundo ele, não tinha mais como atuar, depois de tudo que havia passado, e sendo formado em Filosofia, enfrentou outro problema, pois segundo Índio: “não podia ser professor, por que não me nomeavam [...] pra esses concursos” (ENTREVISTA, p.18). Foi fazer então a faculdade de Direito, se formou e passou a exercer a profissão de

advogado, que estava exercendo no momento em que escreveu o livro, e que exerce, aliás, até hoje (2011), com escritório na Rua dos Andradas.

2.1.2 – Jorge Fischer Nunes

Jorge Fischer Nunes, o “Fichão”, após ter participado das ações armadas acima descritas, foi preso na sequência das quedas após a descoberta das armas que o ex-tenente Dario Viana dos Reis tentou se livrar sem sucesso, ao final de março de 1970, mas seu nome só apareceria oficialmente como prisioneiro no “listão” divulgado na Folha da Tarde de 28 de abril de 1970 (p.40). Em seu livro, Nunes descreve que foi cercado e preso em sua própria casa numa noite quente, quando estava deitado em sua cama apenas de cuecas fumando um cigarro. Teria pensado em tentar fugir, mas ao ver que estava cercado por um grupo de policiais, liderados por Nilo Ervelha do DOPS, se entregou.

Em sua passagem pelo DOPS, parte que ao ser descrita no livro inicia com o subtítulo “O Inferno” – o que já demonstra de antemão o tom da narrativa, e o que ele passou por lá -, Nunes foi barbaramente torturado. Após passar pelo DOPS, o autor foi transferido para o Presídio da Ilha, uma prisão localizada no centro do Rio Guaíba – que não é rio, mas estuário – na Ilha das Pedras, o que dá o nome para a quarta parte do livro: “A Ilha do Terror”. A chegada dos presos políticos à ilha teria, na verdade, servido para *desaterrorizar* a ilha, visto que antes deles as cenas de espancamento aos presos comuns eram cotidianas, segundo os relatos que o autor teria ouvido.

Os presos políticos conseguiram mudar muita coisa, conquistando diversos direitos como o de ter uma cozinha própria, onde complementavam a alimentação que lhes era servida, a manutenção das portas das celas abertas durante a noite e o direito de terem uma biblioteca, criada com livros que os familiares dos presos traziam para o Presídio. Batizada com o nome de “Biblioteca do povo”, o bibliotecário era o próprio Nunes.

Descrevendo os presos políticos, o autor observa que eram um grupo de “mais ou menos quarenta presos” (1982, p.86), entre “médicos, pedreiros, advogados, calceteiros, jornalistas, serventes de obras, funcionários burocráticos, enfermeiros,

estudantes. Enfim, um grupo eclético – em quase todos os sentidos” (1982, p.86), havendo entre eles militantes de grupos como o POC, PCB, PC do B, VAR-Palmares, ALN, M-3G, Ala Vermelha, etc. Com o tempo, começariam a entrar livros com temas políticos na cadeia, considerados *subversivos*, mas camuflados com capas de livros diferentes que não contivessem temas políticos, pois a direção do presídio havia permitido apenas a entrada de romances. Nunes, com um claro talento para o desenho, produzia charges sobre a realidade brasileira, a vida na cadeia e outros temas, e teria chegado a organizar uma espécie de jornalzinho intitulado “É uma Briza, Moura”, numa clara referência à linguagem coloquial da época e a Leonel Brizola; mesmo assinalando que guardou “apenas uma mostra insignificante” (1982, p.91) do que produziu, reproduz no centro do livro algumas charges bastante interessantes sobre o momento que sua geração estava vivendo.⁴⁹

No período em que passou na Ilha, Nunes descreve também diversas situações vivenciadas, como os debates no Coletivo, a chegada de Carlos Araújo e as modificações que essa importante figura teria gerado dentro do presídio, além de defender-se das críticas que Índio Vargas teria feito a ele em seu livro. Na quarta parte do livro, intitulada “Os Quartéis”, o autor narra que foi transferido para um quartel em Cachoeira do Sul, onde continuaria preso por mais um tempo, e teria inclusive recebido a proposta de “arrepender-se” publicamente de seus atos “terroristas”, que teria negado. Na cadeia e nos quartéis, os presos políticos, também chamados de terroristas, eram tratados por “Tupamaros”, segundo Nunes, e os guardas que cuidassem deles recebiam instruções ameaçadoras sobre o que eles podiam fazer caso ocorresse um descuido: “Esses tupamaros são perigosos. Se alguém chega perto das grades, eles enfiam a mão, pegam a garganta do cara e estrangulam em poucos segundos” (1982, p.165). Mas, com o tempo, os guardas viam que não era nada disso, e iam criando uma relação com os presos, surgindo até conversas e amizades – na medida do possível que uma relação dessa natureza e nesse contexto poderia gerar.

Na última parte do livro, intitulada “As Prisões Cíveis”, Nunes conta que foi enviado, após uma audiência, para a Penitenciária Estadual, no bairro Partenon em Porto

⁴⁹ Ver imagens nos anexos.

Alegre, onde não havia local separado para presos políticos, até por que apenas ele e mais um estavam nessa condição. Lá o autor aprendeu que os presos comuns eram pessoas fáceis de conviver, ele deveria se cuidar era com os guardas, que quando implicavam com um preso chegavam ao ponto de matá-lo, com requintes de crueldade, e ninguém de fora da cadeia ficava sabendo a real causa da morte. Mas logo Nunes foi transferido para uma Colônia Penal em Jacuí, onde presenciou cenas horrendas também, que analisaremos melhor no próximo capítulo.

Depois de *dois ou três meses* nesse local, o autor foi novamente transferido para o Presídio Central, mas chegando lá as coisas estavam bastante modificadas. Havia agora um pavilhão para os presos políticos, e Carlos Araújo comandou uma fria recepção a ele, deixando claro que Nunes era uma *persona non grata*, pois na convivência anterior dos dois haviam ocorrido atritos. Mas logo veio seu julgamento, e a condenação foi correspondente ao tempo em que ele já se encontrava preso – três anos e três meses –, conquistando assim Nunes a liberdade em 1973, que ele descreve no final do livro de uma forma que destoa um pouco dos outros autores, que parecem apenas comemorar esse momento: “fui posto em liberdade. E, como sempre, lá fora Eva estava a me esperar. Agora, a luta era outra. Mas igualmente dura, igualmente cruel. A luta pela sobrevivência” (1982, p.202).

Nunes teria retornado a Viamão e mais uma vez aberto um armazém para tirar seu sustento, ao mesmo tempo em que escrevia poesias e roteiros para histórias em quadrinhos. Com a saúde bastante fragilizada, Jorge Fischer Nunes faleceu em Porto Alegre, em 5 de junho de 1987. O título dessa dissertação faz uma homenagem ao único dos escritores que faleceu antes que pudéssemos entrevistá-lo, e dessa forma busca fazer uma homenagem a tantos outros que tombaram pelo caminho.

2.1.3 – João Carlos Bona Garcia

O “Bona”, como é comumente conhecido, após participar ativamente do contexto de luta armada descrito anteriormente, atuando pela VPR, caiu preso no contexto anteriormente descrito após a tentativa frustrada de seqüestro do cônsul dos Estados Unidos em Porto Alegre, no início de abril de 1970. Seu nome não aparece de

imediate nos jornais, ele seria divulgado apenas no “listão” de 28 de abril de 1970, divulgado pela Folha da Tarde (p.40); mas pela descrição feita em seu livro, essa teria ocorrido logo após o evento que agitou a repressão:

Depois do fracasso do fusca, escolhemos um carro maior, e já estávamos estudando a quem seqüestrar. [...] Fui até Passo Fundo, levei um dinheiro para a guerrilha montada na barranca do Rio Uruguai. Na volta, junto com o Ergeu, fui apanhar a camionete que estava numa garage. [...] não vimos nada na rua, entramos na garage e na caminhonete. Subitamente a garagem foi tomada de assalto, chegaram agentes do DOPS e da Polícia Federal, com metralhadoras. Fecharam a porta da garage e nem deu tempo da gente se mexer, começaram a nos bater lá mesmo (1989, p.47).

Sua passagem pelo DOPS é narrada de forma detalhada, com especial atenção às torturas que sofreu, e que os outros sofriam, com um forte tom de denúncia. Além de descrever os métodos de tortura, faz questão de dar os nomes dos torturadores, falar dos médicos que acompanhavam as sessões e denunciar, inclusive, companheiros que traíam os outros, delatando tentativas de burlar as regras da prisão. Depois de cerca de um mês no DOPS, Bona Garcia foi transferido para o Presídio Central, onde passou vinte dias e observou cenas degradantes, vivenciadas pelos presos comuns. O autor assinala que “no Presídio Central não houve torturas” (1989, p.59).

Já no Presídio da Ilha, onde passou cerca de dois meses, teriam ocorrido torturas, sendo que o próprio Major Átila ia, às vezes, até a Ilha torturar alguém em busca de novas informações. Bona Garcia observa que havia um tratamento diferenciado aos presos comuns e presos políticos, tema que trabalharei melhor no capítulo três. Denuncia o traidor dentre eles, Paulo Artur; cita a importância do Coletivo dentro da prisão como um “marco de solidariedade” (1989, p.62); e afirma que dos locais onde esteve preso, “DOPS, Presídio Central, Ilha, Quartel, a Ilha foi o mais ameno” (1989, p.64).

Depois da Ilha, sendo transferido para um quartel, no 19º RE de São Leopoldo, o autor voltou a sofrer humilhações, sendo tratado novamente como um *terrorista* pelos militares, que humilhavam até mesmo as famílias quando iam os visitar. Mas com o seqüestro do embaixador suíço, em dezembro de 1970, em janeiro de 1971 Bona Garcia e mais 69 presos políticos foram “banidos” do Brasil e levados ao Chile, em troca da

libertação do embaixador. Na viagem, o clima ainda era tenso, pois os oficiais ameaçavam matá-los caso a polícia conseguisse libertar o embaixador, mas tudo correu bem e o autor chegou livre no Chile.

Logo no início do período em que passou no Chile, teriam surgido dificuldades em conciliar a visão dos banidos brasileiros com a dos militantes chilenos que buscavam conversar e trocar experiências com eles. Os brasileiros taxavam o governo Allende e o processo histórico de chegada ao poder da esquerda no Chile como reformista, e se consideravam superiores, não aceitando debater. O próprio presidente Salvador Allende quis se encontrar com os exilados brasileiros e enviou dois ônibus para buscar os setenta, mas Bona Garcia, um dos encarregados em arregimentar o pessoal para os ônibus, não conseguiu “mais que 20 dos 70 e tantos brasileiros. Para lotar um ônibus, precisei levar funcionários chilenos que trabalhavam lá no parque Cousiño” (1989, p.79). Bona começou a trabalhar no Chile, Célia – sua namorada aqui no Brasil – foi para lá viver com ele, e os dois tiveram o primeiro filho, Rodrigo. O autor aponta em seu livro: “foi o período mais feliz de minha vida” (1989, p.97).

Mesmo tendo iniciado um forte processo de autocrítica e de “amadurecimento político”, Bona continuava participando de treinos de preparação para a guerrilha, onde se encontrou com companheiros como Gutiérrez. Numa viagem que fez à Argélia, Bona Garcia teria travado contato com Miguel Arraes, homem que passou a respeitar imensamente, e conheceu o deserto do Saara, visão que o fascinou. A situação no Chile ia bem, Bona Garcia tinha até alugado uma casa na praia, aonde ia aos finais de semana, mas o Golpe de Pinochet em setembro de 1973 contra Allende mudaria tudo. Logo após o golpe iniciaram-se as perseguições aos estrangeiros que se encontravam no Chile, e como o autor encontrava-se com mulher e filho não pôde acorrer a uma embaixada, o risco era muito grande. Com ajuda de amigos brasileiros e um padre, mandou sua mulher e o filho para o Brasil, e correndo um risco tremendo de ser preso e morto, entrou correndo na embaixada argentina, conseguindo salvar sua vida. Depois de passar alguns dias na embaixada, foi enviado para a Argentina. Bona Garcia observa que saiu do Chile “como entrei: só com as roupas do corpo” (1989, p.141).

Na Argentina, Bona Garcia teria passado pouco tempo, pois o governo argentino não aceitava que os exilados brasileiros permanecessem em seu território – por pressão

do governo do Brasil. O autor conseguiu exílio na Argélia, para onde viajou. Na Argélia, Bona Garcia e sua esposa tiveram o segundo filho e, além de fazer turismo e conhecer muitos locais magníficos, o autor também destaca a cultura islâmica com a qual entrou em contato, com todas suas características distintas da nossa, brasileira, e que fez muitos contatos políticos com figuras importantes. Logo que pôde, foi para a França, onde se instalou de vez e passou a viver uma vida de cidadão francês. Trabalhou em diversos empregos e cursou a Sorbonne, no Instituto de Estudos de Desenvolvimento Econômico e Social (IEDES), onde fez a graduação e a pós-graduação. Na França, também, ele teria finalmente chegado a um ponto em que não mais precisaria seguir as diretrizes de um determinado grupo ou partido, atingindo o que ele chama de amadurecimento político – melhor descrito a seguir, quando tratarei especificamente da *Autocrítica* desses autores.

Passando um bom tempo na França, o autor e sua família foram se adequando à cultura daquele país, criando fortes vínculos de amizade, e quando viajavam pela Europa – Bona Garcia cita que viajou por toda a França, Portugal, Espanha, Itália, Holanda, Alemanha e Bélgica –, retornar ao território francês era como *voltar para casa*, ao que o autor questionava: “mas que casa, que país, esse é nosso país?” (1989, p.195). A vontade de retornar ao Brasil era uma constante, e o autor envolveu-se com as atividades do Comitê Brasileiro pela Anistia na França, chegando a presidi-lo. Com a Anistia, ao fim de 1979, veio a oportunidade, e ele não pensou duas vezes para retornar ao seu país de origem.

A partir do momento em que narra sua chegada ao Brasil – “era 16 de dezembro de 1979” (1989, p.239) –, Bona Garcia passa a dar *vivas* à democracia, e deixa clara sua intenção de voltar a participar da política, só que agora *de forma mais madura*, e ingressa num partido político de posições bem diferenciadas das que ele defendia na luta que havia travado anteriormente, o PMDB. Primeiramente o autor, mulher e os dois filhos, foram passar um tempo em Lajeado, cidade do interior do Rio Grande do Sul onde vivia sua família, para que as crianças se adequassem à idéia de que eles viveriam no Brasil agora – país desconhecido para os dois meninos, um nascido no Chile, outro na Argélia – e que eles conhecessem sua família, avós, tios, etc. Bona Garcia trabalhou como professor na Fundação da Universidade do Alto Taquari (FATES), lecionando

estatística e história econômica, e dirigiu a área de processamento de dados de uma cooperativa, a COOPAVE. Nesse período também participou da fundação do PMDB em Lajeado, mas não conseguiu ficar lá muito tempo, pois seu objetivo era retornar a Passo Fundo. Além de desejar participar da política de sua cidade natal, “também queria voltar para quebrar a minha imagem de ovelha negra, com que saí de lá” (1989, p.243).

No retorno à Passo Fundo, o autor teria sofrido diversas formas de preconceito devido a seu passado guerrilheiro, sendo constantemente vigiado pelos militares e boicotado dentro de seu próprio partido, o PMDB, que ajudou a fundar também nessa cidade. Atuando inicialmente como coordenador da Secretaria de Turismo e da Secretaria de Serviços Urbanos, logo o autor se candidataria à prefeitura, mas sofrendo pressão do Exército e boicote dentro de seu próprio partido, não conseguiu eleger-se. Ao ser derrotado, teria imediatamente desejado muito sucesso ao vencedor na administração, “pois agora o que contava eram os interesses da comunidade, e não dos partidos políticos, nem pessoais” (1989, p.248). Iniciou um negócio em Lajeado junto com seu cunhado Leopoldo Feldens, ao mesmo tempo que dava aulas na Universidade de Passo Fundo de História Econômica Geral, mas acabou tendo que largar tudo para dedicar-se à política: “tinha passado mais de 20 anos fazendo isso, e não ia me sentir satisfeito em outra atividade totalmente diversa” (1989, p.249). O autor ainda sofreria mais uma derrota, ao ser traído por um colega de Partido, na disputa para concorrer a deputado federal, mas isso não o abalou na sua idéia de continuar participando da política.

Bona Garcia optou então por mudar-se para Porto Alegre, onde inicialmente abriu um curso de francês. Sempre atuando junto ao PMDB, quando Pedro Simon se tornou Governador do Estado, em 1987, Bona assumiu a subchefia para assuntos do interior da Casa Civil –, e nesse exato momento, fazendo parte do governo estadual, teria escrito o livro.

2.1.4 – Cláudio Antônio Weyne Gutiérrez

Dos quatro ex-militantes armados que estou analisando, o único que não chegou a ser preso e torturado foi Cláudio Gutiérrez. Depois de sua intensa participação no

movimento estudantil, por meio do Grêmio do Colégio Júlio de Castilhos, ou atuando na direção da UGES, Gutiérrez sentiu que se fechava o cerco da repressão sobre a ALN, após o seqüestro do embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Charles Burke Elbrik, em setembro de 1969, evento no qual esse grupo teve participação. Como o autor e seu companheiro Luiz Eurico estavam estabelecendo contato com a ALN, por intermédio de Frei Beto, sentiu que poderia ser atingido por essas quedas. Somado a esse contexto, no dia 22 de outubro de 1969 Gutiérrez descobriu pelo jornal que havia sido condenado pelo Supremo Tribunal Militar, no processo em que ele e Luiz Eurico eram acusados de tentarem reabrir o Grêmio estudantil do Julinho, que havia sido fechado pela direção da escola. Escondeu-se por uns dias, despediu-se dos amigos e, nas suas palavras:

Alguns dias depois, no final de outubro, com o meu primo Jeca dirigindo a mais de cem quilômetros por hora por estradas de chão batido, atingimos Rivera. Tomei o ônibus para Montevidéu. Meu coração abrigava sentimentos contraditórios. O fim dos ‘Branca’ por esgotamento, o cerco às organizações armadas brasileiras me faziam refletir. Eram como umas férias para voltar a militância no Brasil. Começaria um exílio que duraria oito anos (1999, p.91).

Em novembro, Frei Betto e outros padres que ajudavam a atravessar as pessoas na fronteira do Brasil para o Uruguai foram presos, e Gutiérrez foi acusado de participar do esquema montado pela ALN:

efetivamente nós participávamos, mas era um esquema muito precário, através do Frei Beto, se faziam contatos e o Frei Beto encaminhava as pessoas para a fronteira, e quem participava do nosso grupo efetivamente disso era a Dedé, [...] a partir desse momento, eu tenho uma acusação pesada, que eu era integrante de uma organização pela ALN dentro do chamado “esquema de fronteira”, aí de fato, não era aquela condenação com o movimento estudantil, era algo mais pesado que poderia chegar mais radicalmente o negócio (ENTREVISTA, p.7).

No Uruguai, Gutiérrez foi seqüestrado pelas forças de repressão uruguaias e, num primórdio de *Operação Condor*, seria enviado de volta ao Brasil, num acordo entre os órgãos repressivos, mas conseguiu entrar em contato com um jornal de esquerda uruguaio que divulgou em manchetes o que seria feito, e quando iam enviar-lhe de volta cortou o próprio braço, tendo que ser internado num hospital, o que lhe deu mais tempo e aumentou a repercussão do caso, principalmente pela divulgação de que ele seria cidadão uruguaio – seu pai era uruguaio –, impedindo que o enviassem de volta para o

Brasil. Solto, numa situação um tanto desconfortável no país, rumou para o Chile, onde haveria em curso uma tentativa de estabelecer uma frente guerrilheira de nível continental. No Chile, Gutiérrez presenciou e comemorou a vitória de Salvador Allende e recebeu notícias de Porto Alegre, onde a esquerda armada encontrava-se cada vez mais isolada, principalmente após a tentativa de seqüestro do cônsul dos EUA, e com a profissionalização da repressão as quedas vinham atingindo todas as organizações.

Passou a participar de treinamentos para a luta armada com o Exército de Libertação Nacional (ELN) chileno, até que em janeiro de 1971, com diversos companheiros enviados ao Chile com o seqüestro do embaixador suíço, organizou-se naquele país um núcleo da VPR, ao qual Gutiérrez juntou-se, desvinculando-se do ELN. A colônia brasileira no Chile nesse momento atingia um contingente significativo, devendo passar de dez mil pessoas, segundo o autor. Era só “caminhar pela Alameda e pelas ruas do centro para encontrar conhecidos” (1999, p.107), e “se faziam presentes todas as organizações de oposição à ditadura” (1999, p.102). Rumou então para a Bolívia, com a missão de montar um ponto de passagem na fronteira Brasil-Bolívia, mas não ficou lá muito tempo, pois ainda em 1971 o golpe de Hugo Banzer derrubou o governo de esquerda do General Torres. Gutiérrez, com isso, retornou ao Chile, onde ficou pouco tempo, retornando para o Uruguai e se instalando em Montevidéu, quando comenta que o contato com a colônia de brasileiros ali instalados o ajudou bastante, “pois meu sentimento de isolamento era muito grande” (1999, p.108).

Recebendo notícias cada vez piores do Brasil, onde os grupos de luta armada eram massacrados pela repressão do governo Médici, e diversos amigos seus - entre eles Luiz Eurico - estavam desaparecendo, o autor afirma nesse momento: “Definitivamente, estava convencido da inutilidade de nosso sacrifício. [...] Rompi definitivamente com o foquismo” (1999, p.109). Desligando-se da VPR, Gutiérrez se instalou nesse momento no Uruguai como cidadão – conseguiu a cidadania por seu pai ser uruguaio – onde “estudava, trabalhava e era militante de massa. Comparecia aos atos e até fazia segurança nos comícios da Frente Ampla, junto ao meu Sindicato, tudo dentro da legalidade possível” (1999, p.109). A epopéia latino-americana narrada pelo autor encerrou-se “em dezembro de 1977, pouco antes do Natal” (ENTREVISTA, p.7), quando, vivendo uma situação que não se mostrava muito favorável no Uruguai desde o

golpe deflagrado em 1973, um amigo conseguiu a prescrição da pena do processo pela reabertura do Julinho, único em que Gutiérrez havia sido condenado, e ele resolveu voltar para o Brasil antes mesmo da anistia.

De volta ao Brasil, recebeu uma visita de agentes do DOPS, mas de rotina, “passaram lá para verificarem se havia chegado” (1999, p.114), e reencontrou Suzana, que o comunicou que Luiz Eurico estava *desaparecido*.⁵⁰ Começou a trabalhar numa empresa chamada BPI, de informática, com seu ex-companheiro Félix Silveira da Rosa Neto, no mesmo prédio em quem Índio Vargas havia aberto seu escritório de advocacia: “ficava naquele prédio ali das Americanas, entre Andradas e Andrade Neves [...], possivelmente na época que ele escreveu, nós estávamos no escritório dele” (ENTREVISTA, p.8). No retorno ao Brasil, já com uma visão crítica da luta armada, Gutiérrez ingressa novamente no PCB, que em 1992 se tornaria Partido Popular Socialista (PPS).

Nos anos 1990, mais especificamente em março de 1997, o autor teria encaminhado o pedido para um atestado de boa conduta, que teria sido negado a ele, pois ainda existiam dois processos de 1968 do DOPS, um acusando-o de tentar reabrir o Grêmio do Colégio Júlio de Castilhos e outro por participação em passeatas, os dois de 1968. A partir daí, o autor buscou que fornecessem uma lista dos dados arquivados a seu respeito, e depois de muita pressão conseguiu um documento onde constava um roteiro sobre toda sua militância no movimento estudantil, passeatas, ações, prisões, passagens por outros países da América e inclusive uma insólita passagem pela Noruega, em que teria sido visto em Oslo, onde conversou com militares brasileiros e “mostrou-se revoltado com essa classe e o poder instituído no Brasil. No entanto, afirmou ter desejo de voltar a seu país” (1999, p.13). Gutiérrez afirma nunca ter estado na Europa, “nem naquela ocasião ou em outra qualquer” (1999, p.14).

⁵⁰ Luiz Eurico Tejera Lisboa, condenado pelo mesmo processo que Gutiérrez em 1969, ingressou de vez na ALN, passou a viver na clandestinidade e foi para São Paulo, onde em setembro de 1972 foi assassinado por oficiais da repressão numa pensão, e seu corpo enterrado numa vala comum, num cemitério clandestino em Perus, SP. Em 1979, transformou-se no primeiro desaparecido político cujos restos mortais foram encontrados no Brasil, resultado de anos de investigações, perseverança e coragem de sua mulher, Suzana.

Somando esse episódio onde teve que vasculhar arquivos sobre o passado às comemorações dos trinta anos do *maio de 68*, o autor também atribui sua iniciativa de escrever seu testemunho ao fato de que “os enfoques que se debruçavam sobre a época colocavam os eventos de 1968 no Brasil e em Porto Alegre como abalos sísmicos, cujo epicentro era Paris” (1999, p.14), visão que o autor discorda completamente, chegando a classificar isso como uma espécie de *colonialismo cultural*. Disso tudo, e junto com uma vontade de “homenagear companheiros e companheiras vivos ou mortos, pelos quais tenho muito afeto” (1999, p.14), teria surgido sua motivação para escrever o livro e contar sua versão dessa história.

Na época em que escreveu e publicou *A Guerrilha Brancaleone*, entre 1998/1999, o autor trabalhava na Câmara Municipal de Porto Alegre, com o Vereador Lauro Hagemann, do PPS. Quanto a seu posicionamento político no momento em que lançou o livro, fica claro ao final da obra, quando Gutiérrez declara-se – “em maio de 1999, quando estou terminando este texto” (1999, p.116) – militante do Partido Popular Socialista (PPS), *herdeiro do velho PCB*, assinalando que “pesou para minha decisão compreender que, no essencial, o Partido estava correto na postura política a adotar durante os anos de chumbo” (1999, p.121) – postura essa contrária à que ele havia adotado nos anos 1960/70, não esqueçamos.

2.2 → Apresentação dos livros

2.2.1 – Guerra é Guerra, dizia o torturador

O livro “*Guerra é Guerra, dizia o torturador*”, de Índio Vargas, escrito com base em anotações que o autor foi produzindo durante o período em que esteve preso, entre abril de 1970 e fevereiro de 1971, teve sua redação final concluída no ano de 1980.⁵¹ O lançamento do livro ocorreu em 1981, no âmbito do surto memorialístico deflagrado pela

⁵¹ Encontra-se no próprio livro a expressão “hoje, 1980” (VARGAS, 1981, p.58), e em outro momento, ao referir-se ao dia do jogo final da Copa de 1970, o autor também usa a expressão “hoje, dez anos depois” (VARGAS, 1981, p.122).

abertura política e na esteira do sucesso de lançamentos como o livro de Fernando Gabeira, *O que é isso, companheiro?*, em 1979. Pela leitura da obra de Índio Vargas, percebe-se que a idéia de escrever esse livro de memórias já existia desde o momento em que o autor estava na cadeia, como podemos ver na descrição que ele faz de um diálogo desenvolvido com Féliz Silveira Rosa Neto na prisão:

- Por que está anotando isso?

- Bem, se sair vivo daqui, um dia poderei escrever alguma coisa sobre essa nossa experiência. Creio que não será grande coisa, mas em todo caso... (1981, p.97).

Outro indício dessa vontade eram as anotações que ele fazia na cadeia, que incluíam desde os nomes dos presos até uma análise social por grupos de origem dos que estavam presos devido a motivos políticos na Ilha. Mas o livro mesmo teria sido escrito em 1980, em “menos de um ano” (ENTREVISTA VARGAS, p.20), parte tendo sido ditada para uma secretária, pois naquele momento, segundo o autor, ele já estava advogando e assim “saindo da miséria” (ENTREVISTA VARGAS, p.20).

Na entrevista, o autor deixou claro como foi se materializando a idéia do livro:

eu não pretendia, nem tinha a pretensão de escrever livro né, eu digo: ‘Já que eu fiz a experiência e eu passei por isso e anotei os nomes e tal, vou fazer uma reportagem’ e fui dar de presente pra Zero Hora, [...] mas aí comecei a escrever e pensei ‘iih’, comecei a encomprar muito aquilo, eu digo: ‘Isso aqui não dá mais reportagem, já extrapolou’, daí resolvi e tal, aprontei, [...] aí falei com o Cadão, o Cadão ele é um chefe do serviço de fotografia da Zero Hora, [...] e ele disse: ‘Não, tu deve fazer o seguinte, tu bota no correio, ele disse pra mim ir lá, e manda pra CODECRI, do Pasquim.’ Mandeí, dias depois me telefonaram dizendo que tinham lido, tinham gostado e tal, querem publicar e querem que eu assine um contrato. [...] aí dei os dados, CPF e tal e eles fizeram (p.19).

O livro foi lançado em 1981, e segundo Vargas a distribuição pelo Brasil foi muito boa, chegando a vários locais, devido ao bom sistema utilizado pelo pessoal do Pasquim. Nas palavras do autor: “eu me lembro que eu fui no aeroporto, eu fiz uma viagem à Recife, cheguei em Recife, tava o livro no aeroporto já, depois fui na livraria

lá e tava lá, uma distribuição muito boa que o Pasquim tinha, por que era um pessoal meio boêmio, mas funcionou” (ENTREVISTA VARGAS, p.21).⁵²

Aproveitando a “onda memorialística” que ocorria no Brasil, o livro foi sucesso de vendas, tendo sido produzidas 3 edições pela CODECRI que esgotaram em poucos meses, e depois Índio teria passado o direito para a Editora Tchê!, de Porto Alegre, que lançou uma quarta edição. Matérias saíram nos jornais como a Zero Hora, comentando o lançamento da obra, e críticos escreveram artigos elogiando o livro de Índio Vargas, e segundo o próprio autor ninguém teria vindo a público tecer qualquer crítica contra o que ele havia escrito.

Nesse livro-relato, o autor conta sua experiência como militante de um Grupo Armado do PTB, desde 1964, quando ele fazia visitas a Brizola no exílio no Uruguai, passando pelo seu apoio tático à luta armada deflagrada por Edmur Péricles Camargo em Porto Alegre e cidades vizinhas entre 1969/70, e narra o tempo em que permaneceu preso, de 8 de abril de 1970 até 18 de fevereiro de 1971, passando pelo DOPS onde sofreu torturas, Presídio Central, Hospital Militar e, por fim, Ilha do Presídio, destino da maioria dos presos políticos do Rio Grande do Sul nesse período. Não havendo uma rigidez cronológica na construção da narrativa, o autor em determinados momentos extrapola esse período, comentando fatos anteriores a 1964 ou posteriores a 1971 em suas reflexões.

O livro não possui prefácio, introdução, conclusão, posfácio, nada que busque dar uma explicação sobre a obra; é um relato cru, sem imagens,⁵³ e muito bem escrito. Recheado de nomes e datas precisas, além de uma boa memória, o livro provavelmente exigiu uma boa pesquisa do autor, mas como todo livro de memórias não se encontra isento de conter imprecisões, como veremos mais adiante. Não existindo uma introdução nem conclusão, a própria estrutura da narrativa é organizada de uma forma que também confunde um pouco o leitor, citando datas exatas em determinados momentos, em outros

⁵² A CODECRI (Comitê de Defesa do Criolêu, nome dado por Henfil), editora fundada em 1972, de propriedade do jornal *O Pasquim*, foi uma das mais atuantes editoras de oposição do país no final da década de 1970. Ao mesmo tempo que foi marcada por grandes sucessos de venda, como o livro *O que é isso, companheiro?* de Fernando Gabeira, teve sérios problemas de gestão administrativa – o dinheiro que entrava com o sucesso dos livros era usado para suprir os prejuízos do jornal *O Pasquim*, em franco declínio nos anos 1980 – e a editora entraria logo em decadência, junto com o jornal.

não, e fazendo idas e vindas temporais, cujo alerta ao leitor nem sempre é feito devidamente, exigindo uma atenção especial na leitura.

Na capa, além do título e do logotipo “Pasquim apresenta:”, há uma espécie de “sub-título” apresentando o que o livro trazia:

Os passos de um homem público, a luta armada como opção política, um depoimento corajoso, sincero e consciente. Histórias de um Brasil dominado pelo medo, os aparatos de guerra, repressão e tortura. Uma dura realidade vivida por centenas de militantes políticos (VARGAS, 1981, *capa*).

Na contracapa há uma foto de Índio Vargas – com uma cuia de chimarrão na mão – e uma pequena descrição de quem ele é, e o que viveu no período da Ditadura, experiência que gerou o livro. Já na “orelha”, há uma apresentação – não assinada – sob o título “livro-depoimento”, com caráter bastante político, onde encontramos:

Índio Vargas, preso em 1970 como militante do Grupo Armado do PTB de Porto Alegre, conta a sanha desses ‘perigosos terroristas’ que surgiram no cenário nacional logo após o golpe militar de 1964, e que procuraram na ilegalidade recolocar o País na trilha da legalidade (1981, *orelha*).

Numa postura bastante crítica ao regime militar, o texto de apresentação afirma que “foi necessário que o governo militar criasse uma mistificação em torno do perigo que representava a guerrilha urbana como justificativa para a montagem de um enorme e sofisticado aparato repressivo” (1981, *orelha*) e chega a classificar o aparato repressivo como “uma máquina de fazer sofrer e extrair confissões” (1981, *orelha*). Ironizando essa mistificação em torno da luta armada que o regime criou, para gerar o medo na população sobre os supostos *terroristas*, o texto da apresentação ainda questiona quem seriam esses *perigosos homens que ameaçavam a Segurança Nacional*, mostrando, com base em dados do próprio autor do livro, que no Presídio da Ilha, por exemplo, para onde eram mandados os presos políticos, havia um “jornalista de esportes, oito eram formados em filosofia, vinte e um estudantes, quatro bancários e dez operários. Este era o plantel de ‘subversivos’ que ameaçavam tomar o poder no Sul do País” (1981, *orelha*).

⁵³ Com exceção da reprodução de um documento que Vargas teria recebido antes da publicação do livro e divulgado na página 138, onde comprova que a correspondência enviada pela Anistia Internacional à OAB, ABI e CNBB era sistematicamente violada pelo Serviço Nacional de Informações (SNI).

Continuando na linha argumentativa com base na ironia, é citado que os prisioneiros liam bastante e organizaram um *Coletivo* que zelava por todos os aspectos da vida na prisão e pela distribuição de tudo, e que mesmo doentes em camas de hospitais, eram considerados *temíveis, terroristas, tipos perigosos*. A apresentação “de orelha” encerra-se da seguinte forma: “Tempo de mocinho e bandido, de caça às bruxas, tempos maus. Era uma vez um país que matou, torturou e expulsou seus melhores filhos. Coisas do passado, dirão alguns. Prendo e arrebento, diz o presente” (1981, *orelha*), numa referência clara a uma frase marcante que foi dita pelo General João Batista Figueiredo, que no momento de lançamento do livro governava o Brasil, e conduzia o processo de abertura de forma bastante autoritária.

Dedicado à sua esposa Marlene e a seu filho Leonel, o livro inicia em novembro de 1964, recordando os encontros que Vargas realizava com Leonel Brizola no Uruguai, para ajudar na organização da *Insurreição Popular* que tomaria o poder no Brasil, acabando com o governo ditatorial. Mas o autor também retorna no tempo em suas memórias, para contar como vivenciou o Golpe em Porto Alegre, entre março/abril de 1964. Passando por sua participação no movimento estudantil, quando da ocupação da Faculdade de Filosofia da UFRGS, narra também as ações armadas ocorridas em Porto Alegre, que foram descritas em detalhes no capítulo anterior, sua prisão e os locais por onde passou, DOPS, Presídio Central, Hospital Militar e Ilha do Presídio. O maior período foi passado na Ilha, e é ali que se concentra grande parte da narrativa, em tudo que se desenrolava dentro do Presídio, as relações entre os presos políticos, e deles com os presos comuns, etc. O livro se encerra com a libertação de Vargas da Ilha, em fevereiro de 1971.

2.2.2 – O Riso dos Torturados

O livro “O Riso dos Torturados” foi escrito por Jorge Fischer Nunes entre 20 de julho e 10 de agosto de 1982, em Porto Alegre, segundo o próprio autor assinala na apresentação. Publicado no mesmo ano pela Editora Proletra, com o subtítulo de “anedotário da guerrilha urbana”, o livro é dedicado “aos companheiros mortos em luta ou assassinados nos cárceres, aos sobreviventes que continuam a luta e a Maria Helena” (1982, p.3). Na apresentação de seu livro, o autor descreve suas motivações para

escrevê-lo. Começa falando de sua “grande preocupação em relação às memórias dos companheiros de luta” (1982, p.8). Comenta que já havia lido o livro de Índio Vargas e *Tempo de Cárcere* de Elói Martins, mas que esses seriam

honrosas exceções. A maioria dos outros que me passaram pelas mãos limita-se a descrever as memórias pessoais do autor – algo como um legado que o memorialista deixa aos netos para poder mais tarde dizer, do alto de uma cadeira de balanço: ‘Viram? O vovô já foi um revolucionário!’. Talvez nem isto – mas, ao menos, um guerrilheiro. Outros fornecem uma visão unilateral, restringem-se às impressões que o narrador extraiu dos fatos sem maiores preocupações com a análise crítica (1982, p.8).

Em sua visão, portanto, esses livros de memórias deveriam se direcionar mais para uma análise crítica da experiência vivenciada:

sempre julguei que seria muito mais importante, além da história e da cronologia, analisar as condições que deram origem à deflagração da luta armada, fazer o balanço crítico dos resultados positivos e negativos e, o que tem muita importância, detectar as tendências que se manifestaram no processo de luta e, mesmo, na própria prisão, posto que, hoje, muitas se manifestam na prática política; algumas, com propostas honestas – outras, eivadas da mesma visão elitista, do mesmo oportunismo que as caracterizou anteriormente (1982, p.9).

Nunes comenta ainda que boa parte dos livros de memórias denunciavam os torturadores; ele concorda que denunciar é importante, mas ressalva:

Creio, contudo, que não basta denunciar apenas os crimes da repressão. É preciso também denunciar os nossos próprios erros. [...] não creio que a melhor atitude seja a de passar uma esponja sobre o passado. Os erros devem vir à tona. E creio com firmeza que são exatamente os comunistas que menos devem temer a luz (1982, p.10).

Frente às críticas que ele fazia aos livros de memórias já escritos, diz Nunes que seus companheiros o cobravam: “de que adiantava eu falar que estava faltando um livro de memórias com tais e tais características, se não estava disposto a fazê-lo?” (1982, p.10) Assim, “pressionado pelas opiniões de companheiros”, ele teria decidido “torturar a memória e a máquina semiportátil, tentando produzir um memorial crítico” (1982, p.10). Mas na hora de escrever o livro teria ocorrido um “racha” em sua cabeça,

determinando a necessidade de escrever dois livros. Posuo, infelizmente, uma memória que retém em primeiro lugar o lado cômico ou terno das coisas. O analítico vem em segundo lugar. Mas rir foi, também, um modo heróico que os companheiros encontraram de responder à brutalidade da repressão. Este o motivo pelo qual produzi, primeiro, ‘O Riso dos Torturados’. O balanço crítico que devo aos meus companheiros virá depois, em ‘O Pranto dos Torturados’ (1982, p.10/11).

Ele nunca escreveria esse segundo livro. Seguindo o sentido do título, o livro é escrito de forma um tanto leve, descompromissada, possuindo muitos capítulos que não passam de pequenas descrições de episódios anedóticos desse período da história. A ênfase realmente é sempre por narrar fatos engraçados que ocorreram com o autor ou com seus companheiros. Mas, contrariando o título escolhido pelo autor, e a capa, onde há uma charge de torturadores aplicando entre métodos de tortura tradicionais uma pena para provocar risadas no torturado, no prefácio do livro, Júlio César Botti Carelli alerta:

Não se iludam com o humor transbordante da narrativa. Ela é terrível. Atrás do riso dos torturados percebe-se o pranto. Terríveis são as denúncias: homens, cujos nomes nos acostumamos a ler nos jornais como probos defensores da sociedade – policiais, militares, autoridades públicas – são aqui apresentados com as suas verdadeiras e monstruosas faces. Terríveis são as críticas: de modo ameno, veladamente, elas transparecem no livro. Oportunistas desfilam nus na passarela, delatores são apontados. A ninguém o autor perdoa, nem a si mesmo. Revela-se tal qual é: um homem feito de coragem e medo, de decisão e insegurança, de altruísmo e covardia. Enfim: uma criatura humana. Um livro terrível. Lendo-o, compreendemos que o riso dos torturados não é senão a contrafação do pranto dos torturados (1982, p.7).

Na apresentação escrita pelo próprio autor, onde ele faz uma crítica aos livros de memórias que haviam sido escritos até aquele momento por ex-guerrilheiros, também comenta as interpretações que companheiros faziam daquele período, vendo a derrota da opção armada frente ao sistema como consequência da precipitação, ou da falta de condições para levar adiante a luta armada. Classificando essa visão como simplista, Nunes usa uma frase de Marx para dizer que foi *uma batalha perdida, mas que eles precisavam travar*. Em seu ponto de vista, essa experiência teria servido como aprendizado, e em última instância teria contribuído para acirrar as contradições, ajudando a formar lideranças populares mais amadurecidas, e também teria contribuído para acelerar o processo de abertura.

No decorrer do livro, o autor narra diversos fatos, sem preocupar-se muito com detalhes, desde o momento em que conheceu Edmur Péricles Camargo, em 1953, passando pelo golpe militar de 1964 em Porto Alegre, sua militância contra a ditadura, sua primeira prisão, a libertação e a opção pela luta armada. Descreve as ações que participou – que foram descritas no Capítulo um – ao lado de Edmur, e sua segunda prisão, que o levou a uma passagem pelo DOPS, depois um longo tempo no Presídio da Ilha, onde Nunes, assim como Vargas, desenvolve diversas reflexões sobre o que vivenciou naquele local. Depois ainda foi transferido para um quartel em Cachoeira do Sul, e passou por três diferentes prisões comuns – Penitenciária Estadual, em Porto Alegre; Colônia Penal, em Jacuí; e finalmente Presídio Central, em Porto Alegre –, encerrando a narrativa com sua libertação, em 1973.

2.2.3 – *Verás que um filho teu não foge à luta*

O livro *Verás que um filho teu não foge à luta*, lançado em 1989 pela editora *Posenato Arte e Cultura* de Porto Alegre, foi escrito por João Carlos Bona Garcia em co-autoria com Júlio Posenato, no ano de 1988. Segundo ele, em declaração dada na entrevista: “foi um momento muito bom, do ponto de vista político, foi em 1988, eu tava com uma atividade enlouquecida” (p.10), e o livro teria sido escrito “nas madrugadas” (p.10). Escrito não seria o termo correto, pois como revelou na entrevista, o autor na verdade narrou suas memórias com auxílio de um gravador, e as fitas era repassadas ao escritor Julio Posenato: “eu ia gravando, ele degravou tudo, [...] ele deu os retoques, [...] e botou em ordem. [...] Quase tudo gravado” (p.20). Segundo Bona Garcia, ele teria feito apenas correções, e gravado tudo, pela seguinte justificativa: “Até por que eu nem tinha tempo, não tinha condições, de sentar uma noite a fazer, por que é muito diferente você quando está gravando, entendeu? Do que você pegar pra escrever” (p.20).

Sobre as motivações que o levaram a escrever, na entrevista Bona Garcia as enumera:

como eu tinha que mudar muito, num país eu perdi tudo, não tinha nada, a única coisa que restava comigo era a minha memória, então eu achei que escrevendo o livro eu podia guardar um pouquinho dessa memória. Segundo, por que eu também queria repassar um pouco daquilo que a gente passou, pro pessoal da nova geração, pra juventude e tal, que não conviveram naquele período, o pessoal que nasceu nos anos 60, 70, entendeu? Que não conviveu naquele período e que aquela experiência que a gente teve quem sabe a gente poderia repassar. Mas que eles tirassem a conclusão que achassem a melhor do ponto de vista de cada um, sem tentar influenciar pra A ou pra B, até pra que eles não cometessem erros que nós cometemos no caminho (1989, p.10).

Outra motivação que o autor aponta para escrever é que, segundo ele, no momento do lançamento do livro, em 1989, ainda havia militantes na esquerda que consideravam a possibilidade da luta armada, e ele queria deixar claro que essa opção teria sido válida, dentro de outro contexto:

Agora tu tem outro momento, hoje, quer fazer política tu sai daqui e vai fazer o dia inteiro, entendeu? Não é levar uma cacetada, como eu tentei lutar por melhores condições de ensino e acabei expulso sumariamente. Então tu tinha as conseqüências, hoje não, tu quer fazer política tu sai, vai fazer, não tem problema nenhum, tem partidos, tem tudo, vai lá briga, xinga (ENTREVISTA, p.11).

E sobre a repercussão do livro, também é interessante observarmos suas palavras:

o lançamento foi muito bom, entendeu? A gente fez vários debates, eu debati muito até com o PT aqui por que o PT era muito mais fechado e radical naquela época né, então, não era muito de mostrar também as fragilidades, entendeu? E eu dizia “não, tem que mostrar, tem que ver” e principalmente, tirar aquela imagem, entendeu? Que incomodava no Che, ficava estampado em tudo que era camiseta, num quadro, entendeu? Num muro, tirar ele dali e botar ele como pessoa normal da rua ali, comum, corrente, que tinham sentimento, tinham vontade, tinham medo, tinham ilusões (ENTREVISTA, p.11).

O livro teve quatro edições, todas esgotadas, e segundo o autor seu lançamento teve ampla repercussão na mídia. As poucas críticas que teria recebido referiam-se a pessoas que viveram o contexto e não teriam gostado de algo, mas a maioria das manifestações teria sido a favor, e segundo Bona Garcia “nenhum torturador, nenhum até hoje contestou nada. [...] Nunca apareceram” (ENTREVISTA, p.12).

Nesse livro de memórias, Bona Garcia conta sua história desde o nascimento em Passo Fundo, em 3 de junho de 1946 – na verdade ele resgata um pouco da história de

seus pais antes de entrar na dele –, até o momento em que ele escreve o livro, 1989, quando trabalhava na Casa Civil do governo do Estado, chefiado por Pedro Simon, do partido ao qual o autor se encontrava filiado naquele momento, o PMDB. O livro segue uma ordem cronológica bem estabelecida, apesar de alguns “pulos” que o autor dá ao passado – para contrapor ao *presente* que ele está narrando – ou ao *futuro* – para adiantar aonde chegaria com determinadas opções que tomava, ou fazer a autocrítica do que estava narrando.

A narrativa do livro se centra principalmente na vida do autor, desfilando como pano de fundo os acontecimentos no Brasil e no mundo, a não ser por momentos em que, entre um capítulo e outro, encontram-se excertos de textos de outros autores tratando do contexto histórico.⁵⁴ O livro é recheado de imagens que ilustram a história que vai sendo contada, algumas fotos de manifestações da época, alguns recortes de jornais tratando dos acontecimentos e até mesmo os vistos que eram emitidos para permanência em cada país por onde Bona Garcia passava, mas a maioria se trata de fotos do autor, de sua mulher ou de seus filhos, bem ao estilo *álbum de recordações*, não podendo faltar a foto da primeira comunhão, por exemplo...

Na história de vida de Bona Garcia, que ele inicia contando desde a história de seus pais, para mostrar sua origem humilde do interior, vai se moldando o caráter e as idéias do autor, que se engajaria na política já na escola, fazendo movimento estudantil em sua cidade natal, Passo Fundo. No 3º ano da escola, por sua participação em mobilizações e passeatas, Bona Garcia foi expulso da Escola Estadual em que estudava. Na militância em Passo Fundo, o autor participou de um grupo ligado à AP (Ação Popular), depois se engajou na Dissidência do PCB e participou da fundação do POC (Partido Operário Comunista) em Passo Fundo. Ao pressionar o POC a avançar mais no processo de contestação e constatar que ele não correspondia, Bona Garcia teria se desligado e ingressado na VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), já em Porto Alegre, quando fazia a Faculdade. Em Porto Alegre o autor participou das ações armadas descritas no Capítulo um, e por isso foi preso, passando pelo DOPS, Presídio da Ilha e um quartel em

⁵⁴ São citados trechos de *Brasil - Guerra Quente na América Latina*, de Maia Neto, *Batismo de Sangue - os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*, de Frei Betto, e do livro do projeto *Brasil Nunca Mais*.

São Leopoldo, quando finalmente foi “banido” do Brasil, junto com mais 69 militantes da esquerda, em troca da vida do embaixador suíço, em janeiro de 1971.

Iniciava-se aí a “Odisséia” do autor pelo mundo, pois em seu exílio ele passou por diversos países. Tendo morado no Chile, Argentina, Argélia e França, Bona Garcia assinala ainda que conheceu Portugal, Espanha, Itália, Holanda, Alemanha e Bélgica. Mas com a Anistia, em 1979, ele retornou ao Brasil, ingressou no PMDB, passou um tempo em Lajeado, outro em Passo Fundo, e finalmente instalou-se em Porto Alegre, onde continuou atuando politicamente, até 1989, quando ele encerra a narrativa de seu livro, prometendo:

Neste sistema cíclico que o Brasil vive, estou preparado para, daqui a alguns anos, ser mais uma vez exilado, e em algum lugar do mundo recomeçar a vida; apenas com um fogareiro, um colchão e uma cadeira. Como das outras vezes. Não tenho mais vigor físico dos 20 anos, mas o amadurecimento me faz mais forte, sereno e determinado. E se tiver que enfrentar tudo de novo, **verás que um filho teu não foge à luta**⁵⁵ (1989, p.271).

2.2.4 – A Guerrilha Brancaleone

O livro *A Guerrilha Brancaleone* foi escrito por Cláudio Antônio Weyne Gutiérrez, e lançado em 1999 pela mesma editora de *O Riso dos Torturados* de Jorge Fischer Nunes, a Proletra, de Porto Alegre, dentro da coleção “Caminhadas e Alternativas” – foi o primeiro livro dessa coleção. Dedicado “às novas gerações” e especialmente a seus filhos, e homenageando Luiz Eurico Tejera Lisbôa - companheiro de lutas do autor assassinado pela ditadura, o primeiro “desaparecido” brasileiro cujo corpo foi descoberto –, Gutiérrez busca dessa forma homenagear “os milhares de mortos e desaparecidos, vítimas das ditaduras do Cone Sul” (1999, p.4). O mote principal para escrita do livro é a atuação política de Gutiérrez no período da ditadura, quando o mesmo pegou em armas, vindo daí o título do livro.

Na entrevista, o autor deu mais detalhes sobre suas motivações para escrever:

⁵⁵ Grifo do autor.

todo mundo que voltava, era muito comum vir com a idéia de escrever um livro, e eu tinha essa idéia, cheguei a começar a escrever. Depois sei lá, coisas da vida, tive que sustentar família, filho, essas coisas e terminei não desenvolvendo o livro, ainda mais, fiquei com uma série de apontamentos que eu tinha feito, digamos em 1978/79, início de 1980. Aí na década de 1990 a gente começa a mexer com a questão dos arquivos da ditadura e, em função disso, em função dos documentos que iam se revelando, meus e de outras pessoas, é que eu termino desenvolvendo o livro, faço uma pesquisa também em jornal de época etc, digamos assim, algo bem tardio, eu fui escrever isso aí em 1998, praticamente vinte anos depois do meu regresso que foi em 1978, final de 1977 início de 1978 (ENTREVISTA, p.7).

Sobre a publicação do livro, que foi feita em 1999, Gutiérrez esclarece:

foi uma produção independente, a editora é a Proletra, [...] mas a Proletra é uma gráfica, não é editora no sentido... ela não faz distribuição, e eu fiz dois mil livros e descobri que é um montão de livros! [risos] [...] eu levei alguns anos pra me livrar de todos eles, atualmente eu tenho dois aqui, [...] eu fazia lançamentos, o lançamento principal foi ali no Centro Municipal de Cultura, ali na Érico Veríssimo, foi bem legal, não me lembro mas acho que vendi uns 300 e tantos livros, e depois fiz lançamento em alguns bares... (ENTREVISTA, p.10).

Segundo o autor, o livro teve repercussão favorável na mídia, e ninguém teria tecido críticas na época do lançamento. Com uma escrita fluida, a narrativa descreve desde o nascimento do autor em 1948, até o momento em que encerrou sua “peregrinação” - *exílio* - por países da América Latina, instalando-se no Uruguai, e encerra-se em 1999, momento em que o autor escreveu o livro, com reflexões sobre a realidade do Brasil e do mundo após a queda do comunismo no leste europeu. Gutiérrez não se apega somente aos fatos de sua vida, pelo contrário, o autor se preocupa a todo instante em narrar o que estava acontecendo desde o bairro em que vivia (Bom Fim) e a cidade (Porto Alegre), até o que ocorria no estado, no país, no continente e no mundo. Portanto, a narrativa se constrói num constante vai e vêm entre o que acontecia na vida particular do autor e os fatos históricos importantes que iam ocorrendo ao mesmo tempo. O autor, assim, vai produzindo uma interessante alternância entre a sua *memória individual* e sua *memória coletiva/histórica*.

O livro possui um texto na *orelha* produzido por João Aveline, onde esse jornalista e militante do PCB fala de Gutiérrez como um *típico militante revolucionário representante da rebeldia jovem contra a ditadura*, que teria rompido com o PCB por não ver futuro na sua proposta e percorreu os “tortuosos becos e ruelas de uma aventura

muito própria do impulso generoso da juventude”, se tornando um *brancaleone*. Segundo Aveline, o autor teria feito uma autocrítica bem fundamentada e com isso retornado ao *Partidão* para ajudar na construção do PPS, herdeiro do PCB, e conclui afirmando que “felizmente saiu com vida da aventura ‘brancaleone’ para este relato. Subsídio para os historiadores e uma rica experiência que a militância de esquerda deve considerar” (1999, *orelha*). Além de uma imagem marcante na capa, uma ilustração representando o “Incrível Exército de Brancaleone” do filme, mas com uma bandeira vermelha, no interior do livro encontramos também algumas imagens importantes, desde cenas marcantes da história do Brasil ⁵⁶ e de outros países ⁵⁷ que marcaram aquela geração, até imagens que fazem referência a acontecimentos importantes do período no Rio Grande do Sul ⁵⁸ ou que se referem à vida particular do autor ou de pessoas próximas a ele.⁵⁹

No prefácio ao livro, escrito pelo organizador da coleção, Sérgio Camargo, já fica bastante evidente que a obra se trata de “um livro de memórias críticas” (1999, p.6); *A Guerrilha Brancaleone* seria o primeiro de uma série de livros onde “um grupo de militantes políticos busca criar uma nova tribuna de debates – e também de formulação – sobre os caminhos e descaminhos da esquerda” (1999, p.6). Nas palavras de Sérgio Camargo:

Os organizadores desta coleção se unem pela compreensão de que o arcabouço teórico que guiava seus passos foi ultrapassado pela vida. Não negam o marxismo [...] como um dos referenciais importantes nos dias de hoje. Entendem, porém, que as mudanças que o mundo sofreu, seja na estrutura econômica e nas comunicações, seja na própria sociedade e nos comportamentos, não cabem nos conceitos antigos, sendo

⁵⁶ Há uma imagem de Jango discursando no Comício da Central do Brasil, outra do velório do estudante Edson Luís, e uma da Passeata dos Cem Mil no Rio de Janeiro.

⁵⁷ Há uma imagem da morte de Che Guevara na Bolívia, uma do Maio de 68 na França com uma passeata estudantil, uma do bombardeio do Palácio La Moneda no Chile e outra referindo-se às *madres da plaza de mayo*, na Argentina.

⁵⁸ Há uma foto de tanques nas ruas de Porto Alegre logo após o golpe, uma reprodução da capa do jornal Zero Hora falando sobre a “subversão no julinho”, uma foto de policiais espancando estudantes na Passeata da Catedral e outra mostrando grande concentração de pessoas no centro de Porto Alegre em junho de 1968.

⁵⁹ Além de uma foto no meio de uma passeata onde aparecem amigos de militância do autor, identificados em legenda pelo nome, há duas notícias de jornal referindo-se a ele, uma foto do autor de 1972, sua carteira de estudante da Universidade Uruguiaia, e uma foto de Luiz Eurico Tejera Lisboa junto ao convite para a inauguração da rua em homenagem a Luiz Eurico, 10 anos após a sua morte.

necessário um grande esforço intelectual para reconstruir os sonhos de igualdade e liberdade (*apud* GUTIÉRREZ, 1999, p.6).

Chamando a atenção para o fato de que o livro contém “episódios que nossa historiografia deveria debruçar-se” (1999, p.7), o autor do prefácio ainda explica o significado do título e do apelido dado ao grupo, devido à sua *porra-louquice*,⁶⁰ e observa que “pelo relato das trapalhadas do grupo, os leitores verão que a alcunha tinha suas razões de ser” (1999, p.7), acrescentando que Gutiérrez não se prende ao contexto brasileiro, traçando uma *panorâmica do Cone Sul*, onde, “no relato de sua experiência ‘foquista internacionalista’ transparece o caráter *Brancaleone* do movimento em todo o continente” (1999, p.8). Ao fim do prefácio, ainda lemos outras opiniões bem marcadas do organizador da coleção:

A autocrítica que o autor faz da luta armada nos ajuda a entender todo seu equívoco; o acerto do PCB, ao indicar o caminho da frente única contra o autoritarismo. As limitações de uma esquerda, inclusive hoje hegemônica, de romper com um marco teórico ultrapassado; o caráter traumático do rompimento com os paradigmas do passado e reconhecer a democracia como um valor (1999, p.8).

O livro segue uma ordem cronológica, excetuando-se o primeiro capítulo - *Do Bairro Bom Fim à Noruega* - onde o autor situa-se no dia 29 de março de 1998, e a partir da observação da juventude que ocupava o Centro Comercial Praia de Belas no dia posterior aos trinta anos do assassinato do estudante Edson Luís, no RJ, faz comparações entre essa nova geração e a geração dele, a de 1968, usando isso como mote para iniciar sua narrativa.

Antes de começar sua história propriamente dita, Gutiérrez traça uma didática explicação do que era viver no mundo da Guerra Fria, e como o clima de bipolarização atingia a vida cotidiana das pessoas no bairro em que ele vivia, o Bom Fim: “era como se estivéssemos assistindo a um Gre-Nal.”⁶¹ As pessoas, as famílias se dividiam” (1999, p.18). Gutiérrez cita os principais eventos da política nacional no pré-golpe, ressaltando

⁶⁰ Camargo afirma que “a partir dos *brancaliones* de Porto Alegre, o termo ficou sinônimo de outro neologismo que era muito utilizado nos meios esquerdistas, *porra-louca*” (*apud* GUTIÉRREZ, 1999, p.7).

⁶¹ Grenal é o nome dado ao enfrentamento direto entre os dois maiores times de futebol do Rio Grande do Sul, Grêmio e Internacional, ambos de Porto Alegre, eternos rivais. É considerado o maior *clássico* de futebol do Estado, e mobiliza milhares de torcedores sempre que ocorre.

o impacto da Campanha da Legalidade em Porto Alegre, e o golpe de 1964, que não enfrentou resistência, e assinala que na última série do Ginásio, estudando no colégio Rosário, sua “rebelião adolescente” já manifestava-se, principalmente nas aulas de religião:

Tentava defender perante o padre e o conjunto da classe uma tese anarquista a que cheguei espontaneamente: o absurdo da idéia de que um deus todo-poderoso, que tudo havia criado e que conhecia o passado e o futuro, permitisse tantas situações de miséria e injustiça. Na última série do ginásio, já havia assumido uma posição na arquibancada no Gre-Nal da Guerra Fria. [...] É claro que os meus dias no Rosário, onde estudava graças a uma bolsa de estudo, estavam contados (1999, p.24).

Mas sua militância à esquerda só tomaria corpo realmente no Científico do Colégio Júlio de Castilhos, onde participou do Grêmio Estudantil, enfrentando a Direção da escola e sendo expulso também por isso. Ao mesmo tempo em que atuava no movimento estudantil e nas passeatas, Gutiérrez conta como se formou o grupo dos “brancaleones”, visando praticar luta armada, e suas ações, que o levaram a ser preso no DOPS ao final de 1968, quando ainda não havia um processo de profissionalização da repressão no estado. Ao sair do DOPS, o autor teria seguido sua militância, mas logo teve que fugir do Brasil, antes que o prendessem mais uma vez. No exílio, sua peregrinação pela América começou pelo Uruguai, passando pelo Chile, Bolívia, e retornando ao Uruguai, para finalmente retornar ao Brasil ao final de 1977, antes mesmo da anistia. Após sua volta ao Brasil, o livro traz reflexões políticas sobre o momento da escrita – 1999 –, terminando com uma análise sobre a realidade do Brasil e do mundo após a queda do comunismo no leste europeu.

2.3 → Autocrítica, um exercício de catarse

Uma das principais características desse conjunto de livros de memórias, inaugurada por Fernando Gabeira, como já foi comentado no capítulo anterior, é o forte tom autocrítico presente nas narrativas. Os ex-guerrilheiros, ao escreverem suas

memórias, numa espécie de exercício de catarse,⁶² fazem um “ajuste de contas” com esse passado, criticando a opção radical tomada anteriormente, no período ditatorial, visto que agora, na democracia, não acreditavam mais nessa via de luta.

Mário Augusto Medeiros da Silva, ao refletir sobre essa dupla temporalidade da escrita dos livros de memórias – onde os autores narram o passado, com os olhos do presente –, classifica essa forma de escrita como *narrativa bifronte*. Segundo o autor, essa narrativa seria bifronte no sentido “de poder situar-se com um pé no passado – a ser criticado, por vezes negado, por vezes reafirmado; mas, em geral, sempre passível de utilização – e o outro, no presente social” (2008, p.109) vivenciado pelos autores no momento da escrita, e onde a narrativa das memórias de um período anterior “servirá como porta de entrada, chave-mestra, senha para decodificação de novos processos sociais, conduzidos por novos atores sociais” (2008, p.109).

Ainda segundo Silva, considerando-se que “um livro não é apenas um livro, mas um complexo de relações sociais numa circunstância histórica” (2008, p.142), a partir da análise do conteúdo dessas obras, especialmente das opiniões políticas emitidas por esses ex-militantes da luta armada, no contexto pós-ditadura, em que já não acreditavam mais na tomada do poder pelas armas, e exerciam diferentes atividades dentro da sociedade, é possível tirarmos importantes conclusões sobre as relações sociais desenvolvidas por esses sujeitos históricos no contexto histórico em que escreveram seus livros. É fácil notarmos, por exemplo, na análise dos livros selecionados nessa pesquisa, como os dois autores que, ao escreverem seus livros, tinham uma atuação mais forte na política – Bona Garcia e Gutiérrez –, preocuparam-se muito mais do que os outros dois em fazer a autocrítica da luta armada, mesmo tendo Vargas e Nunes escrito seus livros na esteira do sucesso do livro de Fernando Gabeira, carregado de autocrítica. As relações sociais estabelecidas por cada um, nesse caso, e suas perspectivas de futuro

⁶² Bona Garcia, na entrevista, ao ser perguntado se havia lido os livros de Gabeira e Sirkys, respondeu que não, e ampliou sua resposta afirmando que ao voltar para o Brasil, antes de escrever seu livro, teria visto apenas um filme, *Pra Frente Brasil*, e que teria ficado mal ao assisti-lo, e por isso teria decidido: “não vou mais ver, aí não vi mais nada...” (p.13). Mas depois de ter escrito o livro, as coisas teriam mudado: “Eu comecei a conversar mesmo assim, mais tranquilo esse período, foi mesmo depois do livro, antes não... [...] Serviu para botar pra fora, entendeu? [...] uma catarse, antes não falava muito não” (p.13).

e atuação política, parecem influenciar nessa opção narrativa. Mas antes de tirarmos qualquer conclusão, vamos observar como cada um fez a autocrítica, em seu livro.

Dos quatro autores que analiso, o que menos faz autocrítica em sua obra é Jorge Fischer Nunes, que apesar do tom mais anedótico que permeia seu livro, evita criticar a opção pela luta armada a que ele e sua geração aderiram. Apenas em um momento do livro percebe-se uma certa crítica, quando ele descreve que foi procurado por Edmur, que não apresentava grandes condições para o início da luta armada, mas insistia nela:

Tudo era tremendamente precário. Não tínhamos dinheiro e, por isto, devíamos concentrar as primeiras ações nas expropriações bancárias, a fim de levantar fundos para a revolução. Partíamos, portanto, para uma revolução semelhante à ‘Casinha’ de Vinícius de Moraes e Sérgio Endrigo: sem frente e sem fundos. [...] éramos apenas dois elementos e todo o nosso material bélico era constituído por uma Luger 9 mm e uma Mauser calibre 7,65. Era uma coisa admiravelmente ridícula, estupidamente maluca. Mas eu estava disposto a acompanhar Edmur (1982, p.45).

Além de fazer uma autocrítica – algo possível de ser feito apenas *a posteriori* – ao lembrar o momento de adesão à luta armada, o autor aqui também constrói uma imagem bastante semelhante à dos *simpáticos incompetentes*, identificada por Daniel Aarão Reis Filho, que já foi explicitada no capítulo um.

Já Índio Vargas, apesar de um tom mais leve – se comparado a Bona Garcia e Gutiérrez –, em diversos momentos do livro faz críticas à luta armada. Logo no primeiro capítulo do livro, narrando suas idas ao Uruguai para fazer contatos com Brizola, já demonstra que não era um militante muito preparado para as situações que enfrentaria. Contou, por exemplo, que ao chegar em Montevideu acreditou não ser mais necessário atentar para as regras de segurança que utilizava no Brasil, afinal, segundo ele, o Uruguai não era uma ditadura. O autor teria tentado falar ao telefone com um companheiro sobre o plano de insurreição de Brizola, ao que teria sido advertido “para não falar aquilo por telefone porque Montevideu estava infestada de policiais e agentes de espionagem do Governo Brasileiro. Desliguei desconcertado, reconhecendo minha incompetência revolucionária. Necessitava aprender muito” (1981, p.14).

Quando Vargas debate em seu livro as concepções do Partido Comunista Brasileiro (PCB) de não partir para a luta armada, mas sim *organizar as massas*, também faz uma crítica: “a simplicidade com que se fala, no discurso de esquerda, em

organização das massas chega a ser irritante” (1981, p.19). Um momento importante do livro é quando o autor cita uma conversa com Brizola sobre o livro *Revolução na Revolução*, de Régis Debray, onde o francês expunha a *teoria do foco* guerrilheiro e que, segundo Vargas, “circulava clandestinamente na Faculdade de Filosofia da UFRGS” (1981, p.27). Brizola teria dito o seguinte:

- Não vai atrás disso. O Brasil não é Cuba: nosso país é um continente e necessitaríamos de milhares de focos guerrilheiros. Esse rapaz me procurou aqui para uma entrevista, que não dei. É um jovem bem intencionado, mas um teórico com uma teoria alienada da realidade, pelo menos da realidade brasileira. Não há nada mais ilusório que uma teoria que não esteja fundada na realidade objetiva (1981, p.27/28).

Vargas já aproveita para fazer uma crítica à teoria de Debray e aos que aderiram a ela, “como se o autor tivesse descoberto a pólvora e a partir daí tudo se resolveria” (1981, p.27). Ao defender a insurreição armada pregada por Brizola, mas criticar a opção pela luta armada de viés foquista, o autor afirma que “tudo isso foi impulsionado pela angústia e a necessidade de achar-se uma saída para o impasse em que se encontravam os exilados e os que estavam marginalizados aqui no Brasil. A guerrilha é bem mais fácil de iniciar, mas bem mais difícil de terminar” (1981, p.28).

O dilema que Índio Vargas teria vivido na época mesmo, entre aderir ou não à luta armada, ele explicita no momento em que narra seu primeiro encontro com Edmur, que teria convidado seu grupo para participar das ações de expropriação que ele realizaria:

Depois que Edmur saiu, já era mais de meia-noite, fui me deitar mas não conseguia dormir, preocupado com o que acabara de ouvir. Havia, certamente, muita fantasia no projeto exposto. Mas o que não me deixava dormir eram essas duas palavras: ‘expropriação bancária’. Isso sim era ‘subversão’, o rompimento com toda a ordem legal, moral, burguesa. [...] Fiquei algum tempo pensando nisso. Eu apoiar um ato dessa natureza? [...] Bem que eu simpatizava – pensei – com as expropriações realizadas no Rio e São Paulo [...] mas eu apoiar esse homem? Entre simpatizar com uma ação e participar direta ou indiretamente dela, havia uma diferença infinita (1981, p.42).

Na reunião com seu grupo do PTB, o autor teria exposto o “juízo que formara: havia muito otimismo e algum exagero no plano” (1981, p.42), mas no debate eles

decidiram dar apoio estratégico às ações, visto que “se alguém estava disposto a fazer alguma coisa correta para ajudar na derrubada da ditadura, nosso dever era prestar colaboração” (1981, p.42).

Outra referência à autocrítica da opção pela luta armada aparece em uma conversa travada entre Vargas e um militante da VAR-Palmares, Claudio Meneguz, onde este penitenciava-se por ter dado informações aos torturadores, e Índio Vargas teria dito: “- Companheiro, não fica aí te martirizando pelos erros cometidos, porque se nós, optantes pela luta armada, formos criticar o que fizemos, muita pouca coisa sobra” (1981, p.143). Em outro momento, o autor escreve: “Bem que gostaríamos de conquistar o poder e ter o controle da Nação. Mas tudo ficou no plano da volição” (1981, p.145).

Já o livro de Bona Garcia, é todo permeado de momentos de crítica e autocrítica aos que pegaram em armas contra a ditadura. Em suas críticas, ataca o amadorismo dos que pegaram em armas, e até mesmo dos policiais, que em determinados momentos poderiam prender os subversivos, mas por incompetência não o conseguiam fazer. O autor relembra uma noite em que, junto a companheiros, foram realizar pichações por Cachoeirinha – cidade vizinha a Porto Alegre –, e foram pegos, ele e mais dois militantes, num carro pela polícia, que os mandou seguir até a delegacia. No caminho até a delegacia, esconderam as armas no próprio carro: “tudo era muito rudimentar, pouco organizado. Mas a polícia era tanto amadora quanto nós: quando revistaram o carro, não acharam armas, o que nos livrou de maiores complicações” (1989, p.29).

Bona Garcia reflete em seu livro que na época da ditadura não acreditava no MDB, que para ele e seu grupo “não era realmente um partido de oposição” (1989, p.31), mas observa: “hoje entendo melhor, havia uma ditadura implacável que não permitia espaço para fazer oposição. O MDB era um partido que se adaptava ao meio: ou se fazia uma oposição bem medida e comedida, ou se acabava deslizando para a luta armada” (1989, p.31). Assim, faz um elogio numa época posterior ao partido no qual durante a ditadura ele não acreditava, mas no momento em que escreveu o livro encontrava-se filiado, e aproveita para criticar sua opção anterior pela luta armada, que define mais como “um movimento romântico de pequena burguesia, tentar transformar a sociedade imediatamente, não seguir o curso da história, tentar empurrá-la” (1989, p.31). Recordando as influências externas que motivavam a opção pela luta armada

como Che Guevara, os estudantes na França, Mao, etc, o autor lembra que esse “não foi um movimento isolado” (1989, p.31), mas critica essa concepção como alheia ao marxismo, que pregava toda uma lenta transformação do modo de produção capitalista para o socialista:

Nós achávamos que não era necessário esperar essa volta toda, poderíamos partir para uma insurreição armada. O povo, não tendo nada a perder, porque explorado, sem liberdade, na miséria, iria participar desse processo armado até derrubar o governo. Isso vinha a demonstrar que nós desconhecíamos a própria história brasileira. [...] Havia muito de romantismo nesse movimento (1989, p.31).

Segundo o autor, o grande problema desse processo teria sido que a idéia do assalto, ou expropriação, para levantar fundos para a revolução e com isso debilitar o sistema financeiro; as ações acabaram ficando restritas apenas ao assalto, não dando o *passo adiante* – que seria a guerrilha rural para tomada do poder ao estilo cubano. No fim das contas, realizavam apenas “o assalto pelo assalto, desvirtuando completamente o objetivo que se perseguia. Acabamos um grupo marginal à sociedade, na medida em que não se tinha vínculo com ela, não se vivia.” (1989, p.32) Assim, esse processo, “ao invés de conseguir dinheiro para fazer a guerrilha rural, acabou confinando os companheiros na cidade, num processo urbano fechado” (1989, p.32), aproveitando nesse momento Bona Garcia para fazer uma crítica a essa concepção e já expor sua nova visão, do momento em que escrevia o livro:

Era o romantismo do pequeno burguês dentro de cada um de nós achar que o povo viria compreender e engrossar nossas fileiras, considerar-se o salvador da pátria, dar-se a importância de poder fazer a revolução pelos outros, mudar o mundo à própria maneira, teu modo de ver seria o da maioria do povo. Em suma, uma posição nada democrática, incapaz de entender o sentido amplo da participação (1989, p.32).

Bona Garcia, em seu livro, tem um capítulo especialmente dedicado ao tema, intitulado “*Autocrítica da Luta Armada*”, onde diz que, naquela época, ele e outros companheiros já questionavam, “cada um à sua maneira, internamente [...] a questão da ação pela ação em si” (1989, p.83), mas “ninguém tinha a coragem política de externar que aquele militarismo não levaria a nada. [...] Por dentro eu me questionava, e os outros também. Meritório e apaixonado jogar com a própria vida, mas sem nenhuma

possibilidade de êxito” (1989, p.83).⁶³ Quando trabalhava no Chile, momento em que, segundo o próprio autor afirmou em entrevista, teria começado a desenvolver uma reflexão mais crítica sobre o processo de luta armada, Bona Garcia teria recebido um convite para ir treinar guerrilha em Cuba ou na Coréia do Norte, mas teria recusado, pois com seu trabalho junto ao povo estava “aprendendo a fazer política. O curso de guerrilha iria me ensinar a dar tiros. Isso eu sei, o que todos nós precisamos é aprender a conhecer o povo, a fazer política, o que é muito mais complicado e difícil do que manejar armas” (1989, p.84).

Em outros momentos do livro, Bona Garcia irá se referir aos que pegaram em armas - incluindo-se no grupo - como elementos de uma “juventude cheia de esperança, de romantismo, de ilusão, com mais utopia que realidade” (1989, p.59), ou “heróis da ilusão, que pagaram com a vida o romantismo de um sonho impossível” (1989, p.269),⁶⁴ aproximando-se aqui também da imagem dos *simpáticos incompetentes*, já citada, apontada por Daniel Aarão. Do ponto de vista de 1989, quando escreve o livro, o autor analisa e condena sem meio-termo a opção que ele e muitos outros fizeram no final dos anos 60, início dos 70:

O que havia era uma utopia, um romantismo de se sentir um Robin Hood, dizer que vinha aqui dar o sangue, dar a vida pelo povo, quando o povo não estava nada vinculado à nossa luta. Era uma visão pequeno-burguesa nossa achar que aquilo que nós gostávamos e analisávamos, eram o interesse, o gosto e a tendência do povo brasileiro (1989, p.85).

Além de reafirmar que essa forma de luta teria sido motivada pelo *romantismo pequeno-burguês*, nesta passagem Bona Garcia ressalta também o caráter *anti-democrático*⁶⁵ da luta armada, *método equivocados*, como ele dirá mais adiante, quando estabelecerá uma linha de continuidade entre a luta daquele tempo e a de *hoje* (1989). Ao criticar a concepção de tomada do poder por meio da luta armada, o autor dizia que

⁶³ Essa construção de um personagem que faz uma autocrítica no próprio momento em que estava participando da luta armada não é uma novidade do livro de Bona Garcia, o de Fernando Gabeira foi muito criticado também por isso, e no próximo capítulo veremos que o próprio Bona Garcia em entrevista negou que essa autocrítica no momento da participação na luta armada existisse.

⁶⁴ *Grifos meus*.

⁶⁵ No capítulo três tratarei melhor dessa questão, polêmica até hoje na historiografia.

agora havia *amadurecido para respeitar as convicções dos outros*, e que se sentia até mesmo *encabulado por infantilidades cometidas* no período em que pegou em armas:

No Chile [...] entendi, enfim, a democracia: reconhecer que o meu pensamento, a minha vontade, o meu modelo de sociedade, não são o pensamento, a vontade nem o modelo do outro que está ao meu lado, e que devo respeitar esta posição diversa. [...] Aprendi a humildade de não me presumir o herói, o salvador do país. Ou participo do movimento social com meu trabalho e com a paciência de quem entende o processo político, a perspectiva histórica, ou fico à margem, num grupo fechado onde vou me sentir completo, mas incapaz de mudar o comportamento da sociedade (1989, p.85).
66

Refletindo sobre o fracasso da luta armada, Bona Garcia aponta que eles acreditavam lutar em nome do povo, mas “o povo assistia sem participar. Pior: condenava. [...] A classe pela qual, teoricamente, romanticamente, se estava lutando, era a classe operária, mas essa nos via como estranhos, bandidos” (1989, p.86). Enquanto a classe trabalhadora, que eles achavam estar representando, na visão do autor condenava as ações que eles faziam, “quem vibrava mais com os sequestros e ações armadas era a pequena burguesia” (1989, p.86). Concluindo a reflexão, Bona Garcia considera:

nossa luta não poderia se transformar num movimento social. Num país ocupado existem condições, aí o povo se une, o povo se organiza contra o invasor. Não era o caso do Brasil, em pleno ‘milagre econômico’ (cuja conta se paga agora). Fomos uma força minúscula lutando contra uma maiúscula. Perdemos (1989, p.87).

Nessa parte do livro, juntando com os diversos momentos em que Bona Garcia fala do despreparo dos que pegaram em armas, suas palavras corroboram bem a tese de Marcelo Ridenti, da *ilusão da permanência representativa*, exposta no capítulo anterior. O autor, em alguns momentos, também ressalta a importância do contexto desfavorável à deflagração dessa luta, não descartando assim a teoria de Daniel Aarão de que a revolução teria *faltado ao encontro*, mas observando bem suas colocações, percebe-se que ele concordaria muito mais com Ridenti, pois sua ênfase é nas falhas dos grupos.

Em outro momento do livro, Bona Garcia aponta em suas reflexões que a concepção do revolucionário da luta armada fazia com que abandonassem família, emprego, universidade, para dedicar-se à luta, mas isso fazia com que se “afastassem do

conjunto da sociedade. O resultado foi o fracasso” (1989, p.183). Ainda segundo ele, esse debate não teria ocorrido na época pelo medo que todos tinham de serem taxados de *desbundados*, e com isso os guerrilheiros teriam se desvinculado cada vez mais dos grupos sociais que diziam representar: “Era uma alienação, uma esquerda alienada da realidade social, econômica e política do país. Grupos fechados onde as pessoas se saciavam com posições políticas em que o grupo todo estava de acordo, mas que não tinham nenhuma repercussão prática” (1989, p.187).

Quando escreve sobre o período que passou no Chile, Bona Garcia observa que, trabalhando com o povo chileno, ele teria finalmente aprendido “o que era a política e a fazer política” (1989, p.90). Lembrando desse período, e de seu processo de amadurecimento político e reflexões sobre a luta armada, o autor afirma em 1989:

hoje tenho melhores condições de analisar o conjunto das coisas, antes eu não tinha. O pessoal da luta armada pensava de uma determinada maneira mesmo atropelando o resto, mas não de forma deliberada. Achavam que fazendo assim estavam beneficiando o povo, e que se o povo pensava de maneira diversa, estava errado. Realmente, a coisa mais difícil é entender e respeitar o que os outros pensam (p.123).

Comparando a sociedade brasileira com a chilena, Bona Garcia observa o papel importante desempenhado pelas classes médias em ambas (1989, p.129) e afirma que a “brasileira é mais conservadora que a chilena em todos os níveis” (1989, p.123), questão que não teria sido considerada por importantes setores da esquerda, e conclui refletindo sobre a esquerda inclusive da época em que escrevia:

temos que viver nossa realidade e evoluir dentro dela. Exatamente isso falta também à esquerda brasileira: não tem um projeto para o Brasil atual. Ou radicaliza demais, ou recua em excesso, não tem algo factível com a situação em que vive. Embora bem ou mal faça seu papel, algum solavanco dá na História, ora apressando, ora retardando o processo (1989, p.129/130).

Já na Argélia, esse processo de amadurecimento iniciado no Chile teria avançado ainda mais:

⁶⁶ *Grifo meu.*

na Argélia eu tinha evoluído politicamente, foi um processo de descoberta. Pensando, analisando, comecei eu mesmo a tirar as **minhas** conclusões, a ter o **meu** ponto de vista, porque éramos acostumados a tirar conclusões em grupo, dentro do partido, então se concordava pelo conjunto. Na Argélia comecei a concordar sozinho, a ter a **minha** visão política. Concluí que o que estivemos fazendo não era o caminho para transformar a sociedade (1989, p.165).⁶⁷

Na França, ele teria finalmente chegado a um ponto em que não mais precisaria seguir as diretrizes de um determinado grupo ou partido, atingindo o que ele chama de amadurecimento político: “ficar livre, solto dos dogmatismos, poder formar minha própria concepção sobre a realidade brasileira, criticar os partidos, a concepção de luta armada, me posicionar sobre todas as correntes políticas, dizer o que eu sinto” (1989, p.182). O autor teria revisto suas concepções e sua prática política, e chega ao ponto de desafiar “qualquer latino-americano que tenha vivido alguns anos na França, naquela época, [que] não tenha mudado sua concepção sobre a política no próprio país” (1989, p.182).

Ao afirmar que passou por um “momento de amadurecimento das minhas concepções, uma revisão de minha prática política” (1989, p.182), o autor já dá boas pistas de onde chegaria com esse *amadurecimento*:

por influência do euro-comunismo, adquiri uma mentalidade menos ortodoxa de análise das coisas, menos arraigada a antigos conceitos tidos como verdades sagradas desde a época do Leninismo. Por exemplo: Lênin pregou um Partido Único, o partido comunista, da classe operária. Desde a França eu contesto: deve haver vários partidos, o regime precisa ser verdadeiramente aberto, democrático. Outro exemplo: não creio que a ditadura do proletariado possa ser realmente a solução. A democracia facilita o acirramento da luta de classes, e provoca evolução⁶⁸ (1989, p.186).

Nesse ponto do livro, o autor passa a falar claramente da necessidade de se valorizar a democracia, e de se defender como valores supremos as idéias democráticas em todas as sociedades, e faz uma espécie de autocrítica no sentido de que antes sua posição não era democrática, e agora havia passado a ser. O *entendimento democrático* levaria Bona Garcia a afirmar mais ao final do livro de forma contundente: “todos os socialistas desse mundo não podem deixar de empunhar a bandeira da democracia” (1989, p.266).

⁶⁷ Grifos do autor.

Em suas reflexões sobre a importância dos valores democráticos, o autor se empolgou e fez críticas ao regime cubano no livro, o que, segundo o próprio afirmou em palestra na Semana Acadêmica de 2004 do Curso de História da UFRGS,⁶⁹ gerou críticas de *companheiros* da esquerda. Ao refletir sobre como as ditaduras acabam sempre levando a abusos de poder e barbáries, Bona Garcia cita Cuba, país que ele afirma respeitar e admirar sua revolução, mas não aceitar “a permanência no poder de uma só pessoa” (1989, p.230). Em sua visão, “à esquerda, falta sinceridade para reconhecer em Fidel Castro um ditador” (1989, p.230).

A partir do momento em que narra sua chegada ao Brasil, Bona Garcia passa a dar *vivas* a democracia, e deixa clara sua intenção de voltar a participar da política, só que agora *de forma mais madura*, e ingressa num partido político de posições um tanto diferentes das que ele defendia na luta que havia travado anteriormente: “cheguei com a preocupação de participar na organização da luta do povo brasileiro pela Liberdade Democrática e, principalmente, pela luta política que o povo devia travar. Só que de maneira mais madura”⁷⁰ (1989, p.241). A partir daí, a narrativa assume um tom um tanto panfletário, visando construir a imagem de um político que teria muito a acrescentar ao país, ao estado e à sua cidade.

Estabelecendo uma clara continuidade entre os ideais que motivaram as lutas do passado e as do presente, o autor voltava a seu país disposto a continuar a luta, mas agora *sabendo respeitar a vontade dos outros*, isto é, a *democracia*: “Tive a audácia de sonhar com a mudança, adotando um caminho diverso do comum das pessoas. Queria voltar para mostrar que eu tinha razão em sonhar com a transformação da sociedade, embora o método então equivocado” (1989, p.241). Nos últimos capítulos do livro, Bona Garcia passa a construir uma imagem de si mesmo como um grande lutador pelas causas sociais, que após pegar em armas teria pago pelo erro cometido e então *amadurecido* suas idéias no exílio.

Ao ter que optar entre uma vida de pequeno empresário ou a atuação na política, Bona Garcia teria optado pela segunda, pois, segundo ele:

⁶⁸ *Grifo meu.*

⁶⁹ Dia 04/06/2004, Auditório do ILEA.

⁷⁰ *Grifo meu.*

dificilmente eu conseguiria viver sem a política, não no sentido de conseguir vantagens, mas de ter um modelo de sociedade, um projeto social e procurar desenvolver este projeto. [...] Eu me maltrato fisicamente, devia dar mais atenção às crianças, permaneço pouco em casa, mas não me habituaria a viver outra vida senão essa de tentar fazer a história como protagonista (1989, p.249).

O autor sofreu algumas derrotas políticas na sua cidade natal, Passo Fundo, inclusive foi traído por um colega de Partido, mas isso não o abalou na sua idéia de continuar participando da política, pelo contrário: “minha luta é maior, visa a transformação da sociedade, e vai consumir toda minha vida. Mantereí sempre a mesma disposição, buscando fazer mais. O momento passa, mas a luta não acaba, é eterna” (1989, p.251).

Bona Garcia optou então por mudar-se para Porto Alegre, onde assumiu um posto importante dentro do governo de Pedro Simon, momento em que observa: “Faço a minha parte: contribuo para a construção da democracia” (1989, p.256). Nos últimos capítulos, numa espécie de conclusão, Bona Garcia tece reflexões sobre o momento que o país vivia em 1989, criticando os políticos que saíam do PMDB para formar novos partidos como o PSDB, e ressaltando a importância de seu partido no processo de transição da ditadura para a democracia, além de construir sua auto-imagem como a de um grande lutador que não desistiria nunca de batalhar pela melhoria das condições de vida dos brasileiros.

Construindo uma imagem de político *à parte* da maioria, critica seus colegas: “na maior parte, os políticos não tem objetivos ideológicos. Vivem o dia-a-dia, buscando apenas o atendimento diário, imediato, para suas reivindicações. Assim, são levados a se tornar despachantes de luxo” (1989, p.263). Vai além: “sobressai o interesse individual e transparece uma confusão mental enorme em relação ao modelo de sociedade” (1989, p.268). Já o autor se descreve sempre como alguém diferente, honesto, de *espírito franco* (1989, p.254), e sem deixar muito claro o que pretende – ou a que cargo se lançaria –, ensaia um discurso: “Sou talhado para isso e quando se faz o que acredita, se age com dedicação e carinho. [...] Isso vem das origens. Desde cedo eu trabalhei, enfrentei a vida de uma forma diversa dos que sempre foram abastados. Isso me ajudou muito, e me ajuda até hoje” (1989, p.271).

Aqui cabe uma reflexão à parte sobre a narrativa do livro *Verás que um filho teu não foge à luta*. Bona Garcia, em diversos momentos de seu livro, como quando observa continuidades entre sua vontade de lutar para mudar o mundo nos anos 1960, e a permanência desse anseio só que *amadurecido* ao final dos anos 1980, ou logo acima, ao citar que seus sentimentos vêm desde a origem, estabelece uma linha lógica, coesa e linear ao narrar sua vida. Ao tratar de sua infância, o autor afirma no livro que “desde criança eu tinha certeza de que minha vida ia mudar, a sensação de buscar alguma coisa me envolvia” (1989, p.14). Já na adolescência, segundo o autor, ao aderir ao marxismo, afirma: “senti que minha vida seria levada pela participação política, o resto não importava tanto” (1989, p.14).

Na narrativa construída pelo autor, parece que algo o impelia para as experiências que ele viveria mais adiante, como se estivesse trilhando um caminho já traçado, inevitável, sendo os capítulos que tratam de sua infância apenas um prólogo do que viria. Em sua atuação política pelo POC, teria sido convidado a se candidatar a vereador, mas não quis, abrindo mão de um caminho mais tranquilo... Como estudante, tirava notas boas, “mas tinha a convicção de que algo maior ia acontecer” (1989, p.16). Ao concluir o “Científico”, Bona Garcia entrou para o curso de Engenharia Elétrica na PUC, veio para Porto Alegre em 1969 e “poderia ter concluído tranquilamente o curso, hoje seria um engenheiro trabalhando na profissão, mas também não ia me completar, me satisfazer. Terminei empunhando armas contra a ditadura militar” (1989, p.17). Pierre Bourdieu, quando reflete sobre a *ilusão biográfica*, descreve claramente como os indivíduos, ao contarem suas histórias de vida, têm sempre essa necessidade de

dar sentido, de tornar razoável, e extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, [...] entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário. E é provável que esse ganho de coerência e de necessidade esteja na origem do interesse, variável segundo a posição e a trajetória, que os investigados têm pelo empreendimento biográfico (1989, p.184).

No último capítulo do livro, intitulado “*A luta continua*”, o autor relembra o que iniciou o livro afirmando, que para ele que viveu tanta coisa, é uma façanha estar vivo aos quarenta e dois anos, e reflete da posição de alguém que ocupa um cargo importante no governo do Estado, com uma vida estável e confortável, sobre todas as dificuldades

que passou em sua trajetória. Mas deixa claro não ter se acomodado, e observa que muita coisa ainda estaria por vir: “Agora sinto em mim que tudo até agora não passou de uma preparação para algo que ainda está por chegar. Minha história não terminou aqui: está começando” (1989, p.271). Bona Garcia não esquece de reverenciar os que morreram pelo caminho, e assumir o seu passado – mas sempre lembrando que mudou seu ponto de vista, afinal o país mudou, e ele também -, e para os que lhe acusam de ter se tornado um conciliador, o autor responde: “assim me fez a compreensão da evolução da sociedade. O que é amadurecer senão a capacidade de conviver?” (1989, p.271).

No livro de Gutiérrez, no primeiro capítulo já aparece uma interpretação bastante crítica em relação aos focos de luta armada que haviam eclodido em diversos países da América e do mundo. O autor afirma que os guerrilheiros dos anos 1960/70, em sua busca, não tinham consciência de que eram “parte de uma crise maior que só mostraria toda a sua dimensão no final dos anos 80: a crise do partido da classe operária, o partido marxista-leninista” (1999, p.14). E vai mais fundo ainda na crítica:

Se o marxismo e seus partidos já foram caracterizados como grandes religiões laicas, o guevarismo, teoria que pregava a organização de focos guerrilheiros ao estilo caribenho, produziu seitas pentecostais que vicejaram em todos os países. [...] Bastava a vontade de um grupo pequeno de pessoas que se deslocava para as montanhas para criar as condições ‘objetivas e subjetivas’ para a revolução. Estava aberta a livre interpretação da bíblia marxista e surgiram inúmeros grupos que pregavam a luta armada. Era mais ou menos como a piada do basco na revolução espanhola (...): ‘-Entonces me enojé, compre una metralleta e me puse a trabajar por cuenta propia’” (1999, p.14).

No mesmo parágrafo, o autor ainda faz uma declaração bem ao estilo *simpáticos incompetentes*, apontado por Daniel Aarão, ao escrever: “A maioria de nós não sabia atirar, e fugíamos do serviço militar como o diabo da cruz. De minha parte, desde já declaro, fui um guerrilheiro absolutamente desastrado nas artes militares” (1999, p.16).

Quando relembra os debates que ocorriam nesses anos dentro do PCB, debates que acabariam por gerar o grande racha que levaria ao surgimento de diversos grupos menores que praticaram a luta armada, Gutiérrez elogia a visão do PCB de construção de uma frente ampla, escrevendo que “em suas conclusões, indicavam caminhos que os anos revelariam extremamente corretos” (1999, p.37/38), e critica os que, como ele, partiram para a concepção da necessidade da luta armada pela busca imediata do

socialismo. Critica inclusive as concepções de Debray, que tanto influenciaram os que pegaram em armas – como ele⁷¹ –, afirmando que esse autor,

utilizando-se habilmente das categorias marxistas, provocou a maior confusão. Inverteu tudo, a tática determinava a estratégia, o foco passava a ser o ‘grupo tático-estratégico’, desaparecia o papel do partido operário, o foco era a direção do processo e embrião do novo exército, partido e estado (1999, p.41/42).

Ao descrever o surgimento da dissidência que ele e seu grupo fizeram no RS, que ficariam conhecidos como os *brancaliones*, Gutiérrez demonstra que racharam com o grupo do qual faziam parte antes por acreditarem justamente nas idéias que ele criticou acima, isto é, para seguir a teoria foquista de Guevara e Debray, como podemos perceber em suas próprias palavras:

Não nos interessava se havia ou não resquírios feudais no campo brasileiro, qual categoria caracterizaria a contradição principal, se entre nação e imperialismo ou entre capital e trabalho, enfim, o chamado caráter da revolução brasileira, mas como poderíamos encaminhá-la. Para nós, não havia dúvida: era através da luta armada, da organização do foco, tarefa que a Dissidência não demonstrava a menor intenção de empreender (1999, p.43).

Quando viajaram para São Paulo, Gutiérrez e Luiz Eurico assistiram o filme *A Guerra Acabou*, de Renoir, que tece uma crítica à esquerda em geral. Do filme, o autor lembra de um diálogo onde um velho militante teria dito a um grupo de jovens: “*Vocês querem tapar o sol com a peneira*”. Gutiérrez aproveita essa fala para fazer mais uma autocritica em relação ao que pensava na época ele e seu grupo, com o devido distanciamento: “Desembarcamos no Rio de Janeiro [...] muito dispostos a tapar o sol com a peneira” (1999, p.61). Mas somente no exílio, no Uruguai, ao receber notícias cada vez piores do Brasil, onde os grupos de luta armada eram massacrados pela repressão do governo Médici, o autor teria rompido “definitivamente com o foquismo” (1999, p.109).

Uma reflexão importante feita pelo autor refere-se às seqüelas, às continuidades pós-ditadura na sociedade brasileira, estabelecendo um comparativo interessante entre o

⁷¹ Entre as páginas 55/56 o autor chega a citar anotações suas da época onde fica evidenciada sua crença na teoria foquista de Debray, pregando a revolução a partir do foco guerrilheiro rural, e usando termos de

choque da sociedade francesa após a Segunda Guerra ao perceber a extensão do colaboracionismo de parcelas expressivas da sociedade com a ocupação nazista: “Eram forças de ocupação, estrangeiros, e ficaram poucos anos. O que dizer de um regime autoritário formado por brasileiros, com fortes estruturas políticas e institucionais e que durou 21 longos anos?” (1999, p.115). Essa reflexão parte de um reencontro com o Diretor do Julinho na época de sua expulsão, quando ele percebe que é uma pessoa bem quista por muitos alunos, e que pode ter sido também “mais uma vítima das circunstâncias do que um vilão” (1999, p.115), mas para ele “será sempre alguém que cedeu às pressões da ditadura e cujos atos tiveram conseqüências” (1999, p.115).

Algo que Gutiérrez faz questão de assinalar é que, ao se posicionar criticamente sobre o processo da luta armada, em nenhum momento ele teria *perdido seu norte*, qual seja, “em termos conceituais, o marxismo, e, no plano político concreto, a construção da sociedade socialista” (1999, p.112).⁷² A crise das esquerdas apenas o teria levado de volta à sua matriz, os partidos comunistas. Essa crise seria de todo o projeto de esquerda, e teria aparecido com clareza no final dos anos 1980, início dos 1990, com a queda do Muro de Berlim e o fim da URSS. Como a concepção marxista-leninista do partido pregava a tomada do poder com base na mobilização do proletariado, isso só teria funcionado em sociedades como a da Rússia, fundamentalmente agrária e autocrática: “nos países ocidentais com sociedades civis complexas, sistemas de freios e contra-freios nas relações políticas e sociais, a realidade foi diferente” (1999, p.118), surgindo o que o autor denomina em seu argumento de *crise da impossibilidade*.

Como o Estado atual nas sociedades ocidentais “possui sólidas casamatas na sociedade civil” (1999, p.118), a conquista do poder “pelo assalto ao Palácio de Inverno é impossível” (1999, p.118). Citando Gramsci, o autor observa que o partido deve disputar a hegemonia na sociedade, num processo educativo de longo prazo, buscando “a construção de um agente bem mais amplo que o proletariado, o ‘bloco histórico’” (1999, p.118). A partir daí, o autor discute também a dicotomia entre a “conquista do

Debray como “grupo tático-estratégico móvel”.

⁷² Aqui também aplica-se o conceito de Bourdieu, da *ilusão biográfica*, no estabelecimento de continuidades e nexos na trajetória do que conta sua história de vida.

poder de assalto e uma processual e democrática” (1999, p.118) que esteve presente em toda história do movimento comunista, tendo o PCB a vivido intensamente. Mais uma vez aqui, como já citado na análise da escrita de Bona Garcia, a autocrítica à opção pelas armas envolve o tema da democracia e da adesão a ela por parte do autor. O foquismo, segundo Gutiérrez, teria demonstrado a própria crise geral da concepção revolucionária ao criticar o “partido leninista com suas hierarquias e sua inevitável tendência à burocratização, ao obreirismo e ao alinhamento automático com Moscou” (1999, p.119), mas teria proposto em contrapartida uma solução desastrosa, gerando a *crise foquista*: “o centralismo democrático foi substituído pela disciplina militar; a política foi reduzida à opção das armas” (1999, p.119).

Aprofundando sua crítica ao foquismo, Gutiérrez chega a citar Che Guevara, e mesmo ressaltando que “continua válida sua indignação frente à humilhação e exploração contra todo e qualquer ser humano” (1999, p.119), observa que não haveria como esconder “o primarismo político de seus postulados, o voluntarismo que desprezava os dados da realidade objetiva e o militarismo de suas posturas” (1999, p.119). Para ele, “nada mais brancaleone do que a própria odisséia de Ernesto Guevara na Bolívia” (1999, p.120). De forma bastante contundente o autor afirma não questionar “a legitimidade daqueles que usaram a violência contra o terror do Estado [...] Apenas constato o seu fracasso e a sua inutilidade” (1999, p.120), considerando *particularmente condenável* os que recorreram “às armas em sociedades democráticas, como os Tupamaros no Uruguai dos anos 60 e o MR-2 no Chile de 1970” (1999, p.120). Em sua visão, portanto, a única contribuição do foquismo para o fim das ditaduras teria se dado devido “à comoção mundial do sacrifício dos seus quadros em meio às torturas e ao extermínio, denunciados por organizações como a Anistia Internacional e a Igreja Católica” (1999, p.120).

Para terminar o livro, Gutiérrez declara-se – em maio de 1999 – militante do Partido Popular Socialista (PPS), *herdeiro do velho PCB*, assinalando que “pesou para minha decisão compreender que, no essencial, o Partido estava correto na postura política a adotar durante os anos de chumbo” (1999, p.121) – postura essa contrária à que ele adotou no período, não esqueçamos. Faz um curto retrospecto dos rachas que ainda ocorreram na esquerda não-armada, tecendo críticas aos outros partidos, e afirma

que: “nos dias de hoje, quando mais do que nunca tudo que é sólido se desmancha no ar, temos pela frente um grande desafio na reconstrução de paradigmas e categorias que garantam valores como solidariedade e igualdade” (1999, p.121).

Seguindo uma linha semelhante a de Bona Garcia, de uma conclusão quase transformando-se num discurso político, destaco um trecho que bem poderia ser o final do livro, onde o autor faz honras ao Partido que aderiu e à democracia, agora valor incontestável, obviamente: “Para nós do PPS a democracia deixou de ser um caminho e constitui o meio e o fim. [...] Vencer as imensas barreiras e desigualdades sociais no mundo e em nosso tão injusto País é tarefa necessariamente associada com a causa da democracia. Não há outro caminho” (1999, p.121/122).

Para compreendermos o porquê da forte autocrítica realizada por Bona Garcia e Gutiérrez em seus livros, e um tom bem menos crítico por parte de Vargas e Nunes, devemos recordar, entre outros fatores, que os livros dos dois últimos citados foram escritos em 1980 e 1982, respectivamente, contexto de uma ditadura ainda muito presente, e o fato de que os dois ainda não haviam se reinserido na política, nem vislumbravam essa possibilidade. Já Bona Garcia e Gutiérrez escreveram seus livros em 1989 e 1999, no período democrático, quando já haviam retomado suas atividades políticas – em partidos legalmente constituídos e atuantes no cenário nacional – e tiveram um espaço de tempo, ou um distanciamento maior, para desenvolverem suas reflexões críticas sobre o período e sua atuação.

O fato de Nunes praticamente não fazer autocrítica à luta armada pode também ser atribuído a suas *posições* no momento da escrita, que, como veremos mais adiante, destoa dos outros autores, sobressaindo-se ainda um marcado ódio às elites. No livro, o autor parece renovar a crença na necessidade de tomada do poder pelo povo. Já o fato de Vargas em 1981 fazer uma autocrítica – mesmo que “leve” –, pode ser também atribuído ao fato de, mesmo na época da ditadura, ele ter feito parte de um grupo que nunca aderiu totalmente à idéia da luta armada, apenas dava apoio a grupos que estivessem dispostos a praticá-la.⁷³ Destaca-se no relato de Bona Garcia e Gutiérrez também a exaltação à democracia, facilmente relacionado ao período em que os dois

estavam escrevendo seus livros e o grupo a que cada um se encontrava ligado – PMDB e PPS, respectivamente –, o que influenciava decisivamente suas expectativas para o futuro, e o fato do livro de Bona Garcia terminar com uma espécie de discurso político, explica-se pois o autor participava diretamente do governo do Estado, encabeçado pelo governador Pedro Simon, sendo figura chave e não descartando a futura candidatura para algum cargo político.

2.4 → O riso dos que pegaram em armas

Desde o livro que inaugurou o surto memorialístico no Brasil, *O que é isso, companheiro?* de Fernando Gabeira, a linha que a maioria dos livros tem seguido é a da autocrítica, e na maioria das vezes esse forte tom de autocrítica faz com que a participação nos grupos de luta armada seja contada de forma anedótica, destacando sempre o lado cômico das situações, fazendo muitas vezes com que o leitor nem perceba a gravidade do momento, em que essas pessoas estavam colocando suas vidas em risco, visando a modificação da sociedade. Nesse momento, vou me deter especificamente nessa característica, que é marcante nas quatro obras que analiso, em algumas mais – como no livro de Nunes, que começa pelo título –, em outras menos – como no de Vargas, que tem um tom mais sério, analítico, mas não se furta de narrar momentos cômicos também.

Jorge Fischer Nunes, por exemplo, ao descrever sua militância política, narra que não era vinculado diretamente a nenhum grupo, mas atuava em vários, se considerando por isso um militante “‘Fafá de Belém’: um militante de frente ampla” (1982, p.17), atuando em diversos movimentos como o MASTER (Movimento dos Agricultores Sem Terra do RS), PTB, ARS e Movimento Nacionalista. Nunes, no contexto logo posterior ao golpe de 1964, viajava ao Uruguai, para se encontrar com Brizola. Dessas reuniões o autor lembra episódios cômicos, como uma vez em que, ao chegar no escritório de Brizola, teria sido recebido com flashes por todos os ângulos de

⁷³ Apesar de, na entrevista, Índio Vargas ter declarado que sim, participou da luta armada, citando

uma multidão de fotógrafos, membros da polícia que controlavam todos que entravam em contato com Brizola, e outro momento durante uma reunião num saguão de hotel, recinto aberto, em que se discutiam os planos de invasão enquanto “garçons traziam copos de água que ninguém havia pedido e deixavam-se ficar por ali, à escuta. Tinham, estranhamente, grande semelhança com os homens que nos haviam fotografado” (1982, p.23).

Para citar alguns exemplos de como o autor sempre busca construir um episódio engraçado em suas memórias, em determinado momento ele cita que teriam produzido panfletos para distribuir em Porto Alegre e que, como era final de semana, combinaram de distribuir os panfletos na segunda-feira, “pois domingo é dia de descanso e é muito difícil ser revolucionário em um fim-de-semana” (1982, p.26). Por desenvolver atividades *subversivas*, Nunes foi preso em 1965, e sua prisão também serve de pretexto para episódios cômicos que teriam ocorrido, por exemplo, um diálogo que se desenvolveu quando os policiais “deram uma geral” em sua casa visando apreender material de subversão:

- Vamos apreender esse livro aqui também, né tenente? Deve ser alguma coisa com Brasil e Cuba – e Teobaldo exibiu, triunfante, um exemplar de ‘Memórias Póstumas de Brás Cubas’. [...]
- Leve a máquina também, cabo Milton – disse Jorge Andrade. E, para justificar a apreensão: - É fabricada na Alemanha Oriental (1982, p.27).

Outro livro em que se sobressai o tom anedótico, já a partir do título, é *A Guerrilha Brancaleone*, de Claudio Gutiérrez. O título final escolhido para o livro, que segundo o autor acabou se consolidando como apelido do grupo do qual Gutiérrez fez parte, foi claramente inspirado num filme produzido em 1965 por Mário Monicelli, “*O Incrível Exército Brancaleone*”, sátira ambientada no período medieval – mais especificamente na época das Cruzadas – que conta as desventuras de um cavaleiro desastrado (Brancaleone de Norcia) que vai atrás de um reino com um grupo de malucos e maltrapilhos. Esse filme passou nos cinemas exatamente na época em que Gutiérrez e seus companheiros haviam rompido com a Dissidência do PCB e optado pela luta armada, e foi numa sessão de cinema, local onde o autor se encontrava com “boa parte

inclusive um evento que não aparece nas memórias, que veremos no capítulo três.

da esquerda [...], principalmente nos lançamentos” (1999, p.79), que surgiu o apelido do grupo:

Encontramos, na saída, com o Koutzii e a Sônia. O certo é que a Dissidência, futuro POC, passou a denominar-nos o Exército Brancaleone. No início, ficamos furiosos e comparamos o Koutzii ao Abacuc, personagem do filme que, quando apareciam situações perigosas, se escondia num baú com rodinhas, que puxava com uma corda. Depois, até gostamos do apelido e a letra e música do filme, ‘branca...branca...branca, leon...leon...leon’, se transformaram em nosso grito de guerra (1999, p.79).

Na verdade, o grupo autodenominava-se *Movimento 21 de Abril*, e a opção feita pelo autor por ressaltar o apelido pejorativo – e engraçado – atribuído ao grupo, dando esse título ao livro, já mostra de antemão o caráter de resgate dessa história de uma forma leve, capaz até de nos provocar risos – e que realmente provoca, como veremos a seguir.

Dentro do movimento estudantil do Julinho, quando Gutiérrez ingressou no PCB, imediatamente foi “introduzido nos princípios da contribuição financeira obrigatória do militante, do centralismo-democrático, no qual a minoria sujeitava-se à maioria e as tarefas eram cumpridas sem vacilações” (1999, p.31). O autor dá um tom bastante crítico nessa parte ao descrever o Partido e as concepções de organização revolucionária, ressaltando também o caráter anedótico da militância em certos momentos:

As reuniões da base, após discussão de questões de conjuntura e atividades do Grêmio, terminavam, invariavelmente, com sessões de crítica e autocritica contras as vacilações ideológicas dos camaradas. [...] Nas férias, nossa militância assumia um caráter mais etílico, havia longas discussões em bares, acompanhadas de chope, samba ou caipirinha (1999, p.31).

Mas, finalmente, em novembro de 1967, Gutiérrez e seu grupo romperiam com a Dissidência, da qual discordavam, fundando então uma dissidência da Dissidência do PCB, que se chamaria *Movimento 21 de Abril*, ou *Guerrilha Brancaleone*, e que passaria a tentar fazer ações armadas em Porto Alegre. A própria origem da organização é contada de forma um tanto anedótica pelo autor:

Sáimos de uma festa de aniversário e ficamos namorando em bancos no Parque da Redenção, perto do Araújo Viana, até vermos o sol nascer entre as copas das árvores. Às 7 e meia caminhamos até a frente do cinema Rio Branco, onde tínhamos marcado o ponto com os companheiros do Parobé, e nos dirigimos até um pré-vestibular, o cursinho do Tim na Avenida Osvaldo Aranha, onde aconteceria a reunião. [...] Depois da Conferência, a cisão estava feita (1999, p.56).

A primeira ação que fizeram, ao roubarem armas de um coronel, pai de uma amiga do grupo que estava viajando – ação descrita no Capítulo um –, já foi um tanto cômica. Ao invadirem o apartamento, descobriram que a chave de luz – a qual não tinham acesso dentro da residência – estava desligada, e Gutiérrez descreve a busca por uma solução: “Abrimos um pouco as janelas, em vão, era uma noite nublada. Archotes improvisados provocaram um princípio de incêndio, velas encontradas na cozinha salvaram a continuidade da ação” (1999, p.58). O resultado da ação teria sido mais decepcionante ainda do que o desenrolar dela: “A metralhadora, uma Stein MKO, arma inglesa com pente lateral usada na 2ª Guerra, não tinha cano. A Luggier era imprestável, pois não tinha estrias. Sobraram-nos algumas granadas de efeito moral e um manual da inteligência militar” (1999, p.58).

Outra forma que o autor utiliza para fazer uma crítica à experiência da luta armada é falar de outros grupos, como a Ação Popular (AP) e os Possadistas, comparando as *loucuras* de cada organização, afirmando não haver muita diferença entre elas. Segundo Gutiérrez, a AP, por exemplo, acreditava existir uma pretensa *zona liberada*

em algum recanto perdido do Brasil, com muitos milhares de camponeses armados pela China. Os possadistas, em OVNIS que eram aliados potenciais da revolução, pois, pela tecnologia altamente desenvolvida, certamente estariam num estágio social que só poderia corresponder à fase comunista (1999, p.62).

Ao tratar das ações de seu grupo, o autor é enfático: “Nossas ações foram uma sequência de trapalhadas” (1999, p.80). Gutiérrez comenta que o grupo possuía diversas deficiências e limitações, como a inexperiência e “a maior delas, sem dúvida, a imaturidade” (1999, p.79) – como exemplo o autor cita que apenas dois deles sabiam dirigir. Sem se preocupar em contar todas as ações, nem dar detalhes de cada uma delas – teriam sido “mais de uma dezena de operações bem ou mal sucedidas onde não

faltaram situações que fugiram ao nosso controle” (1999, p.80) – Gutiérrez cita algumas *a título de exemplo*. Primeiro faz algumas reflexões a respeito das armas que possuíram:

A história de nossas armas é significativa do grau de improvisação e amadorismo que nos caracterizava. Já o início prometia quando quase incendiámos a casa do Coronel, tendo como resultado a Stein MKO sem cano e uma Luger inutilizada. A pobre da Stein, que eu saiba, só foi usada no assalto ao Banco do Brasil, em Viamão, no ano de 1970. Seu fim foi triste e por abandono. [...] A Luger terminou como presente para o irmão da Nice que tinha sete anos (1999, p.80).

O grupo conseguiu também um revólver calibre 38, que foi tirado de um policial no meio de uma passeata com “uma certa martelada. Em razão dos efeitos do choque, conhecíamos este revólver como o ‘38 do cano torto’” (1999, p.81). Para utilizar junto com o 38 do cano torto, conseguiram um silenciador, presente da ALN, que foram testar: “No apartamento do Nilton, situado na rua Ramiro Barcelos, no último andar de um pequeno prédio, ao som da Heróica a todo volume, testamos o silenciador. O estampido deve ter sido escutado em todo o quarteirão” (1999, p.81). Já a tentativa de conseguir mais uma metralhadora é narrada da seguinte forma:

Numa mansão no Moinhos de Vento, um recruta da aeronáutica fazia guarda com uma flamante metralhadora. A arma seria repassada para companheiras que, em rua próxima, empurravam um carrinho de bebê. O sentinela não colaborou. Agarrando-se à metralhadora e gritando alucinadamente, obrigou o nosso ‘comando’ a sair em desabalada carreira por entre as árvores. O recruta, após se recompor, deu uma rajada de metralhadora. O ‘38 do cano torto’ foi acionado três vezes até sair uma bala (1999, p.81).

O autor também conta a história de alguns dinamites recebidos como presente de um amigo da VPR. Um capitão se propôs a dar orientações sobre ações guerrilheiras a eles, o que gerou outro episódio anedótico:

O curso do Capitão, em determinado momento, versava sobre manejo de explosivos, sobre os cuidados que se tem que ter com a dinamite e o fenômeno da exudação, ou seja, quando a banana começa a expelir gotículas de nitroglicerina, altamente instáveis e explosivas. Gotículas que exalavam um cheiro característico, como o que ele sentia naquele momento. Pedimos que se levantasse do baú onde estava sentado e retiramos o pacote com os cartuchos. O Capitão, com todo o seu sangue frio, começou a suar. Limpou cuidadosamente as dinamites e as mudou de posição, continuando a aula (1999, p.70).

As dinamites “foram acondicionadas em dois petardos por um simpatizante que tinha curso de sabotagem na China” (1999, p.82). Um petardo foi lançado contra o QG da Brigada, na avenida Praia de Belas, e o outro foi atirado do viaduto Otávio Rocha contra tropas que se deslocavam pela Borges de Medeiros: “Os petardos, graças a Deus ou à inabilidade do técnico chinês, não explodiram” (1999, p.82). No fim de dezembro de 1968, os *Brancaleones* foram fazer sua grande ação, uma expropriação bancária, mas para isso precisavam de um veículo, que foram roubar. O carro que roubaram foi identificado, a polícia foi atrás deles, e na perseguição bateram com o veículo – uma Itamarati – num poste, sendo levados para o Palácio da Polícia. Mesmo preso no DOPS, o autor consegue recordar outro episódio anedótico: “Numa manhã me acordei com um sonho erótico e me dei conta de que tinha cruzada no meu peito a perna de um negrão gordo, que roncava e resfolegava” (1999, p.84).

As ações armadas, mesmo as que não foram feitas pelos *Brancaleones*, e que obtiveram maior sucesso em sua execução, invariavelmente são descritas de forma cômica. Nunes, por exemplo, ao narrar o primeiro assalto que participou junto com Edmur, na agência da Caixa Econômica Federal da Rua José do Patrocínio, em Porto Alegre, descreve que os dois foram de táxi até a agência, e pediram que o motorista estacionasse a uma determinada distância do banco e os esperasse, deixando em sua mão um jornal, aberto na página de esportes: “se conhecesse os brasileiros, Lênin teria de mudar seu aforismo. Aqui, o futebol é que é o ópio do povo” (1982, p.47). Chegando à agência, Edmur teria imediatamente se dirigido ao gerente:

- Isto é uma expropriação bancária. O companheiro quer ter a bondade de levantar as mãos e pedir aos demais funcionários que façam o mesmo? Assim, ninguém se machucará.
- É uma ex... o quê??? – fez o gerente, estarrecido.
- Um assalto, pô! (1982, p.47).

Ao render o segurança do banco, um brigadiano, a surpresa e a arma apontada para o seu rosto fizeram com que esse funcionário urinasse na calça, gerando outro episódio anedótico, tanto que Nunes intitulou o capítulo de “O Brigadiano Mijão”. Nunes ainda faz um interessante pulo no tempo contando que, anos depois, teve que descontar um cheque na mesma agência, quando o gerente veio e lhe disse a seguinte

frase: “- É um prazer tornar a vê-lo entrar aqui para retirar dinheiro, principalmente porque, agora, o senhor não tem uma arma na mão” (1982, p.48).

O segundo grande assalto em Porto Alegre foi na agência Petrópolis do Sulbanco, e essa ação contou com a participação de Índio Vargas, e por isso seu grupo recebeu uma quantia do que foi ganho no assalto. O autor conta que, com o dinheiro, ele queria que comprassem “uma pequena impressora para editar um jornalzinho ou panfleto onde pudéssemos publicar desmandos e violências cometidas pela ditadura que a grande imprensa não podia divulgar porque a censura não permitia” (1981, p.46), mas na reunião do grupo para decidir o destino do dinheiro foi derrotado e, como conta Vargas,

resolveram, com os seis mil cruzeiros da expropriação destinados ao nosso grupo, comprar um carro Gordini, caindo aos pedaços, que de nada serviu, pois vivia na oficina. Foi vendido, mais tarde, quase como sucata. O que salvava a organização, em termos de transporte, era meu DKW, novo e bom (1981, p.46).

No terceiro assalto importante registrado, de um banco em Cachoeirinha, cidade vizinha a Porto Alegre, Nunes participou, e narra que havia entre os clientes um ex-sargento do exército que, ao ser preso junto aos outros clientes no banheiro, teria exclamado “- Puxa, que emocionante! Eu nunca fui assaltado antes...” (1982, p.50). Na fuga, o carro utilizado por eles, um velho Citroen negro, “espirrou, tossiu, bufou – e parou. Ritter tentou consertá-lo: em vão. A máquina não pegava” (1982, p.50). Edmur, com o saco de dinheiro, pegou um ônibus, enquanto Nunes e Ritter ficavam junto ao carro tentando fazê-lo pegar. Os carros da polícia passaram reto por eles, por terem recebido a informação via rádio errada, passada por um oficial brizolista que inverteu a marca do carro e a cor. Índio Vargas, em relação a esse assalto, faz uma pequena confusão em seu livro ao afirmar que o Catarina – João Batista Rita – teria pego o saco com dinheiro e entrado num ônibus lotado em direção a Porto Alegre, mas aproveita o episódio para narrar outro fato anedótico:

Como não havia lugar para sentar, pedi a uma velha, sentada no primeiro banco, para segurar o saco dizendo:

- Aqui levo amostras grátis de remédios para a Santa Casa.
- O senhor se preocupa muito com os pobres? – indagou a velha.

- Sim, agora mesmo estou trabalhando pelos pobres e contra os ricos – respondeu Catarina (1981, p.50).

Já em relação ao assalto ao BERGS do Bairro Tristeza, em Porto Alegre, Nunes cita que no decorrer da ação, percebendo que duas mulheres conversavam na frente do banco e de vez em quando olhavam para dentro, o que poderia gerar problemas, João Batista Rita saiu da agência para controlar a situação, e acabou não voltando mais para o interior do banco:

Na saída, Edmur encontrou-o na calçada.

- Então? E as mulheres?

- Não foi preciso rendê-las – sorriu Ritter. – Estavam tão empenhadas em falar mal de uma tal de Maria Aparecida que nem repararam no que estava acontecendo lá dentro (1982, p.52).

Mas mesmo com o sucesso das expropriações, o grupo continuava em precárias condições, sem uma maior estrutura, e ainda dependendo do Citroen que havia pifado numa ação anterior. Resolveram então testá-lo numa reserva florestal em Viamão, cidade vizinha de Porto Alegre. Durante o passeio, uma roda se soltou do carro e foi rolando até colidir de forma certa *na traseira* de um guarda florestal. O episódio só não gerou maiores problemas porque o guarda era conhecido de Nunes, o que amenizou o incidente; tomaram um chimarrão juntos, se desculparam, e na despedida Jorge Gordo ainda observou que guardaria uma recordação dolorosa do amigo: “um pneuzão na bunda” (1982, p.54).

João Carlos Bona Garcia não adota tom muito diferente ao narrar as ações armadas das quais participou. Sua primeira ação, o assalto a um carro do Banco Brasil que arrecadava o dinheiro da Ultragás, feita pelo autor e mais quatro companheiros, é descrita com ênfase em aspectos pitorescos:

o Fernando me passou uns óculos escuros para usar como disfarce, mas uma das lentes estava quebrada, e eu enxergava tudo duplo. [...] Eu enxergava duas ruas e dois carros pagadores. Tirei os óculos. Pensei comigo, vou sem nada porque essa porcaria me atrapalha (1989, p.35/36).

Bona Garcia era o encarregado de retirar o motorista do carro, mas este, mesmo com a arma apontada e sob o grito de *desce, é um assalto*, não se mexia:

Eu já estava todo desesperado, voltei a dizer ao motorista: desce, senão vou ter que atirar. Ele me encarou tranquilamente e respondeu: olha, não vou descer, pode atirar. Me bateu uma loucura, uma onda de calor, um sentimento difícil de descrever. Eu não me sentia capaz de ferir alguém, seria a primeira vez em minha vida. [...] Engatilhei o revólver e encostei na cabeça dele. Ele foi se mexendo um pouquinho até sair do carro. Me deu uma satisfação, uma sensação imensa de alegria, vontade de jogar a arma fora e dar um abraço nele, dizer: irmão, muito obrigado, você me tirou de um pepino de lascar (1989, p.36).

Na euforia após a ação, Bona Garcia deixou o revólver ainda engatilhado na cintura e foi pra faculdade. Somente ao retornar pra casa teria se dado conta do perigo que correu: “A camisa tinha se enroscado no cão do revólver, por milagre não me dei um tiro. Qualquer coisa em que eu batesse teria feito o revólver detonar” (1989, p.37) A partir daí, diz o autor que nunca mais quis andar armado, pois teria compreendido “como uma arma é coisa séria” (1989, p.37).

A próxima ação da VPR seria o sequestro do cônsul dos EUA em Porto Alegre, Curtis Carly Cutter, que não deu certo. Para realizar a ação, foram em primeiro lugar conseguir um veículo. O fusca foi roubado num local onde os casais iam para namorar, e estando esse casal sem roupa, no meio do “namoro”, os encarregados da ação, “realmente lamentando terem que tomar aquela atitude”, os teriam abordado da seguinte forma: “desculpem interromper, mas precisamos do carro” (1989, p.41). Bona Garcia fez o levantamento da vida do cônsul, mas não participou da ação devido a um deslocamento do braço esquerdo, provocado por “um japonês que não entendia bem o português” (1989, p.39), e que o teria lançado para fora do tatame no seu primeiro dia de aula no Judô.

Mesmo a cadeia, nessas memórias, torna-se – em determinados momentos – motivo para recordação de eventos cômicos, principalmente por parte de Jorge Fischer Nunes, que relembra diversos episódios. Mesmo ao contar sua prisão, o tom é leve, pois narra que foi cercado em sua própria casa numa noite quente, quando estava deitado em sua cama apenas de cuecas fumando um cigarro. Chegou a pensar em fugir, mas ao ver que estava cercado se entregou, enquanto sua mãe e esposa choravam e gritavam: “Não tenho vocação para Corisco; por isto, me entreguei. Assim mesmo, ingloriamente, de cuecas” (1982, p.60).

Ao passar pelo *inferno* do DOPS, Nunes consegue recordar episódios engraçados, como quando João Grande, um ex-colega da polícia de choque e amigo do autor, teria descoberto que ele estava preso e quis levar-lhe um maço de cigarros. Os outros policiais tentaram impedir-lhe o acesso ao preso, argumentando que ele era comunista, subversivo, que deveria ficar incomunicável, e que se entregasse algo para o preso o oficial poderia ser encarado como um comunista também, mas nada impediu que João Grande – com seu tamanho e força – entregasse os cigarros a Nunes. Ao se retirar, o oficial ainda teria se virado para os colegas, de dedo em riste e disparado a seguinte frase: “- E quanto a essa história de comunismo comigo não cola. Todo mundo sabe que eu não sou comunista. Todo mundo sabe que eu sou é bucetista mesmo” (1982, p.76).

O período em que Nunes ficou no Presídio da Ilha também serve de fonte rica para episódios cômicos, como quando o chefe do Presídio, inspetor Cantuária, reuniu todos os presos e, dirigindo-se a Edmur, teria perguntado “quem é o comandante do terror aqui” (1982, p.86), ao que este teria respondido “Não sei, inspetor Cantuária. Acho que é o senhor” (1982, p.86). Em outro momento, ao tentar confiscar *livros subversivos* da biblioteca dos presos, o mesmo inspetor Cantuária teria dito que havia recebido uma denúncia de que eles teriam “A República de Plantão” e “Caminhando para trás”, ao que Nunes comenta: “Não foi difícil adivinhar a que livro ele se referia, quando mencionou ‘A República de Plantão’. Quanto ao outro, só uma semana depois Rui Goethe conseguiu adivinhar: - Acho que ele queria o ‘Um Passo à Frente, Dois Atrás? ...’” (1982, p.89). Mais adiante, ao se desenvolverem as relações entre os guardas e os presos, os presos organizaram uma espécie de ambulatório improvisado, do qual até mesmo os guardas se utilizavam. Um dia, um brigadiano teria pedido para Catarina – João Batista Rita – algo para tosse; medicado, à noite em sua guarita ele parecia contorcer-se “como se estivesse sendo consumido por um fogo interno” (1982, p.101). Ao questionar Catarina sobre o que ele dera ao brigadiano, seguiu-se o seguinte diálogo:

- Aí, eu dei óleo de rícino para ele.
- Óleo de rícino? Você deu óleo de rícino para curar a tosse do homem?
- E curou. Olha lá ele: se torce todo na guarita, mas vê se ele tem coragem de tossir agora? (1982, p.101).

O próprio Nunes, mais tarde, teria também se utilizado de técnica semelhante para vingar-se de um guarda que tomava café com ele e maltratava um cão que vivia na ilha e era bem querido pelos presos. Dissolveu três comprimidos de purgante na xícara de café do guarda, que ao deixar a ilha de barco teria sentido um “ataque de fígado barbaridade” (1982, p.118), e, sem saber que havia sido enganado, narrou ao autor: “No meio do rio não teve remédio: tive de botar a bunda pra fora e comecei a cagar. E nem era uma caganeira qualquer. Eu cagava em arco que era uma beleza, assim que nem um chafariz. Nunca vi um ataque de fígado tão brabo, tchê” (1982, p.118). Havia também um guarda apelidado de “Bunda de Senhora” que costumava vigiar os presos, sempre escutando suas conversas. Um dia, durante um debate do Coletivo – que geria tudo dentro da cadeia – sobre o café, que alguns – principalmente o autor – estariam tomando demais, Catarina teria sugerido que se continuasse a tomar café entre os presos, “mas com parcimônia” (1982, p.125), ao que o guarda – que estava escutando a discussão – pulou: “Epa! [...] nos meus dias de serviço ninguém vai misturar essa tal de parcimônia ou qualquer outra droga desconhecida no café” (1982, p.125).

O cachorro citado no parágrafo anterior teria sido enviado certo dia para a Ilha, para que fosse “amestrado pelos militares, para que os auxiliasse em caso de rebelião ou motim” (NUNES, 1982, p.116), mas como os guardas nunca deram atenção ao cão, ele acabou por ser adotado pelos presos que cuidavam dele, alimentavam-no, etc, o que fez com que este se afeiçoasse a eles e não gostasse dos guardas, “que não lhe davam mais que pontapés” (NUNES, 1982, p.116). Isso serviu para que surgisse o boato de que os presos haviam “subvertido o cão que, de policial, passara a comunista” (NUNES, 1982, p.116). Quando os guardas se aproximavam do cão, ele se eriçava e começava a rosnar, em posição de ataque, necessitando que algum preso mandasse ele se aquietar, ao que os brigadianos comentavam: “- Credo! [...] Esse cachorro é comunista mesmo!” (NUNES, 1982, p.116).

Índio Vargas também consegue recordar momentos engraçados quando preso, como um período em que passou no DOPS, mas o órgão encontrava-se mais calmo que o normal, permitindo-se inclusive visitas de parentes. Num domingo todos os que ali estavam encarcerados puderam receber visitas, quando “os presos, na sua maioria

solteiros, se aqueceram durante duas horas naquela manhã fria de julho abraçados com as namoradas, às vezes embaraçados porque aparecia mais de uma” (1981, p.91). Depois do DOPS, Vargas, devido a uma úlcera mal curada que piorava desde sua prisão, conseguiu ser transferido para o Hospital Militar de Porto Alegre, de onde ele acreditava ingenuamente que conseguiria fugir facilmente. Ao chegar lá e ver que sempre teria guardas armados lhe vigiando, logo percebeu que seu “projeto meticulosamente concebido ficara reduzido a nada” (1981, p.105).

Outro momento que se torna fértil para a recordação de momentos anedóticos é o exílio, para os que foram embora do país, como Gutiérrez e Bona Garcia. Gutiérrez, por exemplo, quando no Chile, treinando luta armada agora junto a “um dos ícones sagrados do movimento revolucionário latino americano” (1999, p.99), o Exército de Libertação Nacional (ELN), recorda um momento em que, em meio a um treinamento de campo, enquanto montava guarda no acampamento, comeu uma lata de leite condensado junto com alguns companheiros, e passou por um julgamento por isso, quando observou: “em combate estaria sujeito a ser fuzilado, nas condições concretas em que nos encontrávamos me passaram uma grande carraspana” (1999, p.100).

Um episódio que é narrado tanto no livro de Gutiérrez como no de Bona Garcia, que os dois vivenciaram juntos, foi quando, junto a outros companheiros, *para quebrar a monotonia*, deram uma desculpa e foram conhecer as cordilheiras; realizaram uma caminhada confiando que conseguiriam retornar pelo mesmo caminho seguindo suas pegadas na neve no outro dia. Devido a uma nevasca noturna, passaram três dias perdidos no meio das montanhas e da neve, “sem rumo, sem comida, molhados e gelados” (BONA GARCIA, 1989, p.109), quase morrendo de frio, até que finalmente encontraram o caminho por onde haviam chegado. Outro local que Gutiérrez conheceu no Chile foi Arica, que descreve da seguinte forma:

O porto de Arica no Pacífico do ano de 1971, para onde nos dirigimos, era uma festa. Jimi Hendrix e Janis Joplin eram reverenciados. Dezenas de jovens hippies, muita marijuana, paz e amor. E nós, em missão revolucionária. Cabelos curtos e nada de barba para não chamar a atenção. Maconha nem pensar. Sobrava-nos encher a cara (1999, p.104).

Outro momento vivenciado pelos dois – Gutiérrez e Bona Garcia –, mas só narrado no livro pelo segundo, foi quando, ainda participando de treinos visando a guerrilha, os dois participaram do seguinte episódio:

Fomos testar um pequeno explosivo que fizemos num vidrinho. Colocamos um detonador, as pilhas, o dispositivo para fazer o contato. Lembro que o Franck, o maior entendido nestes artefatos, comentou: vai dar só um estalinho. Fechamos as portas e as janelas, ele fez o contato e aconteceu a explosão: um estrondo imenso abalou a casa e encheu de fumaça. Corri para abrir as janelas e a porta, saí. A rua estava cheia de vizinhos assustados, olhando para nossa casa. Eu comecei a disfarçar perguntando: o que foi, onde foi? Ficou ridículo, porque saía uma fumaceira danada das janelas (1989, p.101).

É interessante perceber que as ações armadas, momento em que os militantes colocaram suas vidas em risco, e que alterou substancialmente os rumos de suas vidas – como fica claro observando suas trajetórias, e nas próprias entrevistas ⁷⁴ –, são narradas invariavelmente em um tom anedótico, ressaltando-se sempre os aspectos mais pitorescos das ações, optando-se por praticamente não se recordar da tensão do momento, dos riscos que corriam, etc. Mesmo em relação ao momento da prisão, e aos locais em que ficaram encarcerados, onde presenciaram e viveram situações horríveis – que serão melhor descritas no próximo capítulo –, e no exílio, momento em que estavam longe de seu país sem terem optado por isso – no caso de Bona Garcia, havia sido banido, e a pena aos banidos que voltassem ao Brasil era a morte ⁷⁵ –, os autores conseguem recordar momentos engraçados.

Opção estilística? Influência da leitura de livros como o de Fernando Gabeira – *O que é isso, companheiro?* – ou o de Alfredo Syrkis – *Os carbonários* –, que possuem uma forte visão autocrítica e uma escrita fluida e apurada, que prende a atenção do leitor, um dos motivos de seus sucessos de venda? Talvez essas duas hipóteses ajudem a compreender um pouco sim essa opção, mas creio que isso apenas não responde a essa questão. É necessário compreender esse *processo de construção* dessas memórias dentro do contexto que vivia o Brasil no período em que esses livros foram escritos, buscando

⁷⁴ No capítulo três essa questão será melhor exposta.

⁷⁵ “Pena” decretada informalmente pelos militares, e claramente aplicada, conforme a simples observação de que todos que foram banidos do Brasil e regressaram antes da Anistia foram mortos ou “desaparecidos”.

perceber de que forma era encarado o regime ditatorial que recém se esgotava, que debates ocupavam a pauta política nacional, e de que forma esses autores se inseriam dentro de todas essas disputas, inclusive as disputas pela memória que influenciaram a construção de uma memória coletiva ao final do regime ditatorial, sobre o passado recente.

Em primeiro lugar, não podemos esquecer de (re)afirmar que, dentro de cada sociedade, não existe apenas uma identidade, uma memória coletiva, e sim várias... Elizabeth Jelin, na introdução de seu livro *Los trabajos de la memoria*, afirma um

hecho básico: en cualquier momento y lugar, es imposible encontrar *una* memoria, una visión y una interpretación únicas del pasado, compartidas por toda una sociedad. Pueden encontrarse momentos o períodos históricos en los que el consenso es mayor (...) [mas] siempre habrá otras historias, otras memorias e interpretaciones alternativas, en la resistencia, en el mundo privado, en las ‘catacumbas’ (2001, p.5/6).

A visão que conquista uma espécie de consenso geralmente é a contada pelos vencedores, e isso acarreta uma constante luta política sobre o sentido dos acontecimentos, e da memória mesma. Essa luta muitas vezes é concebida, como no caso dos países da América Latina nos períodos pós-ditaduras, como luta contra o esquecimento, sob o lema de *recordar para não repetir*, mas a própria Jelin chama a atenção para o fato de que, na maioria das vezes, o que há “en realidad es una oposición entre distintas memorias rivales (cada una de ellas con sus propios olvidos). Es en verdad ‘memoria contra memoria’” (2001, p.6), afirmação no mínimo polêmica, que os testemunhos dos quais nos utilizamos para a reconstrução da história não gostariam muito de ouvir, mas que carrega em si uma verdade que não pode ser ignorada pelo pesquisador.

Assim, meu objetivo foi compreender as lutas políticas que envolvem a construção dessas memórias. Diversos autores apontam que os períodos de abertura política são geralmente os mais férteis em disputas pelas memórias, quando as sociedades saem de regimes ditatoriais – como o caso do Brasil – e buscam rever sua história recente, e relatos e narrativas que estiveram ocultos e silenciados por muito tempo emergem publicamente, gerando uma multiplicidade de pontos de vista e interpretações, que se enfrentam no cenário social e político: “esta abertura implica un

escenario de luchas por el sentido del pasado, con una pluralidad de actores y agentes, con demandas y reivindicaciones múltiples” (JELIN, 2001, p.42).

Esse processo de reinterpretação do passado, que no fundo carrega uma disputa sobre propostas de como acertar as contas com ele, portanto, é feito na esfera pública, e realiza-se por meio de atores e militantes que buscam utilizá-lo, atribuindo a ele as interpretações e sentidos que melhor lhes parece. Obedecendo, portanto, a interesses de grupos muitas vezes em conflito, não há como desvincular esse processo de construção das memórias da luta política entre os grupos sociais.

Debruçar-se no estudo desses processos, portanto, é buscar os interesses envolvidos nessas disputas, quem são os atores sociais que buscam afirmar sua visão do passado como “verdade”, e por que buscam afirmar determinada visão. “Se torna necesario centrar la mirada sobre conflictos y disputas en la interpretación y sentido del pasado, y en el proceso por el cual algunos relatos logran desplazar a otros y convertirse en hegemônicos” (JELIN, 2001, p.40).

Michael Pollak, sociólogo austríaco radicado na França, desenvolveu estudos importantes no campo das memórias e das identidades, partindo das reflexões de pensadores como Maurice Halbwachs e outros, mas avançando significativamente em suas reflexões. Pollak observa, no artigo *Memória, esquecimento, silêncio*, que Halbwachs já tratava em sua obra de uma espécie de *negociação* que se realizava para conciliar a memória coletiva – no caso a memória nacional, “forma mais completa de uma memória coletiva” (POLLAK, 1989, p.3) – e as memórias individuais, visto que as duas necessitavam de diversos pontos de contato para estabelecer uma base comum para as lembranças dos indivíduos. Em seu artigo, partindo de uma proposição de Henry Rousso, Pollak sugere que se utilize o conceito de memória enquadrada,⁷⁶ em sua visão “um termo mais específico do que memória coletiva” (1989, p.9).⁷⁷

Segundo o autor, a coexistência de diversas memórias coletivas, constituídas por diferentes grupos de indivíduos – caso que podemos identificar no Brasil durante a ditadura, onde existiram desde os grupos que estavam no exercício do poder até os que o

⁷⁶ *Grifo meu.*

⁷⁷ O texto de Henry Rousso citado por Pollak não foi publicado no Brasil ainda: ROUSSO, Henry. *Vichy, le grand fossé*. Vingtième Siècle, 5, 1985.

combatiam e que foram perseguidos e muitas vezes mortos –, levaria à necessidade de um *processo de enquadramento* dessas memórias para que se construísse uma *memória nacional*, com vistas a “manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum” (1989, p.9). Claro que esse *processo de enquadramento*, que realiza uma verdadeira reinterpretação do passado, não é realizado de forma totalmente pacífica nem absolutamente arbitrária, ele possui tensões e limites, sendo “contido por uma exigência de credibilidade que depende da coerência dos discursos sucessivos” (POLLAK, 1989, p.10), mas dependendo do contexto vivenciado pelo país, pode se tornar mais fácil de realizar esse processo, com a anuência inclusive de alguns indivíduos pertencentes a grupos que teoricamente se oporiam a determinados enquadramentos de suas memórias, como é o caso do Brasil no contexto da Abertura, como já vimos no capítulo um.

Esse *processo de enquadramento*, que ocorre de forma extremamente complexa, nunca livre das lutas entre os grupos que defendem suas memórias, e cujos mecanismos pelo qual se desenrola são difíceis de descrever, ocorre incessantemente dentro das sociedades, mas em determinados momentos – especialmente os de transição, ao final de episódios traumáticos como guerras, conflitos internos e regimes autoritários – sobressai-se a sua necessidade, e a sua dinâmica aparece mais claramente, até porque ele se dá de forma acelerada nesses períodos. Entre os mecanismos que atuam na construção dessa *memória enquadrada*, podemos citar o presente e as expectativas de futuro dos indivíduos, e as conseqüentes demandas que essas temporalidades acarretam sobre os que participam do processo de constituição dessa memória coletiva sobre o passado; podemos citar também não só as características comuns inevitáveis registradas entre os que pertencem a determinado grupo de memória, mas também as disputas entre as diferentes visões dos acontecimentos, pois “o denominador comum de todas essas memórias, mas também as tensões entre elas, intervêm na definição do consenso social e dos conflitos num determinado momento conjuntural” (POLLAK, 1989, p.11).

Trazendo todas essas reflexões para o contexto brasileiro de final, ou pós-ditadura, e considerando o que foi exposto nesse capítulo sobre as memórias dos ex-guerrilheiros, acredito ter demonstrado como o *processo de enquadramento* se realizou em nosso país, durante todo o período de abertura e redemocratização, com base na

tendência conciliadora de recuperação da memória apontada por Daniel Aarão Reis Filho. A comparação entre os autores dos livros de memórias selecionados e a demonstração de sua adesão ao estilo anedótico e autocrítico permitem entender como se construíram estas memórias individuais, observando-as “de baixo para cima”, isto é, de que forma as memórias individuais aceitam – ou não – se integrar a esse processo de enquadramento.

Na análise das memórias individuais podemos perceber não só a influência dessa tendência pelo enquadramento, mas também os limites desse processo, na relação que cada indivíduo estabelece com essa memória coletiva que é construída com, mas também à revelia dele. No próximo capítulo, analisarei justamente os momentos em que essas memórias parecem contestar o processo de enquadramento proposto, e fazem emergir temas que não se encaixavam na *tendência conciliadora* proposta pela sociedade brasileira ao final da ditadura.

CAPÍTULO 3

3.1 → O Pranto dos que foram torturados

Tirando o foco dos *enquadramentos* e das *conciliações* que ocorreram no processo de construção das memórias coletivas no Brasil, ao final do período da ditadura, vamos nos deter nesse momento nas tensões, nos conflitos, nos momentos em que determinados grupos – quiçá os mesmos que em determinadas questões aceitaram *se enquadrar* –, utilizando-se do contexto favorável para a emergência dessas memórias, aproveitaram para trazer a tona também memórias que diversos setores da sociedade – principalmente os ligados ao regime ditatorial – queriam deixar para trás, dentro do *espírito da Anistia*. Seguindo as reflexões de Michael Pollak, o autor, ao assinalar a coexistência de diversas memórias coletivas dentro de um mesmo grupo, observa que esse fator não coloca problemas “quando se integram bem [essas memórias] na memória nacional dominante” (1989, p.12), isto é, quando elas podem ser *enquadradas*.

Mas “indivíduos e certos grupos podem teimar em venerar justamente aquilo que os enquadramentos de uma memória coletiva em um nível mais global se esforçam por minimizar ou eliminar” (1989, p.12), o que leva Pollak a construir a noção de “memórias subterrâneas”, isto é, memórias que não teriam sido enquadradas, justamente pela necessidade de mantê-las em silêncio, devido às conjunturas do momento não o permitirem, e que estariam sendo “abafadas”, deixadas de lado. Essas *memórias subterrâneas*, “como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à ‘memória oficial’, no caso a memória nacional [...] [e] afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados” (POLLAK, 1989, p.4), entrando nas disputas pela memória que ocorrem no cenário nacional.

Silva, na conclusão de seu estudo, aponta fatores que teriam permitido a ocorrência desse *surto memorialístico* no final dos anos 1970 no Brasil, abrindo espaço inclusive para que aflorassem essas memórias que na visão de muitos deveriam continuar sufocadas. Além do “*destemor* de diversos sujeitos históricos que, apesar de um aparato de Estado ditatorial, continuam escrevendo, publicando” (2008, p.205),

segundo esse autor o governo ditatorial teria, a partir de 1975, perdido o domínio da esfera pública, devido a *motivos múltiplos*: “Crise econômica; crescente mobilização social; morte de Herzog; denúncia sistemática do governo no exterior, culminando em perda de apoio internacional; reorganização dos operários; mobilização política de grupos sociais identitários; fim do milagre econômico; crise interna do governo etc.” (2008, p.205). Essas condições teriam permitido a emergência das memórias, mesmo as *subterrâneas*, e a “irrupção de ressentimentos acumulados no tempo e de uma memória da dominação e de sofrimentos” (POLLAK, 1989, p.5), que antes não podia se exprimir livremente, ao menos não sem sofrer conseqüências, perseguições, etc.

Assim, contra uma prática muito comum em nossa história – e de outras sociedades –, a *prática social do esquecimento*, essas memórias irromperam no cenário nacional, trazendo questões como as torturas que muitos sofreram, e os desaparecimentos, para não permitirem que essas barbáries fossem esquecidas, para denunciar, e não aceitar que o processo fosse feito de forma tão aparentemente consensual, com base no esquecimento, e em nome do *espírito pacífico da anistia*:

Foi através do esquecimento de virtuais rivalidades que a possibilidade da Anistia pôde ser costurada. Foi através desse mesmo esquecimento que a Nova República foi instaurada, esquecendo-se do passado de colaboração com a ditadura, do então novo presidente, José Sarney e outros, para que o país pudesse ter novamente uma presidência civil (SILVA, 2008, p.31).

Contra essa pregação de um *espírito cordial* e com base no esquecimento, a ser seguido por todos, as memórias também traziam a denúncia dos crimes cometidos pelo Estado ditatorial, que durou até 1985, e que deixou feridas que ainda se encontram abertas, em contraposição aos arquivos, mantidos fechados. Diversos grupos que atuaram contra o regime autoritário instaurado no Brasil no período de 1964–85, e que foram duramente reprimidos, até hoje lutam para terem o reconhecimento de seus direitos, contra essa memória nacional que busca enquadrar o período dentro de um caráter de exceção, no qual todas as violências cometidas pelo regime contra os que lutaram em oposição a ele, deveriam ser esquecidas e perdoadas...

Os parentes dos mortos e desaparecidos ainda lutam pelo reconhecimento dos crimes que foram cometidos por funcionários dos órgãos de repressão do governo, ou

para terem acesso aos arquivos, para pelo menos saberem o que ocorreu com seus entes queridos. Da parte do exército, de tempos em tempos afloram manifestações de defesa do período ditatorial, e de condenação aos que já foram perseguidos e mortos, negando inclusive os crimes cometidos. Da parte do governo, o máximo que tem conseguido esses parentes são indenizações, como se um valor em dinheiro substituísse uma vida humana. Boa parte dos arquivos continua fechada, sem termos assim direito nem ao menos de saber realmente o que ocorreu no passado recente de nosso país.

Portanto, não podemos nos deixar iludir com o tom cômico, anedótico, que os autores dão ao texto – e que mostrei no capítulo anterior – ao tratarem das ações armadas, parte de suas memórias que eles teriam deixado que passasse – talvez até de forma consciente e intencional – pelo *processo de enquadramento*. A participação deles na luta armada trouxe grandes conseqüências em suas vidas – como os três apontaram nas entrevistas, que mostrarei nesse capítulo –, tanto no longo prazo como no curto, e em suas memórias aparecem também de forma marcante essas conseqüências, a partir do momento em que eles caíram nas mãos da repressão, foram torturados, e tiveram pessoas próximas torturadas e/ou desaparecidas. Como afirma Martins Filho, “a denúncia da tortura aparece como pedra angular sobre a qual se constrói a memória dos militantes sobre o período mais agudo da ditadura” (2002, p.186). Nesse momento, portanto, os livros de memórias adquirem outro tom, de denúncia, e passam a descrever os horrores que esses militantes passaram nas mãos dos órgãos de repressão, vindo a tona essas *memórias subterrâneas*, que o *espírito da anistia* buscava conter.

Entre os quatro analisados, o que menos fala no assunto é Gutiérrez, o que se explica pelo simples fato de que ele não foi torturado, pois a única vez que ficou detido no DOPS foi ainda em dezembro de 1968, quando no Rio Grande do Sul a repressão ainda não havia se profissionalizado. Como vimos no capítulo um, isso só aconteceria a partir da tentativa de seqüestro do cônsul dos EUA, em abril de 1970. No DOPS, a primeira impressão que Gutiérrez se deparou foi com os gritos da tortura que ele ouvia, causando um profundo impacto: “Escutar os gritos de quem é torturado perfura os tímpanos e esses gritos se alojam no cérebro” (1999, p.84). Mesmo não tendo sido torturado, o autor registra que foi interrogado numa “cela onde havia instrumentos para

aplicar choques elétricos” (1999, p.85), o que demonstrou que “a possibilidade estava na ordem do dia” (1999, p.85).

Índio Vargas não teria sido tão torturado como outros que foram presos no mesmo período, devido ao fato de ser ex-vereador, uma figura mais conhecida na sociedade porto-alegrense, mas tendo caído no principal ciclo de quedas, de abril de 1970, não escapou da tortura nos primeiros dias. Levado para o prédio da Secretaria de Segurança, Vargas descreve a angústia de esperar pela sua vez de ser interrogado, ouvindo gritos de outras pessoas que provavelmente estavam sendo torturadas:

Que terrível angústia essa de esperar um interrogatório que não se sabe quando começará, nem quando terminará. Como será o interrogatório? O que eles saberão das minhas atividades? Serão perguntas e respostas? Ou terei que fazer uma longa exposição sobre os fatos dos quais participei direta ou indiretamente?
Tortura é estar pensando nisso (1981, p.62).

Os interrogatórios centravam-se em torno da VPR, que havia tentado seqüestrar o cônsul dos EUA, com a repressão buscando saber nomes, locais, aparelhos, etc, e como Vargas não soubesse muita coisa, e não estava disposto a falar, foi submetido a choques elétricos, forma de tortura que ele descreve da seguinte forma:

Pegou o fio e começou a enrolar na minha mão. Depois enrolou o outro fio na outra mão. O segundo homem tocou a manivela e senti um estremezimento por todo o corpo, uma sensação de desintegração física e psíquica. Comecei a gritar, dizendo que falaria (1981, p.64).

Vargas revelou que tinha contato com Edmur, mas como os torturadores queriam informações sobre a VPR e ele dizia não saber nada, continuaram a submeter-lhe a choques elétricos: “Algemaram minhas mãos nas costas e ataram os fios nas orelhas. Ligaram a máquina. Minha cabeça parecia que ia explodir. Tinha a impressão que meu corpo girava como um carrossel. Perdi totalmente a consciência” (1981, p.65).

No meio dessa sessão de tortura, o autor ouviu a frase que usaria como título do livro, pronunciada por um dos torturadores de chiado carioca, Capitão Malhões: “É uma guerra, e GUERRA É GUERRA” (1981, p.64). Quando recobrou a consciência, Vargas ainda foi vendado novamente pelo conhecido torturador Nilo Havelha, levou uma forte pancada e foi levado para uma sala onde viu um preso que não reconheceu no pau-de-

arara, e mandaram que ele tirasse a roupa, mas no momento em que a tirava veio outro agente do DOPS que, dizendo “esse não. Foi um engano” (1981, p.65), mandou que ele se vestisse novamente e o levou para uma cela, escapando de torturas piores.

Na ânsia de saber os nomes dos principais integrantes da VPR que tentaram o seqüestro do cônsul dos EUA, membros da repressão chegaram a oferecer para Índio Vargas, se revelasse os nomes que eles buscavam, a possibilidade de ser colocado em liberdade, ter seus direitos políticos restituídos e inclusive ser reintegrado no mandato de vereador de Porto Alegre – que havia sido cassado logo após assumir –, mas este insistiu que não sabia nada da VPR.

Vargas era um vereador cassado, conhecia pessoas que ocupavam importantes postos na sociedade, o que provavelmente influenciou no fato dele não ter sofrido tão intensas torturas como outros iriam sofrer. Tanto que, em menos de uma semana preso, recebeu a visita de deputados, que queriam saber como ele estava sendo tratado, encontro para o qual o prepararam, sendo separado dos outros presos e melhor alimentado por alguns dias, além de receber a visita de um barbeiro no dia em que viriam os deputados. Vargas também recebeu recomendações expressas do delegado Pedro Seelig de só responder as perguntas das visitas com “sim” e “não”, e também ouviu lhe dizerem que “sobre o tratamento recebido aqui, tu deves saber o que responder” (1981, p.75), numa espécie de ameaça.

Os deputados Carlos Santos, do MDB, Alfredo Hoffmeister, da Arena, e o vereador Alceu Collares, líder da bancada do MDB na Câmara de Porto Alegre vieram ver como estava o vereador cassado. Narra o autor que ao vê-los, mesmo que de longe, no Auditório da Secretaria de Segurança, teria “perdido o controle das emoções”, pois “era a primeira vez, depois da prisão, que encontrava com pessoas conhecidas em liberdade” (1981, p.75). A conversa foi rápida, sem espaço para muitas perguntas, mas Vargas conseguiu enviar dois recados para sua mulher, um referente a dólares que ele tinha guardado em casa para ela suprir as despesas que tivesse, e outro referente a onde tinha ficado estacionado o carro do casal, e ainda foi colocada uma luz sobre ele e ordenado que tirasse a camisa para mostrar que não havia sinais de tortura, ao que o autor observa: “de tão longe a comissão não poderia ver nada. Além disso, choque elétrico não deixa sinal” (1981, p.76).

Os locais onde colocavam os presos também faz parte do martírio que os mesmos passaram. Índio Vargas, ao ser transferido para o Presídio Central, relembra que ele e outros presos políticos foram encerrados numa “galeria imunda, infestada de baratas e percevejos” (1981, p.78). Quando estava no Hospital Militar, recebendo visitas de sua mulher, Vargas pediu que ela lhe trouxesse um rádio de pilha, que ele mantinha escondido embaixo do travesseiro, colocando apenas um fone em seu ouvido, por meio do qual escutava as notícias sem que os guardas soubessem. Em junho de 1970, com o seqüestro do embaixador alemão, Vargas passou momentos de angústia, até ouvir a lista dos que seriam libertados, lista que não incluía seu nome. “Parecia que o mundo tinha desabado sobre mim” (1981, p.119). Em pleno ano de 1970, quando o país começava a entrar no “Milagre Econômico”, e a euforia e o ufanismo tomavam conta de uma parcela considerável da sociedade, Vargas registrou uma impressão bastante diferente, que retrata bem o espírito que pairava sobre esses militantes que haviam caído nas mãos dos órgãos repressivos:

Que bom deixar o Brasil, nem que seja para rolar pelo mundo. Aqui, agora, é impossível viver.

Ainda bem que a gente morre. Que martírio se a gente tivesse que viver eternamente num país como o Brasil de hoje. Que bom morrer! – pensava eu, desesperado (1981, p.120).

Jorge Fischer Nunes, ao ser preso pela primeira vez, em 1965, foi torturado, mas como era apenas o segundo ano da ditadura, segundo o autor, ele e seu companheiro Djalma teriam sido “os primeiros a experimentar, no Rio Grande do Sul, os novos métodos de ‘interrogatório científico’” (1982, p.29), servindo como cobaias. Sendo espancado e amarrado, foram colocados fios em suas orelhas, e ao levar o choque Nunes descreve a sensação da seguinte forma: “senti uma explosão na cabeça, como se milhões de formigas incandescentes roessem meus ossos por dentro do crânio” (1982, p.29). Sobre o choque elétrico, o autor observa que é um método “particularmente cruel, porque o indivíduo permanece consciente até o último instante. [...] Dificilmente alguém

desmaia na maricota.⁷⁸ Persiste sempre a dor, a sensação de que os ossos estão sendo roídos por um animal insidioso que crava seus dentes por dentro de nós” (1982, p.30) Ele teria sofrido sessões de choque *diariamente*, mas não diz por quantos dias. Condenado a seis meses de prisão, Nunes os cumpriu na Penitenciária Estadual, e quando recorda sua soltura observa que “seis meses passam depressa” (1982, p.36).

Quando de sua segunda prisão, em abril de 1970, o capítulo do livro que descreve esse momento inicial nas mãos da repressão intitula-se “O Inferno”. O DOPS havia se transformado, segundo Nunes, num “inferno povoado por semimortos, cheio de trismos, uivos, estertores, ruídos de punhos ensandecidos a bater, a martelar, a aluir a fragilidade de endógenas fronteiras, rostos ensangüentados, sangue no chão, sangue nas paredes” (1982, p.62). O autor descreve como funcionava o *inferno compartimentado*:

aquela sala era a ‘fossa’, onde os prisioneiros eram submetidos aos choques, ao pau-de-arara, ao espancamento. Ali, o saguão: os homens ficavam aguardando a sua vez de partir para a tortura, como bois no matadouro, ouvindo os gemidos dos companheiros que iam sendo massacrados. No salão mais em cima ficava a ‘coréia’. Para lá eram remetidos os que já haviam passado pelo pior. Dois brigadianos carregavam o molambo e jogavam-no na ‘coréia’ como estivadores que jogam um saco de batatas. E ali a gente ficava cozinhando a dor, ruminando o medo, aguardando a próxima vez de ser torturado (1982, p.62).

Um tema que aparece nesse momento tratado pelo autor, que é comum em outros livros de memória – como já mostrado nos de Vargas e Gutiérrez –, refere-se à ansiedade que antecede a tortura:

Não há nada pior do que a ruminação do medo. O homem pode agüentar a tortura, pode enfrentar a morte, olhá-la sem medo. Mas, jogado na multidão que, por sua vez, se fecha em si mesma, cada um a ruminar o seu medo, todo homem transforma-se numa ilha, todo o seu pensamento volta-se para o instante impreciso em que será reconduzido à tortura. O instante da ruminação é o intervalo entre duas torturas, e é esse o instante que decide tudo. Se ele rumina o medo e o medo o rumina, poderá deixar-se vencer pelo pavor (1982, p.62).

O autor foi submetido a sessões de tortura recebendo choques, e ao descrever o pau-de-arara escreve que quando se é colocado nele “perde-se a noção do tempo” (1982,

⁷⁸ “Maricota” é como ficou conhecido o instrumento utilizado no DOPS/RS para dar os choques nos presos, nas sessões de tortura; segundo Suzana Lisboa, o aparelho seria um magneto (2010, p.197), e

p.66), pois lá é “tão terrível que um minuto parece uma eternidade” (1982, p.66), e quem passou por isso “certamente poderá dizer: ‘Foi a hora mais longa de toda a minha vida’” (1982, p.66).

Uma questão importante apontada por Nunes, já com caráter de denúncia, refere-se às seqüelas geradas pelas torturas; segundo ele,

o pau-de-arara deixa marcas. Para toda a vida. O homem jamais recupera a consciência, em toda a integridade, depois de uma hora de tortura assim: pendurado, cabeça para baixo, o pau comendo, choques vindos sem que ele saiba de onde, a água tentando rebentar seus pulmões, o pau comendo, o choque queimando, a água afogando, alguém que de repente puxa-lhe os cabelos, grita, dá-lhe um pontapé (1982, p.66).

O autor comenta que ele próprio, ao escrever o livro, ainda guardava marcas da tortura: “uma perna deformada, toda circulação sanguínea comprometida, impossibilitado de correr, de trabalhar normalmente e, quando a crise agrava-se com complicações tromboflebíticas, impossibilitado até mesmo de usar sapatos” (1982, p.66). Não cita apenas suas seqüelas, mas as de companheiros: “Angeli tem até hoje a retina descolada, graças a uma paulada que um policial deu-lhe no olho; Borges tem a perna quebrada” (1982, p.67).

Nesse momento de suas memórias, o autor dá um salto temporal e questiona a Anistia – recente para ele, se considerarmos que o livro foi escrito em 1982, e ela foi aprovada em agosto de 1979 –, que teria perdoado pessoas que não haviam cometido outro crime a não ser “tentar defender um governo legitimamente eleito pelo voto popular, ou de, mais tarde, terem pego em armas para não se sujeitarem à tirania” (1982, p.67). Alguns inclusive, com a anistia, teriam voltado a ocupar seus postos anteriores ao golpe, mas Nunes questiona sobre a situação dos que carregaram marcas irrecuperáveis das sevícias a que foram submetidos:

e os que ficaram aleijados, incapazes para o trabalho? E os que perderam seus negócios, os que perderam o ganha-pão? Que tipo de anistia poderá alcançá-los? Que anistia me restituirá a saúde? Que anistia fará com que eu possa novamente enfrentar qualquer tipo de trabalho? Que anistia me restituirá minha mãe e minha mulher, que morreram cansadas, o coração estourando, exaustas de tanto andar de quartel em

segundo Caroline Bauer, o termo referia-se ao telefone de campanha (2006, p.126).

quartel, à minha procura, de cidade em cidade, enquanto os militares me ocultavam [...] obrigando-as a uma peregrinação sem fim pelos corredores da angústia? Quando saí do pau-de-arara, das mãos do torturador vesgo, dos majores Maleães e Cabral, estava condenado a arrastar, ao longo da existência, a doença irreversível. As veias da perna direita estavam comprometidas, comprometido todo o sistema de válvulas de retorno. Mais tarde veio a tromboflebite, as síndromes crônicas (1982, p.67).

Bona Garcia, assim como Nunes e Vargas, foi preso na onda de quedas de abril de 1970, e imediatamente levado ao prédio da Secretaria de Segurança para ser interrogado. Espancado, encapuzado e levado para o DOPS, a partir desse momento a narrativa de seu livro assume um caráter mais “pesado”, de denúncia das barbáries, desde a chegada ao órgão repressivo:

quando me tiraram o capuz vi sangue nas paredes, sangue no piso, pessoas ensanguentadas jogadas no chão e se arrastando, rostos inchados, corpos cheios de marcas e feridas, ensanguentados, olhos em fogo, bocas contraídas mostrando coágulos no lugar dos dentes, gemidos e soluços, uivos de dor. Lembrei imediatamente o matadouro. Tive a sensação de estar num matadouro de gente (1989, p.47/48).

O autor descreve como funcionava o DOPS naquele momento, os locais em que os presos ficavam, as sessões diárias de tortura a que eram submetidos, e como era o ambiente na sala pequena onde eles dormiam: “A fossa ficava ao lado. Eram gritos noite e dia. Abriam a porta, tiravam um, levavam para lá e davam pau, era aquela gritaria. Depois traziam de volta todo machucado, jogavam no chão, sem qualquer tratamento médico, perdendo sangue” (1989, p.49). O autor chegou a presenciar uma tentativa de suicídio de um companheiro chamado Irgeu – de quem mais adiante falaremos, pois foi um dos “arrepentidos” –, que ele encontrou “arrancando a artéria do braço com os dentes, dilacerando a carne” (1989, p.54).

Nesse momento do livro, Bona Garcia descreve com detalhes as piores formas de torturas a que os presos eram submetidos nesse local, incluindo as sessões de choque a que foi submetido: “Na primeira vez dá uma sensação terrível. Com o choque nas orelhas se perde a visão, na hora fica tudo escuro, parece que passam estrelas de um lado para o outro. Um abalo pavoroso. O pessoal da polícia ficava à volta, enlouquecido, gritando de prazer” (1989, p.48). Em outro momento, Bona Garcia teria tomado choques mais violentos ainda:

Aquela vez os choques não foram de maricota, mas diretamente de uma tomada. [...] O Átila deu choques de todos os jeitos, no pé direito e na mão esquerda, depois trocava, fazia o choque correr por todo o corpo, nas orelhas, nos testículos. O choque é terrível. Mesmo esperando, sentado num canto, ele te joga lá no outro. Você está esperando, te dá um pavor (1989, p.52).

Descreve também como funciona o pau-de-arara, que ele não sofreu, mas outros companheiros, e a situação desesperadora em que se encontravam essas pessoas, a mercê dos torturadores – *pessoas desequilibradas mentalmente* que chegavam a ter orgasmos nas sessões de tortura:

Levam o indivíduo nu, amarram as mãos com as pernas, levantam como um frango pendurado, aí começam a bater com um pedaço de pau. Enfiam uma mangueira no ânus ou na garganta, abrem a torneira para encher de água os intestinos ou os pulmões, depois dão choques elétricos. Essa tortura sempre deixa seqüelas físicas, que muitas vezes provocam a morte prematura (1989, p.50).

O autor faz questão de denunciar os torturadores dando os nomes: além de Malhães e Cabral – que aparecem em outros livros, e foram citados anteriormente –, destaca os que eram vinculados ao DOPS/RS mesmo, e como se relacionavam com as torturas: “Esse Átila era um doente, tinha problemas. Começou a falar da família, da mulher, dos filhos, e enquanto torturava ouvia Beethoven. O Átila era um dos que mostravam maior prazer em torturar. Junto com o Nilo Havelha e o Pedro Seelig, o mais sádico” (1989, p.51), e chama a atenção para o fato de que “essas pessoas estão até hoje em evidência, tem voz dentro da polícia, tem espaço no jornal [...] continuam em suas atividades, quando deveriam ir para um sanatório. São pessoas perigosas, como cães raivosos que um dia voltam a atacar. As feras são mais dignas do que gente assim” (1989, p.54). Outra denúncia que Bona Garcia faz refere-se a quando os oficiais da repressão iam ao apartamento de algum preso, ou estouravam algum aparelho, e aproveitavam para roubar tudo que encontravam:

Foram até o [meu] apartamento e quebraram muita coisa, mas roubaram a maior parte. Naquela semana meus móveis foram mobiliário do DOPS. Para eles roubaram minhas roupas, um relógio que ganhei de aniversário vi depois no pulso de um inspetor. [...] Saqueadores e ladrões. Quando invadiam um aparelho, iam para repartir o saque entre si (1989, p.52/53).

Além de denunciar os torturadores, o autor faz questão de falar dos médicos que acompanhavam todo o processo de tortura – avaliando se essa podia continuar ou deveria ser adiada para quando o preso se recuperasse –, e dos que “não torturavam diretamente, como o Firmino Perez Rodrigues, o coronel João Osvaldo Leivas Job, o coronel Ilha Moreira, mas sabiam que o DOPS torturava, fechavam os olhos, eram coniventes. Alguns dos tantos hipócritas e cínicos” (1989, p.54). Ao tratar da possibilidade de defesa nos processos, Bona Garcia constata o isolamento em que os presos se encontravam, pois mesmo os advogados não queriam defendê-los, por medo de se arrisquem: “Lei, judiciário, advogado, de nada valiam. Ninguém queria se meter, quanto menos defender. Todos tinham medo. E os advogados que ousavam defender, muitas vezes, arriscavam sua própria vida” (1989, p.53).

Nesse momento, Bona Garcia cita que, quando da prisão e torturas de Índio Vargas, este, ex-vereador de Porto Alegre, recebeu a visita de uma comissão de deputados para verificar suas condições. “Pressionado pelo Seelig e pelo Átila, o Índio deu a entender que era bem tratado. De medo. Os deputados, a dezenas de metros do Índio, nada mais perguntaram. Também de medo” (1989, p.53). O autor cita que os guardas usavam todos artifícios para desmoralizar Vargas, como quando sua mulher o visitava, e eles falavam “tu não é homem pra ela, olha que gostosa e tu não vai mais sair daqui, os outros é que vão aproveitar” (1989, p.53), buscando “quebrar” o seu estado psicológico. Índio Vargas, na visão de Bona Garcia, teria ficado bastante abalado na cadeia, chegando ao ponto de um dia perguntar ao autor se deveria ou não comer no almoço.

Lembrando o momento em que recebeu a notícia de suicídio de uma companheira, quando já estava na França atuando pelo Comitê da Anistia, Bona Garcia escreve um capítulo – intitulado “Suicídio da Dodora” – bastante contundente, onde volta ao tema das torturas e das seqüelas que elas deixavam. Maria Auxiliadora Lara Barcelos – ou Dodora –, que havia se suicidado, no período em que esteve presa no Brasil, teria visto seu marido ser morto sob bárbara tortura:

deitado de costas no chão, um sargento se atirou de cima de uma mesa com as botas na barriga do Chael, fazendo com que os órgãos saltassem pela boca. Nem ao menos

tiveram a misericórdia de matar o infeliz, que ficou agonizando em meio a dores indescritíveis, lançando gemidos que a Maria Auxiliadora ouviu até o fim (1989, p.229).

A própria *Dodora* teria também sido vítima de violentas agressões, tendo chegado ao ponto de colocarem “um rato vivo na vagina dela” (1989, p.229). Não conseguindo conviver com tudo que havia passado, jogou-se embaixo de um trem que passava pelos trilhos na Alemanha.

Essas histórias de horror permeiam esses relatos dos que pegaram em armas, mesmo que eles busquem na maior parte do tempo, em suas memórias, lembrar fatos pitorescos, anedóticos. Não é para menos, pois, observando-se o tamanho da reação da repressão às tentativas de luta contra o regime instaurado, percebe-se que não há como contar essa história apenas com risos. O pranto acaba surgindo, seja pelo que eles mesmos sofreram, seja pelo que viram companheiros, amigos, amores, sofrerem próximos deles. Essas memórias do horror, do pranto, muitos defensores do regime militar até hoje tentam negar, afirmando que a Ditadura Civil-Militar Brasileira não foi tão violenta assim, chegando ao ponto de utilizarem a denominação *ditabranda*.⁷⁹ Esse discurso, que ignora as vidas humanas que se encontram por detrás dos números talvez até convença pessoas que não vivenciaram o período e não têm um conhecimento muito aprofundado sobre ele, mas ao se aprofundar no tema, mesmo buscando vê-lo pelo viés mais leve, ou seja, analisando-o pela ótica dos que pegaram em armas e escreveram suas memórias seguindo uma linha autocrítica, cômica, ao narrar os eventos no qual participaram, o horror que se seguiu surge, inevitavelmente.

3.1.1 – Denúncia da barbárie

Ao descreverem os horrores que passaram nas mãos desses torturadores, os autores aproveitam o momento para acentuar o tom de denúncia em suas narrativas, como já pudemos perceber nos trechos destacados no item anterior, mas vale a pena observarmos mais alguns fragmentos nesse sentido. Nunes, no início de seu livro, já ressaltava a importância de se denunciar os torturadores, afirmando que personagens

desprezíveis como estes “devem ser arrancados do esgoto e trazidos ao sol, lançados à execução pública, para que todos vejam como um sistema repressor pode degenerar um homem a ponto de transformá-lo em monstro” (1982, p.9), mas refletia que não basta denunciá-los, pois em sua visão nunca se poderia esquecer que “o algoz de agora é um culpado menor, quase uma vítima do sistema que o desumaniza e fá-lo ganhar o pão com o suor e o sangue do rosto alheio. Atrás de todo monstro há sempre o sistema que o gerou” (1982, p.9). Nunes faz uma analogia entre um cavalo de tração, ensinado a puxar uma carroça para no final receber sua ração de alfafa e milho, com os torturadores, afirmando que eles “não são mais do que isso: cavalos de tração do sistema. Liquide-se a este, e aqueles, de um ou de outro modo, desaparecerão” (1982, p.9).

Deixando claro que sua crítica não era à instituição Exército Nacional, mas sim a alguns militares que envergonharam a farda que vestiam, Nunes narra um episódio, quando era transportado para uma audiência por dois membros do exército que ele classifica como “figuras tão grotescas e repulsivas” (1982, p.186), exemplos típicos de militares que desonraram o Exército, pois “não apenas enxovalhavam a farda que vestiam, mas a ridicularizavam publicamente” (1982, p.186). Aproveita para refletir sobre o papel do Exército na história, ressaltando não possuir uma visão simplista desta instituição:

Há, na história do Brasil, vultos de militares que a dignificaram: Rondon, Deodoro da Fonseca, Benjamin Constant, Bento Gonçalves, entre outros. A partir de 1964, um bom número de militares desonraram as tradições democráticas do Exército, rebaixaram-se ao nível de policiais e torturadores, voltaram à época dos ‘capitães-do-mato’, caçando, não mais escravos negros fugidos da senzala, mas dissidentes políticos, operários e estudantes. [...] Pergunto-me até hoje como os militares de vocação democrática conseguem conviver, na caserna, com semelhantes aleijões (1982, p.186).

Gutiérrez, ao analisar o final das ditaduras na América, escreveu que “todas as ditaduras do Cone Sul desapareceram em meio à incompetência e à corrupção. O enterro do autoritarismo foi precedido da repulsa popular e de grandes manifestações populares, como as ‘Diretas Já’ no Brasil” (1999, p.114/115) Com um forte tom de denúncia, foi além:

⁷⁹ Editorial da Folha de São Paulo de 17 de fevereiro de 2009, que gerou muita polêmica.

As ditaduras ceifaram na América Latina os melhores filhos de uma geração condenando-nos a décadas de atraso cultural e social. As torturas, os estupros, os assassinatos, a angústia e a loucura a que tantos sucumbiram é uma afronta a qualquer homem ou mulher com um mínimo de sensibilidade. Os números da barbárie são impressionantes e são especialmente dolorosos para quem, atrás das cifras, vê os rostos daqueles com quem conviveu (1999, p.115).

Já Bona Garcia, ao escrever sobre as torturas e nossos torturadores, observa que não deseja que se faça a eles o mesmo que fizeram aos presos políticos, mas não aceita que essas figuras hoje ainda queiram espaços de divulgação para se defenderem e tentarem posar como *heróis*, visto serem eles “não só bandidos, mas a ralé do banditismo. Eles e os que os elogiam se merecem” (1989, p.233) Aproveitando o gancho em relação aos que defendem o que fizeram durante a ditadura, Bona Garcia faz um contundente manifesto:

Espancar com barbárie; pingar éter no ânus; dar injeções de inseticidas; esmagar o crânio no torniquete; introduzir cassetetes no ânus e na vagina; queimar com velas e cigarros acesos; provocar abortos surrando mulheres grávidas; colocar rato vivo na vagina; estuprar esposas; engravidar freiras; urinar no rosto; esmagar testículos; quebrar dentes; fraturar ossos; arrancar unhas; romper órgãos internos; decepar orelhas; dar choques em criancinhas; esfolar vivo; enfiar um pedaço de pau no ânus; perfurar olhos; matar a pontapés; assassinar atroz e lentamente.

Esta a Bravura. Esta a Nobreza. Este o Heroísmo.

Então que ensinem a seus filhos e seus netos: sempre que forem lembrados por estas proezas, que os filhos e os netos respondam com orgulho: foi meu pai! Foi meu avô! (1989, p.235).

Outro aspecto interessante de se perceber é que as denúncias sobre as torturas vão além do período ditatorial. Os que passaram por esses suplícios na ditadura fazem questão de denunciar que essa prática sempre foi – e ainda é – comum em todo o Brasil, contra os presos comuns. Fischer Nunes, ao tecer considerações sobre o Golpe de 1964 no Rio Grande do Sul, aproveita para denunciar a questão das torturas no período imediato pós-golpe, afirmando que “o golpe militar consolidou-se sobre um rio de sangue” (1982, p.20). O autor então reflete sobre a continuidade dessa prática no Brasil sobre os delinquentes comuns, que lhe provocaria mais terror do que a situação dos presos políticos, que seriam torturados apenas em ocasiões específicas:

quer num regime ditatorial, quer num regime liberal – ambos essencialmente burgueses – os delinqüentes estão sempre sendo torturados. É aterrador pensar que, ao longo de toda história da dominância de classe, nas enxovias, nas prisões, nas delegacias, nas penitenciárias, há homens sangrando, há homens morrendo, há homens chorando – ruídos de fraturas expostas, tíbias e rótulas a se arrastarem no corredor da tortura. Ladrões ou homicidas: foram criaturas humanas que o sistema transformou em monstros e os tortura, num círculo vicioso capaz de ensandecer a qualquer um (1982, p.20).

Em recente artigo, Carlos Alberto Tejera De Ré, outro ex-guerrilheiro, membro dos *Brancaleones* e mais tarde da VPR, também toca na mesma questão:

Há um fato que precisa ser dito: a denúncia sobre a tortura, essa ojeriza toda que se criou sobre ela, essa consciência de que é um crime de lesa-humanidade, só se dá no Brasil quando nós, presos políticos, grande parte filhos da classe média, fomos torturados. Mas também é verdade que a tortura existe no Brasil desde que o primeiro navio de escravos aqui chegou. Muitas das torturas que aplicaram em nós são muito similares às praticadas nos escravos, como o pau-de-arara, e que eram sistematicamente aplicadas nos ‘corpos’ dos que cometiam os chamados delitos comuns (2010, p.171).

Na entrevista, Gutiérrez também chamou a atenção para essa questão:

dizem assim “os americanos ensinaram a tortura aos brasileiros”, tortura em si ninguém precisa ensinar ao brasileiro, somos um país violentíssimo, toda uma tradição escravocrata, todo esse horror, então assim os americanos não ensinaram... O pau de arara, era usado em marginal comum né, o que eles ensinaram foi toda uma questão de como ter estrutura, um serviço de inteligência e análise, utilizando a tortura num interrogatório, essa questão né... (p.8/9)

Retomando os conceitos de Michael Pollak, consideremos, portanto, essas memórias como *subterrâneas*, que aguardaram a ocasião propícia “para invadir o espaço público e passar do ‘não-dito’ à contestação e à reivindicação” (1989, p.9). Percebendo a importância do contexto para que ressurgam essas memórias, devemos mais uma vez ressaltar aqui a influência do presente sobre a reconstrução do passado, mas mais importante ainda, nesse momento, é observarmos como “uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória” (1989, p.5), e passam a disputar espaço no cenário nacional, disputa essa que vem sendo travada desde o início do processo de abertura, e do *boom* de memórias, até os dias de hoje.

Mesmo que de forma parcial e incompleta, isto é, ainda existindo muito a se conquistar, podemos afirmar que os grupos e movimentos sociais que lutam pelo reconhecimento de suas reivindicações desde o final da ditadura já obtiveram algumas vitórias. No campo das disputas pelas memórias, onde “nenhum grupo social, nenhuma instituição, por mais estáveis e sólidos que possam parecer, têm sua perenidade assegurada” (POLLAK, 1989, p.11), parece ter ocorrido a maior dessas conquistas. As memórias dos militantes que lutaram contra a ditadura, especialmente as que aceitaram *enquadrar-se* no processo, parecem ter vencido esse conflito, travado contra os defensores do regime militar, e contra os próprios militares: “as *versões conciliadoras* acabaram prevalecendo não somente em relação às outras versões das esquerdas, mas também em relação às versões dos militares sobre o combate à guerrilha” (ROLLEMBERG, 2003, p. 77).

Ao emergirem no cenário político nacional, essas memórias das torturas e do pranto, assim, mesmo não tendo definido o tom dos livros, pois não se *enquadravam* dentro do processo conciliador de abertura que ocorreu no Brasil, também participaram desse momento de disputas, que teria sido vencido pelas memórias – *enquadradas* – dos militantes que haviam lutado contra a ditadura. Nesse sentido, vale a pena observarmos as palavras de Alfredo Sirkis, em entrevista de 2005, quando o autor de *Os Carbonários* afirmou acreditar que na disputa de memórias que se seguiu no Brasil a iniciativa dos que, assim como ele, produziram um memorial autocrítico

foi muito mais bem sucedida do que a tentativa anterior [de luta armada], porque é o que eu digo, [...] a História acontece duas vezes; uma vez quando acontece mesmo [...] o segundo momento da História é quando ela é escrita. Então... na primeira, que foi fragorosamente derrotada... na segunda, a gente ganhou! (*apud* SILVA, 2008, p.129).

Na visão de Sirkys, essa vitória no campo das disputas pela memória nacional se deve: “modéstia a parte, novamente, ao tom e à abordagem, ao foco, que o Gabeira e, depois eu, adotamos nos nossos livros. Porque se o primeiro livro que tivesse saído, tivesse sido um livro absolutamente de guerrilheiro heróico [...] eu acho que não seria um... sucesso” (*apud* SILVA, 2008, p.130). Um setor que sempre defendeu essa visão, de que as memórias dos grupos de esquerda teriam prevalecido ao final da ditadura,

foram os militares. Em importante livro organizado em 1994, por historiadores que se debruçaram sobre a visão dos militares sobre o período da ditadura, já na introdução, os autores deixam claro que na visão dos militares que participaram dos órgãos de repressão, estes,

se venceram a guerra contra as organizações da esquerda revolucionária, foram derrotados na luta pela memória histórica do período. [...] Se normalmente a história esquecida é a dos vencidos, na questão do combate à guerrilha haveria como que um movimento perceptivo inverso – a história ignorada seria a dos vencedores. Dessa forma, para alguns militares, teria predominado uma situação peculiar em que o vencido tornou-se o ‘dono’ da história (D’ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 1994, p.13).

Isso tudo mostra a complexidade do processo, pois, se essas memórias tiveram que se enquadrar e adotar determinado estilo, como o de Gabeira e Sirkys, para poderem ser aceitas pela sociedade, e nesse processo relegaram a um plano secundário determinados vieses e determinadas reivindicações, com isso conseguiram ao menos uma certa vitória sobre o campo oposto, qual seja, as memórias dos que estavam no poder, ou dos que apoiavam a ditadura. E mesmo nos livros que ressaltam o tom cômico / anedótico da experiência de luta armada contra a ditadura, aparecem as memórias subterrâneas, das violências. Essas memórias deixaram assim de ser subterrâneas, tornando-se apenas aspectos postos em segundo plano, visto terem sido privilegiadas as visões conciliadoras, melhor aceitas pela sociedade, o que em certa medida permitiu essa vitória das esquerdas na luta pela memória.

3.2 → Outros temas relevantes levantados nas memórias

Visando cumprir da melhor forma possível a tarefa a que me propus nessa dissertação, analisar os quatro livros de memórias de militantes que pegaram em armas no Rio Grande do Sul, não poderia deixar de tratar outros temas recorrentes que aparecem em suas memórias. Esses temas, em sua maioria, possuem relação com a questão da construção de uma identidade do grupo. Como observa Pollak, “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva,

na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (1992, p.204). Ao analisar os livros de memórias, não poderíamos deixar de abordar esse tema, visto que “através desse trabalho de reconstrução de si mesmo o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros” (1989, p.13).

Consideremos a identidade como a

imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros (POLLAK, 1992, p.204).

Essa identidade, portanto, se constrói em função dos outros, e assim como a memória, é importante ressaltarmos, “são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos” (1992, p.205). Os grupos sociais sempre buscam construir a sua identidade em oposição aos outros, e procuram formar uma espécie de coerência interna, como grupo, por meio da memória. Josefina Cuesta já assinalou que “la memoria colectiva realiza, en cuanto a los grupos, una función de legitimación, de puesta en valor, y continuadora, en este caso, de una identidad y de una coherencia del propio grupo” (1993, p.55).

Assim, essa noção de identidade constitui-se de alguns elementos essenciais, como por exemplo as “fronteiras de pertencimento ao grupo, no caso de um coletivo” (POLLAK, 1992, p.204), componente essencial para observarmos nessa análise. A relação intrínseca entre memória e identidade se evidencia a todo instante, visto que a memória se integra

em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes [...] A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis (POLLAK, 1989, p.9).

Assim, além do que já estamos analisando e continuaremos vendo, as similaridades entre as memórias, veremos também que nelas surgem determinados conflitos entre indivíduos pertencentes ao mesmo grupo, no caso os militantes da luta

armada contra a ditadura. Existindo uma infinidade de motivos, uma infinidade de memórias e lembranças, dentro do mesmo grupo de pessoas que possuem elementos constitutivos comuns em suas trajetórias, teoricamente elas deveriam sentir-se pertencentes à mesma memória, mas muitas vezes irrompem divergências – aparentemente – inconciliáveis. Considerando que essas memórias abrangem uma grande diversidade de pontos de vista, muitas vezes sobre o mesmo acontecimento vivenciado, podemos localizar aí a origem de disputas e litígios entre os próprios subgrupos, portadores da memória que identifica um coletivo.

Portanto, com base nessas reflexões teóricas, nesse momento levantarei temas que se destacam nas memórias, a maioria deles relacionados à questão identitária desses militantes que pegaram em armas contra a ditadura, e trabalharei cada um deles, promovendo um diálogo entre os autores, utilizando também as entrevistas, e apontando de que forma cada um se posiciona frente aos aspectos selecionados. Comparando a visão de cada autor sobre os assuntos em pauta, buscarei uma melhor compreensão de como foram encarados temas cruciais do período, que faziam parte da construção de uma determinada identidade desses ex-militantes que pegaram em armas contra a ditadura.

3.2.1 – A Identidade

Inicialmente, podemos destacar momentos em que aparecem claramente nos livros itens de identificação dos autores com um determinado grupo. Um exemplo marcante de como essa identidade se forma e se consolida entre os grupos aparece no livro de Índio Vargas. Ao refletir sobre os presos que estavam “há mais de dois anos em abstinência de sexo” (1981, p.163), o autor comenta que antes da chegada de uma televisão ao Presídio, existia apenas um pôster da atriz Jane Fonda. Observa que o pôster só estava lá, pois a *companheira Jane Fonda* participava das campanhas contra a Guerra do Vietnã, pois se “fosse qualquer mulher bonita, que não fosse companheira, não entrava no presídio da ilha” (1981, p.163). Vargas cita que havia também um recorte de jornal pendurado numa cela com uma foto de *Martinha*, Ignez Maria Serpa de Oliveira, companheira de lutas e espécie de musa dos revolucionários, mas o recorte de jornal “não expressava o que Martinha realmente era. Ela era muito mais bonita. Bonita

e corajosa” (1981, p.163/164) Isto é, ser bonita apenas não bastava, para os militantes da esquerda armada, ela tinha que pertencer ao seu grupo político-ideológico, ou no mínimo possuir características por esse grupo valorizadas, como a coragem de enfrentar o regime autoritário.

Outro aspecto que aparece nos livros de memórias é uma espécie de “fetiche” que os guerrilheiros tinham em relação à classe operária. Não pertencendo, em sua maioria, a esse setor social o qual eles diziam representar, existia toda uma fetichização em relação aos que eram oriundos dessa camada social. Vargas, ao narrar momentos vivenciados quando da ocupação da Faculdade de Filosofia da UFRGS, em junho de 1968, relembra um episódio emblemático desse sentimento:

Houve um momento que alguém gritou:

- Vem chegando um operário.

Todos olharam estupefatos como se estivessem vendo um marciano. Era uma moça do Sindicato do Vestuário que foi levada quase nos braços para dentro da Faculdade. A recepção foi tão calorosa, houve tantos exageros, que a moça ficou embaraçada, mas deu seu recado em nome da classe operária, palavras que no meio estudantil tinham uma carga fetichista muito grande (1981, p.38).⁸⁰

A questão da identidade dos guerrilheiros, portanto, parece sempre vincular-se às origens sociais dos que ingressavam nesses grupos, assunto que buscarei aprofundar mais a análise.

3.2.2 – A Origem Social

Os historiadores que se debruçaram sobre os grupos que praticaram a luta armada contra a ditadura, visando estudar a origem social dos guerrilheiros do Brasil nos anos 1960 e 1970, são unânimes em afirmar que a maioria desses militantes provinha de setores das classes médias: estudantes, filhos da pequena burguesia, que

⁸⁰ Fernando Gabeira, em seu livro “O que é isso, companheiro?”, também trata desse assunto, falando em *mitificação operária*, e narra que determinadas organizações “conquistavam um operário para suas fileiras e ficavam impossíveis. Às vezes, ia toda a direção da organização visitar o ‘seu operário’. Em muitos casos, divergências políticas terminavam com esta frase: vamos consultar nossas bases operárias. Nem sempre as bases operárias podiam somar mais do que cinco pessoas. [...] surgiam pessoas que queriam transar com um operário ou uma operária, porque afinal queriam ligar suas convicções à sua prática amorosa” (1979, p.155/156).

após protestarem contra o regime por meio das passeatas e constatarem a falta de resultados gerados por estas, influenciados principalmente pelo exemplo cubano, teriam partido para a luta armada.

Marcelo Ridenti, em seu livro *O Fantasma da Revolução Brasileira*, monta uma tabela classificando por camada social as 1.897 pessoas processadas da esquerda em armas com ocupação conhecida, que teriam lutado entre 1964-74. Nessa classificação, o autor aponta que 57,78% dos processados pertenciam às camadas médias e altas intelectualizadas⁸¹, enquanto apenas 16,39% dos processados provinham das camadas de base da sociedade⁸², classificando os 25,83% restantes como camadas de transição.⁸³ Sendo os ex-guerrilheiros, em sua maioria estudantes⁸⁴, filhos das classes médias e altas, é interessante perceber que existe entre esses militantes da esquerda no Brasil uma espécie de vergonha de assumir sua origem social, buscando sempre colocar-se como o mais humilde possível, e os que eram de origem realmente humilde, orgulhando-se disso, chegam a criticar os outros pela sua “origem pequeno-burguesa” da qual nunca teriam conseguido se desvincular – esse debate ocorre, inclusive, entre os autores aqui trabalhados, mais adiante vou expor essa questão com mais detalhes.

Os quatro livros de memórias aqui analisados ratificam essas conclusões do livro de Ridenti, apesar de todos autores defenderem que são de origem humilde. Num levantamento que Índio Vargas fez quando estava preso no Presídio da Ilha, constatou que lá havia, num total de quarenta e seis presos políticos, vinte e um estudantes – entre eles 8 de filosofia –, sendo que vários trabalhavam também, e dez operários, não citando a ocupação dos outros quinze, mas ressaltando o maior número de estudantes entre o grupo.

Outro dado interessante que Vargas registra é que havia entre eles um negro, um mulato, um cafuso e um índio, dando a entender que os outros quarenta e dois presos seriam caucasianos (brancos) – mas não há essa afirmação no livro. Analisando pela

⁸¹ Aqui o autor engloba artistas, empresários, estudantes, oficiais militares, professores, profissionais liberais ou com formação superior e religiosos.

⁸² Englobando essa categoria os lavradores, militares de baixa patente e trabalhadores manuais urbanos.

⁸³ Essa classificação abrange autônomos, empregados, funcionários públicos, militantes, técnicos médios e outros.

⁸⁴ Esse dado também destaca-se na pesquisa de Ridenti, pois na tabela montada pelo autor 30,7% dos processados era desse grupo, o com maior representatividade em toda a tabela.

ocupação os quatro ex-guerrilheiros que estudo, Bona Garcia estava fazendo a faculdade na época em que se envolveu com a luta armada, e Gutiérrez era secundarista; Índio Vargas, já com ensino superior e envolvido com política, havia sido vereador e era dono de um curso pré-vestibular, enquanto apenas Jorge Fischer Nunes, ao que tudo indica, tinha uma origem mais humilde e mantinha-se com mais dificuldades econômicas, tendo trabalhado inclusive como policial, pertencendo à Polícia de Choque. Gutiérrez, na entrevista, afirmou: “O grosso da composição dos setores de luta armada, principalmente da juventude, tem essa fração pequeno-burguesa, classe média fudida a maioria...” (p.18).

Nos livros de memórias aparecem evidências marcantes da origem social de cada um dos ex-militantes. Índio Vargas, na entrevista, afirmou: “a minha família era do interior do município de São Sepé, era uma família que era proprietária de terras fora, mas tudo decadente. [...] Eu vim pra Porto Alegre pra trabalhar e estudar aqui, e trabalhei, estudei, e me formei em três cursos superiores” (p.3) – jornalismo, filosofia e direito. Mas em seu livro, fica claro o distanciamento que ele tinha da “classe operária”, tão mistificada pela esquerda da época, e que eles diziam representar. No início do livro, quando narra as idas ao Uruguai para fazer contatos com Brizola, para cruzar a fronteira sem serem percebidos, Vargas narra os diversos artifícios de que se utilizavam:

Vestimos roupas de trabalhadores, mais algum disfarce e nos metemos no trem de segunda classe. Tudo perfeito. Éramos viajantes de segunda num trem no interior do Rio Grande do Sul. Portanto, estávamos integrando aquela faixa opaca da nossa gente, onde quase ninguém conhece ninguém (1981, p.11).

É no mínimo curiosa a forma como o autor se refere às roupas que utilizava, como *roupas de trabalhadores*, e mais tarde ele vai citar que novamente vestiu “roupas normais” (1981, p.14), já dando boas pistas desde o início do livro de qual setor social ele fazia parte. Na cadeia, Vargas tece reflexões sobre sua busca por um maior contato com *o povo*, outro momento interessante para observarmos sob esse viés. Um dia, após cantarem a *Internacional*, um camponês preso junto com eles, Noé Campos de Carvalho, homem simples da cidade de Tapes, interior do RS, pediu que a música fosse cantada novamente em homenagem à sua “companheira” que estava de aniversário naquele dia, sobre o que o autor refletiu:

Quem diria – pensei – um camponês que vivia na sua pequena chácara, em Tapes, cuidando de meia dúzia de vacas e alguns pés de mandioca, estaria de uma hora para outra falando na exploração do homem pelo homem, na *mais-valia* que ficara com o intermediador que vendia sua produção agrícola na cidade. Agora, além de falar em tudo isso, pedia para cantarmos a Internacional em homenagem à sua companheira. A cadeia opera essas transformações de qualidade, e de repente o camponês bronco ou o operário alienado dá o salto dialético. [...]
Saio da reunião do Coletivo gratificado: os ‘terroristas’ prestaram uma homenagem à mulher de Noé cantando a Internacional. Muito bom. Isso é fazer política cabocla revolucionária, sair do elitismo de meia dúzia de intelectuais que sabem latim e até grego (1981, p.158).

Bona Garcia, na entrevista, perguntado sobre sua origem social, respondeu: “eu era de uma família humilde, entendeu? Nós não tinha nada. [...] [vim pra] Porto Alegre pra fazer engenharia e eu trabalhava assim, eu trabalhei a minha vida inteira. [...] Mas eu não era classe média, eu era bem menos, menos de classe média” (p.21). Em seu livro, fica bem marcada também essa questão, da origem extremamente humilde. Já no começo do livro, o autor relembra que nasceu “numa casinha de tábuas rachadas na área rural do interior do Rio Grande do Sul” (1989, p.5), colocando inclusive uma foto dessa casa, como uma espécie de prova. Bona Garcia inicia o livro contando a história de seus pais, falando das condições de vida bastante modestas de sua infância no interior de Passo Fundo – “nunca fomos pobres, mas sempre de nível modesto” (1989, p.9) –, descrevendo as condições em que cresceu, “igual a qualquer menino do interior” (1989, p.9), citando, por exemplo, que bananas e refrigerantes eram motivo de festa em sua casa. Bona Garcia teria estudado basicamente em escolas públicas, tirando um curto período que seu pai o colocou num colégio Marista.

O fato de vir de família humilde e trabalhar desde pequeno ajudando o pai nos negócios – aos 12 anos começou a trabalhar junto com o pai num açougue que este havia comprado – fazia com que Bona Garcia se sentisse diferente de seus colegas e da maioria dos jovens de sua idade, que vinham de famílias mais cultas e com melhores condições econômicas, sentindo-se assim um tanto discriminado no seu meio social. O fato de ter que trabalhar desde pequeno teria despertado cedo nele um senso de indignação frente às contradições da sociedade:

O que me marcou profundamente desde a infância foi o trabalho, a necessidade de trabalhar, ter que enfrentar a vida como realmente é. E num trabalho pesado, difícil, duro, que me jogava na cara a contradição com a juventude daquela época, que podia levar uma vida normal de estudante, praticar esportes, ter vida social. Vida vetada para mim, que trabalhava no açougue e no matadouro. No açougue eu via as contradições da sociedade. Os pobres [...] comiam lá mesmo no balcão, crus, restos de carne, nervos, pulmões. Aí chegava a esposa de um médico, o Dr. Salgado, pedia carne de primeira e mandava moer, dizendo que era para o cachorro (1989, p.13).

Tendo que trabalhar, e sendo de origem mais pobre que a maioria dos colegas, o autor assinala que aos 15 anos “era um deslocado no ambiente do colégio” (1989, p.13), e que aos poucos começou a despertar nele a questão política: “fui em direção ao marxismo. [...] Não aceitava a sociedade como era. Me atraía o socialismo, modelo de sociedade contra a exploração do trabalho” (1989, p.14). Bona Garcia chega a ensaiar uma análise da experiência da luta armada, concordando de certa forma com a visão de que esse teria sido um *movimento pequeno-burguês*, mas ressaltando que ele não teria entrado nesse movimento por isso, visto que nem da burguesia fazia parte:

Muitos analisam este movimento como coisa da pequena burguesia, a pressa em fazer a revolução, mas eu não vim da pequena burguesia. [...] A direção em Porto Alegre, embora também tivesse algum operário, era formada basicamente por intelectuais e pequenos burgueses. [...] A pequena burguesia não tem paciência, não sabe esperar, quer atropelar o processo e, na medida em que se acha capaz, vai querer fazer a revolução pelas massas. É uma grande bobagem (1989, p.16).

Gutiérrez, o único que não chega a trabalhar essa questão em seu livro, na entrevista “assumiu” sua condição de filho de pequenos burgueses:

meu pai era comerciante e teve uma situação econômica folgada num período, depois perde dinheiro e se estabelece com um comércio, um armazém na rua Santo Antônio, então digamos que, na mesma casa – é um casarão – morava meu avô, meu avô era funcionário público, então sei lá, era pequena burguesia, por parte do meu pai eu sinto uma pequena burguesia tradicional e histórica, pequenos comerciantes. Por parte do meu avô, eram funcionários públicos, tios, parentes, etc (p.18).

Já Jorge Fischer Nunes, que se considera um dos poucos de origem realmente humilde entre os militantes de esquerda do período – isso aparece muito em seu livro, como veremos mais adiante –, em um trecho exemplar de seu livro, narra que em determinado período de sua vida, antes de partir para a luta armada, possuía um armazém de beira de estrada na Vila Isabel, em Viamão, mas para que o leitor não

pensasse que ele havia se “transformado em um próspero pequeno burguês” (1982, p.40), esclarece logo que “tudo funcionava em um prédio exíguo e caindo aos pedaços” (1982, p.40). Esse autor se diferencia dos demais, o que ficou muito claro na leitura dos livros, e também nas entrevistas, inclusive teve uma espécie de rixa com Índio Vargas, devido a essas questões; para compreendermos melhor esse conflito entre os autores aqui pesquisados, vale a pena fazer um tópico a parte...

3.2.3 – Jorge Fischer Nunes

No livro de Índio Vargas, o primeiro que foi escrito dos quatro que estamos analisando, Fischer Nunes já aparecia em destaque, não apenas como o “livreiro” do Presídio da Ilha, mas também por críticas que Vargas faz a determinadas posturas do mesmo. Dentro do presídio formou-se um Coletivo, que, como tudo formado pelo pessoal da esquerda, vivia em acalorados debates. Em uma dessas discussões, sobre coletivizar ou não o que os familiares traziam nas visitas aos presos, Fischer Nunes teria se destacado no debate, por sua posição radical. Vargas, ao relembrar desse momento, tece algumas reflexões sobre o “Fichão”, descrevendo-o como “homem profundamente generoso, mas de maus bofes devido ao ódio que tinha da sociedade que lhe mandou para a cadeia” (1981, p.135). Vargas cita que ele era a favor da coletivização total, e criticava duramente os que resistiam a isso, falando que “os pequenos-burgueses do Coletivo ainda não tomaram consciência do papel que estão jogando” (1981, p.135), mas ironicamente o autor termina o comentário assinalando que “Fischer era fumante e sempre tinha cigarros” (1981, p.135).

Em seu livro, Nunes respondeu diretamente a Vargas, em um capítulo intitulado *O bom coração e os maus bofes*: “Certa vez um companheiro disse, ao tentar descrever-me, que eu era um indivíduo de bom coração e maus bofes, profundamente revoltado com a situação que me havia jogado à cadeia. Creio que a definição é simplória” (1982, p.136). Afirmando que o ódio está sempre presente na luta de classes, mas que há um discernimento maior sobre a situação e o sistema injusto que geraram toda a sociedade em questão, Nunes afirmou não ser apenas um revoltado, mas sim um revolucionário, talvez movido por algo semelhante ao ódio, que Vargas poderia ter chamado de “maus

bofes”. E sobre o *bom coração*, Nunes responde que não o tem, pois possuía taquicardia, e aproveita para “alfinetar” Vargas, oriundo de família mais abastada que a do autor, e que ao ser preso possuía uma boa situação econômica: “Creio que o meu amigo confundiu alguma coisa muito simples, e que se chama solidariedade de classe. Talvez por não ter rompido, em definitivo, os laços ideológicos que *ainda* o prendem à sua” (1982, p.138).

Encerra essa série de petardos com uma interessante reflexão sobre a teoria e a prática, uma crítica obviamente a Vargas também:

É bem possível que o meu amigo sinta arranhões na sua consciência de pensador democrata altamente civilizado, ante palavras tão contundentes quanto violência e ódio. Afinal de contas, a burguesia, que sempre odiou o proletariado e exerce contra ele as mais inomináveis violências [...] criou, através dos séculos, um longo processo educacional feito de filigranas e máscaras e, por meio dele, ensinou aos liberais bem-pensantes que ódio e violência são coisas repulsivas.

Mas a um revolucionário não basta o conhecimento teórico. Há muitos teóricos que sabem que é preciso mudar, mas não mexem um dedo para isto. Presenciam diuturnamente a violência do sistema e cruzam os braços sobre as suas escrivaninhas, em seus apartamentos em cujos subterrâneos corre o mar de sangue de toda uma classe sacrificada (1982, p.138).

Ao final do livro de Nunes, é interessante observar que ele faz uma “Homenagem Final” a diversos companheiros, vivos e mortos, e que entre eles não se encontra nenhum dos outros três ex-guerrilheiros estudados aqui – Vargas, Bona Garcia ou Gutiérrez –, o que pode ser atribuído ao fato de nenhum deles ter participado diretamente do grupo do qual Nunes fez parte, mas que também deve ser relacionado a essa questão do pertencimento e da forte identificação com determinado grupo social, que para Nunes era muito marcante, e que pode ter inviabilizado que ocorresse uma maior aproximação com os outros.

Na entrevista, Vargas reafirmou, acrescentando outras informações, o que já havia escrito no livro sobre Fischer Nunes:

foi o homem que eu conheci com um ódio de classe mais acentuado, mais violento e mais implacável que eu conheci. Ele tinha um ódio de classe, ele era inteligente, o texto dele não é ruim, é bom, e ele era do GOE, ele se formou e tudo, se fez profissional da polícia num grupo especial de ação que exigia um porte físico grande, ele tinha, mas ele tinha umas ligações muito boas no meio da esquerda e eles não

admitiam que ele fosse policial e ao mesmo tempo um homem que defendia os valores, os interesses das classes menos favorecidas, e ele se ressentia daquilo, foi que rompeu e foi pra luta armada. Coragem pessoal dele, não brincava, não podia brincar com o Fischer hein. [...] Eu me dei sempre muito bem com ele, sempre soube como me comportar né. Ele não gostava de quem não era da classe dele (p.32).

Aqui podemos ver até que ponto chegava essa espécie de debate sobre quem era mais ou menos representante dos mais humildes, pois os dois divergem e discutem, mas sem esquecer em nenhum momento que estão do mesmo lado, pois mesmo em seu capítulo do livro dedicado a criticar Vargas, Nunes o chama de *amigo*, e Vargas também, ao criticá-lo, não esquece de afirmar que ele era *generoso, inteligente, corajoso*, e elogia inclusive o livro de Nunes – onde ele é criticado.

Portanto, demonstra-se nesse momento a utilidade do conceito empregado por Silva, quando o autor explicita que o máximo que podemos fazer é “analisar o itinerário de um *fragmento de uma geração*” (2008, p.21), explicando que se deve utilizar esse termo para não uniformizar – de forma ilusória – uma geração inteira, como as vezes se cai no erro ao falar da *geração dos ano 60*, ou *Geração de 1968*, pois “isso não faria sentido mesmo dentro dos grupos de esquerda armada, por conta das singularidades dos itinerários pessoais e/ou dos grupos específicos” (2008, p.21). As diferenças entre Jorge Fischer Nunes e os outros autores demonstram bem a necessidade de se fazer uma análise mais complexa dos sujeitos, nunca encaixando-os dentro de uma categoria apenas. Mas não foram apenas entre os autores aqui trabalhados que surgiram divergências; no Presídio da Ilha, o Coletivo e seus debates foi terreno fértil para o surgimento de outras disputas e conflitos entre os presos políticos.

3.2.4 – Conflitos entre os companheiros

Na Ilha do Presídio, formou-se um Coletivo, bem organizado, e que discutia e decidia todos os assuntos que envolviam os interesses dos presos como um conjunto. Índio Vargas, em seu livro, num capítulo interessante intitulado “No coletivo a ideologia tira a roupa”, comenta que encontrou um debate importante ocorrendo, que segundo ele demonstrou várias coisas. O debate referia-se à “coletivização do que existia na cadeia e

de tudo que as famílias traziam nos dias de visita, principalmente de gêneros alimentícios” (1981, p.133), debate chave, pois “punha à prova os princípios ali defendidos” (1981, p.133).

As manifestações oriundas desse debate, como já comentado acima, geraram uma espécie de conflito entre Vargas e Nunes. O primeiro descreve em seu livro que este problema quase gerou um conflito entre os que recebiam mais coisas de fora, da família, e os de origem mais humilde, que não recebiam nada, e eram a favor da coletivização de tudo. Segundo Vargas, os que recebiam produtos de melhor qualidade foram resistentes à idéia de coletivização, mas foram voto vencido, enquanto os mais pobres – como Miguel Marques, o KGB – “defendiam a coletivização de tudo, inclusive do cigarro. Não era para menos, Miguel, durante todo o tempo que esteve preso, quase quatro anos, nunca recebeu visita, coisa alguma que pudesse ser coletivizada” (1981, p.133). A discussão sobre a “coletivização do vício” custou várias reuniões do Coletivo, e acabou vencendo o ponto de vista de que os cigarros deviam ser coletivizados sim, sendo colocada uma cota máxima de 10 cigarros por dia por pessoa.

Jorge Fischer Nunes também narra em seu livro conflitos ocorridos na cadeia, pois o autor teria conquistado inimizades bem mais fortes do que o embate já exposto com Vargas. Outro personagem que parece ter um conflito sério com Nunes, e aparece em seu livro sendo bastante criticado, é Carlos Araújo,⁸⁵ que ao chegar ao Presídio da Ilha teria provocado diversas mudanças. De início fez com que militantes de alguns grupos como o POC se desligassem para alinharem-se a Araújo. Segundo o autor, João Batista Rita teria lhe contado que isso estaria ocorrendo, pois Araújo havia feito um racha na VPR, organizando a VAR-Palmares, e nessa cisão teria levado com ele metade do dinheiro expropriado do cofre de Ademar de Barros.

Quando preso, Nunes ainda afirma que Araújo teria delatado todos seus companheiros, e mais, entregado “coisas que nem a polícia esperava” (1982, p.149). Chegado ao presídio, Araújo teria se oposto a diversas decisões do Coletivo, principalmente quanto à questão da coletivização de tudo, e sendo seguido por alguns

⁸⁵ O advogado Carlos Franklin Paixão de Araújo, que vive até hoje em Porto Alegre, era líder da Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares, racha da VPR que não durou muito tempo, e ficou preso de 1970 a 1974.

presos, conseguiu, nas palavras de Nunes, “em poucos dias e com poucas palavras, aquilo que a repressão tentara sem resultados satisfatórios: dividir os presos políticos” (1982, p.150).

No capítulo que trata desse ponto, intitulado “A socialização dos repolhos”, Nunes relata um debate que teria se realizado no Coletivo quando Araújo se opôs à socialização total, propondo que se socializassem apenas coisas básicas, como o repolho, gerando um forte racha no Coletivo e um discurso inflamado de Rita onde, referindo-se à Araújo e sua proposta de “socialização dos repolhos”, teria disparado: “Espero que o companheiro não ofereça também a sua calhordice para socializar” (1982, p.150).

Tendo se oposto a Araújo e seu grupo, Nunes ainda o encontraria novamente ao retornar ao Presídio da Ilha depois de passar um tempo em outras prisões. Em sua volta, Nunes foi friamente recebido pelo grupo de prisioneiros que, influenciados por Araújo, declararam que ele não era bem vindo no pavilhão dos presos políticos, sendo convidado a ficar junto aos presos comuns, o que ele se recusou a cumprir. Concluindo sua posição frente a isso, Nunes usa a mesma acusação que utilizou contra Vargas para desqualificar Araújo: “a posição de Araújo não deveria magoar-me tanto. Era, afinal, uma posição elitista digna dele” (1982, p.201).

Bona Garcia, em seu livro, também faz referência a essa questão das diferenças entre as posturas de companheiros, lembrando em relação ao curto período em que ficou na Argentina, um episódio em que os que tinham melhores condições econômicas – ficaram todos alojados num antigo hospital para tuberculosos – se fecharam em uma sala e realizaram uma festa exclusiva regada a uísque, bebidas finas e guloseimas. “Enquanto isso, alguns companheiros passavam privações” (1989, p.146). Nesse momento, ele teria compreendido que a luta de classes existia até mesmo entre os companheiros, e que o socialismo que muitos pregavam não se aplicava aos seus mundos particulares: “Comecei a sentir que aquele meu romantismo não se aplicava a todos. A palavra companheiro tinha um sentido que pesava muito, mas na prática não se confirmava de modo igual para todos” (1989, p.146).

3.2.5 – A relação com os presos comuns

Mas não só as relações entre os presos políticos servem de mote para comentários em seus livros; um tema que se destaca na narrativa dos três que ficaram presos – Vargas, Nunes e Bona Garcia – e que também evidencia a fronteira de pertencimento a determinado grupo – naquele momento, o dos “presos políticos” –, são as relações, ou a visão que eles tiveram dos presos comuns. Índio Vargas, ao chegar ao Presídio Central, lembra do estranhamento com o que encontrou na sua cela, visto que antes ela era ocupada por um preso comum: recortes de revistas com fotografias colados nas paredes sobre a Guerra do Vietnã, Chico Buarque e Vera Fischer. O autor, pressupondo que a pessoa que antes ocupava a cela tivesse uma baixíssima formação intelectual, não conseguia compreender como um preso comum tivesse interesse num acontecimento como a Guerra do Vietnã:

Pensei: que interesse na Guerra do Vietnã poderia ter aquele preso? Entendo que tenha algum interesse em Chico Buarque e sua música, muito interesse em Vera Fischer – afinal ela dava vida àquela cena imunda, e a imaginação do condenado ia ao infinito (1981, p.78/79).

No Presídio Central, além de conviver com seus conhecidos militantes da esquerda, agora convertidos em *presos políticos*, entre eles o próprio Edmur, Vargas encontrou um conhecido que era bancário, alheio à política, que havia sido preso junto com outros quatro por desvio de dinheiro. A polícia, supondo que eles teriam alguma ligação com os grupos armados, os prendeu e interrogou, mas sem torturas, pois logo tinha ficado claro que eles não tinham nada a ver com a “subversão”. Como a comida servida a todos no primeiro dia era intragável, os presos políticos passaram a debater o tema e chegaram a cogitar a possibilidade de fazer uma greve de fome, mas essa foi descartada, enquanto os bancários deram um jeito de subornar um guarda, que comprou para eles salame, queijo e pão, que eles convidaram Vargas para comer junto. Isso serviu de motivo para mais uma reflexão:

Sentei-me na cama suja e fiquei pensando na diferença entre o preso político e o preso comum: enquanto os bancários tomavam providências para melhorar suas condições de vida na cadeia, os companheiros da luta armada discutiam política. Mas

essa reflexão não durou muito, o pensamento fragmentava-se, dispersava-se, confuso no cubículo imundo (1981, p.80).

Em maio de 1970, quando os presos foram chamados para serem transferidos para o Presídio da Ilha, apenas Índio Vargas, João Carlos Bona Garcia e Francisco Martinez Torres não foram enviados, pois deveriam voltar para o DOPS, provavelmente para novos interrogatórios. Antes de serem novamente encaminhados ao DOPS, chegou uma nova leva de presos, agora sim presos comuns, o que fez com que Vargas tivesse um choque de realidade ao se deparar com “o espetáculo mais pungente que já assisti em toda minha vida” (1981, p.85), enquanto eles passavam em frente a cela em que estes se encontravam:

Eram aproximadamente cem homens, um pouco mais, talvez, quase todos de cor, negros, mulatos, um ou outro branco. Esquálidos, rostos encurvados, a pele parecia que ia furar os ossos descarnados. As roupas eram farrapos imundos, verdadeiros molambos. Alguns vestiam apenas calção ou calça, sem camisa. Pés no chão, nenhum deles calçava sapato ou tamanco. Só vendo para acreditar que alguém pudesse chegar àquele estado, vivo.

Um cheiro forte de animal bichado inundou a galeria lúgubre. Aquela cena terrível foi minando minhas resistências e quase desatei a chorar. Fiz um esforço, reagi, olhei para os dois companheiros e vi nos seus olhos a estupefação (1981, p.85).

Bona Garcia registra em seu livro que, nesse momento, Índio Vargas estava bastante “debilitado interiormente”, e sua impressão do episódio é semelhante à registrada por Vargas:

Gente no último estágio de degradação: perto de cem homens, quase todos negros ou mulatos, reduzidos a esqueletos ambulantes pela desnutrição, se arrastando penosamente. Asquerosos e incredivelmente fétidos por nunca tomarem banho, todos descalços e muitos só de calção, sem camisa em pleno inverno, roupas esfarrapadas na maior sujeira, unhas compridas e imundas, cabelo raspado voltando a crescer, expressão dura, mendigando migalhas, pedacinhos de pão. O Índio se desesperou, começou a chorar, e o pouco que tinha, entregou aos presos (1989, p.59).

Quando Vargas comenta das visitas que ocorriam na Ilha do Presídio, reflete sobre a diferença entre o que esperavam os presos políticos e o que esperava o preso comum, em dia de visita: “desde um recurso jurídico até a serra que chega à cadeia dentro do recheio do bolo de aniversário. Estes expedientes, naturalmente, são próprios do preso comum: o preso político tem os seqüestros de diplomatas e a pressão social”

(1981, p.137). Outra referência interessante a essa diferença entre os presos políticos e comuns é narrada quando, no momento da despedida das visitas, os presos políticos abanavam, e alguns faziam a saudação com o punho cerrado, o que não era entendido pelos presos comuns que estavam por perto, então um dia um deles, apelidado de *Gasolina*, perguntou:

- Por que essa saudação com a mão fechada?

- Isso é uma tradição da Grécia antiga com a qual se mimoseavam espartanos e atenienses – respondi [...]. *Gasolina*, cujo apelido foi motivado pelo fato de sempre andar com um pedaço de pano embebido em gasolina para cheirar, não entendeu nada mas ficou satisfeito (1981, p.141).

Jorge Fischer Nunes, na última parte de seu livro, intitulada “As Prisões Civis”, também relembra momentos em que refletia sobre a situação dos presos comuns, como quando foi enviado, após uma audiência, para a Penitenciária Estadual, no bairro Partenon em Porto Alegre, onde não havia local separado para presos políticos, até por que apenas ele e mais um estavam nessa condição. Lá, o autor teria aprendido que os presos comuns eram pessoas fáceis de conviver, ele deveria se cuidar era com os guardas, que quando implicavam com um preso chegavam ao ponto de matá-lo, com requintes de crueldade, e ninguém de fora da cadeia ficava sabendo a real causa da morte. Depois dali, Nunes foi transferido para uma Colônia Penal em Jacuí, onde, segundo o autor, não há nada de pitoresco para se contar,

pois lá os torturados não riam. Qualquer manifestação de alegria teria, naquele universo opressivo, um sabor de loucura. Era um mundo de sombras onde os homens se arrastavam, onde esfregavam no chão a sua dignidade para que, sobre ela, os carcereiros pudessem pisar. [...] Vi guardas espancaram presos até à loucura, presidiários exibindo chagas putrefatas sem a mínima assistência médica, mulheres que se prostituíam aos guardas para que os maridos presos tivessem um tratamento melhor, homens sarnosos e piohentos, roupas em farrapos, apanhando sol jogados a um canto do pátio, com os olhos cheios de insanidade perdidos no infinito. Uma multidão de mortos-vivos (1982, p.198).

Bona Garcia, quando foi para o Presídio Central, onde passou vinte dias, descreve em seu livro que observou cenas degradantes, como presos comuns tendo relações sexuais com cadelas que os guardas alugavam para eles, presos mais jovens sendo estuprados pelos outros, e percebendo o inferno que era aquele lugar, o autor

escreve que passou a compreender “por que esses presos saem de lá matando friamente, praticando crimes com determinação. A vida lá dentro é um inferno literal” (1989, p.57). Chega a afirmar categoricamente: “Não há maior escola de crime e violência. Quem entra lá com acusações leves sai diplomado para os grandes crimes” (1989, p.57).

Já no Presídio da Ilha, onde passou cerca de dois meses, Bona Garcia observou que havia um tratamento diferenciado aos presos comuns e presos políticos, que refletia a desigualdade de nossa sociedade, visto que “os presos comuns provêm basicamente das classes mais baixas, enquanto os presos políticos vinham em grande maioria da classe dominante” (1989, p.63). Para citar um exemplo da diferença de tratamento, enquanto os presos políticos jogavam bola na laje de uma construção apenas iniciada na margem, “os guardas colocavam uma série de presos comuns dentro do rio, com a água pela cintura, para irem devolvendo a bola quando caía na água. Gelada, em pleno inverno” (1989, p.63).

3.2.6 – O traidor, o arrependido, o desbundado

Ainda dentro da questão da identidade do grupo dos militantes que pegaram em armas, destaca-se nessas memórias, delimitando também a fronteira de pertencimento ao grupo, a figura dos que, sob tortura, entregaram os companheiros, ou os que traíram mesmo, os que “se arrependiam” publicamente, e o “desbundado”, que abandonava a luta. Sobre os que davam informações aos torturadores, que levavam à prisão outros companheiros, questão bem complicada até hoje entre eles, Nunes lembra que, no DOPS, teria visto diversos companheiros sofrendo com as torturas, e relata ter assistido “cenas de heroísmo e covardia, abnegação, solidariedade, medo, hipocrisia, machismo, amizade” (1982, p.76). Refletindo sobre a resistência à tortura, observa que mesmo os *velhos militantes* não estavam preparados para a brutalidade do DOPS, então não se poderia esperar muito dos “jovens que haviam sido cooptados pelas organizações apenas pelo seu espírito de aventureirismo, ou de revolta, oba-obismo, ou pela certeza

da sua pontaria” (1982, p.76).⁸⁶ Mas o autor faz questão de assinalar que não condena ninguém, pois segundo ele “um homem não suporta mais do que aquilo que lhe é possível suportar. Essa medida é variável e depende de fatores também variáveis. [...] Não se pode, portanto, pedir a ninguém que seja um super-homem” (1982, p.77).

Bona Garcia, que no ORVIL é citado como um preso que forneceu informações preciosas à repressão, é defendido inclusive pelo companheiro Gutiérrez na entrevista:

esse livro Orvil, ele tá feito na base na tortura e está feito na base da intriga, caso do Bona. Aí, cai a VPR no Rio Grande do Sul, informações dadas principalmente por Bona Garcia. Segundo o Bona ele não falou nada, mas se falou ou não falou, certamente a VPR não caiu porque o Bona tenha falado qualquer coisa, caiu porque, pode ter caído por causa de algumas pessoas da VPR, mas quando o Bona é preso já tem uma pilha de gente presa, e nesse sentido é um livro filho da puta (p.9).⁸⁷

Em seu livro, Bona Garcia descreve as torturas que sofreu, mas é enfático: “nada falei” (1989, p.52). Mas quando comenta sobre os companheiros que, sob tortura, denunciaram os outros, o autor, além de referir-se à origem social de cada um, valorizando os de origem mais humilde, que resistiriam melhor às torturas, deixa claro *se abster de julgar os outros*:

Depende da estrutura da pessoa, da educação quando criança, da raiva, do ódio, da ideologia, etc. Há pessoas que tem uma coragem admirável, coragem que chega à loucura. Quem teve uma vida difícil, normalmente suporta melhor a cadeia, quem teve uma condição mais tranqüila e confortável sente mais (1989, p.41).

Um personagem que aparece nas memórias dos três que ficaram presos é “Paulo Artur”, na verdade Artur Paulo de Souza, militante que atuou em Porto Alegre e ficou conhecido como um traidor, ou agente duplo, que teria se infiltrado entre os militantes da esquerda para passar informações ao DOPS. Índio Vargas, em seu livro, relembra que, quando estava preso na Ilha, teria surgido a informação de que um ex-prisioneiro – que já suspeitavam dar informações ao DOPS – havia passado a “colaborar com a repressão,

⁸⁶ *Grifo meu*. Aqui Nunes faz mais uma aproximação com a visão dos *simpáticos incompetentes* apontada por Daniel Aarão.

⁸⁷ Trecho do ORVIL citado por Gutiérrez: “As declarações dos militantes presos, particularmente as de João Carlos Bona Garcia, possibilitaram o desvendamento da tentativa de seqüestro do cônsul norte-americano e dos demais militantes que integravam a UC gaúcha, além da localização de 5 ‘aparelhos’ da organização, em Porto Alegre” (p.526).

inclusive torturando ex-companheiros” (1981, p.147); refletindo sobre isso, o autor questiona “que transformação diabólica operou-se na cabeça desse infeliz para chegar a esse nível de degradação?” (1981, p.147), e registra que, ao tomar notas no dia em que soube disso, recusou-se “a lançar o nome do tipo no papel – e ainda hoje mantenho a mesma posição. Repugna-me” (1981, p.148). Na entrevista, Índio ressaltou que um dos motivos para não divulgar o nome, na época, devia-se ao fato dele não ter visto nada que comprovasse a traição, e ao comentar que “agora todo mundo sabe aí” (p.32), preferiu mais uma vez não citar o nome.

Já Nunes dedica um capítulo inteiro a “Paulo Artur”, contando que os prisioneiros, ao suspeitarem de sua conduta e atitudes, o teriam isolado no presídio, e logo ele foi enviado de volta para Porto Alegre. Pouco tempo depois, ao chegar um novo preso que havia passado pelo DOPS – Flavinho –, este teria descrito com detalhes um torturador especialmente sádico, que chamavam de inspetor Eduardo, e que Nunes logo teria identificado: era “Paulo Artur”, *ex-companheiro* de cadeia, que agora havia se tornado torturador. Carlos Tejera De Ré também o teria identificado como membro da equipe de torturadores do DOPS/RS.⁸⁸ Bona Garcia em seu livro também identifica o mesmo como traidor, e na entrevista, ao defender Irgeu Menegon, um dos “arrepentidos” – que veremos a seguir –, fez questão de assinalar a diferença entre os dois casos: “Aquele era traidor mesmo. Aquele vai se fuder, aquele era um traidor. [...] ele denunciou a mim na cadeia” (p.6). Artur Paulo de Souza chegou a encaminhar pedido de indenização para a Comissão Especial instituída pela Lei 11.042, de 1997, por ter sido prisioneiro entre abril de 1970 e fevereiro de 1971 e ter sofrido maus-tratos que o teriam deixado com seqüelas físicas e psicológicas, mas teve seu pedido negado pela Comissão.⁸⁹

Outra acusação que nenhum militante queria carregar era a de ter “desbundado”, ou seja, desistido da luta, ou ainda aceitado se arrepender publicamente, opções que eram condenadas por muitos dos guerrilheiros. Bona Garcia comenta em seu livro que, na época da luta armada, não se podia fazer questionamentos dentro das organizações devido ao “medo de ser chamado de desbundado, aquele que desistia da luta armada” (1989, p.83).

⁸⁸ Segundo Etchichury, Wagner, Trezzi, Mariano, 2010, p.76.

⁸⁹ Uma reprodução do documento indeferindo o pedido, encontra-se em Etchichury, Wagner, Trezzi, Mariano, 2010, p.81.

Na entrevista, o mesmo ressaltou que ser considerado “desbundado, era a pior coisa que tinha” (p.15). Índio Vargas, em seu livro, também comenta que “a palavra *desbunde* tinha um sentido altamente pejorativo na sua acepção original, entre o pessoal de esquerda” (1981, p.156).

Pior do que *desbundar*, era arrepender-se publicamente, e servir de instrumento de propaganda para o regime. Muitas vezes tomando essa atitude sobre coações e sevícias, os que aceitaram assinar documentos se retratando, e ir aos meios de comunicação dizer que estavam “arrepentidos” da participação na luta armada, eram muito mal vistos pelos companheiros que resistiam. Nas palavras de Alessandra Gasparotto, que estudou estes casos: “Nas celas dos presídios, no isolamento da clandestinidade ou do exílio, foram recebidos como traição. Alguns de seus protagonistas nunca foram perdoados” (2008, p.1).

Um caso bem conhecido de “arrepentido” aqui no Rio Grande do Sul foi o de Irgeu Menegon, que havia militado com o grupo dos *Brancaleones*, e depois ingressou na VPR, participando do assalto ao carro pagador da Ultragás, e da tentativa frustrada de seqüestro do Cônsul dos EUA em Porto Alegre. Preso junto com Bona Garcia, ao ter seu nome incluído numa lista para ser libertado em troca do Embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, em dezembro de 1970, negou-se a deixar o Brasil. Além de se negar a sair, ainda assinou um documento declarando:

Quando me liguei a VPR, eu pensava estar fazendo alguma coisa pelo Brasil, minha Pátria, onde nasci. Fui redondamente enganado. A VPR se baseia unicamente na violência e no terror, coisas que por mim são detestadas. Prefiro ficar no Brasil, em qualquer circunstância. Até preso é preferível ficar no Brasil. Meu amor pelo Brasil é muito maior que qualquer outra coisa (FT, 26/12/1970, p.10).

No livro, Bona Garcia comenta que seu companheiro Irgeu, na hora de assinar o documento onde aceitava ser banido para ir embora do Brasil, teria voltado atrás e escrito essa retratação pedindo para continuar no país, ao que o autor o critica por ter tentado “bancar o esperto” (1989, p.71) num “momento de fraqueza, de oportunismo” (1989, p.72). Mas na entrevista, Bona Garcia já demonstrou um tom mais compreensivo, evitando mais uma vez julgar:

Então, teve companheiros que, sem entrar no mérito, mas por uma questão ou por outra, própria vida, enfim, que eles tropeçaram, que vacilaram, e não era fácil, era complicado na época né... [...] eu tinha botado o nome dele pra sair no seqüestro e ele na hora tinha que assinar um termo que tu aceitava mas ele ficou com medo por que os caras estavam ameaçando que iam descobrir o paradeiro do embaixador e que iam nos matar e ele pra se salvar, ele disse que não queria sair, os caras pegaram a carta “Ah! Não quer?” desmoralizaram o sequestrador e disseram “Esse não sai porque não quer sair...” E ele ficou na merda e aí teve que acabar indo pra televisão, se arrepender e tal, e aí largaram ele. [...] esse companheiro até hoje ele ta pagando, quer dizer, eu fui anistiado e to bem, ele não vai ter anistia nunca, só depois de morto, entendeu? Por quê? Por que ele vive isolado, não tem a convivência com o pessoal, por que ele olha pra baixo... Tu imagina, 40 anos... [...] Então imagina como é que fica a situação do cara né, bem complicado. [...] tu não ta nem de um lado nem de outro, bah, horrível, horrível. É muito complicado, então é muito difícil você julgar, entendeu? (p.6/7/8).

Tanto Vargas quanto Nunes citam em seus livros que lhes foi oferecida a oportunidade de “se arrependerem” publicamente. Vargas relembra que, em agosto de 1970, o secretário de Segurança Pública do Estado, coronel Jaime Mariath, teria ido pessoalmente à Ilha oferecer aos cerca de 40 presos políticos a chance de assinarem uma carta que seria divulgada à imprensa onde se arrendiam e pediam desculpas por todos seus atos, o que faria com que os que não tivessem processo na Justiça Militar fossem liberados, e os que tivessem, contassem com esse atenuante. Os presos teriam ignorado solenemente a proposta feita pelo coronel, e isso inclusive virou motivo de piada dentro da cadeia, quando um preso passava pelo corredor anunciando: “-Guerrilheiros! Aprontem-se para o grande *desbunde* no Fantástico Show da Vida, com direito a cachê, domingo próximo” (VARGAS, 1981, p.156).

Nunes relembra que, quando estava num quartel em Cachoeira do Sul, recebeu a proposta de *arrender-se* de seus crimes e com isso ser libertado, assinando um documento e indo na televisão renegar suas atividades – como muitos fizeram na época –, mas sua resposta teria sido lacônica: “- Não estou interessado” (1982, p.161). Ainda segundo Nunes, Miguel Marques, o KGB, ao receber a mesma proposta, teria respondido: “Olhe, meu tenentinho, você deve ter aí uns dez anos de Exército. Eu tenho quarenta de Partido, entendeu? É muito mais fácil você desbundar do seu Exército do que eu do meu Partido” (1982, p.161). Vargas, ao lembrar um diálogo travado dentro do Presídio da Ilha com Paulo de Tarso, sobre o autor que este estava lendo naquele

momento, o filósofo alemão Nietzsche – definido por Vargas como um “paranóico, estilista de notável talento” (1981, p.153) –, mais uma vez cita o “medo” do *desbunde*:

- Será que tem sentido nós estarmos a ler esse autor complicado e megalômano? [...]
- Mas o que tu queres fazer? Ler o *Meu Pé de Laranja Lima*?
- Não. Não exageremos. Eu preferia ler um livro que tivesse, por exemplo, esse título: ‘Como Sair da Cadeia, Sem Desbundar’ (1981, p.153).

Portanto, fica clara também, na análise dessas memórias, as disputas entre subgrupos dentro do grupo constituído pelos ex-militantes da esquerda armada, assim como as tentativas dos autores de relacionarem-se a uma origem humilde, ou o fetiche pelos que realmente eram do setor o qual esses revolucionários queriam representar. Além disso, evidenciam-se na análise os limites e as fronteiras de identidade desse grupo, no qual pouquíssimos militantes aceitavam ser considerados *desbundados*, praticamente todos condenavam os traidores, e negavam taxativamente a possibilidade de *arrependerem-se*. Mesmo com a distância temporal dos eventos narrados, mantém-se, portanto, nessas memórias, as devidas identificações, mesmo que em determinados momentos certas posturas sejam repensadas, *conciliadas*, como veremos a seguir, onde tratarei dos temas importantes que surgiram nas entrevistas.

3.3 → As memórias da luta armada contra a Ditadura no Rio Grande do Sul

Visando trabalhar o maior leque possível de temas que se evidenciaram na pesquisa, nesse último sub-capítulo, primeiramente vou estabelecer possíveis comparações entre os livros do Rio Grande do Sul que foram aqui analisados com os livros que tiveram maior alcance no Brasil, dentro do surto memorialístico, e utilizando mais as entrevistas, vou destacar alguns temas que surgiram nos livros e nas entrevistas e debatê-los com a historiografia já produzida sobre o assunto.

3.3.1 – Influências do surto memorialístico

Aproximando-se do final deste trabalho, não poderíamos deixar de fazer algumas considerações sobre outros livros de memórias, considerando de que forma os livros escritos pelos ex-militantes do Rio Grande do Sul se encaixam dentro do surto memorialístico ocorrido no Brasil. Como já foi colocado no capítulo um, o livro paradigmático em termos de memórias de ex-guerrilheiros foi o de Fernando Gabeira, lançado em 1979, e considerado “um dos maiores fenômenos editoriais brasileiros” (MARTINS FILHO, 2002, p.183), tendo vendido “mais de 250 mil [exemplares], em duas edições e mais de cinquenta tiragens” (MARTINS FILHO, 2002, p.183). Apesar da pequena relevância de Fernando Gabeira como militante no contexto da luta armada, e mesmo dentro de seu grupo, “graças ao livro, Gabeira é até hoje o ex-militante do MR-8 mais conhecido pelo público em geral, apesar de ter pertencido, de fato, ao segundo escalão da organização” (RIDENTI, 1999, p.30).

Mas antes do livro de Gabeira, não podemos deixar de comentar que em maio de 1977 foi lançado *Em Câmara Lenta*, de Renato Tapajós. O livro é um romance, mas por ter como centro da história a luta armada, o autor foi preso e seu livro censurado, configurando-se no “segundo caso na história editorial e literária brasileira de um autor preso pelo conteúdo de sua obra, no período republicano, expressando suas idéias na forma de um livro”⁹⁰ (SILVA, 2008, p.143). Com uma intensa campanha de mobilização e manifestações públicas contra a prisão de Tapajós e a censura do livro, finalmente em 1978 ele foi libertado da cadeia, e em 1979 seu livro foi liberado novamente.

Mesmo com todo o debate que ocorreu em torno do livro, e da campanha pela libertação de Tapajós, a obra não atingiria um sucesso de vendas comparável aos que viriam a seguir, de Gabeira e Sirkys. Mas, o livro guarda importância ímpar por ter sido precursor, e ter aberto espaço – na esfera política – para o surto memorialístico que o seguiria. Após o “caso Tapajós”, teria ocorrido um desgaste da Censura Federal, visto que “nenhum outro livro de autor, cuja trajetória anterior estivesse ligada às organizações de luta armada, foi apreendido ou teve seu autor preso e/ou processado” (SILVA, 2008, p.160).

⁹⁰ O primeiro caso foi José Monteiro Lobato, com seu livro *A questão do petróleo*, em 1941.

O livro de maior sucesso de Fernando Gabeira foi lançado no Brasil em setembro de 1979, mas para entendermos seu sucesso imediato é necessário analisarmos toda a preparação que foi feita para esse lançamento. Tudo começou com sua entrevista publicada em *O Pasquim*, de novembro de 1978, entrevista realizada quando ele ainda se encontrava em Paris, na França, e muito antes da anistia. Essa entrevista teve ampla repercussão no Brasil, gerou o convite de Ziraldo para que Gabeira escrevesse um livro, e abriu espaço para uma contínua e cada vez maior aparição de Gabeira nos meios de comunicação do país, que só aumentou com seu retorno ao Brasil em 2 de setembro de 1979. Finalmente, ainda em setembro do mesmo ano, na mesma semana que o *Jornal da Tarde* publicava uma extensa entrevista com o autor, era lançado *O que é isso, companheiro?*. Lucileide Cardoso aponta que Fernando Gabeira

concentrou em torno de si o interesse pelos acontecimentos da luta armada já promovido pela campanha da anistia. Ao voltar ao Brasil em 1979, já possuía uma certa notoriedade, pois no exterior foi um dos primeiros a romper a barreira do silêncio concedendo inúmeras entrevistas sobre a experiência da luta armada. Essas entrevistas prepararam o campo fértil para o êxito editorial de *O que é isso, companheiro?* que passou a ter sucessivas edições esgotadas. Os próprios meios de comunicação transformaram-no numa espécie de ‘porta-voz’ das propostas ‘libertárias’ (1994, p.191).

Além das condições favoráveis encontradas, é importante considerarmos que o estilo de escrita e as posturas adotadas por Gabeira em seu livro – que seriam seguidas em certa medida por Sirkys, por exemplo –, também influenciaram na boa aceitação do livro pelo público em geral. A forte autocrítica à experiência da luta armada – vivenciada nos anos 1960/70 –, que o autor adotou no livro, foi muito bem aceita pela sociedade. O Brasil vivia o processo de abertura e o clima de anistia, esperando que as feridas cicatrizassem, rejeitando revanchismos e querendo olhar para frente, para o futuro do país após o encerramento do período de exceção, sem ressentimentos – como já expus melhor no capítulo um. Um exemplo disso aparece numa comparação feita entre as narrativas de Gabeira e Tapajós, por Martins Filho, que descreve o livro de Tapajós como “sombrio, angustiado e de leitura difícil” (2002, p.184), enquanto no de Gabeira destaca o “tom bem-humorado do texto” (2002, p.184). No livro de Gabeira,

as emoções são contidas, atenuadas, controladas por frases curtas, limpas e secas. E se há alguma emoção, essa geralmente tange à resignação, ora com humor, ora com sobriedade. Reflexos do ofício jornalístico, talvez; mas trata-se de uma análise distante dez anos dos eventos narrados, de alguém que se encontra no exílio (SILVA, 2008, p.77).

Martins Filho especula que talvez “essas diferenças expliquem a desproporção na vendagem dos dois livros, mas é preciso lembrar a disposição de Gabeira em assumir o papel de fenômeno de mídia” (2002, p.184/185). Gabeira, ao mesmo tempo em que “inaugura a capacidade de um exilado ser *best seller* [...] é transformado – e se deixa transformar – juntamente com seus livros, em uma mercadoria midiática, parecendo pouco se importar com isso (ao menos, não manifesta crítica a respeito do assunto)” (SILVA, 2008, p.174). A boa recepção ao “novo” Gabeira e a suas novas idéias, fica clara nas matérias nos jornais e revistas, como podemos exemplificar observando esse trecho da Revista Veja, de 25/2/1981:

De todos os retornados da Anistia de 1979, ele é o mais bem sucedido. Luís Carlos Prestes ficou sem o Partido Comunista. Leonel Brizola, sem Partido Trabalhista. Miguel Arraes, sem importância. Os líderes estudantis, treze anos mais velhos, ficaram sem estudantes. Os teóricos da luta armada, sem teoria. Todos os que, de uma forma ou de outra, tentaram fazer do retorno um resgate do passado, fracassaram. E Gabeira é o símbolo do retorno ao presente e, se possível, ao futuro (*apud* SILVA, 2008, p.169).

Entre os ex-guerrilheiros que se propuseram a escrever suas memórias, Gabeira foi o “*verdadeiro fenômeno editorial*, com seus livros ficando nas listas de mais vendidos por meses a fio e com sucessivas reedições” (SILVA, 2008, p.116). Sua exposição na mídia foi enorme, tendo Silva mapeado, entre 1979 e 1981, “47 matérias em jornais, sem contar participação em programas televisivos ou radiodifundidos” (2008, p.160). Em menos de sete semanas do lançamento, o livro atingiria a primeira colocação na lista dos dez mais vendidos da Revista Veja (nº 587, de 5/12/1979), e uma série de artigos elogiosos à obra surgiriam na imprensa, aumentando cada vez mais as vendas.

Em 1980, *O que é isso, companheiro?* foi traduzido e teve boa vendagem na França, Estados Unidos e Alemanha, Gabeira receberia o Prêmio Jabuti de melhor livro na categoria Biografia e/ou Memórias, e já se anunciava uma possível adaptação para o

cinema com base no livro.⁹¹ No mesmo ano, Gabeira lançaria seu próximo livro, *O Crepúsculo do Macho*, que também teria significativa repercussão, mas não atingiria o sucesso de *O que é isso, companheiro?*. Os outros livros que o autor escreveu, *Entradas e Bandeiras* (1981), *Hóspede da Utopia* (1981) e *Sinais de Vida no Planeta Minas* (1982), tiveram repercussão e vendagem menor ainda.

O incrível interesse despertado por esses personagens na mídia, e o posterior – e súbito – desinteresse registrado pela brusca diminuição das matérias em jornais e revistas e nas vendagens dos livros de memórias, é atribuído por Mário Augusto Medeiros da Silva ao contexto externo aos livros, e não a características internas das obras. Segundo Silva, o próprio interesse inicial por Gabeira e os outros militantes que escreveram livros de memórias – como Alfredo Sirkys –, foi motivado menos por seus livros do que por suas atitudes, isto é, as pessoas se interessavam mais pelas novas idéias e projetos políticos que esses autores traziam, do que por seus livros, e sua narrativa propriamente. Com o tempo, as novidades por eles trazidas teriam perdido seu poder de atração sobre a opinião pública, o que teria se refletido no declínio do interesse por comprar livros onde estes narravam suas memórias. Nas palavras de Silva:

há um declínio significativo da cobertura da imprensa e da recepção crítica a esses autores, sendo mais importantes, na maior parte do tempo, os fatores externos às obras, ocorridos nos momentos de seus lançamentos – opções políticas, prisões, eventos de natureza comportamental, etc – que os livros em si (2008, p.184).⁹²

Na onda do *surto memorialístico* inaugurado por Gabeira, outras obras ainda merecem serem destacadas antes de partirmos para uma análise mais temática, onde estabeleceremos comparações entre essas narrativas e os livros que analisei na pesquisa. Depois de *O que é isso, companheiro?*, o livro de memórias escrito por ex-militante da esquerda armada que atingiu maior destaque no Brasil, e que seguia a linha de uma autocrítica alinhada aos novos tempos, com uma escrita bem elaborada e um humor refinado, foi *Os Carbonários: memórias da guerrilha perdida*, de Alfredo Sirkys.

⁹¹ Projeto que só se concretizaria 17 anos depois, com o controvertido filme de Bruno Barreto.

⁹² O próprio Sirkys, em entrevista a SILVA, declarou que o interesse surgido pelas memórias, e o sucesso de vendas de *O que é isso, companheiro?* não se devia ao livro: “foi a estória da tanga de crochê e do Gabeira ter dito que era bissexual e isso criou um verdadeiro... *frisson* e uma grande rejeição por parte de um grande contingente da esquerda...” (apud SILVA, 2008, p.116).

Lançado em meados de 1980, no ano seguinte o livro ganharia o Prêmio Jabuti na mesma categoria que Gabeira havia recebido no ano anterior, melhor livro de Memória/Biografia, e teria uma boa vendagem, apesar de uma recepção já não tão entusiasmada por parte da imprensa em geral. Para expandir o debate, e lembrar que nem todos os que escreveram seus livros de memórias adotaram um tom tão forte de autocrítica, não podemos deixar de relembrar dos dois livros que são analisados por Lucileide Cardoso, em contraposição aos de Sirkys e Gabeira – e que já foram citados no capítulo um –, *Resistir é preciso – Memória do Tempo da Morte Civil do Brasil*, de Alípio de Freitas (1980), e *Batismo de Sangue – os dominicanos e a Morte de Carlos Marighella*, de Frei Betto (1982).

Antes de compararmos essas obras com as que foram analisadas nessa pesquisa, fixemos um pouco mais nossa análise sobre o livro de maior sucesso entre todos das memórias de ex-militantes da luta armada no Brasil, *O que é isso companheiro?*. O fato de ter sido um sucesso de vendas e de recepção pela mídia, não quer dizer que não foi alvo de críticas também, pelo contrário. As polêmicas geradas por Gabeira não se restringiram às suas opções sexuais, ou à nova moda que ele tentou lançar nas praias do Brasil, ou seja, a tanga de crochê. O livro de Gabeira recebeu duras críticas, sufocadas pelo coro de elogios feito pela grande imprensa, mas que viriam a tona com força anos depois, quando o livro foi transformado em filme, em 1997, e no filme o diretor acentuava características que, no livro, já haviam sido consideradas problemáticas por alguns leitores.⁹³

Uma das principais críticas feitas a Gabeira foi à “tentativa do autor de atribuir-se no passado uma lucidez que ele só viria a ter anos mais tarde, como resultado inclusive de um processo de reflexão coletiva realizado pelas esquerdas” (BONA GARCIA, 1989, p.337). Nas palavras de Silva, o narrador do livro parece “querer convencer o leitor de que sua consciência crítica já estava formada no período; de que,

⁹³ Não é o objetivo dessa pesquisa entrar na análise dos filmes, quando cito o que foi feito com base no livro de Gabeira quero aqui apenas reforçar a importância deste na criação de uma imagem dos ex-guerrilheiros no Brasil, por isso, sobre o filme *O que é isso, companheiro?*, de 1997, e as polêmicas que gerou, recomendo o livro reunindo os artigos escritos a respeito dele (ver REIS FILHO, 1997). Vale a pena citar aqui também que no ano de 2010 foi lançado o filme *Em teu nome...*, com base no livro de Bona Garcia, e nas entrevistas aparecem comentários dos ex-guerrilheiros a respeito do filme, comparando-o com o de Gabeira inclusive.

apesar de estar se engajando, sabe dos limites do seu próprio compromisso e dos seus companheiros” (2008, p.77). Essa visão autocrítica, já presente no momento da ação, é contestada pelos outros militantes que viveram o período, e todos estudos nessa área apontam que essa visão seria obviamente uma construção *a posteriori*, com base no distanciamento – físico e temporal no caso de Gabeira – e nas reflexões críticas realizadas nos anos seguintes ao engajamento na luta armada.

Nas entrevistas que realizei, ao serem questionados sobre o que achavam das críticas feitas ao livro de Fernando Gabeira, os três autores concordaram em determinados pontos, mas relevando as críticas e defendendo Gabeira de uma forma ou de outra. Vargas classificou as críticas como exageradas, definindo Gabeira como um “tipo assim meio romântico, [...] homem da Ecologia, [...] Partido Verde e tal, [...] parece que ele não conhece o Brasil” (p.28), e defendeu o autor argumentando que “ele não podia fazer muito mais do que fez, mesmo por que ele [...] a rigor foi meio que um intérprete, meio como uma pessoa que deu a casa [...] O Gabeira não é homem de enfrentar a Luta Armada mesmo, [...] a luta armada é uma coisa seriíssima” (p.28). Bona Garcia afirmou que considera as críticas bobagem, lembrando que conheceu pessoalmente Gabeira e que ele é uma pessoa muito inteligente, que assim como qualquer pessoa também tem o direito de errar:

mas o Gabeira não é nenhum bobo [...] Ele pode ter a visão crítica dele hoje, mas na época ele acreditava tanto que ele participou, entendeu? Não tinha diferença nenhuma. Agora, depois tu pegar e olhar pra trás e “Báh”!!! Besteira dele, besteira da crítica também, não é nada disso (p.19).

Gutiérrez refletiu que, na época do lançamento, havia achado o livro bom, e que depois surgiu uma visão mais crítica sobre ele, citando a questão do manifesto, que Gabeira atribuiu a escrita a si, quando na verdade havia sido produzido por Franklin Martins de Oliveira, e comentou que os problemas do livro, “o filme ainda piora mais né...” (ENTREVISTA GUTIÉRREZ, p.11). Quanto à autocrítica presente no livro, o autor afirmou:

A autocrítica eu não concordo. Quanto ao resto, eu concordo, acho que foi um processo que envolveu fortemente a juventude, sei lá, se tu olha a relação de mortos e desaparecidos, a imensa maioria são pessoas muito jovens, claro que não tinha só

gente jovem, tava o Marighella, o Toledo, o Onofre, um cara dos seus 40 anos, não era um processo juvenil, mas a imensa maioria da massa que vai para a luta armada aqui e na Argentina também, é a juventude. Eu concordo com essa crítica geral do Gabeira, eu concordo. Agora, que tinha na época já, que se teria na época já uma visão crítica, não tinha nada, visão crítica absoluta, eu achava que o foquismo era o caminho, que a burocracia dos partidos comunistas emperrava, na época não tinha qualquer crítica, o tempo me deu essa crítica. [...] Eu não critico o Gabeira por isso. Sobre o equívoco do processo de luta armada, eu concordo... (ENTREVISTA GUTIÉRREZ, p.16).

Constatando semelhanças entre os filmes de Gabeira e o recente filme produzido com base na obra de Bona Garcia, intitulado *Em teu nome...*, Gutiérrez foi além:

aquela história, se os guerrilheiros foram simpáticos incompetentes, tudo isso, até posso concordar com isso, mas teve um forte processo de luta armada no Brasil. [...] acho um pouco forçado [...] aquela visão crítica, durante o desenrolar das ações, eu acho que isso não existe. [...] um cara super esclarecido, [...] Ele era o cara que tinha toda a consciência do processo, tinha toda a consciência, tinha toda a crítica... [...] eu acho que o livro do Gabeira também tem esse conteúdo, não é só o filme (ENTREVISTA GUTIÉRREZ, p.19/20).

E questionados sobre uma possível visão autocrítica que pudessem possuir na época em que participaram dos grupos que praticavam luta armada contra a ditadura, Bona Garcia e Gutiérrez foram taxativos, ao responder que, na época dos acontecimentos, não existia essa visão crítica. Bona Garcia, ao afirmar que não possuía naquela época qualquer visão crítica sobre a opção da luta armada, acrescentou na entrevista: “Até por que se tu se questionasse tava frito, né, era desbundado, era a pior coisa que tinha. Não, não, nem existia! Quando começamos a pensar ‘foi certo, foi errado’ foi no Chile, aí que começou a mudar” (p.15).

Apenas Índio Vargas na entrevista negou que na época dos acontecimentos acreditasse na via armada para tomar o poder, o que pode ser explicado, e deve ser relevado, pelo fato dele realmente ter participado de um grupo que se mantinha crítico à luta armada, apenas dando apoio aos que a praticavam: “Não, eu não acreditava nisso não. Eu acreditava que coincidissem que estavam enfraquecendo e que eles iriam ceder” (p.30). Essa visão, motivo de muitas críticas ao livro de Gabeira, de um guerrilheiro narrador consciente e crítico de sua própria atuação e dos grupos no qual militava, é, portanto, negada taxativamente nas entrevistas pelos que efetivamente se engajaram na

luta armada, mesmo que alguns autores como Bona Garcia flertem com ela em seus livros, como foi demonstrado no capítulo dois.

Outra semelhança, encontrada nos livros de memórias, é a afirmação de que ao escreverem seus livros, os autores estariam contando apenas a verdade, mesmo que não pudessem escrever nada mais do que a *sua verdade*, e que os autores mesmo por vezes reconheçam – como faz Gutiérrez em seu livro – que essa *verdade* o é até o ponto em que a memória desses acontecimentos o permita. Silva, analisando os livros de Gabeira e Sirkys, coloca em dúvida se esses livros de memórias deveriam realmente ser tratados como livros de *não-ficção*, devido ao distanciamento temporal do autor que escreve e os eventos que ele narra, e todas as conseqüências que daí surgem, e também a procedimentos empregados pelos autores, como “troca de nomes, seleção de determinadas histórias em detrimento de outras, criação de personagens, mesmo que autobiográficos, fluxo de consciência, etc” (2008, p.43).

Essa afirmação de que estariam contando a verdade surgiu também nas memórias aqui analisadas. Bona Garcia, no começo de seu livro, assume um compromisso: “jamais me concederei fugir ao que, perante minha consciência, me parece a verdade. Serei sincero, mesmo sabendo que não faltará quem use contra mim a minha sinceridade” (1989, p.5). Já Gutiérrez, também no início de seu livro, reflete sobre a veracidade dos acontecimentos relatados em seu livro, mas tecendo considerações sobre os limites impostos a essa verdade, pelo fato de basear-se em memórias: “Os fatos narrados são verdadeiros, tanto quanto a memória de acontecimentos sucedidos há mais de trinta anos o permitem. As datas dos eventos podem não ser exatas, afinal, o texto não tem pretensões acadêmicas” (1999, p.14).

Outra questão interessante de se perceber, que permeia essas diversas memórias, é a necessidade que os ex-militantes da luta armada têm de contar suas histórias. Tendo passado por situações limite, onde colocaram suas vidas em risco, viram companheiros serem mortos e sobreviveram, sentem uma espécie de necessidade de contar suas histórias, seja como um exercício de catarse, ou para compreender melhor o que viveram, ou até para honrar seus companheiros que não sobreviveram para contar. Esses sobreviventes

narram porque, justamente, sobreviveram, estabelecendo com o passado e com o grupo ao qual pertenceram no passado uma relação que ultrapassa o literário, o histórico, o sociológico, o psicológico; mas que incorpora todas estas dimensões. Narram para ou para não entender a situação que viveram (SILVA, 2008, p.206).

Segundo Martins Filho, livros como o de Gabeira e Tapajós, que teriam representado o “primeiro avanço da esquerda na guerra da memória” (2002, p.183), constituíam-se em “relatos mais ou menos atônitos de sobreviventes de um desastre” (2002, p.184), e esse tom marcaria outros livros também que viriam. No livro de Fernando Gabeira, por exemplo, encontramos a seguinte frase: “Sobrevivi. E pensei que talvez fosse interessante contar a história” (GABEIRA, 1979, p.140). Em diversos outros livros aparecem colocações semelhantes, como no de Bona Garcia, em que o autor inicia e termina o seu livro afirmando “estar vivo é uma façanha [...] eu tive o privilégio de continuar vivo” (1989, p.5 e também p.269). Já no livro de Vargas encontramos algo semelhante, ao falar do desejo de sobreviver e ao mesmo tempo da vontade de escrever algo, quando o autor recorda que, questionado na cadeia sobre o porquê de fazer anotações, teria respondido: “se sair vivo daqui, um dia poderei escrever alguma coisa sobre essa nossa experiência. Creio que não será grande coisa, mas em todo caso...” (1981, p.97).

Dentro da multiplicidade de pontos de vista abrangidos no surto memorialístico, para compreendermos alguns fatores que influenciam características de determinadas narrativas, temos que observar também os *locais de elaboração* desses livros de memórias. No exílio, ou na prisão, percebemos a influência que esse distanciamento – seja espacial ou temporal – exerce sobre a elaboração das narrativas. Silva aponta que na maioria das memórias “o exílio e a prisão são os momentos, para esses [...] autores, assim como para outros militantes, de um retorno ao pensamento. Com olhos no passado e no futuro, ainda que fincados num presente indesejável e inóspito” (SILVA, 2008, p.111). Gabeira e Sirkys, por exemplo, que deram um tom mais leve às suas narrativas, as elaboraram no exílio, na Europa, distantes do Brasil e inseridos no contexto das lutas européias,⁹⁴ enquanto Frei Betto e Alípio de Freitas, que ressaltam

⁹⁴ Índio Vargas chega a apontar isso em sua entrevista, ao discordar que haja semelhança entre sua obra e a de Gabeira e Sirkys, afirmando: “Em termos de abordagem é muito diferente, ele tava na Europa e tal, é outra... é tudo bonito... [...] eles lá tinham uma visão européia e tal...” (p.24)

mais o tom de luta e sofrimento dos militantes, escreveram suas obras no Brasil, onde persistia um cerceamento político e cultural e a indefinição dos rumos da abertura.

Portanto, Lucileide Cardoso estabelece uma clara e didática classificação em dois grupos de livros de memórias dos ex-militantes, o primeiro dos memorialistas que, com um maior distanciamento e a clara adesão a novas propostas políticas, fazem uma forte autocrítica, e o segundo dos que ainda estavam envolvidos de certa forma nas lutas políticas do final da ditadura, e fizeram um “discurso memorialístico voltado para a auto-afirmação dos ideais revolucionários de seu tempo” (1994, p.193). Concordo em parte com essa classificação, com a ressalva que ela é um tanto generalizante – como toda classificação o é. Mas, se quisermos fazer uma comparação com base nesta classificação, podemos elencar, ao lado dos livros do primeiro grupo – de Gabeira e Sirkys –, os livros de Bona Garcia e Gutiérrez, enquanto ao lado dos que pertencem ao segundo grupo – Frei Betto e Alípio de Freitas – poderíamos alocar os livros de Índio Vargas e de Fischer Nunes. Mas, como Cardoso mesmo assinala, apesar das divergências na forma de narrar e avaliar a experiência passada, todos possuem algumas semelhanças, como exemplo o fato de que “ambos reiteram, no presente, a adesão às idéias que marcaram a sua trajetória política no passado: a luta pelos oprimidos” (1994, p.196).

Uma similitude que deve ser comentada refere-se ao título das obras de Sirkys e Gutiérrez. Sirkys, com o claro intuito de, “reconstituir a partir do ponto de vista do presente, os caminhos que levaram ao fracasso das utopias de esquerda” (CARDOSO, 1994, p.192), adota como título *Os Carbonários: Memórias da Guerrilha Perdida*, referindo-se às sociedades secretas que existiram na Itália no século XIX, e que visavam combater a tirania que reinava no país, mas foram destruídas pela repressão e pelas cisões internas. A escolha do título, explicada pelo autor na introdução, traça um claro paralelo entre os grupos que pegaram em armas contra a ditadura no Brasil e os carbonários do século XIX na Itália. Gutiérrez também explica em seu livro a origem do título – como já vimos no capítulo dois – referindo-se ao fato do filme estar passando no cinema na época, e terem apelidado de *Brancaleones* seu grupo, e ao adotar como título – o próprio autor deixa claro que existiam outras possibilidades – *A Guerrilha Brancaleone*, também traça um paralelo claro entre o “Incrível exército de Brancaleone”

– um pequeno grupo de maltrapilhos, despreparados para qualquer tipo de luta, e mal sucedidos sempre em seus intentos –, e as tentativas de praticar a luta armada que foram realizadas pelo grupo do qual ele fez parte.

Para concluir essas reflexões, podemos perceber que existe sim uma similaridade entre o *olhar distanciado* de Gabeira e Sirkys, e o maior distanciamento que apresentam também os livros de Bona Garcia e Gutiérrez – comparados com o de Vargas e Nunes –, pois os dois não os escreveram no exílio, mas também o vivenciaram, e ao escreverem seus livros no Brasil, se não havia um distanciamento espacial maior, existia um temporal, visto que foram escritos apenas em 1989 e 1999, respectivamente. A marcada adesão a novas propostas de luta política, presentes nos livros de Gabeira e Sirkys – que aderiam aos movimentos libertários, fortes ao final da década de 70, início da década de 80 no Brasil –, e que davam o tom da autocrítica em relação à experiência anterior, também se evidencia nos livros de Bona Garcia, que havia aderido ao PMDB, e Gutiérrez, que havia aderido ao PPS. Já os livros de Alípio de Freitas e Frei Betto guardam semelhanças também com os de Vargas e Nunes, pois os primeiros autores também passaram um bom tempo presos, e ao escreverem suas obras ainda no contexto da ditadura, narram as passagens pelos diversos presídios e órgãos de repressão, reproduzindo o cotidiano vivido e as relações estabelecidas pelos presos, políticos e comuns, semelhante ao que permeia a maior parte das narrativas de Vargas e Nunes, como já demonstrei no início deste capítulo.

3.3.2 – Outros temas levantados nas entrevistas

Além dos livros de memórias, as entrevistas, realizadas todas no ano de 2010, mostraram-se também extremamente úteis para se captar visões em comum ou discordantes, traços que ligavam os ex-guerrilheiros, e posturas que podem ter influenciado na própria construção das memórias nos livros e no momento da entrevista. As entrevistas foram feitas a princípio visando preencher lacunas, agregar informações, e ajudar na compreensão de como foram escritos os livros, quais as motivações, objetivos, etc, mas acabaram se mostrando riquíssimas também em dados que poderiam

perfeitamente ser incluídos junto aos livros e analisados – considerando a distância temporal e as modificações entre um e outro, claro – como memórias da luta armada, e no caso das entrevistas, também como memórias sobre o processo de escrita dos livros. Em relação à questão teórica envolvendo a história oral,⁹⁵ não vou aqui aprofundar mais uma vez o debate, visto que trato tudo que foi relatado nas entrevistas também como memórias, e o tratamento destas já foi descrito teoricamente na introdução e no decorrer dos capítulos. Compartilho da visão de Michael Pollak, que expressou:

Se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é. Para mim não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral. A crítica da fonte, tal como todo historiador aprende a fazer, deve, a meu ver, ser aplicada a fontes de tudo quanto é tipo. Desse ponto de vista, a fonte oral é exatamente comparável à fonte escrita. Nem a fonte escrita pode ser tomada tal e qual ela se apresenta (1992, p.207).

O primeiro tema que chamou a atenção na entrevistas, refere-se à identificação ou não dos autores dos livros como “ex-guerrilheiros”, onde as respostas divergiram. Índio Vargas foi o único dos quatro autores que não narrou qualquer ação armada de que tenha participado diretamente – a não ser a cobertura de um assalto a banco, como vimos no capítulo um. Ao ser perguntado se tinha efetivamente participado da luta armada, fez questão de se identificar como participante das ações armadas, relatando um episódio de aquisição de arma. Este episódio apareceu somente na entrevista realizada em 2010, não encontrei registro em nenhum outro local, nem em seu livro:

eu dei o apoio, mas eu participei por que eu fiz uma ação que não tava [...] nas recordações. [...] ali na Vieira de Castro, tem a companhia de Guardas do Exército, que é um quartel, com um número regular de gente e que tem funções específicas da guarda, enfim e tal, e ao lado, atrás da Companhia de Guardas, tinha uma casa da JUC, Juventude Universitária Católica, onde moravam estudantes e eu tinha estudantes amigos ali, e aí, eu e um companheiro fomos lá, conversamos com dois ou três, tarde da noite, e eu sabia como é que o guarda fazia, fazia a guarda atrás do quartel, numa parede assim, um muro de cima, largo, bem forte, ele caminhava ali, com uma metralhadora. Nós fomos lá e pegamos, [...] tomamos a arma e dissemos que ele ficasse uma hora sem comunicar por que se não ele ia ser executado e ele concordou, concordou e nós ficamos com a arma (p.9).

⁹⁵ Para aprofundar essa questão, ver o excelente livro *Usos e abusos de história oral*, organizado por Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira.

Já Gutiérrez, dos *Brancaleones*, questionado se considerava a si próprio um ex-guerrilheiro, respondeu evasivamente:

Não. Assim óh, primeiro que a minha experiência guerrilheira, foi uma experiência bastante, nunca fui um brilhante guerrilheiro [risos]. Eu, o que eu me considero assim, considero que eu, a minha geração, o pessoal que participou disso, a gente teve envolvido numa guerra entende? Quer dizer, uma é que nós achávamos que íamos fazer a guerra contra eles, e outra que eles fizeram a guerra contra nós, tranquilamente (p.3).

Ao serem perguntados sobre as motivações que os levaram a ingressar na luta armada, as respostas também variaram. Índio Vargas apontou basicamente motivos pessoais:

me cassaram, aí em janeiro eu assumi, vinte dias depois já tava vigendo o AI-5, fui cassado, tiraram o mandato, suspenderam os direitos políticos por dez anos e tiraram o emprego que eu tinha na Caixa. [...] As circunstâncias, por que eu achei que era uma violência o que eles fizeram, uma coisa, um atraso pro Brasil, uma desmoralização né, mas não me lembro, isso eu não me lembro, vai pegar em armas, por que fui provocado, eles foram implacáveis. Então esse foi o motivo que realmente me levou (p.17).

Já Bona Garcia, ressaltou primeiramente o contexto que viviam:

Primeiro o seguinte, tu tem que entender que era o movimento cíclico que tinha no mundo inteiro, um chamamento à juventude a mudar a sociedade, pode chamar isso de rebeldia, o que fosse, mas era um momento onde a juventude no mundo tava sendo, participando, entendeu? Pra mudar, nós queríamos mudar, entendeu? Dois, no Brasil tinha um regime ditatorial que foi fazer com que você já se rebelasse contra eles. Três, tava em plena Guerra Fria, que tava o mundo dividido em dois pólos, ou tu era contra ou era a favor de um lado e de outro. Tu tinha, se tu tava no meio, tu ia se manifestar. Quatro, tinha um, um... vamos dizer assim, dentro dessa vontade de mudança, de participação e tal, um exemplo muito claro pra nós que era a Revolução Cubana, as revoluções socialistas no mundo, entendeu? (p.8).

Quando perguntado se não haveria algum motivo mais pessoal, de sua vida, respondeu:

a participação no movimento estudantil e como eu trabalhava também, eu sentia muito a diferença de classes sociais, né, não que tivesse eu alguns resquício, por exemplo, eu trabalhava em uma situação muito, digamos assim, relegada ao segundo plano, eu trabalhava com matador, com açougue desde criança, desde pequeno e aquilo ali, carregando cesta no braço, vendendo nos restaurantes, andando de

carroça, entendeu? Aquilo, as gurias, bah! Se afastavam, entendeu? Né, eu ia pra UFRGS as vezes todo sujo, né, pegava lá e ia fazer os troços todos, também tinha esse componente, claro que sim, tu via a diferença de classes, tudo isso ajudava (p.9).

Gutiérrez, frente às mesmas perguntas, respondeu de forma bem semelhante a Bona Garcia, primeiro apontando os fatores externos, do contexto, e em seguida reconhecendo motivações mais pessoais:

tem um fato geracional, digamos, tem todo o setor da juventude da época que vai se envolver com esses movimentos, era uma ditadura militar bastante impopular com a juventude e sei lá, idéias de transformação, de conseguir uma sociedade mais justa, essas coisas. [...] Na minha família, teve muita gente perseguida, presa, logo depois do golpe. Meus primos de Bagé, um era do sindicato dos bancários, o cara foi expurgado do Banco do Brasil, trouxeram ele preso pra Porto Alegre, onde era, onde é hoje a FASE, antiga Febem, ali na Padre Cacique, aquilo ali se transformou em um presídio para presos políticos logo depois do golpe, abril de 1964, maio. E lideranças sindicais, lideranças políticas, todo o estado, foram colocadas ali, e eu tive dois primos, que ficaram ali. Depois em agosto de 1964 tenho outros primos [...] que pertenciam aos chamados Grupos de Onze do Brizola e tentaram, dizem eles hoje que isso foi ação montada por um agente provocador, um cara que seria da polícia. Pensaram em uma série de atentados, na região metropolitana e, nunca aconteceram, nunca aconteceram esses atentados, mas eles foram presos [...], foram torturados, foram espancados bastante, então eu teria razões de família assim... (p.6).

Aqui fica evidente que, ao rememorar suas experiências vividas num contexto anterior, os autores re-processam suas memórias inserindo-as no contexto histórico, agora por eles bem conhecido – de uma forma muito diferente do que no momento dos acontecimentos –, dando mais sentido às experiências vivenciadas, e às opções tomadas.

Maurice Halbwachs trata um pouco dessa questão em seu livro *A memória coletiva*, ao chamar a atenção para o fato de que a memória individual nunca “está inteiramente isolada e fechada” (1990, p.54), assim, ao rememorar o passado, um homem sempre “se reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade” (1990, p.54), isto é, os marcos históricos. Esses acontecimentos, que a princípio poderiam parecer completamente exteriores às circunstâncias de vida do indivíduo, quando ele reflete sobre sua trajetória passam a fazer sentido, *explicando* muitas de suas próprias vivências.

A já citada metáfora estabelecida por Gutiérrez no início de seu livro entre o mundo da Guerra Fria e um Grenal (jogo de futebol entre equipes rivais do RS) é bem representativa desse processo. Em seu ato de rememorar a época, inserindo suas vivências

dentro do contexto de bipolarização política, o autor recorda apenas que “as pessoas, as famílias se dividiam” (1999, p.18).

Essa “utilização” de um contexto é evidente no livro de Gutiérrez, que passa um capítulo inteiro contextualizando a época da Guerra Fria (“*Do ano do rato ao Golpe Militar*”), desde seu nascimento até a militância estudantil, para no próximo capítulo passar a narrar efetivamente suas memórias. Em Bona Garcia, isso também aparece de forma marcante, pois o autor chega a inserir dentro do livro trechos de outros autores para contextualizar o período em que os acontecimentos narrados – e vivenciados – ocorriam. Esse fato surge também claramente nas entrevistas, como demonstrei acima, quando Bona Garcia e Gutiérrez atribuem suas opções pela luta armada ao contexto mundial e brasileiro, antes de citar qualquer motivação pessoal. Halbwachs, refletindo que essa reintegração das lembranças de um indivíduo dentro de determinadas datas marcadas como importantes pela construção historiográfica se faz sempre *a posteriori*, também observa que essas datas escolhidas como importantes “não tem sentido senão em relação aos grupos de que fazemos parte” (1990, p.57), o que nos ajuda a compreender o destaque que Gutiérrez dá ao *ano do rato* – 1948 –, ano em que nasceu, mas também ano do 100º aniversário do lançamento do *Manifesto Comunista*, como o autor faz questão de ressaltar em seu livro.

O impacto da participação na luta armada em suas vidas é outra questão que se destaca nas respostas dos três entrevistados, e o próprio Nunes – como foi mostrado no capítulo anterior – em seu livro fala disso, chamando a atenção para as seqüelas que as torturas deixaram nele, e o sofrimento das pessoas próximas. Vargas é enfático em sua resposta: “mas daí destruiu tudo né, destruiu tudo” (p.17), e Bona Garcia segue a mesma linha de resposta:

Muito, muito, muito, entendeu? Por que na época foi uma ruptura do ponto de vista familiar, do ponto de vista social né, foi muito forte. E a consequência disso foi a cadeia que, pra mim, foi muito forte também, até por que eu tinha uma vida, eu não era só estudante e tal, de classe média, não, eu era estudante, na época trabalhador, entendeu? E o fato de fazer a ação armada isso aí era um troço que chocava na época muito, e depois na cadeia, conviver com a minha família e com esse problema, entendeu? Não foi fácil não, [...] depois também em função disso, tem o seqüestro, você sai, vai para o exterior e aí a vida mudou. Tudo mudou (p.9).

Gutiérrez também destaca o quanto essa participação, e principalmente o exílio, afetaram sua vida:

significativamente né, por que eu termino exilado, quer dizer, no momento em que eu saio do Brasil [...], eu não saí assim com a idéia de ficar exilado, saí com a idéia de dar um tempo pra uma situação que estava muito difícil, eu estava com a prisão decretada, mas isso modificou radicalmente a minha vida, sou preso lá, a situação se complica mesmo, fui acusado de pertencer ao esquema da ALN de fronteiras, [...] e me trouxe bastante prejuízo pessoal no sentido de que eu fiquei todo esse tempo na América Latina, abaixo de golpes de estado, começava uma faculdade e não conseguia terminar, foi um negócio tão ferrado na minha vida, depois eu volto, eu acho que faço cinco faculdades, cinco vezes, quatro/cinco vezes eu faço vestibular na UFRGS, começo e nunca consigo concluir coisa nenhuma. Acho que em parte é um trauma desse período, não sei te explicar isso [risos], eu não consigo concluir o terceiro grau digamos, é um negócio que te prejudica... Prejudica hoje e naquela época também, já era bastante importante, e neurose direta, que todo mundo fica desse período (p.7).

Em relação às intenções ao escreverem seus livros, os três foram unânimes em apontar que não tinham qualquer pretensão de se tornarem escritores, ou ganhar algum dinheiro com isso. Índio Vargas deixou bem claro na entrevista: “quando comecei eu fui fazer uma reportagem [...] nem era assim, uma contribuição para a história, achei que era irrelevante. [...] Nenhuma pretensão. [...] não tinha nada. Nem sequer ganhar um dinheirinho. Eu ia dar de presente pra eles lá” (p.20/21). Bona Garcia também afirmou que “nunca fui e nem tive a pretensão, era deixar alguma coisa [...] mais uma denúncia” (p.11).

É interessante perceber que os três autores afirmaram nas entrevistas que, tirando pequenas coisas, como reflexões que faziam no momento em que escreveram seus livros, e que acabaram sendo colocadas na obra, ou o acréscimo de alguns dados mais precisos que hoje eles possuem, não modificariam em nada seus livros. Os três também afirmaram que, no momento da entrevista, pensavam da mesma forma – crítica – a respeito da participação na luta armada, ocorrida nos anos 1960-1970, admitindo apenas algum pequeno avanço na linha do pensamento crítico.

Outra conclusão que aparece após a análise das entrevistas é que, os três, em maior ou menor grau, aceitam que com o tempo foram se tornando mais flexíveis, mais tolerantes, e que tanto na época que escreveram os livros como nos dias de hoje, veriam as coisas de uma forma mais “conciliadora”. Bona Garcia, questionado se seu livro teria

um tom mais conciliador ou revanchista, foi enfático: “Mais conciliatório do que revanchista. [...] Até que eu tô, desde a época pra cá, hoje mais ainda né, tô mais pra bombeiro do que pra... [risos] revanchismo não...” (p.16). Gutiérrez, refletindo sob outro viés, também afirmou: “aquele negócio que conversávamos, a própria vivência, a existência de cada um, o fato de eu não ter sido pendurado num pau de arara, não ter levado choque elétrico, pode ser que me torne menos crítico” (p.19).

Índio Vargas, refletindo sobre seu livro, afirmou que pessoas lhe falaram que ele teria sido “muito condescendente com os companheiros” (p.27), pois essas pessoas, na visão de muitos, “não eram assim tão [...] generosos” (p.27) como ele teria apresentado, mas o autor se defende afirmando:

a minha tendência é essa, eu não vou muito pro negativismo. [...] eu acho até que houve uma espécie de tolerância, de uma e de outra parte. Tolerei os revolucionários, os que combatiam o golpe, e tolerei também um pouco os golpistas, por que eles no fundo a maioria deles não sabiam direito o que estavam fazendo. Eles não tinham, não tem capacidade de reflexão (p.27).

Portanto, Vargas assume que seu livro possa ter um tom mais conciliatório, em relação aos dois lados, e assume que teria enfatizado mais o lado cômico, ao narrar os acontecimentos: “É, pra alguns é pouco mais leve, assim, por que eu tenho um traço de humor, um pouco mais, eu me contive muito aí, por que agora eu seria mais tendendo pro humor, mas eu acho que, é” (p.31).

Quando perguntados sobre as influências que a leitura de outros livros de caráter semelhante poderia ter exercido sobre suas narrativas, quando escreveram suas memórias, os autores raramente citavam alguma influência marcante. Índio Vargas recordou que foi muito influenciado pelo livro de outro preso político de uma ditadura, mas de um período anterior, ou seja, a do Estado Novo (1937-45): “Eu acho que um que me influenciou muito foi o Graciliano Ramos, que escreveu ‘Memórias do Cárcere’. [...] eu lia muito Sartre e tal, mas o Sartre não é bem dessa área, o grande romance dele, não tem nada que ver com isso aí, é outra coisa” (ENTREVISTA VARGAS, p.21). Já Bona Garcia negava a possível leitura e influência de qualquer autor sobre sua narrativa, ressaltando a originalidade de sua obra:

Não, nenhuma, nenhuma, nenhuma. Até por que ele não se parece com nenhum livro. Dos que você já leu, eu acho que não. Sei lá, mas não, não teve... Não foi o livro do Índio, não foi... Nem sei se, eu acho até que não tinha ainda, o livro do Índio nem sei de que época é. [...] Foi antes? Mas não foi, eu não tinha lido ainda o livro do Índio, não foi o do Gabeira. Não, eu li depois o livro do Índio (p.11).

Gutiérrez até reconhece que poderiam existir semelhanças entre obras desse caráter, mas mais uma vez ressaltou a questão do contexto histórico semelhante vivenciado por esses militantes, o que geraria em sua visão inevitáveis similaridades:

Nenhuma, tá? Tu vai ter coincidências em todo o livro do período, tem coisas que são coincidências porque descrevem no livro uma época, as mesmas situações, as mesmas... Tem um livro do Palmar, é um jornalista de Foz do Iguaçu, foi editado faz dois, três anos, enfim, é bem recente, mais recente que o meu, [...] a descrição de época, de razões, é igual. Ora bolas, o cara fazia parte do movimento estudantil, fazia parte de dissidência... a questão do foquismo... (p.9/10)

Ao serem questionados especificamente sobre o livro de Fernando Gabeira, *O que é isso, companheiro?*, Vargas e Gutiérrez responderam que o leram logo que foi lançado, e que gostaram, Vargas inclusive afirmando que “era um divulgador dele” (p.23). Mas ao responderem se o livro poderia os ter influenciado na escrita dos seus, os dois responderam que não, Vargas afirmando que o seu é “completamente diferente” (p.23), e Gutiérrez declarando o seguinte: “ficou perdido... teve o do Índio, do Bona...” (p.11), assumindo, portanto, que poderia até ter tido alguma influência, mas dentro de tantas leituras teria *se perdido* como uma influência marcante a ser destacada.

Questionados a respeito de *Os Carbonários*, de Alfredo Sirkys, os dois também admitiram ter lido, apesar de Vargas não lembrar se teria lido antes ou depois de escrever o seu próprio livro. Índio Vargas, questionado sobre uma possível influência dessa obra em sua escrita, refletiu que “Em termos de abordagem é muito diferente, ele tava na Europa e tal, é outra... é tudo bonito... [...] eles lá tinham uma visão européia e tal...” (p.24). Englobando os livros de memórias que teria lido, o autor encerrou essa reflexão assumindo que poderia ter sido influenciado por eles, mas no sentido “de decidir fazer” (p.24), isto é, de também escrever suas memórias, afinal, “se eles escreveram, eu posso escrever também, eles são jornalistas também” (p.24).

Já Gutiérrez, sobre o livro de Sirkys, apontou em sua resposta que poderia haver alguns “pontos em comum” com sua obra, mas mais uma vez atribuindo isso ao

contexto semelhante vivenciado pelos dois: “até pelas circunstâncias, que aí sim tu tem alguns pontos de contato da realidade do Sirkis e a nossa aqui, ele fazia parte do Colégio de Aplicação no Rio de Janeiro, toda participação de 1968” (p.12).

No âmbito geral, sobre a leitura de outras memórias de ex-guerrilheiros, Gutiérrez chega a admitir a possibilidade de ter sofrido alguma influência, mas com a preocupação de deixar claro que não teria copiado nada deliberadamente: “eu li esses livros, quer dizer, alguma influência, nem sei te dizer... mas não foi certamente nada que eu plagiei, copiei...” (p.12). Bona Garcia, frente às mesmas perguntas, respondeu que não teria lido nenhum desses livros antes de escrever o seu, devido à sua relação ainda problemática com a experiência que havia vivenciado na época. Disse que só leu esses livros depois de ter escrito o seu, quando começou a lidar melhor com as memórias daquele período⁹⁶: “Depois eu comecei a ler tudo viu, daí eu já tava mais tranqüilo” (p.13).

Já em relação ao momento em que escreveram seus livros, todos autores entrevistados declararam que já possuíam uma visão crítica da luta armada, da qual eles tinham feito parte. Os fatores apontados para a visão crítica que expuseram foram múltiplos, mas em sua maioria relacionados ao fracasso da luta armada no Brasil. Índio Vargas classifica sua visão da luta armada ao escrever o livro como crítica, nem “pessimista nem otimista, eu faço mais ou menos realista” (p.25). Isso se deveria à sua decepção com os grupos e militantes que a teriam realizado no Brasil:

aí houve um choque [...] por que quando eu entrei na Luta Armada eu achei que era outra coisa, achei que era um pessoal mais preparado, um pessoal mais qualificado, técnica e política e psicologicamente. Então, eu, pra mim foi uma decepção muito grande, por que o pessoal não estava a altura pra enfrentar uma ditadura que tem que enfrentar as forças armadas. [...] um despreparo, e um pouco de irresponsabilidade também [...] E depois eu vi uma coisa muito grave lá, que era a luta dos grupos por uma coisa que não existia, um falso poder. [...] As brigas internas e disputas, uma posiçãozinha aqui, coisas irrelevantes... [...] Por isso que as pessoas que participaram da Luta Armada, o percentual que permaneceu mais ou menos fiel ao que fez e ao que se propunha, é muito baixo, muito baixo (p.25/26).

Já Bona Garcia, questionado se seu livro passaria um tom mais derrotista ou de exaltação da luta armada, também optou pelo mesmo termo de Vargas, afirmando que

seria uma visão crítica, “nem derrotista nem exaltação. Realista...” (p.16). Ao afirmar que sua visão na época em que escreveu o livro era a mesma do momento da entrevista, isto é, crítica à opção armada, fez questão de ressaltar: “Se deu certo ou não deu, aí é outra história, mas tô dizendo como opção era aquela que nós tínhamos” (p.14).

Gutiérrez, ao falar de seu livro, opta pelo termo “crítico” para defini-lo, e admite que enfatiza mais o lado cômico das situações, mas ressalta o caráter de denúncia de sua obra: “acho que busco criar situações que têm uma certa dose de humor, mas têm forte componente de denúncia desse período, denúncia da repressão, não tenho dúvida. Pra mim isso é central” (p.14). Questionado se seu livro poderia ter um tom mais leve que o de outros que sofreram nas mãos dos torturadores, e passaram anos nas prisões – experiência que Gutiérrez não vivenciou –, o autor reconheceu que tal fator poderia ter influenciado um pouco sua narrativa:

acho que possivelmente sim, eu não passei pela experiência da tortura, [...] tortura sistemática, choque elétrico, pau de arara eu não tive. [...] acho que todos que passaram pela experiência da tortura, é um negócio traumático, de tal sorte que, possivelmente, meu livro não leva essa carga que eu não passei (p.14/15).

Sobre a motivação de sua visão crítica, também atribuída ao fracasso da luta armada no Brasil e na América, Gutiérrez mais uma vez recorre ao contexto em que viveu para explicar seu posicionamento:

os processos de luta armada, no Cone Sul da América Latina, são processos fracassados... Tu não tem nenhum desses movimentos armados no Cone Sul, depois tu vai ter o Sandinismo, já numa época mais tardia, no final da década de 70 né, mas todos são fracassados. Sob o ponto de vista objetivo, o processo de luta armada nesses países, com o objetivo de construir uma sociedade socialista ou mesmo com o objetivo de destruir uma ditadura, eles fracassam! [...] eu acho que o processo de luta armada é um equívoco, foi um equívoco, nós perdemos... [...] Então eu tinha uma visão, a partir de quando eu retorno, já tenho essa visão crítica, desmoronamento né tchê... são dezenas, quase uma centena de pessoas que tu conviveu, que foram assassinadas, morreram na tortura, desapareceram, foi algo muito doloroso (p.13).

A autocrítica, portanto, presença constante em todos os livros de memórias dos ex-militantes da esquerda armada, que numa primeira impressão poderíamos estabelecer

⁹⁶ A escrita de seu livro teria servido como uma espécie de catarse, como já expus no capítulo dois.

mecanicamente como uma influência direta dos sucessos editoriais como o de Gabeira e Syrakis, nas entrevistas surge motivada por outros fatores. Outras semelhanças, além da marcada autocrítica, surgem entre essas obras, mas mesmo Vargas e Gutiérrez, que leram esses autores antes de escreverem seus livros, negaram a princípio qualquer influência. Sem descartar a hipótese levantada por Gutiérrez, das trajetórias semelhantes, que gerariam reflexões, visões e memórias construídas também de forma semelhante, pelo contrário, acrescentando ela como fator que gera inevitáveis similitudes entre esses livros de memórias, não podemos deixar de recordar todo o contexto que foi criado com o advento do surto memorialístico e o sucesso que o livro de Gabeira fez.

Mesmo achando que não foram influenciados por tudo isso, certamente os autores sofreram – em maior ou menor grau, conforme o caso – essa influência “externa”. Nas entrevistas, eles responderam o que acreditaram que teria acontecido, em um período muito anterior, e é óbvio que determinadas nuances do período e das influências que os atingiram podem ter escapado à sua percepção, no ato de recordar. O próprio Bona Garcia, que não leu qualquer livro de memórias antes de escrever o seu, e que é o que mais faz autocrítica em seu livro, pode ter sido influenciado – muito ou pouco – pelo clima criado no cenário nacional, o que fica difícil é mensurarmos o quanto cada um sofreu dessas influências.

Maurice Halbwachs, em seu livro *A memória coletiva*, já refletia sobre esse tema, do sujeito que acredita que suas memórias são completamente originais, sem se dar conta das influências a que vive submetido. Na visão desse autor, uma característica inerente a todos os seres humanos é atribuímos “a nós mesmos, como se elas não tivessem sua origem em parte alguma senão em nós, idéias e reflexões, ou sentimentos e paixões, que nos foram inspirados por nosso grupo” (1990, p.47). Assim, os sujeitos históricos, ao recordarem, inevitavelmente tomariam reflexões alheias como suas. Concordando com essas visões que nos foram apresentadas, e assimilando como nossas, “elas correspondem tão bem a nossa maneira de ver que nos espantariamos descobrindo qual é o autor, e que não somos nós” (1990, p.47). Acreditamos, portanto, que nossos atos são independentes de todas as influências externas, mas na visão de Halbwachs,

que privilegia sempre essas influências sobre o indivíduo, “nós não percebemos que não somos senão um eco” (1990, p.47).

3.3.3 – Polêmicas da historiografia

Outra forma interessante de análise, para melhor aproveitamento das entrevistas realizadas, é buscar perceber de que forma os personagens, que vivenciaram o período, se posicionam frente a determinadas polêmicas da historiografia sobre a Ditadura Civil-Militar Brasileira. Nesse momento, portanto, vou confrontar alguns aspectos discutidos pela historiografia que lida com a ditadura com as entrevistas e com as memórias escritas pelos personagens, e ver se elas – as memórias – corroboram ou não essas visões da historiografia. Outro aspecto interessante que se pode perceber em determinadas respostas da entrevista, é que as leituras de cada um, após a experiência da luta armada, mais especificamente suas leituras sobre o que foi produzido pela historiografia, e seu conhecimento sobre determinadas polêmicas historiográficas, também os influenciam ao responderem de determinada forma aos questionamentos.⁹⁷

Carlos Fico, em 2001, num interessante artigo sobre o que já havia sido produzido no Brasil em relação ao período ditatorial, colocou claramente um questionamento que permeava os debates sobre o período: “o AI-5 decorreu da opção extremada pelas armas, feita por boa parte da esquerda comunista revolucionária, ou, ao contrário, induziu tal escolha (já que, com o AI-5, a oposição legal tornou-se indefesa)?” (p.79). Nesse artigo, Fico conclui que a resposta é inevitavelmente permeada por posições políticas – sendo a primeira opção de resposta defendida pelos militares, a segunda pelos militantes da esquerda –, e que nem um estudo cronológico, mostrando o que vem antes ou depois responderia essa questão; propõe então a idéia de interação, isto é, “uma ação recíproca que não se explica pela noção de anterioridade – configurada a partir da grande complexidade e relativa autonomia dos fatores intervenientes” (2001,

⁹⁷ As resposta de Gutiérrez são exemplares nesse sentido, sempre alinhadas a determinada posição dentro das polêmicas da historiografia, demonstrando que realizou diversas leituras sobre o tema, que ajudaram a

p.84). Assim, seria preciso perceber justamente a inter-relação que se estabeleceu entre a repressão e a luta armada, visto que

o AI-5 já mencionava a ‘guerra revolucionária’ e, por seu turno, diante do estabelecimento definitivo da ditadura que o ato significou, os setores da esquerda revolucionária que defendiam a luta armada viram ‘confirmada’ a tese de que não havia saída no campo da luta política legal (2001, p.84).

Marcelo Ridenti, em artigo de 2004, intitulado Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores, identificou nessa questão o que chamou de visão do bloqueio institucional. Segundo essa visão, construída principalmente pelos ex-guerrilheiros, os grupos que pegaram em armas o teriam feito em resposta ao fechamento das vias institucionais de participação política às esquerdas. Daniel Aarão Reis Filho já havia levantado fatores para se contestar essa visão, ao apontar que antes mesmo do Golpe de 1964 já havia propostas de luta armada colocadas. Ridenti também contesta essa interpretação, chamando a atenção para o fato de que “organizações clandestinas de peso, como a Ação Popular (AP) e o PCB, mantiveram-se críticas à alternativa armada tal qual era desenvolvida” (2004, p.58).

Chamando a atenção para a influência do contexto de fim da ditadura, quando essas memórias da luta armada teriam emergido no cenário nacional, Ridenti conclui:

Trata-se de uma interpretação construída a partir do final dos anos 70, quando setores significativos das esquerdas - agora comprometidos com o processo de democratização - reviam seu passado em conformidade com as posições políticas assumidas posteriormente (2004, p.58/59).

Índio Vargas chega a flertar com essa visão ao explicar seus motivos para aderir à luta armada, como vimos anteriormente, atribuindo sua opção basicamente às circunstâncias e ao fechamento do regime, chegando a citar o AI-5.⁹⁸ Mas ao ser perguntado diretamente sobre essa questão, o autor não corroborou a tese de que o AI-5

formar sua visão sobre o período, no qual ele participou ativamente. Sua resposta por email, a uma pergunta específica sobre o AI-5 e seus efeitos sobre os grupos da luta armada, exemplifica bem isso.

⁹⁸ “tava vigendo o AI-5, fui cassado, tiraram o mandato, suspenderam os direitos políticos por dez anos e tiraram o emprego que eu tinha na Caixa. [...] As circunstâncias, por que eu achei que era uma violência o que eles fizeram, [...] um atraso pro Brasil, uma desmoralização [...] pegar em armas, por que fui provocado, eles foram implacáveis” (p.17).

teria desencadeado a luta armada, utilizando termos mais ponderados, como *agravou*, ou *contribuiu*: “ali a pressão agravou [...], ali houve uma mudança radical na opinião das pessoas [...] Contribuiu bastante, por que eles se desmandaram” (p.31).

Bona Garcia e Gutiérrez, em seus livros – como já mostrado anteriormente –, atribuem sua opção pela luta armada ao contexto – geral, sem citar o AI-5 –, e a questões pessoais, sem em nenhum momento citar a importância do Ato Institucional de nº 5 para a adesão a um grupo armado. Gutiérrez chega a flertar com essa visão, ao afirmar em seu livro: “em nossa visão haviam nos fechado todos os caminhos e a luta foi a resposta que nossas emoções e o tempo em que vivíamos indicavam” (1999, p.16), mas também passa longe de atribuir importância central ao AI-5, mais uma vez destacando o contexto mais amplo. E ao ser questionado sobre essa relação, negou que o fechamento do regime tivesse gerado a luta armada, lembrando que a organização da luta armada teria começado após o golpe, e que antes mesmo de 1964 alguns grupos já pregavam essa opção, destacando como elemento crucial nesse processo a implosão do PCB.⁹⁹

Na entrevista, Bona Garcia, assim como Vargas, também ressaltou que já vinha num processo, e além de *contribuiu*, utilizou-se do termo *acirrou*: “eu acho que veio num processo viu? [...] ali com a morte do Che, a questão acirrou, entendeu? Eu acho que o fechamento contribuiu sim, mas acho que não foi o determinante, acho que chegou num momento que a gente queria a ruptura, entendeu?” (p.21). A importância dos termos que destaquei evidencia-se; por meio deles, percebemos que os dois autores que abordaram o assunto na entrevista não adotaram a postura extrema de afirmar que a luta armada seria uma consequência do AI-5, mas também consideram o Ato como um marco importante nesse processo. Portanto, os livros, e as respostas formuladas a essa pergunta, nas entrevistas, parecem corroborar a tese proposta por Carlos Fico, de uma interação complexa entre os fatores, e não uma simples relação de causa e efeito.

Outra polêmica interessante a respeito das visões sobre a luta armada no Brasil, que já foi bastante debatida, mas sem que se chegue a um consenso, é o que Marcelo Ridenti chamou de *ideologia da resistência democrática*. Segundo essa visão,

⁹⁹ Ver EMAIL trocado no dia 24 de fevereiro de 2011, em ANEXO.

inicialmente apontada por Daniel Aarão Reis, “a luta armada ofensiva contra a ditadura militar, com o objetivo de destruir o capitalismo e instaurar uma ditadura revolucionária, ou seja, o projeto revolucionário transmudou-se em resistência democrática contra a ditadura” (2004, p.48). Daniel Aarão, extremamente crítico dessa ideologia que teria se afirmado no Brasil, chama a atenção para o fato de que, no contexto da Guerra Fria e da bipolarização entre extrema esquerda e extrema direita, no Brasil,

ambos os lados defendiam a democracia, acusando-se reciprocamente por desprezá-la, mas em toda parte tinham com este regime uma relação meramente instrumental, não se furtando a pisotear alegremente os valores e as instituições democráticas sempre que isto lhes parecesse importante para fazer avançar seus interesses imediatos e o alcance de seu poder (2004, p.33).

Marcelo Ridenti discorda de Daniel Aarão, defendendo que os grupos que pegaram em armas contra a ditadura podem sim ser classificados dentro de um amplo movimento de resistência contra o regime autoritário, demonstrando inclusive em documentos da esquerda armada que muitos grupos utilizavam o termo *resistência*. Na visão de Ridenti, pode-se usar apropriadamente o termo “*resistência*” para essas esquerdas, também “pois sua luta importou mais pela significação de combate à ditadura do que pelo intento de ofensiva revolucionária, mais pelo sentido defensivo que ofensivo, ao contrário da intenção original dos agentes” (2004, p.57). Esse autor, portanto, defende que a esquerda armada seja classificada como “parte do arco amplo e heterogêneo de oposição à ditadura, que pode ser chamado de ‘resistência’” (2004, p.57), mas para evitar confusões, recomenda que se utilize “apenas o substantivo resistência” (2004, p.59), excluindo o adjetivo “*democrática*”, tão criticado por Daniel Aarão.

Para além das discussões semânticas, é importante nos fixarmos na questão da democracia, que como já vimos no capítulo dois, é um tema recorrente nas memórias analisadas, principalmente nos livros de Bona Garcia e de Cláudio Gutiérrez. Eles escreveram suas obras em 1989 e 1999, respectivamente, momentos em que os valores democráticos eram bastante valorizados socialmente. Em relação à mistificação em torno da luta pela democracia, Ridenti chama essa construção de *ideologia da*

resistência democrática, apontando que essa visão “atribui a retomada da democracia no Brasil [...] em parte à luta heróica das esquerdas armadas, o que em si não é de todo falso, mesmo que essa não fosse a intenção original” (2004, p.58). Mas nessa versão, segundo Ridenti, residiria um grave problema:

O aspecto mistificador consiste na omissão de que as esquerdas armadas nunca propuseram um retorno à democracia nos moldes do pré-64, tampouco algo que prefigurasse a institucionalidade que viria a se constituir no Brasil depois do final da ditadura. Essa ideologia tende tacitamente a reduzir a luta pela revolução nos anos 60/70 a uma fase preparatória para a democracia brasileira tal qual ela está hoje estabelecida, legitimando assim o passado de muitos ex-guerrilheiros. Trata-se de uma versão da História conveniente para os que lutaram contra a ditadura e mais tarde chegaram a diferentes governos ou conseguiram uma inserção institucional, sem que houvesse mudanças de fundo na ordem social e econômica estabelecida (2004, p.58).

Concordando com essa reflexão, percebemos que, não por acaso, se teria construído a imagem de que a luta armada foi uma opção de jovens inconsequentes – ou *simpáticos incompetentes* –, e que com o tempo, as vivências, e todas as reflexões, os teriam amadurecido, fazendo-os compreenderem que haviam errado, mas que todo esse aprendizado os teria preparado para o atual momento político, onde não cometeriam os mesmos erros. O livro de Bona Garcia é exemplar nesse sentido, como mostrei no capítulo dois.

Mas aqui reside um problema. Na leitura dos livros de memórias, em momento algum os autores apontam para essa defesa de que a sua luta visava a implantação de um regime democrático. Pelo contrário. O próprio Bona Garcia, em seu livro, deixa claro que a luta armada não ocorrera visando a resistência, nem a luta pela democracia: “Nós queríamos, no fim das contas, era um Putsch, um golpe, e pior: sem estrutura alguma” (1989, p.84).

Nas entrevistas também, dos três o único que se aproximou dessa ideologia foi Índio Vargas, que ao ser perguntado se os guerrilheiros lutavam por democracia declarou que “a maioria sim” (p.29), e ao ser questionado se o exemplo não era Cuba, defendeu o regime de Fidel Castro afirmando que em sua visão “a história de Cuba também é uma decorrência, que nem que eles quisessem tanto assim, [...] o Fidel ficou

embretado, essa é a verdade, ficou ali preso naquilo” (p.30). Mas Bona Garcia, na entrevista, contestou veementemente essa visão:

nós queríamos não só mudar a ditadura militar, mas nós queríamos sim, implantar um regime socialista no país, isso era claro, as pessoas às vezes tendem a dizer ‘não, era só a democracia’ não, era pra implantar o comunismo, era isso, a luta nossa era essa, pode hoje querer dourar do jeito que quiser, mas nós queríamos isso. [...] quando os militares tavam nos taxando de comunistas, eles estavam nos taxando corretamente, entendeu? [...] Nós queríamos a democracia, claro, mas nós queríamos também, entendeu? A ditadura do proletariado, nós queríamos também, entendeu? Nós éramos seguidores do leninismo, entendeu? [...] nós tínhamos visão clara daquilo que nós queríamos. Então não adianta querer dourar a pílula hoje, pintar, que não é verdadeiro. Esse era o sentimento (p.8).

Gutiérrez, em seu livro, parece filiar-se um pouco à visão da resistência (democrática ou não, não fica bem claro), ao afirmar: “sabemos que nosso passado, apesar dos erros e trapalhadas, faz parte do acervo da luta do povo brasileiro pela reconquista das liberdades” (p.116). Mas na entrevista, ao ser questionado sobre esse tema, parece deixar bem claro que acredita que era uma forma de resistência, mas não democrática:

Gutiérrez: Nós lutávamos contra uma ditadura, lutávamos contra a ditadura e tendo como bandeira o socialismo.

Entrevistador: Democrático..?

Gutiérrez: Socialismo [risos]. Na nossa época era o socialismo... Mas assim não, uma sociedade democrática... nosso modelo era Cuba. [...] a juventude não se mobilizou em torno de bandeiras liberais de abertura democrática, Constituinte, não. A mobilização só havia na luta contra as injustiças e contra a repressão. Então assim, era uma luta contra a ditadura e nesse sentido eu acho que isso responde um pouco a questão assim: “não, mas não lutavam pela democracia?”, tu luta contra uma ditadura, é isso né? Agora se tu tinha um modelinho de sociedade com Constituinte, eleições, não... [risos] (p.17/18).

Assim, essa polêmica se mostra rica para o debate, mas nessa pesquisa o que encontramos foi uma ausência de verificação da origem prática desse questionamento, isto é, não se percebe nenhum dos ex-guerrilheiros defendendo em seus livros que sua luta na época fazia parte de uma luta pela democracia. Sem encontrar nos livros de memórias a origem dessa idéia da *resistência democrática*, ela fica parecendo apenas uma especulação *a posteriori* sem base em qualquer pesquisa empírica nos livros, debatida

apenas em artigos especulativos, sem demonstração documental do que se afirma. Os livros de memórias dos ex-guerrilheiros não são citados nos artigos que tratam da polêmica, passando a impressão de uma idéia “lançada no ar”, de uma impressão colhida na época, e a partir daí, debatida, sem nunca ter aparecido realmente nesses livros. Ridenti citou fontes, documentos e discursos de grupos da luta armada para defender seu ponto de vista de que o termo resistência pode ser utilizado para a luta armada contra a ditadura. Mas falta ainda que Daniel Aarão indique as fontes que comprovem de onde surgiu essa ideologia da resistência democrática, por ele mencionada.

Denise Rollemberg, por sua vez, ao refletir sobre esse tema aponta que considera um equívoco pretender analisar a luta e a memória daquela época sob esse prisma, buscando ver se esses militantes *eram ou não democráticos*, visto que, nos anos 1960, “os valores democráticos não estruturavam a sociedade brasileira” (2003, p.47), isto é, que nenhum dos lados – nem a direita nem a esquerda – estava realmente preocupado com essa questão. Mais uma vez fica claro que esse debate só surgiu porque as memórias foram elaboradas em outro contexto, em uma conjuntura democrática, e então essa questão teria surgido, no momento da escrita das memórias, mas não dos acontecimentos propriamente ditos.

Não custa ressaltarmos, mais uma vez, que nos livros analisados não aparece essa classificação dos grupos da luta armada como defensores da democracia. Ao contrário, o que se evidencia nas narrativas é uma forte autocrítica em relação aos erros desses grupos, e entre os fatores do fracasso os autores ressaltam justamente a dificuldade que antes os militantes tinham de entender que as coisas só aconteceriam no Brasil com as majorias, isto é, com um pé no presente – momento da escrita –, os ex-guerrilheiros condenam em seus livros sua opção anterior, “anti-democrática”, acreditando assim estarem acertando as contas com o passado para se reinserir no presente nacional.

Essa complexa temporalidade entre os temas relacionados ao período dos acontecimentos narrados e da escrita do livro propicia facilmente que se façam confusões. Mas na análise mais acurada das memórias percebe-se que cabe aqui muito mais a qualificação de *narrativa bifronte* – já citada no capítulo dois – de Mário Augusto Medeiros da Silva, do que a idéia da *ideologia da resistência democrática*, de Daniel Aarão. Lembrando que, segundo o conceito de *narrativa bifronte*, essas memórias

teriam uma espécie de ambivalência, situando-se com um pé no passado – da experiência vivenciada – e outro no presente – da escrita sobre essa experiência. O passado, nessa narrativa, pode ser criticado, negado ou reafirmado, mas é “sempre passível de utilização” (SILVA, 2008, p.109). Os autores que aqui trabalhei, no momento da escrita, e também no momento das entrevistas, sempre internalizavam o contexto no qual estavam inseridos, criando narrativas que justificassem suas opções, tanto na época anterior, da experiência vivenciada de luta armada, como na época atual, da narrativa, onde outras posturas eram adotadas. Estabelecendo uma linha de continuidade, visto que suas opções eram sempre visando a luta pelas mudanças no país, em prol dos mais pobres, faziam uma crítica à forma de luta anterior, e explicavam porque sua forma de luta atual era a mais adequada.

CONCLUSÃO

Busquei nesse trabalho analisar como se deu a construção das memórias acerca da luta armada contra a ditadura no Rio Grande do Sul. Ao me aproximar do tema, percebi a necessidade de, antes de realizar a análise dessas memórias, fazer um estudo sobre o que ocorreu efetivamente de ações armadas no Estado, estudo que ainda não havia sido realizado de forma satisfatória por nenhum pesquisador. Outra necessidade que senti, antes de fazer uma análise mais aprofundada do assunto no RS, foi a de estudar o que já havia sido publicado sobre as memórias da luta armada contra a ditadura no Brasil, terreno ainda pouco explorado, mas que já possui alguns estudos importantes.

Na introdução, demonstrei a necessidade de mais estudos sobre o tema por mim abordado nessa dissertação, e teorizei sobre o que seriam as memórias, buscando algumas definições importantes sobre como trabalhar esse objeto, tão subjetivo. Além disso, explicitiei as fontes que utilizaria, as mais diversas, desde os livros de memórias, passando por jornais da época e pelas entrevistas que realizei com três ex-guerrilheiros do RS que permanecem vivos e gentilmente dispuseram-se a fornecer seus depoimentos, utilizados no decorrer da dissertação, e disponibilizados como anexos ao final, podendo servir inclusive para futuras pesquisas.

No capítulo um, portanto, com base nos livros de memórias, nas notícias de jornais e nas entrevistas, fiz uma reconstituição das ações armadas que ocorreram no RS, mais especificamente em Porto Alegre e região metropolitana – Cachoeirinha, Viamão, etc. Essa reconstituição, acredito ser a mais fidedigna elaborada até o momento, mesmo que não seja definitiva, e ainda contenha algumas lacunas, ou dados divergentes. Lacunas e divergências, aliás, que talvez nunca sejam solucionadas, pois importantes figuras da luta armada, como Edmur, João Batista Rita e Jorge Fischer Nunes, que realizaram boa parte das ações armadas, não estão mais vivos para contarem sua versão dos fatos, ou corrigirem imprecisões e divergências que surgem nos relatos, e que fiz questão de deixar apontadas no capítulo um.

Ao reconstituir o que ocorreu de luta armada contra a ditadura no RS, questões importantes foram colocadas inicialmente, como a pergunta inicial, que muitos até hoje fazem: houve luta armada contra a ditadura no Rio Grande do Sul? A resposta é positiva, e demonstrei claramente isso. Somente nessa pesquisa – deve-se considerar a possibilidade de surgirem novas ações, ainda não descobertas pela historiografia –, cataloguei 21 ações armadas, sendo 3 para conseguir armas, 3 para conseguir veículos, 1 de sabotagem (a queima da Sede Náutica do Círculo Militar de Porto Alegre), a tentativa de seqüestro do cônsul dos EUA em Porto Alegre, além de 13 ações visando arrecadar fundos para a luta armada, sendo 8 assaltos a bancos, 4 a empresas particulares, e o assalto ao carro pagador da Brasul. Sem esquecermos a tentativa de instalação de um foco de treinamento visando a guerrilha rural, na barranca do Rio Uruguai, próximo à cidade de Três Passos.

Um tema que permanece sem estudos, e que mereceria uma atenção mais detalhada, é a tentativa de instalação de focos de luta armada nas cidades do interior do RS. Em minha pesquisa, localizei apenas ações em Porto Alegre e região metropolitana, encontrando apenas referências a apoiadores que os grupos possuíam em algumas cidades do interior, mas nenhuma referência à ação que tenha sido desenvolvida, a não ser a tentativa frustrada do assalto a um banco de Gramado, mas que foi realizada por militantes principalmente de Porto Alegre, e a tentativa de instalação de um campo de treinamento para a guerrilha próximo a Três Passos. Se houve luta armada no interior do RS, cabe a futuros pesquisadores do tema responder.

Se a luta armada contra a ditadura no RS foi bem sucedida ou não, é questão bem mais complexa de se responder. Provavelmente a resposta seria não, mas isso não a coloca em patamar inferior ao que ocorreu de luta armada no resto do país, visto que em todos os locais em que tivemos registro de ações desse tipo, os grupos foram severamente reprimidos, não atingindo em nenhum momento seus objetivos maiores. Entramos, portanto, em outro questionamento importante, que visei responder em minha pesquisa: a luta armada contra a ditadura no RS foi muito diferente do que ocorreu de luta armada no resto do país? Minha resposta é não.

Na própria pesquisa, as fontes apontaram para uma possível classificação como “reação tardia”, visando abrir uma frente de luta para desafogar os que no RJ, SP e MG já sofriam os efeitos da repressão, então poderíamos apontar que os militantes desse Estado

só pegaram em armas tardiamente. Mas se considerarmos a forte tradição trabalhista radical, e as tentativas de insurreição armada para retomada do poder, organizadas pela liderança de Leonel Brizola, desde o primeiro momento em que o golpe foi realizado, e a tentativa real de tomar o poder, conhecida como a Guerrilha do Coronel Jefferson Cardim, realizada já em março de 1965, então poderíamos classificar o RS como o primeiro Estado a tentar a luta armada. Considerando apenas as ações armadas mais afinadas com a tradição guerrilheira influenciada por Cuba, vemos que as ações ocorreram no RS justamente no período de junho de 1969, até dezembro de 1970, auge das ações armadas e da repressão no Brasil. Se considerarmos os *Brancaleones*, expandiríamos para dezembro de 1967 o início das ações. Portanto, é problemático classificarmos a luta armada contra a ditadura no RS como tardia.

Outra questão que poderia ser apontada é o rápido declínio e desmantelamento dos grupos armados. Esse fato pode ser explicado por diversos fatores: o número de militantes que atuava no RS é claramente inferior ao dos que faziam parte de grupos que atuavam no RJ e SP; a partir da tentativa de seqüestro do cônsul dos EUA, em abril de 1970, a repressão enviou membros profissionais para o Estado, vindos principalmente do RJ, com treinamento específico nesse tipo de ações, e que não pouparam esforços para eliminar a incipiente luta que se desenvolvia no RS, massacrando os que caíam nas mãos dos órgãos repressivos; sentindo que a repressão se abatia sobre os grupos no Estado, e que esses não possuíam uma estrutura muito organizada para resistir a essa ação repressiva, muitos optaram por migrarem para o RJ e SP, ingressarem em grupos maiores, com mais estrutura e melhores possibilidades de se manterem na luta, na clandestinidade, escondidos dos órgãos repressivos. Mas os grupos que praticavam a luta armada no RS foram desmantelados pelo mesmo governo que dizimou os grupos que pegaram em armas no RJ e SP, ou seja, o governo de Emílio Garrastazu Médici.

Portanto, acredito ser plenamente possível de estabelecer mais semelhanças entre a luta armada realizada no RS com a luta que ocorreu em outros Estados, do que diferenças. É necessário rompermos com a idéia de uma história centrada em determinados estados – como RJ e SP –, na qual os outros estados têm que construir uma narrativa a parte, como se existisse a história do país – centrada nos já citados RJ e SP – e as outras seriam histórias regionais. Devemos atuar no sentido de incluir tudo o que ocorreu nos outros

Estados – incluindo o RS – na história nacional, contada nos mais diversos recantos. Espero que esse meu trabalho sirva para isso: difundir mais o conhecimento sobre as ações armadas que ocorreram em nosso Estado, não só para o resto do país, mas mesmo para os que vivem no RS e não têm idéia do que ocorreu em seu Estado em período recente da história.

Ainda no capítulo um, fiz uma série de considerações sobre o Surto Memorialístico, que se seguiu ao final da Ditadura, e que gerou uma espécie de padrão na forma de narrar as memórias sobre o período, qual seja, a imagem dos *simpáticos incompetentes em busca da utopia inalcançável*, apontada por Daniel Aarão. Delineei também uma breve retrospectiva do que já foi escrito sobre a luta armada contra a ditadura no Brasil, e também comentei o – pouco – que já foi produzido sobre o RS, demonstrando a necessidade de mais estudos nessa área, e a relevância de minha pesquisa.

No capítulo dois, reconstituí a trajetória dos ex-guerrilheiros que escolhi como foco da pesquisa, desde o fim da luta armada até o momento em que escreveram seus livros, visando perceber possíveis influências de suas vivências até o momento da escrita, que poderiam ter deixado marcas na forma como narraram suas histórias. Fiz também uma breve apresentação de cada um dos livros que utilizei como fonte primária, e finalmente parti para a análise mais aprofundada das obras.

Começando pelo traço mais cômico, anedótico, que marca essas obras, procurei demonstrar que todas, em maior ou menor escala e devido a diversos fatores – como a situação de cada autor no momento da escrita, as experiências que ele vivenciou, a condição social de cada um – utilizavam-se desse recurso para dar um tom mais leve às narrativas. Mesmo a autocrítica, presença marcante nessas obras – também em maior ou menor escala conforme as vivências de cada autor – é elemento que dá um tom (tragi)cômico a determinadas situações. Demonstrei na análise dos livros, que os mais autocríticos, e que mais carregam nos elementos anedóticos ao narrarem suas histórias, foram Bona Garcia e Gutiérrez, que conseguiram desenvolver um distanciamento maior em relação ao que viveram no final dos anos 1960, início dos 1970, não só por terem escrito suas obras mais tarde – 1989 e 1999, respectivamente –, mas também por terem vivenciado a experiência do exílio, que aumentou o distanciamento deles da realidade brasileira, e permitiu uma autocrítica mais forte, com base em experiências vivenciadas

nos outros países, etc. Esse tom anedótico pode ser interpretado como uma opção estilística, no sentido do autor tentar dar um tom mais “leve” a um momento tão tenebroso da história de nosso país e de sua história pessoal – visto que todos são unânimes em apontar as graves conseqüências desse período em suas vidas –, mas pode ser também a forma que cada um encontrou de lidar com o período, de fazer o seu “acerto de contas” com o passado, ainda próximo para eles, e que teria que ser revisitado em algum momento.

Outro aspecto interessante de se observar é que o tom anedótico combina-se com uma marcada tentativa de “humanizar” o guerrilheiro, mostrando que ele é um ser humano muito comum, que bebe, fuma, tem namoradas, desejos, e faz brincadeiras infantis, simplesmente para se divertir. Mais uma vez, aqui se evidencia a necessidade de cada um, ao narrar sua história, de buscar a compreensão dos que o leriam, de transformar sua incrível epopéia numa história de homens comuns, que ousaram se levantar em armas e arriscar suas vidas por um ideal, gerando assim identificação entre o leitor e o autor. Eles foram derrotados, mas tentaram convencer os leitores de que foi uma batalha pela qual valia a pena lutar.

Procurei entender também como essas obras memorialísticas passaram por uma espécie de *processo de enquadramento*, inserindo-se dentro da *tendência conciliadora* de recuperação da memória que vinha se consolidando desde o final da ditadura no Brasil. Cada narrativa inseriu-se nesse processo em maior ou menor medida, obedecendo a critérios como os citados acima, que dizem respeito ao distanciamento maior ou menor de cada autor ao escrever sua obra. Índio Vargas e Fischer Nunes escreveram suas obras em pleno início do *surto memorialístico*, em 1981 e 1982, respectivamente, quando não participavam mais da política e nem pretendiam manter atividades políticas, ao que parece, e assim produziram relatos mais crus, instantâneos, sobre uma experiência vivenciada em um período nem tão afastado assim no tempo, visto que a Ditadura Civil-Militar ainda continuava no poder quando os autores escreveram seus livros, o que provavelmente influenciou-os no sentido de não carregarem tanto na autocrítica, e não darem um tom tão anedótico ao narrarem os acontecimentos que vivenciaram. Era necessário manter vivo o espírito de luta.

Já Bona Garcia e Gutiérrez, ao escreverem seus livros, vivenciavam um contexto de afirmação da democracia no Brasil, onde já se podia fazer – e já se havia feito – uma reflexão crítica mais ampla sobre as atuações das esquerdas em relação ao regime militar, o que permitiu uma autocrítica mais forte, e que os dois carregassem nos tons anedóticos ao contarem suas histórias, além de, influenciados pelo contexto democrático, fazerem uma espécie de acerto de contas com seu passado “anti-democrático”, visto que buscavam reinserir-se na vida política do Estado e nacional, agora em organizações que primavam pela via democrática de luta – PMDB, no caso de Bona Garcia, PPS no caso de Gutiérrez. Assim, essas memórias perderam qualquer sentido de resgate que buscava valorizar aquela forma de luta. Ao contrário, os autores fazem questão de ressaltar que aquele método era equivocado, e que agora eles acreditavam em outras formas de participação. Não negavam a experiência anterior, mas a adaptavam para que fizesse parte de seu passado como pessoas que lutaram pela melhoria das condições de vida do povo, talvez não a forma correta de atuação, mas agora, reformulados – ou *enquadrados* –, eles deixavam claro que passariam a lutar de outra forma, respeitando os – agora sagrados – valores democráticos.

Já no capítulo três, comecei pelo tema mais espinhoso, ou seja, as torturas, os efeitos da repressão sobre essas pessoas, e a forma como elas retrataram isso em seus livros. Visando inicialmente nessa pesquisa abordar apenas o lado anedótico que se sobressaía nesses livros de memórias, com o tempo e uma análise mais aprofundada que realizei, vi a necessidade de compartimentar a análise, visto que, se há uma visão mais autocrítica, e uma narrativa baseada na anedota e no lado cômico da história que se destaca, há também o lado mais brutal e violento dessas memórias, e que se destaca inevitavelmente: o da repressão. Se o *riso* se sobressai ao se narrar os eventos da luta armada, destaca-se também o *pranto* ao se reconstituir o que essas pessoas passaram depois, ao caírem nas mãos da repressão.

O livro de Gutiérrez, não se isenta de tocar nesse assunto, visto que ele perdeu muitos companheiros, e viu muitas vidas sendo destruídas nas mãos da repressão, mas não tem esse viés tão marcado – como ele mesmo reconheceu na entrevista – visto que o autor não sofreu diretamente com as torturas. Os outros três livros são carregados de lembranças das torturas, não só infligidas aos autores, mas também aos que os cercavam, e a necessidade de contar, de denunciar essas barbáries cometidas em nome de um regime, faz

com que figurem com destaque em seus livros. Os dois que mais teriam sofrido com as torturas, Fischer Nunes e Bona Garcia, são os que mais tratam desse assunto em suas obras. É interessante também perceber que praticamente todos chamam a atenção para o fato de que o torturador não é nada mais que uma peça na engrenagem de um sistema cuidadosamente montado, e com um fim definido. Ultrapassando a questão pessoal, e o possível ódio que poderiam – e devem – sentir de seus algozes, os ex-guerrilheiros buscam enxergar de um ponto de vista mais amplo, vendo o sistema como um todo, percebendo que o torturador estava ali cumprindo uma função que lhe foi determinada. Fatores como a degeneração dos seres humanos que ali eram colocados não podem ser esquecidos, e são também lembrados nos livros, mas os autores ressaltam que havia um propósito maior, claro, definido e aplicado por esses algozes que agiam em nome do regime na época. Os ex-guerrilheiros, assim, negam com veemência a visão que ao final da ditadura os militares tentaram impor, de que as torturas foram episódios isolados, feitas por subalternos que fugiam ao controle de seus superiores, e cometiam excessos.

Mas no capítulo três também analisei outros temas que aparecem de forma marcada nessas memórias, tanto nos livros quanto nas entrevistas. Ao trabalhar temas como a construção da identidade do guerrilheiro, a origem social desses indivíduos e a importância que eles mesmos atribuíam a isso, os conflitos entre os próprios presos políticos e a relação com os presos comuns, além de temas como a figura do traidor, do *arrepentido* e do *desbundado*, busquei compreender como nessas memórias também constroem, consolidam, ou reafirmam, uma determinada identidade desses indivíduos pertencentes a um determinado grupo, que teve coragem de pegar em armas e colocar suas vidas em risco para lutarem contra um regime que acreditavam ser necessário derrubar.

A valorização que eles mesmos faziam de uma determinada origem social, buscando sempre se aproximar mais de setores populares, demonstra o eterno dilema dos intelectuais, que se consideravam a vanguarda do proletariado, e que buscavam atuar em nome deste, sem que os próprios proletários soubessem muitas vezes o que os intelectuais estavam fazendo em nome deles. Isso se evidenciou depois na cadeia, quando os militantes da luta armada entraram em contato com os presos comuns, chocando-se com a realidade dos que eles acreditavam representar. Os conflitos entre os presos políticos demonstram que não se pode tratar esse grupo como integrante de uma suposta categoria

que pressuponha homogeneidade, pois havia uma grande diversidade dentro desse grupo, que se reflete inclusive nas memórias, e nos conflitos que nelas aparecem. A aversão ao traidor da causa, o medo de ser considerado um *desbundado* e a relação ambígua estabelecida com o *arrepentido* – de condenação, mas de compreensão ao mesmo tempo, afinal cada um teve seus motivos –, também demonstram que, mesmo que exista uma heterogeneidade dentro do grupo dos que pegaram em armas, existiam valores compartilhados, e nesse campo parece ainda faltar estudos que venham a compreender melhor a construção dessa identidade. Nesse sentido, acredito ter levantado importantes pistas com minha pesquisa.

Busquei também compreender as possíveis influências do surto memorialístico que ocorreu no Brasil, e dos valores trazidos pelos livros de maior vendagem como os de Gabeira e Sirkys, sobre os que escreveram suas memórias no RS. Apesar de negarem veementemente qualquer influência desse tipo, colocando sempre as possíveis confluências apenas em semelhanças de trajetórias, é impossível aceitarmos que não tenha ocorrido qualquer influência, visto que existem similitudes fáceis de perceber, e os próprios autores assumem que leram os livros de Gabeira e Sirkys antes de escreverem os seus, e gostaram – com exceção de Bona Garcia. Mesmo que os livros em si não tenham exercido uma influência direta sobre eles, o “clima” criado pelo surto memorialístico inevitavelmente deve os ter influenciado, assim como as semelhanças de trajetória – por eles mesmos apontadas – entre eles e os outros autores, pertencentes a um grupo de origens e participação similares, e que sofreram conseqüências semelhantes. O quanto cada aspecto aqui citado os influenciou é difícil mensurar, mas podemos afirmar que a soma de todos esses elementos influenciou na escrita de cada livro, somados a fatores pessoais, claro, que busquei demonstrar em cada caso.

Como uma contribuição final, confrontei as posições e visões defendidas pelos ex-guerrilheiros com os debates atuais que faz a historiografia a respeito da luta armada contra a Ditadura no Brasil. Acredito que os que vivenciaram essa experiência na história de nosso país têm muito a dizer ainda, e espero com esse trabalho ter colaborado para isso, expondo suas visões, debatendo-as, fazendo uma análise crítica, mas sempre respeitosa em relação a essas pessoas. Até hoje um tema atual e controvertido quando levantado em debates públicos, o período da Ditadura Civil-Militar deixou marcas que ainda se mostram

fortemente presentes em nossa realidade. Os militares continuam negando os crimes do regime, enquanto militantes da esquerda, familiares dos mortos e desaparecidos e diversos setores da sociedade civil buscam a revisão da Lei da Anistia e a possibilidade de se punir os torturadores do período. Para uns, um período de exceção, que deve ser esquecido. Para outros, um período que ainda não terminou, inconcluso, enquanto não forem devidamente responsabilizados os que cometeram crimes em nome do regime. Posiciono-me abertamente ao lado dos que sofreram as agruras proporcionadas pelos que, em posse do poder do Estado, espancaram, violentaram, torturaram, mataram e desapareceram com essas pessoas. Enquanto não se fizer justiça – nem que seja apenas a histórica, abrindo-se todos os arquivos e revelando-se tudo que ocorreu no período em nosso país – essa será uma página aberta de nosso passado. Uma página que sangra, e que até hoje faz muitos sofrerem. E como bem afirmou Martins Filho:

apesar das expectativas dos militares que gostariam de esquecer o assunto, em nome de um projeto institucional voltado para o futuro, o tempo de cicatrização das feridas não pode ser estabelecido por decreto. O acerto de contas pessoal com o próprio passado é evidentemente uma questão de foro íntimo e, enquanto houver sobreviventes, o tempo da lembrança pertence a cada um (2002, p.198).

É necessário que se estude cada vez mais o período da Ditadura Civil-Militar Brasileira, para que se esclareçam várias questões ainda em aberto, para que se aprofunde o debate sobre os crimes do Estado e o balanço político e tático das práticas adotadas pelas esquerdas, e para que, com um estudo fundamentado, se reconstrua da melhor forma possível a memória do país, e se crie uma consciência nas novas gerações que as impeça de acreditar em discursos saudosistas do período. Temos que dar voz aos que viveram a época, enquanto eles ainda estão entre nós, e podem passar belas lições, como as que se vê nas entrevistas realizadas (nos anexos). Esclarecer e lembrar, para que nunca mais aconteça, e porque justiça e verdade não são revanchismo.

BIBLIOGRAFIA:

ADÃO, Maria Cecília de Oliveira. *Visões da luta: as diferentes análises sobre a atuação das esquerdas brasileiras no período militar*. In: Estudos de História. Franca: UNESP, v.8, n.1, 2001. pp.59-67

ALVES, Taiara Souto. *Dos quartéis aos tribunais: a atuação das auditorias militares de Porto Alegre e Santa Maria no julgamento de civis em processos políticos referentes às Leis de Segurança Nacional (1964-1978)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

AMADO, Janaína. *O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral*. In: História. SP: São Paulo, vol. 14, 1995. pp. 125-136

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

_____. *Por uma história da esquerda brasileira*. In: Topoi - revista de história. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, n° 5, set/2002. pp. 332-353

BAUER, Caroline Silveira. *Avenida João Pessoa, 2050, 3º andar: terrorismo de Estado e ação da polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

BETTO, Frei. *Batismo de sangue – os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*. São Paulo: Círculo do Livro, 1982.

BIZ, Osvaldo (org.). *Sessenta e Quatro: para não esquecer*. Porto Alegre: Literalis, 2004.

BONA GARCIA, João Carlos & POSENATO, Júlio. *Verás que um filho teu não foge à luta*. Porto Alegre: Ed. Posenato Arte e Cultura, 1989.

- BOSI, Ecléia. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. pp. 183-191
- CARDOSO, Lucileide Costa. *Construindo a memória do regime de 64*. In: Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 14, nº 27, 1994.
- CASIMIRO, Luciane Tavares. *Recordações da guerrilha*. Franca, SP: UNESP / Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 2003. Dissertação de Mestrado em História.
- CATROGA, Fernando. *Memória e história*. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 2001. pp.43-70
- CHAGAS, Fábio André Gonçalves das. *A luta armada gaúcha contra a ditadura militar nos anos 1960-70*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Rio de Janeiro: UFF, 2007.
- COLLING, Ana Maria. *Choram Marias e Clarices: uma questão de gênero no Regime Militar Brasileiro*. Porto Alegre: UFRGS, 1994. (Dissertação de Mestrado)
- COMISSÃO DOS MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *Direito à memória e à verdade*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.
- CUESTA, Josefina. *Historia del presente*. Madrid: EUDEMA, 1993.
- DE RÉ, Carlos Alberto Tejera. “*Você sabe bem o que está fazendo, filho?*” In: PADRÓS, Enrique; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões. *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória*. 2ª edição revista e ampliada. Porto Alegre: Corag, 2010. Volume 2 – Repressão e Resistência nos “Anos de Chumbo”. pp.159-187
- D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (introdução e organização). *Os anos de chumbo: A memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- DIAS, Reginaldo. “*O que é isso, companheiro?*” *A polêmica continua*. In: Revista da ADUEM, ano 1, nº 1, julho/dezembro 1998.

DIEHL, Astor Antônio. *Memória e identidade: perspectiva para a história*. In: TEDESCO, João Carlos (org.) *Usos de memórias (política, educação e identidade)*. Passo Fundo: UPF, 2002. pp. 143-159

DUQUE ESTRADA, Elizabeth Muylaert. *A história da guerrilha: entre o mito e a ficção*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988. Dissertação de Mestrado em Comunicação.

ELMIR, Cláudio Pereira. *História Política e história do presente: uma contribuição para o debate*. In: LOGOS, v.11, n.1. Canoas, maio de 1999.

ETCHICHURY, Carlos; WAGNER, Carlos; TREZZI, Humberto; MARIANO, Nilson. *Os infiltrados: eles eram os olhos e os ouvidos da ditadura*. Porto Alegre, RS: AGE, 2010.

FÉLIX, Loiva Otero. *Política, memória e esquecimento*. In: TEDESCO, João Carlos (org.) *Usos de memórias (política, educação e identidade)*. Passo Fundo: UPF, 2002. pp. 143-159

FERREIRA, Marieta de Moraes. *História, tempo presente e história oral*. In: Topoi - revista de história. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, n° 5, set/2002. pp. 315-322

FICO, Carlos. *Além do golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. *Algumas notas sobre historiografia e história da ditadura militar*. In: Estudos de História. Franca: UNESP, v.8, n.1, 2001. pp.69-90

FRANCO, Marina; LEVÍN, Florência. *El pasado cercano em clave historiográfica*. IN: FRANCO, Marina; LEVÍN, Florência (comps.) *Historia reciente: perspectivas y desafíos para un campo em construcción*. Buenos Aires: Paidós, 2007.

FREITAS, Alípio de. *Resistir é preciso: memória do tempo da morte civil do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1981.

GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* Rio de Janeiro: Codecri, 1979.

GARCIA, Marco Aurélio. *O gênero da militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política*. In: Cadernos Pagu. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, n° 8/9, 1997. pp.319-342

GASPAROTTO, Alessandra. "O Terror Renegado": *uma reflexão sobre os episódios de retratação pública protagonizados por integrantes de organizações de combate à Ditadura Civil-Militar no Brasil (1970-1975)*. Dissertação (Mestrado em História) –

Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo*. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da História*. RJ: Editora FGV, 2004. pp. 7-24

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1998.

GUTIÉRREZ, Cláudio Antônio Weyne. *A guerrilha Brancaleone*. Porto Alegre: Editora Proletra, 1999.

HALBWACHS, Maurice. *Memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HARTOG, François. *A testemunha e o historiador*. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 2001. pp.11-42

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI de Espana Editores, S.A., 2001.

LACOUTURE, Jean. *A História Imediata*. IN: LE GOFF, Jaques (org.). *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990.

LISBOA, Luiz Eurico Tejera. *Condições ideais para o amor*. Porto Alegre: Sulina, 1999.

LISBOA, Suzana Keniger. Lembrar, lembrar, lembrar... *45 anos do golpe militar: resgatar o passado para transformar o presente*. In: PADRÓS, Enrique; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões. *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória*. 2ª edição revista e ampliada. Porto Alegre: Corag, 2010. Volume 2 – Repressão e Resistência nos “Anos de Chumbo”. pp.189-229

MARTINS FILHO, João Roberto. *A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares*. In: *Varia Historia*. Belo Horizonte, nº 28, Dezembro de 2002. pp.178-201

MORÃO, Paula. *O secreto e o real - Caminhos contemporâneos da autobiografia e dos escritos intimistas*. In: *Românica - Revista de Literatura – Biografia e autobiografia*. Lisboa, Cosmos, 1994. pp.21-30

NORA, Pierre. *O acontecimento e o historiador do presente*. In: A nova história. Lisboa: Edições 70, 1986. pp. 45-55

NUNES, Jorge Fischer. *O riso dos torturados*. Porto Alegre: Proletra, 1982.

PADRÓS, Enrique; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões. *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória*. 2ª edição revista e ampliada. Porto Alegre: Corag, 2010. Volume 2 – Repressão e Resistência nos “Anos de Chumbo”.

PADRÓS, Enrique & FERNANDES, Ananda Simões. *Faz escuro, mas eu canto: os mecanismos repressivos e as lutas de resistência durante os “anos de chumbo” no Rio Grande do Sul*. In: PADRÓS, Enrique; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões. *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória*. 2ª edição revista e ampliada. Porto Alegre: Corag, 2010. Volume 2 – Repressão e Resistência nos “Anos de Chumbo”. pp.33-48

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. . In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992. pp.200-215

_____. *Memória, esquecimento, silêncio*. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989. pp. 3-15

PRADO, Luiz Carlos Delorme & EARP, Fábio Sá. *O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973)*. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (organização). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

RAMMINGER, Ignez Maria Serpa. *Na guerra com batom*. In: PADRÓS, Enrique; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões. *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória*. 2ª edição revista e ampliada. Porto Alegre: Corag, 2010. Volume 2 – Repressão e Resistência nos “Anos de Chumbo”. pp.135-147

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória*. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004. pp.29-52

_____. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. *Este imprevisível passado: um passeio por quatro interpretações diferentes da euforia revolucionária dos anos 60*. In: Teoria & debate. São Paulo: Partido dos Trabalhadores, n° 32, jul/ago/set 1996. pp. 81-85

_____. *Um balanço da historiografia sobre a esquerda brasileira*. In: Araújo, Ângela (Org.) *Trabalho, cultura e cidadania*. São Paulo: Scritta, 1999. pp. 21-26

REIS FILHO, Daniel Aarão et al. *Versões e ficções: o sequestro da história*. São Paulo: Perseu Abramo, 1997.

RÉMOND, René. *Algumas questões de alcance geral à guisa de introdução*. In: Usos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996. pp.203-209

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Ed. da Unesp: Fapesp, 1993.

_____. *O fantasma da revolução brasileira*. In: Araújo, Ângela (Org.) *Trabalho, cultura e cidadania*. São Paulo: Scritta, 1999. pp. 27-36

_____. *Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores*. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004

RODEGHERO, Carla Simone. *Regime Militar e Oposição*. In: GERTZ, René; GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (orgs.) *República: da revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985)*. Passo Fundo, RS: Méritos, 2007. pp.83-112

ROLLEMBERG, Denise. *A idéia de revolução: da luta armada ao fim do exílio (1961-1979)*. In: Que história é essa? Novos temas e novos problemas em história. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. pp. 111-130

_____. *Esquerdas revolucionárias e luta armada*. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Almeida Neves (orgs.) *O tempo da ditadura - regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano - Vol. 4)

_____. *Exílio: refazendo identidades*. In: História oral, n° 2, 1999. pp. 39-73

ROUSSO, Henry. *A memória não é mais o que era*. In: Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996. pp. 93-101

RUSCHEL, Davi A.. *O processo de construção das memórias acerca da luta armada contra a ditadura no final da década de 1960 no Rio Grande do Sul*. In: WASSERMAN, Claudia & GUAZZELLI, César Augusto Barcellos (orgs.). *Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. pp.169-176

SADER, Emir. *Leões e caçadores*. In: REIS FILHO, Daniel Aarão *et al.* *Versões e ficções: o sequestro da história*. São Paulo: Perseu Abramo, 1997. pp. 107-110

SALES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da Revolução Cubana*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

SARLO, Beatriz. *Tempo Passado, Cultura da Memória e Guinada Subjetiva*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

SCHWARZSTEIN, Dora. *Historia oral, memoria e historias traumaticas*. In: História oral, n° 4, 2001. pp. 73-83

SILVA, Mário Augusto Medeiros da. *Preludios & Noturnos: ficções, revisões e trajetórias de um projeto político*. Campinas: UNICAMP/IFCH, 2006. Dissertação de Mestrado em Sociologia.

_____. *Os escritores da guerrilha urbana: Literatura de testemunho, ambivalência e transição política (1977-1984)*. São Paulo: Annablume / Fapesp, 2008.

SYRKIS, Alfredo. *Os carbonários - memórias da guerrilha perdida*. São Paulo: Global, 1981.

THOMSON, Alistair (e outros). *Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais*. In: Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996. pp. 65-91

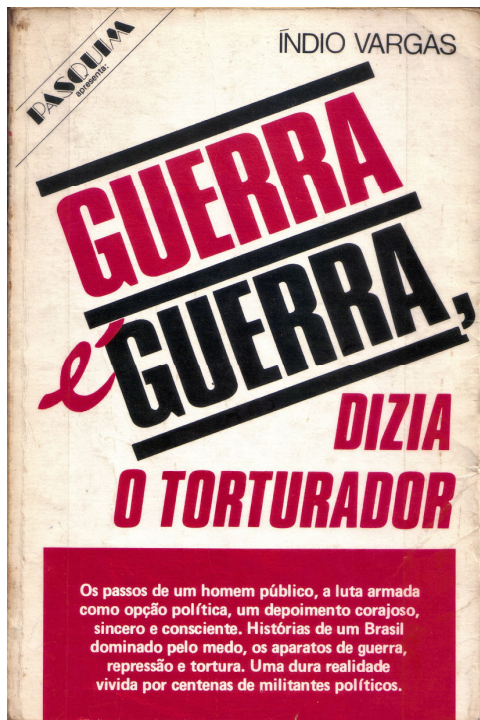
VARGAS, Índio. *Guerra é guerra, dizia o torturador*. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

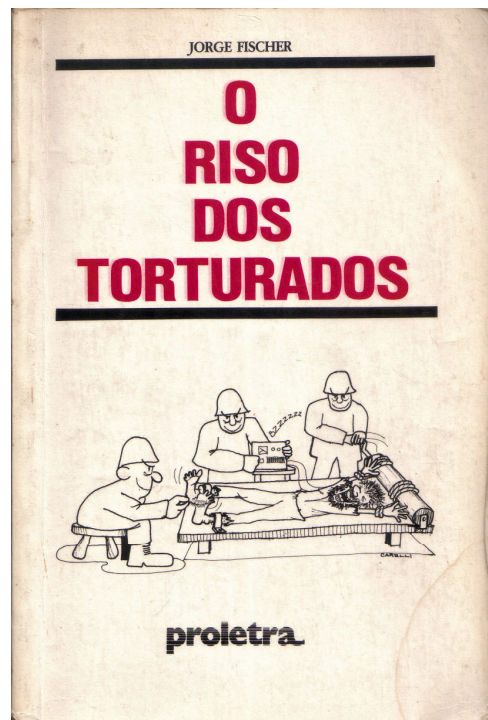
“Só tendo um conhecimento profundo sobre tudo o que se passou nos porões da repressão naqueles anos o Brasil conseguirá se proteger de verdade contra a repetição de um período tão tenebroso de nossa história”

Luiz Inácio Lula da Silva,
em depoimento prestado à Fundação Perseu Abramo, 1999.
(BIZ, 2004, p.147)

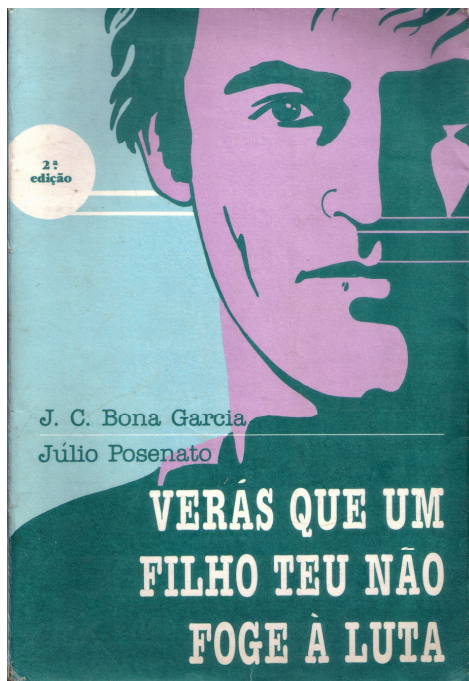
ANEXOS



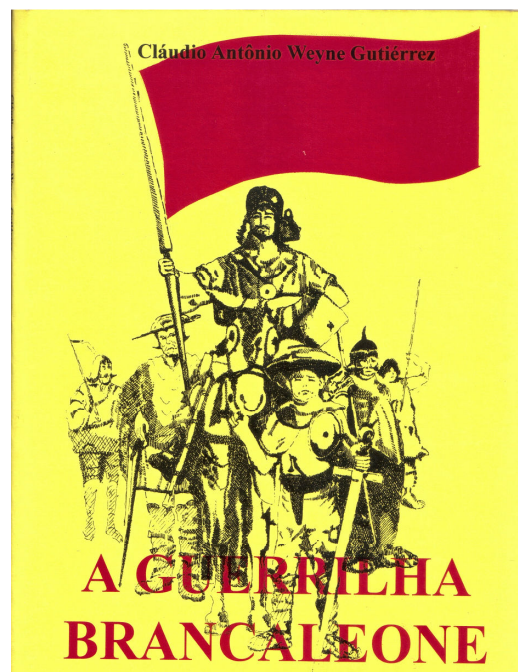
Capa do livro de Índio Vargas



Capa do livro de Jorge Fischer Nunes



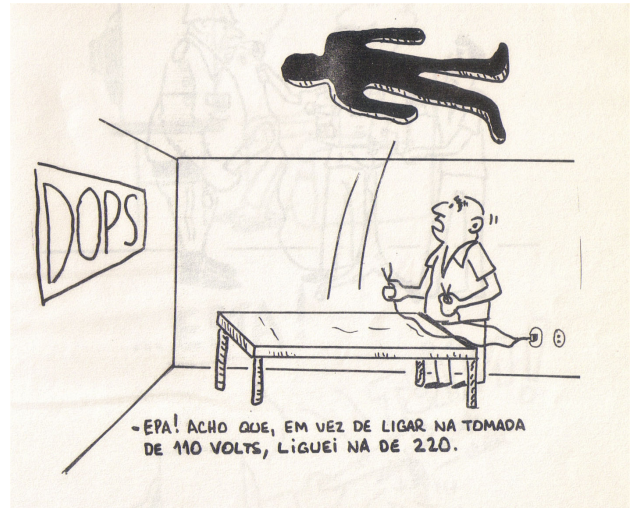
Capa do livro de
João Carlos Bona Garcia



Capa do livro de Cláudio
Antônio Weyne Gutiérrez



(NUNES, p.92)



(NUNES, p.93)



(NUNES, p.94)



(NUNES, p.95)



(NUNES, p.96)



(NUNES, p.97)



(NUNES, p.98)

Re: Olá!

Quinta-feira, 24 de Fevereiro de 2011 20:40

De: "Claudio Gutierrez" <[REDACTED]>
Para: "Davi Ruschel" <daviruschel@yahoo.com.br>
Cc: "Gutiérrez" <[REDACTED]>

Caro Ruschel,

nem uma coisa nem a outra. A organização da LA começa após o golpe. Haviam grupos que pregavam a LA inclusive antes do golpe. Decisivo no processo de guerrilha urbana e inclusive no surgimento da guerrilha do Araguaia, foi a implosão do PCB. O primeiro grande racha, 1961, dá origem ao PCdoB que irá organizar a luta no Araguaia. As dissidências do PCB no VI congresso, 1967, irão dar origem a maioria das organizações de luta armada, Aln, Mr8,1 (dis. do Estado do Rio de Janeiro) e Mr8 2, (dis. da Guanabara), Poc Combate, Pcb, etc.

Também não se pode desconsiderar os grupos nacionalistas, Mnr e a Polop. A VPR surge da fusão de uma dissidência da Polop com remanescentes do MNR do sargento Onofre. Também a Colina em Minas e Rio tem origem parecida.

Quanto a luta armada e ditadura a verdade é que o golpe não foi feito porque existiam grupos com tendências de apoio a luta armada. O golpe foi realizado para impedir o avanço do processo democrático e de distribuição de renda no país.

Não foram as ações armadas que levaram ao AI-5. Por mais que possam ter servido como uma das justificativas. Como outra, caso Marcio Moreira Alves, etc. Também o AI-5 foi concretizado pelo temor de avanços democrático e de distribuição de renda no Brasil. As ações de massa de 68 assustaram os golpistas. O processo de grupos que tentavam organizar a LA não foi fator decisivo. Os golpistas queriam o de sempre: deixar o povo submisso e impedir avanços democráticos.

Abs,

Claudio Gutierrez

Em 24 de fevereiro de 2011 17:31, Davi Ruschel <daviruschel@yahoo.com.br> escreveu:

Caro Sr Cláudio Gutiérrez!

Aqui quem escreve é Davi Ruschel, mestrando da UFRGS que lhe entrevistou em julho/2010 em sua casa... Estou escrevendo finalmente minha dissertação, reta final, pretendo defender em abril/maio no máximo (será convidado), aliás sua entrevista me ajudou muito, logo devo lhe procurar para entregar uma cópia impressa e pedir que assine uma autorização para o uso dela na minha dissertação...

Mas, ao analisar as entrevistas, me dei conta que esqueci de lhe fazer uma pergunta importante, que fiz para o Índio Varga e o Bona Garcia, então venho por meio deste email lhe pedir, se puder é claro, que responda a seguinte questão (por aqui mesmo), que me ajudaria a refletir melhor agregando sua opinião sobre o tema:

Historiadores debatem até hoje se os grupos de Luta Armada pegaram em armas devido ao fechamento do regime, com o AI-5, ou se a luta armada já existia antes, e ela que teria gerado o fechamento, com o AI-5... Qual sua visão sobre o tema?

Agradeço mais uma vez pela sua receptividade, e aguardo sua resposta.

Abraço!

Email trocado com Cláudio Antônio Weyne Gutiérrez, em 24/02/2011.

ENTREVISTA FEITA POR DAVI ARENHART RUSCHEL COM ÍNDIO VARGAS, EM SUA RESIDÊNCIA EM PORTO ALEGRE, NO DIA 26 DE JULHO DE 2010.

Eu ia começar justamente com essa pergunta, eu ia perguntar pro senhor, dentro do contexto da ditadura e das tentativas de luta armada que teve aqui em Porto Alegre, como o senhor se localiza, assim, de que o senhor era, qual a sua...

Então assim, pra contextualizar bem, eu diria que, em 1964, quando deu o golpe, quando foi deflagrado o golpe, eu estava em Brasília, mas casualmente no dia em que eles deram o golpe, que o General Mourão Filho e depois o General Guedes saíram de Minas Gerais e foram para o Rio de Janeiro, num deslocamento de tropas, já pra enfrentamento armado, eu estava aqui em Porto Alegre, porque eu tinha vindo fazer exame da faculdade, acertar uns créditos e tal, vim e estava aqui, e aí, quando eu estava na aula, quando chegou um colega de jornal e disse: “Vargas, tem um movimento revolucionário no Brasil, estourou agora, estão em Minas Gerais, já deslocando tropas.” E eu: “mas quem é que comanda?” “o General Guedes e o General Mourão”. Eu já sabia isso, assim, sabia quem era Guedes, quem era o Mourão, eu acompanhava isso aí, eu era um que sempre mais ou menos interessado, aí eu disse: “Bah, mas o que fazer”. Daí eu saí da aula, digo: “Eu vou lá na casa do Brizola”. O Brizola tava aí, sabia que ele tava aí. Ele era deputado federal do Rio de Janeiro, onde era a sede da, não, isso aí foi em 1961, não, ele era deputado federal já em Brasília, eleito pelo Rio de Janeiro, e fez uma grande votação, ele foi até governador do Rio Grande do Sul e fez uma grande votação pra deputado federal e nesse meio tempo, houve em 1960, houve a transferência do Congresso, Senado e Câmara para Brasília e ele tava lá, casualmente tava aqui e eu também, tinha vindo fazer meu exame. E aí eu fui na casa dele, e já tava chegando gente lá e tal, e aí eu comecei a me informar e tal, tinha os detalhes, e ele, fiquei mais um pouco ali e assisti ele telefonando, lá da casa dele pro seu Ruben Berta, esse Rubens Berta era o presidente da Varig, nesse tempo a Varig era uma potência no Brasil e ele pedia pro seu Berta um avião, Caravelle, era um avião à jato, pra levar um emissário dele, que ia com uma carta dele, Brizola, para o Jango, que estava no Rio de Janeiro no Palácio Laranjeiras, e eu ouvi tudo isso ele falando ao telefone por que eles estavam o tempo todo ali, tudo gente de confiança né, pessoa que não era de confiança não entrava, nem chegava lá perto, porque ainda tava tudo muito embrionário, não sabiam, não diziam nada, ninguém sabia, pelo contrário, até achavam que iam debelar a tentativa de golpe, e iam, restabelecia a normalidade do País, tudo uma fantasia. E aí, eu vi que chegou o piloto da Varig e disse: “Dr. Brizola, to aqui a mando do Ruben Berta, pra fazer a tarefa que o senhor pediu” e ele chamou o cara e falou com ele, chamou a pessoa lá, o piloto, porque nessa ida do Caravelle daqui para o Rio de Janeiro, pra chegar no Palácio Laranjeiras, ele só levava uma carta que ia ser entregue ao Cônsul fulano de tal, o Cônsul não me lembro agora o nome, Cônsul fulano de tal que esse faria chegar às mãos do Jango a carta do Brizola, contando como estava a situação por aqui, o que tinha que fazer, Brizola já ia dando as diretrizes de como fazer. Então eu fiquei ali que eles se reuniam e tal, vi que tinha muita gente, pessoal do PTB, deputados, assim, aquela gente e trataram de ver que tipo de resistência podia ser feita. Eu vi os oferecimentos, tinha o presidente da Caixa Econômica, isso e aquilo, naquele tempo a Caixa Econômica pra presidente era, cada estado tinha um presidente, e os recursos, enfim, tudo, e aí eu fiquei impressionado com as providências, achei muito bom por que eu tinha uma experiência anterior e até a experiência anterior, eu não tinha posição

política, eu era um homem de esquerda, mas uma esquerda que não existia, uma esquerda de, uma abstração, porque esquerda o que tinha era um partido comunista, que eu não queria ser do partido comunista, achava muito sectário, muito limitado, o sujeito não podia, e alguns partidos assim mais, o PTB era o partido mais a esquerda que tinha, mas eu não era do PTB, eu vi que o Brizola tinha condições de dirigir e de comandar isso aí, era na legalidade. Na legalidade, é que ele realmente se expressou enquanto liderança, inclusive, com um aspecto de comando, de direção, porque ele conseguiu manter unido todo o povo riograndense, foi uma unanimidade, foi a maior unanimidade que houve no Rio Grande do Sul, em toda a história, e maior mobilização de massas, de gente, de conseguir debelar a tentativa de golpe já em 1961, na renúncia de Jânio. Isso vinha tudo sendo gestado nas áreas reacionárias, conservadoras, atrasadas, que não queriam modificação no Brasil, assim como estava, estava muito bem pra eles, classe dominante, eles queriam manter o que eles tinham, eles tinham muita coisa, tinham e tem muita coisa, porque essa classe dominante brasileira é fogo, eles dominam mesmo e não abrem mão dos privilégios, os privilégios são intocáveis. Bom, aí eu fiquei aqui e à noite houve uma tentativa de repetição, de reproduzir a legalidade de 1961 e que não tinha mais condições objetivas, nem lá em cima, lá em cima que eu digo é no Sudeste – São Paulo, Rio e Minas Gerais –, ali é que se decide tudo no Brasil, sabe disso né? As coisas caminham lá, aqui são mais ou menos conduzidos, não era assim, ficou assim. Bom, aí, eu vi, eu fui determinado pelo Diário de Notícias, jornal para o qual eu trabalhava, fazendo a cobertura política do jornal e a cobertura no Palácio do Governo, então o diretor do jornal me chamou e disse: “Olha Índio, tu vai ter que a partir de hoje, agora quando tu voltar lá pro Palácio, tu vai ter que acompanhar passo a passo os movimentos do Brizola, eles tem o controle total disso aí” eu sei por que, sei, não vou, tu é jornalista, não precisava, a fonte se tu precisa lá fora, aqui dentro tu não precisa, tu conhece tanta gente aqui. Bom, eu digo “Isso não é fácil, mas todo caso vamos lá” aí eu fui e consegui fazer mais ou menos o trabalho, que era acompanhar o movimento do Brizola, que um negócio tudo muito sigiloso, muito reservado, era o diálogo, a interação entre eles, ele, governador, e os altos dirigentes militares do exército, que aqui só havia exército e um pouco da Aeronáutica, aqui em Canoas, na base aérea de Canoas, que ficou resistente desde o início, não abriu, veio gente de lá e eles não abriram, eles continuaram ligados ao, ao... ainda o negócio do Major Vaz, aquela história, da deposição do Getúlio, do suicídio do Getúlio, aquela história, ficou aquela marca, aquela diferença entre o Partido Trabalhista, que tava no poder aqui, e o pessoal da UDN ligado à Aeronáutica, eram ligados politicamente à Aeronáutica. A Aeronáutica ficou reticente, mas controlada pelo exército por que o Brizola falava assim, por que ele tinha lá no palácio, o chefe do serviço de imprensa, o nome dele era Milton Xá, um jornalista, e que era um sujeito muito atilado, e disse: “Olha aqui, eu vou te ajeitar um lugar aqui e tu vai poder pegar muita coisa do Brizola aí, ele ta falando com os generais, ele ta pegando compromisso dos generais e fazendo um apelo”, e aí eu comecei a controlar isso aí, ouvi isso, ele fazia o apelo no seguinte sentido: “esse é um momento histórico, esse é o momento da história verdadeira do Rio Grande do Sul, depois do Castilhismo esta é o momento mais importante, este é o momento mais importante que o Brasil, com o qual o Rio Grande do Sul está se enfrentando, e aqui vai se dar a decisão de tudo. Então nós temos que fazer a história general, o senhor aí em Santa Maria, o senhor lá em Uruguaiana, os municípios onde tinha comando, Cruz Alta, o senhor vai ter uma responsabilidade muito grande, nós não podemos ceder absolutamente nada, temos que nos manter firmes, irreduzível na defesa do estado democrático de direito, isso é um golpe de estado, isso é rompimento das instituições, isso é rasgar a constituição, isso é um desprezo, um escárnio do povo brasileiro, nós temos que impedir

que o Brasil seja jogado nessa situação de vexame absoluto”. E ele foi dizendo, dizia assim, falava com um e falava com outro e começou a chegar jornalista de toda parte, do New York Times, tinha gente de toda parte do Brasil, do mundo né, eu me lembro do Le Monde, do New York Times, esses jornais importantes como o Figaro. Bom, aí eu tinha o meu aprendizado, a minha motivação pra ter tomado uma posição política, mais dirigida para um partido e para um dirigente, no caso o Brizola, foi a partir daí, que em 1964 eu já sabia, como é que ia ser, que ele ia tentar repetir e tentou e não deu ponto, por que o governador não era mais ele, o governador era o Ildo Meneghetti, que era um homem inacessível, tanto é que ele foi pra Passo Fundo e lá...

Conservador, né?

É, muito conservador, e que não queria mudar nada por que ele era bem de vida e tal...

Sim.

Bem posto na vida... E ele fez tudo na base do, ele escolheu engenharia, ele fez a escola técnica de agricultura, que não dava pra fazer o vestibular pra engenharia, tinha que fazer uma parte, fez o científico no Júlio de Castilhos pra poder fazer o vestibular, pra passar...

Sim. E o senhor?

E... Digo... Minha formação? Acadêmica?

E já adiantando uma pergunta que eu lhe faria antes, qual é o seu setor social, as suas condições...

Nã, na, não, a minha família era do interior do município de São Sepé, era uma família que era proprietária de terras fora, mas tudo decadente. E eu, quando eu nasci, logo depois que eu nasci, quando eu era pequenininho ainda, já estavam tudo decadente, já tinha morrido meu avô e tal, tinham deserdado tudo, então...

O senhor queria naquela época...

Eu vim pra Porto Alegre pra trabalhar e estudar aqui, e trabalhei, estudei e me formei em três cursos superiores, me formei em jornalismo na PUC, quando me formei em jornalismo já enchi e fui lá pra fazer o teste e entrei, nunca acho que fui um bom jornalista, acho que não. E daí depois eu fui estudar filosofia, que eu gostava muito sabe? E pra ser um profissional, que eu já não tinha mais campo no jornalismo, eu era bem quisto no meio dos jornais, do meio de imprensa, mas... Isso aí, as coisas políticas desfaz tudo, o que é bom passa a ser ruim, o que é ruim passa a ser bom, isso aí é uma coisa incrível, então...

O senhor ingressou no PTB daí?

Não, aí eu não tava bem ingressando no PTB, eu sei dizer que eles fizeram uma convenção, um pouco antes do golpe, e puseram um jornalista no diretório metropolitano, aqui de Porto Alegre, um jornalista que o repórter a foto dominava, me botaram lá e eu aceitei e tal, era amigo do Brizola, tinha boas relações e tal. Então aí eu

fui tomando uma certa atitude pruma postura política definida e aí que comecei a fazer, que foi a primeira viagem que eu fiz, eu narro nesse livro... E começa com a primeira viagem que eu fiz, pra Montevidéu. É aquilo ali, depois...

Contatos com o Brizola...

É! Mas aconteceu uma coisa que não tava aqui, que eu não podia contar né, que foi a mais importante. Eu lá tinha muitos amigos, daqui do Rio Grande do Sul, gente, até jornalista, e gente, tudo gente que saiu fugida, foi embora por que não tinha condições de resistir, eu achei que a determinação deles, de serem implacáveis, cruéis, brutais na repressão, foi uma coisa fora do comum pra mim, foi um espanto aquilo, eu lembro, eu lembro, repara só, que escondeu o golpe, ele começou na Guanabara, porque o Rio de Janeiro que era o Distrito Federal, depois correu até Brasília, saiu do Distrito Federal do Rio de Janeiro e foi lá pra Brasília, lá é o Distrito Federal como é até hoje, aliás, muito bem representado pelo bem, lá. O pessoal defronte fez as grandes vigarices lá né. E aí, o Rio de Janeiro se transformou no estado da Guanabara, cujo primeiro governador foi o Carlos Lacerda. O Carlos Lacerda era um jornalista que tinha a Tribuna da Imprensa, ele era um homem muito exigente, inteligente, boa cultura, autodidata, se formou em Direito mas não foi pra frente por que queria mais, ele era talentoso, criativo, e sem muitos escrúpulos também, tanto é que ele foi o líder incontestável civil da revolução, do golpe de 1964 e depois foi procurar o Jango e o Brizola lá, pra fazer a Frente Ampla. Repara...

Sim, foi caçado...

Sim, ele foi caçado, repara, isso revela bem, mas tem outro, dois fatos, um fato que eu acho que revela bem o que era aquela ditadura, aquilo foi um ato improvisado, sem planejamento, sem condições, sem quadros, sem gente qualificada, eles passaram a escolher, escolheram primeiro o Castelo Branco né, depois foram passando e escolhendo os outros. Quando chegou no Costa e Silva, o vice presidente da república, eleito pelo congresso, tudo uma farsa, uma fantasia, uma aparência, uma empulhação, pobre povo que não sabe nada, eles tinham tudo né, aliás, quem tem o poder no Brasil, olha, o Lula vai eleger a Dilma hein, disso não há dúvida nenhuma... Bom, aí eles...

Era o Pedro Aleixo..?

Era o Pedro Aleixo. Que era um advogado, um professor de direito, um jurista, então ele tinha aqueles luminares, tudo, ele chamava os bacharéis, tudo advogado. Tão cultos, homens de grandes talentos, grandes capacitação intelectual, então ele era um homem íntegro, ou seja, incapaz de um deslize ético de qualquer natureza, foi eleito pelo congresso, pela arrumação que eles fizeram, vice-presidente: o Costa e Silva desceu, ele tinha que assumir, os militares se reuniram e disseram “civil nenhum é de confiança, até o Dr. Pedro Aleixo perde a confiança pelo fato de ser civil”. Isso eles sabem, eles exigem claramente. Não deixaram ele tomar a posse e fizeram o que? Um golpe dentro do golpe, fizeram uma junta militar, então aquilo ali, tudo feito naquele momento em que houve o golpe lá no Rio de Janeiro, lá que se consolidou tudo, que o Jango tava no Palácio das Laranjeiras, foi pra Brasília, já não tinha mais condições em Brasília de ficar, que era um deserto, teve que vir pro Rio Grande do Sul, pra ver se resistia aqui, o Brizola dizia que havia resistência aqui, e haveria, mas o Jango não quis. Aí eles

liquidaram tudo que fosse, que pudesse representar alguma coisa do governo que estava sendo deposto, lá na UNE, a UNE era em Copacabana.

Queimaram.

Eles não se satisfizeram em tomar, eliminar tudo e bloquear, enfim, deixar, impedir o funcionamento. Eles queimaram, “*delenda Cartago est*”, eles queimaram tudo, aí se vê a violência, né. Eu acho que o presidente era o Serra, é era o Serra.

É, quando deram o golpe ele era o presidente da UNE.

Pois é, então isso aí. Isso revela bem o mal que esse pessoal queria, o pessoal dizia: “mas não, não é tanto assim, eles fizeram muita coisa”, não fizeram nada não, o Delfim Netto, que é um homem competente e tudo, ele ficou dezesseis anos no ministério aí, passava pro ministério da cultura, foi da fazenda, foi disso, foi do planejamento, e falava no bolo, repartir o bolo, nunca repartiu coisa nenhuma, não tinha bolo, não tinha nada, tudo era uma farsa, uma mentira, muito deslavada. Então as pessoas não avaliam bem o mal que eles fizeram ao Brasil por que inclusive os negócios brasileiros, tinha, os negócios que o Brasil tinha com países estrangeiros diminuíram enormemente porque eles não aplicam, o capitalista não aplica dinheiro em país tão instável politicamente, tem uma ditadura assim, que tá se consolidando, não, absolutamente, ele elimina essa possibilidade, vai fazer com um país organizado, que tenha tudo as instituições no lugar, tudo funcionando né. Então, isso aí é um dado que eles não avaliam, os historiadores, os comentaristas políticos, esses história de cientistas políticos e...

Não, mas hoje, nós na academia nós estamos tentando mudar isso, essa visão. Mas voltando aqui ao Rio Grande do Sul, pra gente se focar mais no que eu preciso pra não tomar todo tempo...

Então aí eu ia, seguidamente a Montevideú...

Por um bom tempo fez esse contato, né?

Esse contato, é, e era muito difícil fazer por que, chegava a um ponto de eu ir até Jaguarão, em Jaguarão o Brizola tinha um esquema com o Cônsul do Uruguai em Jaguarão, e eu entrava na mala do carro do Cônsul que atravessava a ponte, isso eu me lembro, ele fez um discurso lá em Aracaju, depois mais tarde, e ele apareceu, eu fiz um discurso lá na praça e tal, transmitido pelo rádio, e o Cônsul veio lá pra me abraçar, e eu pensei que ele já tinha morrido, ele veio lá e me abraçou o Cônsul, era muito amigo do Brizola, que tinha todos os esquemas, né?

Claro.

Então aí, [risos] eu fui numa viagem dessas e eles organizaram lá um encontro meu, pra eu procurar o Marighella, e aí eu fui, é daqueles encontros de, do partido comunista né, o partido comunista da ala Marighella, que era uma ala mais avançada, mais radical, não era o partidão...

Antes dele romper e ir para a Luta Armada.

É, antes dele romper, ele estava rompendo.

Sim.

Isso foi logo, antes de 1967, isso foi quando ele estava clandestino e estava no Uruguai, aí eu fui lá no aparelho e tal, conversei com ele e tudo, ele queria saber muito sobre o PTB, eu fiz um relatório, como é que funcionava e tal, porque ele acreditava no seguinte, ele era muito ligado à ALA, naquele tempo as esquerdas tinham suas alas, sempre tiveram suas alas. Mas aqui a ala Maoísta, que era aquela segundo a qual a luta tinha que vir do campo para as cidades como foi na China. Eles começaram a trabalhar no campo, os professores, e foi indo, quando chegaram em Moscou, quando chegaram em Pequim, eu lembro que tem um história que o Décio Freitas falava muito, que tava lá na Praça da Paz Celestial, tava lá numa casa, e um empresário, um homem poderoso lá na China, no tempo do regime antigo, e a China tava já há anos naquela luta, aquela coisa, aquela desordem e tal, e o Mao Tse-Tung vinha entrando em Pequim, com uma multidão atrás, e o homem chegou e disse assim: “Enfim, vem a ordem.” Ele não queria saber mais do dinheiro dele, nem de nada, ele queria um pouco de ordem, e de paz, “enfim chega a ordem”. Bom, aí o, ele era da linha Maoísta o Marighella, um homem inteligente da engenharia e tal, foi deputado federal, foi um homem muito vivido, ele é muito ligado aos americanos né, da linha que liberta.

Sim, sim.

Tanto que morreu lá bem pertinho né, e ele me deu uma orientação, uma conversa e tal, ele achou que podíamos fazer um trabalho bom, disse: “olha, eu acho que uma das coisas que pode funcionar no Brasil é este trabalho através das massas do campo, mais puras, ainda não contaminadas pela velha política dos aproveitadores, podemos fazer um bom trabalho.” Tá, tá, então um negócio muito cordial, um monte de gente, gostava de citar Mao Tse-tung, o Mao tem um negócio, tem um livro dele é “As Contradições”, que ele diz o seguinte, eu lembro muito bem que ele dizia assim: “Todas essas crises, as crises são geradas por contradições não resolvidas.” Então ele era um homem muito competente, me deu uma impressão muito boa, muito segura na maneira de se expressar e de entender a realidade sobre a qual nós vivíamos aqui no Brasil, e essas ligações assim difíceis num país pequeno como o Uruguai, com um monte de gente exilada lá...

O Edmur ele tinha contato com o Marighella..?

Pois aí é que está, o Edmur tinha contato com o Marighella e eu...

Ele era também do grupo..?

Da ALN.

Isso.

Aí o negócio, aí é que está o negócio, eu estava em casa uma noite, depois de ter falado com o Marighella, ele me deu um código e uma senha pra gente se comunicar, não tinha feito nenhum contato.

O senhor era, digamos, do PTB, no livro o senhor coloca “ala armada do PTB”..?

É... O pessoal do PTB que estava insatisfeito com tudo o que estava sendo feito e que queria apelar pra luta armada, ajudar quem estava engajado.

Dar apoio, né?

Na luta armada pra dar apoio, e é isso que eu estava fazendo lá.

Sim.

Entendeu, foi isso. Aí, eu estava em casa, e eu tinha uma senha e um código pra me comunicar com o Marighella, chegou o Edmur, eu não sabia quem era o Edmur, o Edmur bateu e eu abri, enorme de um negro, com uma paleta desse tamanho, todo educado, todo...

O senhor lembraria a data aproximada?

Isso aí, foi... fevereiro ou março, foi em março de 1970.

Março de 1970... Mas antes o senhor teve algum contato com ele? Pelo livro aqui, eu fiz um fichamento, o senhor coloca “numa noite de agosto de 1969”.

A conversa com o Edmur..?

É, quando o Edmur teria vindo para o Rio Grande do Sul, o senhor coloca numa noite de agosto de 1969, será que... É que eu sei que data é complicado.

Ah! Não, não, não. É, ta certo aí, ta certo.

Ta certo?

É agosto de 1969. Foi isso mesmo!

Primeiro contato...

Eu me lembro que o homem não tinha ido à lua ainda. Foi no fim do ano de 1969, eu lembro que não tinha ainda... É, exatamente isso. E eu tinha, em 1967, 1966/67 que eu falei com o Marighella, daí chegou o Edmur...

O Edmur é 1969 então?

1969...

Até eu queria ilhe perguntar isso, por que no livro do Jorge Fischer Nunes, ele fala 1967 que o Edmur já estaria no Rio Grande do Sul, e eu acho que ele deve ter se enganado.

Ah, não, não, o Edmur teve muito tempo morando aqui no Rio Grande do Sul, ele é natural daqui.

Sim. Chamavam ele “O Gauchão”.

“O Gauchão”, é. Eu fui lá uma vez com o, faz um parêntese aí, eu fui lá no Plazinha São Rafael, chamavam Plazinha, o Tarso me convidou pra ir lá, e eu fui fazer uma visita pro Prestes, e o Prestes não sabia quem eu era, sabia quem era o Tarso porque o Tarso ia ser candidato a prefeito, sei lá o que, enfim, e ele me apresentou e o Pinheiro Machado, explicou quem eu era e tal, que tinha trabalhado junto com o Edmur em trabalhos políticos, contra a ditadura, aí ele disse “ah, o Edmur Péricles de Camargo, trabalhou em instalação e tal, sabia tudo... e conhecia bem, então ficou assim. Mas eu... E então o Edmur chegou e me deu uma mensagem e que eu recebesse o Edmur, que o Edmur ia ter um assunto importante...”

Ele veio com a mensagem do Marighella..?

É! E eu li tudo o que tinha recebido, o Edmur me fez um... aí é que está, ele foi direto né, falava direto, acho que não perdia muito tempo, falava direto e já falou em ação armada, mesmo né. E fez uma cena assim de cinema, ele tava, disse que tava com uma Luger, é aquela pistola alemã da Gestapo, disse que tava incomodando muito, aí ele “vou botar aqui do lado, depois...” Até na saída ele pediu pra eu ficar um pouco com ela, que ele ia sair na rua e tal e era perigoso. Se pegam ele com uma Luger, é uma arma de guerra né, alemã.

Claro.

E aí ele me disse, disse tudo o que que era. Eles queriam fazer um trabalho, eles queriam implementar um trabalho sobre o qual eles tinham conversado com o Marighella, pra fazer um treinamento com o PTB, pras bases lá, no campo, e vir trabalhando. Tudo difícil, difícilimo né, bah, difícilimo, ainda mais com o sistema repressivo que tinha aí, bah, uma coisa violentíssima.

O senhor relata no livro que ficou meio em dúvida né?

É, eu fiquei em dúvida por que ele disse logo assim “nós temos que conseguir recursos pra isso aí, e os recursos para uma ação dessa natureza, só pode ser via expropriação”. Bom, expropriação que eu sabia, era a desapropriação de terras, por exemplo, a desapropriação de um bem em qualquer. Então é expropriação.

O caso que ele falava era bancária, né?

Era bancária [risos]. Desapropriar o dinheiro já em espécie. E aí, e aí então ficou, pra mim ficou muito discutível pra mim romper com todo o passado, toda a minha vida né, e entrar numa coisa pra valer assim, onde se jogava tudo e era muito perigoso, não dava certo, como um olhar, muito perigoso não, era, hoje eu acho que só podia dar certo por um milagre, né.

Claro...

Então foi assim que começou a coisa.

O senhor considera então, que participou realmente da Luta Armada ou só deu o apoio?

Não, eu dei o apoio, mas eu participei por que eu fiz uma ação que não tava nos meus, nas recordações. Nós tínhamos um esquema aí pra atuar, então, ali na Vieira de Castro, tem a companhia de Guardas do Exército, que é um quartel, com um número regular de gente e que tem funções específicas da guarda, enfim e tal, e ao lado, atrás da Companhia de Guardas, tinha uma casa da JUC, Juventude Universitária Católica, onde moravam estudantes e eu tinha estudantes amigos ali, e aí, eu e um companheiro fomos lá, conversamos com dois ou três, tarde da noite, e eu sabia como é que o guarda fazia, fazia a guarda atrás do quartel, numa parede assim, um muro de cima, largo, bem forte, ele caminhava ali, com uma metralhadora. Nós fomos lá e pegamos, quando ele viu já estava pego, tomamos a arma e dissemos que ele ficasse uma hora sem comunicar por que se não ele ia ser executado e ele concordou, concordou e nós ficamos com a arma. Então, a arma pra nós era uma coisa muito importante, a gente tinha, eu me lembro, tenho um amigo que até botou no jornal, não, num livro que ele escreveu, que era secretário do Brizola, ele quando apertou a coisa pra ele, ele viu que, ele era caçador, tinha armas e outras que sabia caçar também né. Então ele passou pra mim, eu fiquei com muita coisa, muita arma, me lembro, o pessoal aí da esquerda que tava na Luta Armada, me ajudava nisso aí, tinha munição também. Então as coisas foram se desenvolvendo nesse sentido, depois começou a enfraquecer tudo lá no Montevideú, as coisas começaram a entrar numa rotina e as tentativas de fazer uma, uma... Ações pra impulsionar o processo eram meio desarticuladas, sabe? Não funcionou nada. Me lembro que aquela guerra de Três Passos, aquela guerrilha de Três Passos do coronel Jefferson...

Jefferson Cardim.

Cardim. Aquilo ali foi uma coisa que eu mesmo fui contra, falava pro Sereno Chaise, falei, o Sereno tinha medo de arma, de tudo. Então as coisas foram indo, chegou em um ponto que eu vi que o Brizola estava esgotado lá...

Sim. A tentativa de, que ele dizia que era insurreição né?

É, É... Insurreição! Não é uma quartelada, e não é um golpe, isso é insurreição popular! É o povo insatisfeito que se insurge contra um estado ilegal, imoral, contra ele, contra todo mundo, então, ele frisava muito isso aí. O Brizola era muito didata.

Sim. Eu precisava assim, o que o senhor puder me dar, por que sobre isso não tem muita informação nos livros, sobre as ações que tiveram aqui em Porto Alegre. Esses assaltos, por exemplo, o que que o senhor sabe dos que o Edmur fez? Teve dois que eu não encontrei muita informação, não sei se o senhor sabe me dizer mais dados. O senhor no livro até, cita que na primavera de 1969, Miguel Marques, ele veio lhe procurar pra buscar o Edmur num cinema da Carlos Gomes, pois ele tinha assaltado um banco, e eu não tenho muitas informações sobre isso, não achei no jornal.

É, é, pois é. O Edmur foi assim, ele queria fazer as coisas, ele veio de lá com todo o impulso e eu dizia assim, eu perguntei: “Mas afinal de contas, o Marighella me apresentou pra ti, através desse, dessa mensagem, mas tu ta bem com o Marighella?”, dizia ele: “Não, eu não estou muito bem, em pensamento sempre somos amigos, mas...”

Ele já estava meio rompendo.

É, é... “Mas politicamente e revolucionariamente, nós estamos divergindo por que ele é meio bonapartista”, e eu cá comigo digo: “Acho que o bonapartista aqui é tu”, eu pensei né [risos]. Porque o Bonaparte levava tudo à moda dele né, ele não gostava de ninguém né, então, aí, portanto há uma divergência, mas a gente tá numa luta só, isso é uma luta só e de todo mundo né, não é só da ALN, ou desse ou daquele, então, por isso que nós queremos incorporar o que o PTB tem de ser possível de usar aí no interior em termos de mobilização e articulação, isso não altera nada, tudo é a mesma coisa, estamos na mesma, no mesmo projeto. Então a coisa andou assim, mas eu vi que as coisas, depois daquela coisa do Cardim, eu conhecia as pessoas e aí, eu tenho uma pessoa que me convidou também, eu não vou falar desse aí quem é, já deu bolo aí, não quero falar, foi o Flávio Tavares, mas esse aí eu vou deixar por que, o Flávio Tavares ele veio me convidar e eu não aceitei, bem antes de tudo.

Sim...

Porque eu achei que o Flávio Tavares não tinha condições, eu achei que ele tava de dirigente e eu achei que ele não tinha como dirigir isso aí. Ele é muito frágil, ele era muito... não dava.

E Miguel Marques ele era, quem era, de que grupo ele era?

Ele era do partido comunista, e ele fazia assim, depois ele se transformou até meio num, uma pessoa dessas que pede dinheiro, assim, emprestado pra gente, pros amigo dele e não...

Ele participou desse assalto com o Edmur aqui, no caso?

Não, ele não participou de assalto nenhum, por que não tinha condições, era outro tipo o Flávio... não...

Aham. E por que ele foi chamar o senhor pra ir lá buscar ele que estava no cinema, naquele momento. O senhor lembra daquele momento?

Porque ele sabia que o Edmur tinha me procurado, o Edmur falou com ele, comentou com ele e com outras pessoas também, que são...

Que tinha o contato.

É, é. Ele disse, então me pediram e eu fui lá e tirei o Edmur. Tirei não, ele tava...

No cinema Carlos Gomes?

É, dentro do cinema Carlos Gomes tava homiziado ali, e aí eu encostei o carro, ele foi lá avisou e veio, entrou e nós saímos e aí...

Que banco que ele tinha assaltado? O senhor lembra?

Assaltado, ele tinha assaltado...

Porque esse aqui eu to com dificuldade de encontrar nos jornais. Eu achei uma referência ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul, agência Tristeza, será que era essa? O senhor lembra se saiu alguma coisa no jornal?

Não, não lembro. Aí, é aí que eu, aí tem um problema sério, eu acho que se tu botar, por exemplo, é um problema sério que é, é que eu conhecia o banco, não, mas, é que, é esse banco aí, esse banco é do Sul Brasileiro na Protásio Alves, quase esquina, quase esquina...

É que eu encontrei dois na verdade, eu encontrei um aqui, Sul Banco, não é esse? Sul Banco, agência Petrópolis, na Protásio Alves.

É, é esse aí.

Mas antes teve um outro, aí é que ta eu não...

Ah não, aí esse antes, é o que ele foi, que o levou a se refugiar no cinema né?

E esse foi o da Protásio Alves ou foi o outro?

Não, foi o outro.

Foi outro...

O da Protásio Alves eles não conseguiram pegar o... não conseguiram pegar.

Esses dois eu não tenho...

Porque eu sei, tenho certeza que não pegaram, eu conheço. E isso deve ser o Banrisul, por que é uma coisa que, que não se sabe bem, é que eu trabalhei na Caixa Econômica Federal, e eu conhecia tanta gente, tudo, por que eu fazia um serviço de compensação de cheques. De manhã eu pegava um carro e ia pegar os cheques das agências tudo, e conhecia tudo rapaz. E então apareceu uma agência assaltada, mas por pessoas que, aí é que tá, não apareceu ninguém com o biotipo do Edmur, por que o Edmur não da pra confundir com ninguém! Porque ele é um negro forte, alto e tal, com a cabeça raspada e esse foi umas pessoas inexperientes que tiraram um dinheirinho ali e se foram embora e tal, viram a porta aberta, entraram e... por que eles não divulgavam muito, eles começaram a divulgar esses assalto a banco, começou a se difundir mais, depois das experiências da Luta Armada.

Sim. É, o primeiro que eu achei em jornal foi o da Caixa Federal na José do Patrocínio, foi o primeiro que eu encontrei no jornal e esses dois primeiros eu não encontrei notícias.

É, é esse aí, mas esse aí deram como político, não?

Acho que já, acho que já estabelecia relação com o político...

É, pois é, pois é... Mas eu acho que não era, por que ele não me disse nada, o Edmur não me disse nada.

Sim.

E pela descrição do jornal, ele descreveu as pessoas, nenhum com o tipo dele, não tinha negro.

E eles não panfletearam, não fizeram nada que demonstrasse que fosse um ato político..?

É, é!

E o senhor, o senhor lembra, aproximadamente, a data disso aqui? Quando esses dois aqui ocorreram?

Isso aí foi antes disso tudo que eu contei, foi antes de 1967.

Foi antes de 1967, esses dois aqui?

Eu acho que sim. Não, não, não... O Edmur já tava aí, já tava aí. Foi em 1969, não, não, não, não foi... Por que eu achei que não era do Edmur, porque ele não me falou nada, e ele teria que me falar, eu acho, não sei, pode ser que não, não sei.

Sim.

Mas... Ele não, não foi descrito como pessoa, por que a matéria que fez o jornal, teria dito que um homem assim, assim, sabe?

Pois é, estranho.

Foi coisa de pessoas inexperientes assim, que se mandaram com meia dúzia de réis assim.

Aham, eu não encontrei. O senhor não lembraria a data essa que o Miguel Marques veio lhe procurar pra resgatar o Edmur no cinema ali?

Ah, eu não, o mês não, por que aquilo ali tudo era um processo muito tumultuado, por que eu tinha sido, eu já vinha de uma cassação, tinha sido cassado, tiraram mandato, tiraram tudo, então as coisas se confundiam muito.

No seu livro tem outra referência a um assalto, que eu também não encontrei, que seria depois de tudo, quando o senhor tava já, já preso, em dezembro de 1970, um assalto ao Itaú, o senhor faz uma referência, o senhor estava no DOPS ou na Ilha, e aí vem a notícia assim: "Ah, teve um assalto ao Itaú", ao mesmo tempo que estavam sequestrando um embaixador em dezembro de 1970. Vocês estavam na expectativa e o senhor...

Ah, a do embaixador é? A do embaixador alemão?

Eu acho que é alemão ou suíço, não lembro, em dezembro de 1970.

Sim, mas isso foi coisa comentada dentro do DOPS, então é quase tudo muito...

Claro. O senhor só ouviu isso?

É.

Não sabe nada desse assalto?

É, é. Isso pode ser até uma, lançar um boato aí, pra ver a repercussão que tem...

Claro, claro. Ta, eu achei estranho que esse aqui seria mais tarde né, por que aqui dezembro de 1970.

Mas tu ta muito pesquisado hein? Tu pesquisaste muito bem...

Claro! Fichei o seu livro, né.

O teu trabalho vai ser muito valorizado hein.

Tomara [risos].

Mas olha, pro mestrado...

Eu to tentando achar todas as informações.

Por que o brasileiro, tu sabe que brasileiro é meio descuidado né...

Ah não, mas eu não gosto disso. Então só pra mim tentar, pro senhor tentar me ajudar a fechar aqui as informações, nesse que dia o senhor buscou o Edmur, junto com o Miguel Marques, no da Carlos Gomes, qual dos bancos foi aqui pra eu relacionar com a notícia, com o Banrisul ou com o da Protásio (Sul Banco)? O senhor lembra se ele comentou qual banco que ele tinha expropriado naquele momento?

Pois é, aí é que está né...

O senhor não lembra exatamente? Que eu tenho essas duas referências mas não achei a notícia em jornal né.

Esse aí é o Itaú, né? Não...

Não, não, essa aqui ó.

Não, não, aí é a agência da Caixa, né.

Miguel Marques, Índio e o senhor foram buscar o Edmur no cinema Carlos Gomes por que ele tinha assaltado um banco, eu achei que a referência era o BERGS (Banco do Estado Rio Grande do Sul), hoje Banrisul, da agência Tristeza. E depois, o senhor mesmo comenta que teve um assalto a um banco da Protásio Alves, aí eu achei uma referência no jornal a um Sul Banco, agência Petrópolis.

É, é esse aí, foi assaltado, mas não houve, não prenderam ninguém.

Sim, sim. Claro. Mas isso aqui o senhor sabe de alguma coisa? Quem participou? Se...

Foi o Edmur e uma pessoa de fora do Rio Grande do Sul, que o acompanhou, que tinha um codinome lá que eu não sei qual é. Porque a verdade é que o pessoal não abria os nomes né.

Claro...

Só abriam em caso de extrema necessidade assim, pra...

Sim. E desses dois, chegaram a lhe contar alguma coisa? Alguém lhe contou pessoalmente como foi o assalto? O que...

Não, esse aqui eu sei por que eu dei cobertura pra eles.

Esse o senhor deu cobertura?

Sim.

SulBanco?

Sim.

Ta, esse foi então o Edmur e mais uma pessoa?

E mais uma pessoa que não era daqui do Rio Grande do Sul e que era um profissional, profissional não, era uma pessoa engajada na luta lá de cima, e que tinha experiências lá.

E esse que o senhor deu cobertura? Teve outro que o senhor chegou a ajudar também né? A dar cobertura... Tem também, tem aqui a Caixa Federal, na José do Patrocínio, esse não, esse aqui não foi o senhor que...

Mas o que é que fala esse aí?

Esse aqui ta no, eu acho que ta no livro do Jorge Fischer Nunes, que eles assaltaram a agência da Caixa, na José do Patrocínio, expropriaram né.

Ah, então, então foi isso, então de certo foi essa aí.

A que o senhor deu cobertura?

Não, pra Caixa eu não dava cobertura, não podia dar cobertura, como é que eu ia dar cobertura, se eu era conhecido e tudo... Imagina...

Claro, sim, sim. É, eles falam que alguém ficou cuidando do carro, assim. Bem, eu vou ter que achar a data desse aqui, de repente quando eu achar nos jornais, que deve ter no jornal né, eu que não encontrei ainda, mas eu vou...

É, deve ter sim.

Eu vou catar melhor e vou achar essa notícia. Eu vou lhe fazer então algumas perguntas mais pontuais assim, que são mais específicas do que eu preciso pra minha pesquisa...

Escuta, tu é de Porto Alegre mesmo?

Eu sou de Lajeado. Vim pra cá...

De Lajeado é?

Eu vim pra cá fazer a UFRGS. Vim pra cá, passei no vestibular e vim morar aí. Minha família toda é de Lajeado.

Ah, Lajeado...

Vale do Taquari. Os Ruschel, são tudo de lá os alemão. O que o senhor apontaria, assim, como motivações que teriam levado o senhor a Luta Armada, assim, por que o senhor optou por essa...

Eu optei em primeiro lugar por que eu, a primeira viagem que eu fiz pra Montevidéu tá narrada no livro ali, então aquilo ali me motivou um pouco, eu vi... E depois o encontro com o Marighella me deu muita força sabe, esse cara tava metido aí, não sabia bem como é que era, por exemplo, o problema do Vale da Ribeira não existia ainda né, tudo isso aí é depois. Então, e eu, eu tinha sido, por que a verdade é essa, eles me tiraram tudo o que eu tinha sem motivo nenhum.

Sim...

Por quê? Eu não tinha feito nada! Eu fui eleito, eu era um jornalista, depois fui convidado pra entrar pra Caixa Econômica, fui convidado, eu não fiz concurso, eu não ia fazer concurso pra Caixa, fazer concurso pra outra coisa né, não pra Caixa.

Sim...

Me convidaram pra lá. Mas me convidaram por quê? Porque o presidente do PTB me convidou pra ir Brasília com ele, fazer o negócio da reforma agrária, e eu gostava do negócio da reforma agrária, eu digo: “Mas eu não tenho, eu tenho só o jornal, eu trabalho no jornal, eu não tenho, eu não tenho outra venda” e ele: “Não, mas eu te arrumo uma venda, um emprego bom, um emprego na Caixa Econômica Federal.”

Bom, eu digo: “Bom então assim” aí, eu fui motivado por isso e fui pra lá e fiquei de chefe do serviço de divulgação da superintendência da reforma agrária, um órgão ligado diretamente ao Presidente da República. Pra fazer a reforma agrária, por que tava no auge das agitações, de transformar o sistema fundiário brasileiro, por que assim como estava não ia funcionar o Brasil, não ia funcionar. Até hoje não mudaram né.

Sim...

Então aí, eu me lembro, vou só te contar esse episódio pra tu ver, ilustrar tudo isso aí. Eu tava motivado ali, eu me lembro que eu comecei a fazer, uma publicaçãozinha assim um livrinho, eu ia fazer, meio decalcado né. O Biotônico Fontoura tinha um livrinho que se chamava “Jeca Tatu”, redigido, de autoria do Monteiro Lobato, e era a propaganda dele, pra fortificar, é um fortificante né? Que ele dá pras crianças, pros adultos também, então esse, isso aí era narrada a história de um “*pêlo duro*”, desanimado e tal, bebia cachaça, fumava e tal, e o italiano bem posto, com jeans e tal, tinha até televisão, Monteiro Lobato, ele imaginava aquilo, isso já tinha lá pela Europa, então eu tive, eu vou fazer um negócio mais ou menos, tipo do Monteiro Lobato, vão dizer que isso aqui é decalcado, no talento do Monteiro Lobato. Claro, pois eu gostei muito quando eu era guri, guri que não lê Monteiro Lobato era um decalque. E aí eu fiquei muito motivado com aquilo, e fui pra reforma agrária.

O senhor acha que isso acabou marcando um pouco? Politicamente?

É, é, é. Aí, eu ia fazer o negócio, como é que era a reforma agrária, como que se fazia a reforma agrária? O que que tinha que ter? Tinha que ter dinheiro? Tinha que ter terra? Tinha que ter isso, sem, como é que é? Não se faz uma omelete sem quebrar os ovos e tal, tem que ter terra, tem que ter assistência técnica, tem que ter arado, tem que ter colheitadeira, tem que ter isso, enfim, tudo isso aí, didaticamente, e eu dava pra isso. E aí fui convidado pra ir num comício sobre a reforma agrária, nas proximidades de Brasília, 60 km de Brasília, numa cidade de Formosa em Goiás. E fomos lá, eu fui com o Betinho, Betinho é irmão do Henfil, Betinho da fome.

Sim, o da campanha...

Tinha o padre lá, tudo gente, tudo gente assim pacifista e tal, que iam lá pra explicar, era um negócio didático, explicar pro povo, como é que se faz a reforma agrária, como que é feito, como é que vão ajudar pessoas a se desenvolver no meio agrário, pra produzir, pra criar riqueza. Nós estávamos em pleno comício quando de repente, um tiroteio no meio do povo, e tiroteio e tiroteio e pá e pá e bala e saía gente correndo dum lado pro outro, e vem uma bala e pega numa pessoa e tal, no palanque, no palanque não, um estradozinho ali, pegou aqui no ombro, sei que derrubou o cara, a arma, eu acho que era pesada essa arma. E aí então desmanchou tudo, aí eu vi que, que ali me decepcionou muito, eu achei que a reforma agrária só sairia no Brasil à bala, por que eles responderiam aos projetos, a intenção de transformar o sistema fundiário brasileiro, responderia com a força, à bala. Digo: “Então se é só à bala, então não vai sair nada, não tem gente pra isso aí”, então foi aí que eu fui...

Indo pra esse lado...

Indo pra esse lado, fui e quando vim pra cá, deu o golpe eu vim pra cá, claro, larguei tudo, eu vim morar aqui, comecei a...

O senhor foi vereador...

Eu fui vereador, mas fui vereador só vinte dias, por que eu fui eleito e já fui cassado.

Em que ano?

Isso em 1968.

1968.

1968 em dezembro, em outubro de 1968. Em dezembro de 1968 deu o AI-5. Eles editaram o AI-5 e no dia...

Com o AI-5 que lhe cassaram..?

É, me cassaram, aí em janeiro eu assumi, vinte dias depois já tava vigendo o AI-5, fui cassado, tiraram o mandato, suspenderam os direitos políticos por dez anos e tiraram o emprego que eu tinha na Caixa.

Bah!

E pro jornal eu não tinha mais...

Claro. Então o senhor...

Aí eu já, montei um curso pré-vestibular, curso pré-vestibular ali na Marechal Floriano, eu fui preso ali na Marechal Floriano, no curso dando aula.

Sim, o senhor narra isso. Então o senhor foi pra essa opção pela luta armada mais pelas circunstâncias mesmo?

As circunstâncias, por que eu achei que era uma violência o que eles fizeram, uma coisa, um atraso pro Brasil, uma desmoralização né, mas não me lembro, isso eu não me lembro, vai pegar em armas, por que fui provocado, eles foram implacáveis. Então esse foi o motivo que realmente me levou.

Que o levou. Ta. E que conseqüências a participação na Luta Armada trouxe pra sua vida? Na época e posteriormente.

Sim, mas daí destruí tudo né, destruí tudo tanto é que eu hoje, eu depois eu fui preso e tal, fiquei muito tempo preso, e depois voltei e depois veio a anistia, e eu não queria voltar por que eu já tava fora mais pro direito, eu tava advogando e aí por que eu achei o seguinte, eu não quero mais voltar pra essa Caixa, não quero mais voltar, por que eu não vou me aposentar, eu vou morrer antes de me aposentar, eu não sei, eu não vou esperar isso aí [risos] e se eu não morrer, eu vou estar tão bem, por que eu tava ganhando, trabalhava, era jeitoso, então não precisa, se não ocorrer nada eu tô bem. Aí eu não morri e nem fiquei bem como eu esperava ficar [risos]. Aí voltei...

O senhor ta bem. Quanto tempo o senhor ficou preso, por que eu encontrei, que no livro o senhor fala que foi libertado em 1971 só que daí foi processo e daí acabou sendo preso de novo.

É.

O livro não chega a dizer quanto tempo o senhor ficou exatamente preso.

É, eu fiquei um ano e pouco preso.

Ah, então quando voltou depois não foi muito tempo daí?

É, foi três prisões, três prisões não, foi três lugares onde eu fiquei preso, fiquei preso no DOPS, durante sessenta dias e no Hospital Militar do Exército, durante noventa dias e durante um ano lá na Ilha.

O que o senhor apontaria, assim, como fatos marcantes na sua vida entre essa participação, no envolvimento com a Luta Armada, e o momento em que o senhor escreveu o livro? Alguma coisa, o que aconteceram de fatos marcantes, entre a Luta Armada, prisão e tudo mais e escrever o livro, assim? Bem resumidamente.

Não mas, a rigor não aconteceu nada por que eu nem pude, depois da prisão eu nem pude reconstituir ou refazer o curso que eu tinha que eu dava aula, tinha professores, o diretor do Júlio de Castilhos era professor de matemática lá e tal, enfim, eu não tinha nada, eu não faço... Eu não fazia nada assim, eu comecei foi a retomar os estudos, os estudos me preparar pra outra profissão, por que eu era formado em filosofia, mas eu não podia ser professor, por que não me nomeavam e tal, não me nomeavam pra esses concursos, não me nomearam.

Sim, daí o senhor ingressou na faculdade de?

Daí eu cursei minha faculdade de direito.

De direito, ah, sim... E a questão da Luta Armada e escrever o livro, foi mais a prisão quando o senhor sai retoma o cursinho e faz faculdade de direito.

É. E aí eu vi que o jornalismo não dava mais pra mim, que eles faziam algumas concessões, como pro Lauro Hagemann, que era o locutor da Guaíba, eles reconduziram, ele era do partido comunista na época, mas muito respeitado assim, era uma figura importante aí, mas comigo não era assim, eu era modesto né, então, eu por que as coisas comigo não andaram bem pelo seguinte, esse pessoal que teve o direito de requerer uma anistia, por que houve a anistia, eu fui anistiado né, mas eu não recebi nada, aí então eles resolveram a indenizar os anistiados, aí todo mundo, eu não queria, minha mãe insistia, mas eu não sirvo pra receber indenização...

É complicado né?

Mas aí ela insistiu e aí eu fui. Eles me negaram. Aí eu recorri e eles me negaram de novo. Até o Tarso ficou de ver, não viu nada, eu falei assim muito rapidamente por que eu tenho um certo pudor nisso aí. Então eu não recebi nada, e não, me deram aqui o Estado uns trinta mil reais que eles deram aí, eu recebi aquilo ali por que me chamaram lá, fizeram um ato lá no palácio e me deram.

Quando exatamente o senhor escreveu o livro? Que eu vi que durante o livro o senhor faz algumas referências, que o senhor foi escrevendo durante na cadeia mesmo, alguma coisa.

Não, não, na cadeia eu só tomava nota do nome das pessoas que eram nomes de guerra, então eu queria o nome mesmo e tal.

Então foi mais tomando notas?

Tinha pessoas na cadeia, por exemplo, o Ruy Goethe da Costa Falcão, que é um deputado lá de São Paulo e foi cogitado muitas vezes, tinha o Fernando Pimentel, que é o prefeito de Belo Horizonte. Tinha o Carlos Araújo, tinha o Raul Pont...

Claro, o senhor lista bastante. Até o senhor chegou a fazer uma análise social dos grupos que estavam na cadeia e tudo mais.

É, é.

Mas então quando o senhor sentou pra escrever ele?

Não, por que o negócio foi o seguinte, eu não queria, eu não pretendia, nem tinha a pretensão de escrever livro né, eu digo: “Já que eu fiz a experiência e eu passei por isso e anotei os nomes e tal, vou fazer uma reportagem” e fui dar de presente pra Zero Hora, vou fazer uma gratificação pra eles lá, até disse pro Pilla, digo: “ótimo, bah, isso aí é pro pessoal que paga e tal e pá” digo “Não estou cobrando nada da Zero Hora”, mas aí comecei a escrever e pensei iih, comecei a encomprar muito aquilo, eu digo: “Isso aqui não dá mais reportagem, já extrapolou” daí resolvi e tal, aprontei e digo: “Bom agora que ta pronto, o que que eu faço? Quem é que vai publicar isso aí?”, aí falei com o Cadão, o Cadão ele é um chefe do serviço de fotografia da Zero Hora, Ricardo Chaves. E eu: “Cadão, to com esse livro, não sei se falo com a LPM, com esse pessoal aí” e ele disse: “Não, tu deve fazer o seguinte, tu bota no correio, ele disse pra mim ir lá e manda pra CODECRI, do Pasquim.” Mandeí, dias depois me telefonaram dizendo que tinham lido, tinham gostado e tal, querem publicar e querem que eu assine um contrato. Podiam mandar um contrato que eu desse os meus dados, aí dei os dados, CPF e tal e eles fizeram.

E ele foi lançado em 1981?

É.

E quanto tempo o senhor levou assim pra escrever? Quando, que ano que o senhor escreveu, quando...

Eu escrevi em 1980, eu lembro que eu ia lá pra Torres, tinha um teleshare lá, ficava um tempo lá, comecei a escrever lá, ditei uma parte lá pra secretária, por que eu comecei a advogar aí já, tava saindo da miséria aí, então eu fiz assim...

Tem idéia de quanto tempo levou pra escrever?

Menos de um ano.

Menos de um ano... No ano de oitenta. Seguir aqui. Na época exata em que o senhor escreveu o livro então, o que tava, o que o senhor estava fazendo na sua vida? Estava advogando?

Advogando, advogando. Eu escrevi no escritório, grande parte escrevi no escritório.

Não tinha mais o cursinho, no caso?

Não, o cursinho foi desmanchado quando eu fui preso e nunca mais foi refeito.

Sim, sim.

Não havia mais condições de...

Claro. Ta, então estava naquele momento só advogando?

É.

Participando de política, alguma coisa?

Não, nada...

Não... Aqui eu acho que o senhor já respondeu, eu ia perguntar que motivos levaram o senhor a escrever o livro em 1981/1980? Teve algum motivo específico, alguma coisa que motivou o senhor?

Não, eu quando comecei eu fui fazer uma reportagem.

Sim.

E aí, foi indo e indo, e vi que reportagem não era.

Mas não teve nada que aconteceu que despertou isso no senhor, “Ah, vou escrever”..?

Não, não, não. Nem era assim, uma contribuição para a história, achei que era irrelevante.

Sim. Não tinha nenhuma pretensão?

Não, não. Nenhuma pretensão.

Claro.

Então saiu assim, por que...

E não tinha nenhum objetivo, assim, específico? Quando...

Não, não tinha nada. Nem sequer ganhar um dinheirinho. Eu ia dar de presente pra eles lá. Se eles quisessem me dar alguma coisa, eu não ia recusar né, eu sou uma pessoa educada.

Claro. O senhor teria como citar algum, se houve algum livro, algum autor, algum político, alguma pessoa que teve influência na sua decisão? De escrever suas memórias. Algum livro que o senhor leu e deu vontade, talvez alguma pessoa, algum político.

Ah, sim... aí depois que ele foi tomando rumo de livro, foi tomando as características de um livro, aí eu lembro que eu sempre fui leitor, eu leio bastante, eu tinha uma leitura boa. Eu acho que um que me influenciou muito foi o Graciliano Ramos, que escreveu “Memórias do Cárcere”.

Ah sim, boa. Graciliano. Mais alguma coisa que o senhor citaria, assim, que teria lhe influenciado?

Não, eu teria, eu lia muito Sartre e tal, mas o Sartre não é bem dessa área, o grande romance dele, não tem nada que ver com isso aí, é outra coisa.

Como foi a repercussão do livro? Em termo de...

Ah, mas pra mim foi uma surpresa, por que foi o seguinte, eu mandei lá a sugestão do Cadão, Ricardo Chaves, aí eles telefonaram de lá, olha, lemos teu livro aqui e tal e gostamos e iremos publicar. E eu digo: “Mas a opinião de vocês é só gostar? Eu vou fazer três perguntas que uma encaixa: É ruim? É bom? Ou é bem bom?” E ele disse: “Bom, pode ser bem bom, mas ocorre que poderia ser melhor, mesmo por que, tudo pode ser melhor” e aí ele explicou, disse que até a Divina Comédia podia ser melhor, se Dante caprichasse mais, aí eu achei graça do negócio e eles publicaram, foi um negócio muito tranquilo, uma maravilha, eu mandei tudo ali, eles mandaram pra eu corrigir a, pra ouvir a primeira impressão, aquela prova.

E após a publicação como que foi a repercussão?

Ah não, eu gostei muito, foi muito interessante sabe por quê? Porque eu, publicaram e eles me mandaram uns números, uns exemplares pela Varig, e eu recebi e achei muito bonito, tal e coisa, e mostrei pro pessoal numa reunião, assim, até num bar aí, mostrei pro pessoal e a zero hora já fizeram uma reportagem, no outro dia saiu na reportagem já, e aí começou, e já distribuíram pelo Rio Grande do Sul, e distribuíram pra todo o Brasil, e eu me lembro que eu fui no aeroporto, eu fiz uma viagem à Recife, cheguei em Recife, tava o livro no aeroporto já, depois fui na livraria lá e tava lá, uma distribuição muito boa, que o Pasquim tinha, por que era um pessoal meio boêmio, mas funcionou.

Claro. Sim...

Então pra mim foi uma surpresa que eu jamais esperei na minha vida.

Foi boa.

E saíram três edições em poucos meses. Em uma feira do livro ele chegou a ser primeiro lugar.

Oh! O senhor tem idéia de tiragem? Que...

Ah pois isso aí eu não perguntava, pois ficava meio, parece que eu não tava confiando, então eu não quis perguntar...

[Risos] Ta.

Eu sei que eles tiraram três e aí que ia sair uma quarta, depois o pessoal aqui da Tchê queria publicar aqui, então eu pedi licença pra eles pra publicar aqui e eles disseram que podia publicar, aí...

Ah, daí passou pra Tchê?

Tchê, isso aí.

Ta. E o senhor lembra alguma manifestação, assim, de alguém que tenha lido e daqui a pouco escreveu algum artigo elogiando, criticando?

Ah, sim, me lembro, me lembro. Sim, o Paulo Eckert Filho fez um panegírico, uma coisa que ele não faz, ele é de destruir tudo, ele fez um... oh, isso aqui o Paulo Eckert fez, saiu no jornal isso aqui, Paulo Eckert é considerado um crítico muito importante.

Sim...

Depois o Tarso escreveu até pra Istoé, escreveu uma matéria que saiu lá na Istoé, por isso que eu pedi pra ele me ver um negócio lá, por que eles estavam achando que eu já estava indenizado.

Claro.

Essa Comissão do Ministério da Justiça, ele era ministro da justiça, ele que mandava naquilo ali.

Sim. Então saiu alguns artigos...

Saiu, saiu, aqui o Pilla Vares escreveu, uns quantos jornalistas escreveram... O Albert, Fernando Albert...

Mas nenhuma crítica?

Não, não, não.

Que o senhor lembra, que teria marcado né...

É. Mas nada, nem eles...

Nem um militar..?

Não, não. Ninguém, isso que eu acho interessante, não houve nada.

Eles já estavam se acalmando...

Mas eu tive muito cuidado, não quis muito, provocação, não...

Claro, claro. Antes de escrever o seu livro o senhor leu o livro “O Que é Isso, Companheiro?”, do Fernando Gabeira?

Eu li, eu li.

Leu?

Li.

Acha que ele, o que achou do?

Achei bom, muito bom...

Muito bom?

Muito bom, o Gabeira escreve muito bem.

Sim.

E eu era um divulgador dele, por que eu li e dava pro outros e tal, eu valorizava aquilo ali, o Gabeira ele tinha uma coisa muito engraçada, ele escreveu o livro e morava no Cefe né, e tava lá e ele era porteiro de um hotel e escreveu o livro e tal, não, ele não escreveu o livro, isso ele conta no livro, ele estava lá de porteiro e telefonaram do Brasil dizendo “Saiu a anistia, vocês podem voltar” E aí o inglês, era um inglês, queria saber que anistia era essa, o que era isso aí, e aí chegou gente já, de champanhe lá e tal no hotel, um hotel modesto né, e diz ele que, e o inglês só olhando assim, né, falando inglês, que era obrigado a falar né. E diz o inglês assim: “Mas ora veja, com tudo isso acontecendo lá no Brasil, eles tão bem aqui e agora podem voltar, tudo isso, pode tanta coisa, tudo isso com um quartinho de dez dólares por mês, por dia...” [risos], quer dizer que, ele estava assistindo uma coisa importantíssima, numa coisa tão modesta, um hotel lá... Porque pra eles, esse pessoal lá, isso tem outra força né, o Brasil é meio...

Sim, é. O senhor que o livro do Gabeira, a leitura dele pode ter lhe influenciado em algo?

Não, acho que não. Porque é completamente diferente né.

É?

É...

Ta. E o “Os Carbonários”, do Alfredo Syrkis..?

Também li, esse eu li.

Chegou a ler antes do livro? Porque eu lembro que “Os Carbonários” é próximo do seu, né?

É, é...

Ele é de 1981 também...

É... Eu acho que eu li antes, não, acho que eu li depois “Os Carbonários”.

Depois?

Eu conheço o Alfredo Syrkis por que eu fui num congresso dos trabalhistas do Brasil foram trabalhistas que estavam na Europa, exilados, e lá encontrei essas pessoas.

E conversou...

Conversei com eles.

O do Syrkis o senhor acha que pode ter lhe influenciado alguma coisa?

Não, não. Não influenciaram, agora eles podem influenciar eu quero dizer, de decidir fazer.

Sim...

Ah, sim, isso sim. Isso alguma coisa influenciou, claro.

Ah, nesse sentido talvez um pouco...

Mas mesmo assim... Em termos de abordagem é muito diferente, ele tava na Europa e tal, é outra... é tudo bonito...

Outra vivência né?

Tu viver no local aqui, eles lá tinham uma visão européia e tal...

Então talvez só um pouco nesse sentido de ter lido e ter dado vontade de escrever também?

É, também. Se eles escreveram eu posso escrever também, eles são jornalistas também.

Sim. E o senhor lembra de algum outro livro do mesmo gênero, de testemunho de quem lutou contra a ditadura, que tenha lido antes de escrever o livro, o seu? Lembra de algum que tenha, além do Gabeira que o senhor leu antes de escrever o seu?

É, outro não, outro não, outro eu não li.

Ele que começou né...

É, ele foi o primeiro, foi o primeiro que escreveu no Brasil sobre isso.

Na época em que o senhor escreveu o livro, que análise o senhor fazia sobre a Luta Armada e a sua opção pela Luta Armada? Quando escreveu o livro, como era a sua visão sobre a Luta Armada?

Ah, era uma visão um pouco crítica né, por que eu não faço uma abordagem, assim, pessimista nem otimista, eu faço mais ou menos realista, de acordo com a minha visão né, por que eu achava muito pobre, por que a política no Brasil é muito pobre sabe? Um dos fatores que impede o desenvolvimento político do Brasil é a falta de quadros políticos, não tem formação de quadros aqui, o Brasil é um país sem, e depois desse período da ditadura, vinte e cinco anos, aí algumas gerações foram atingidas e repudiaram totalmente qualquer coisa. Até hoje se vê os reflexos disso aí.

Sim...

Isso foi altamente negativo.

Na época que o senhor escreveu o livro já tinha então uma visão mais crítica..?

Ah, sim eu tinha uma visão mais crítica desde antes até, por que eu fui me posicionar politicamente a partir de 1961.

Sim. E quando o senhor identificaria, assim, por que isso é uma coisa que eu to buscando captar assim, quando o senhor chegou a participar da Luta Armada, que visão o senhor tinha, assim, se tinha uma visão um pouco mais de acreditar, um pouco mais otimista e depois quando escreve o livro..?

Ah, não, aí houve um choque, assim, eu achei, por que quando eu entrei na Luta Armada eu achei que era outra coisa, achei que era um pessoal mais preparado, um pessoal mais qualificado, técnica e política e psicologicamente. Então, eu, pra mim foi uma decepção muito grande, por que o pessoal não estava a altura pra enfrentar uma ditadura que tem que enfrentar as forças armadas. Só se for uma mobilização popular, mas o Brasil não é de se mobilizar muito, a mobilização nas Diretas foi uma coisa rara, aquilo ali tanto é que até hoje eles ficam meio deslumbrados com aquilo que houve e que empolgou o Brasil, e no entanto o Congresso não correspondeu, pra ver a diferença, a separação entre o povo, a opinião do povo e do congresso, já naquela época era assim.

Forte.

Imagine hoje.

Então o senhor, o momento em que o senhor teria feito essa reflexão crítica sobre a Luta Armada, foi logo após ali, quando o senhor viu que havia um certo, não sei se usaria a palavra amadorismo, um certo...

É, uma certa, um despreparo, e um pouco de irresponsabilidade também, falta, por que o Brasil, eu tenho uma opinião sobre o povo brasileiro, sobre a nossa condição, a nossa posição em uma sociedade num país continental com 200 milhões de habitantes e 8.500.000 km², o Brasil tem um traço infante-juvenil muito forte, pode reparar, pode reparar nas universidades como é muito mais difícil pegar uma pessoa pra fazer um curso de química, física e matemática, e de história também, por que história ta fraca. Pode reparar, a nossa história ta muito fraca, não está a altura do Brasil, não está a altura, ela precisa quadros, precisa gente aí capaz de fazer um, colocar o Brasil no lugar onde devia estar. Quem ta fazendo é o Lula, o coitado do Lula, pois o Lula, eu o admiro muito, é uma pessoa que é determinada, enfim, corajosa, inteligente, mas muito muito amador, muito improvisador, ele vem improvisando tudo, ele vai aprendendo na luta né, então...

E o senhor acha que aconteceu isso um pouco com a Luta Armada, no Brasil..?

É, um pouco com a Luta Armada, isso aí.

E quando, na cadeia o senhor já..?

Já, lá já era. E depois eu vi uma coisa muito grave lá, que era a luta dos grupos por uma coisa que não existia, um falso poder. Uma perspectiva de poder muito longínqua, muito no horizonte.

E as brigas internas...

As brigas internas e disputas, uma posiçãozinha aqui, coisas irrelevantes...

Claro...

E se desgastam com aquilo e não fazem as coisas depois.

Sim.

Por isso que as pessoas que participaram da Luta Armada, o percentual que permaneceu mais ou menos fiel ao que fez e ao que se propunha, é muito baixo, muito baixo.

Sim, o senhor acha que essa conclusão, essa de que não deu certo a Luta Armada, isso influenciou na sua escrita? Que teor o senhor acha que o seu livro passa? Um teor mais de exaltação a luta armada ou um teor de...

Não, não. É um teor mais crítico, mais crítico.

Crítico. Derrotista não?

Não, derrotista não. E o pessoal acha, as pessoas com as quais eu conversei, me falaram, acham que eu fui muito condescendente com os companheiros, com, assim, com as, com o pessoal onde eu convivi nesse período, que eles não eram assim tão, é, generosos como eu apresento. Agora, a minha tendência é essa, eu não vou muito pro negativismo.

Claro, claro.

Eu acho que a parte negativa deles, que eu vejo nele, foi do golpe em si, eles foram irresponsáveis, não tiveram condições, aquele negócio da intervenção americana aqui, o embaixador e tudo, foi uma coisa gravíssima.

E em relação à experiência que o senhor viveu então, ali no final dos anos sessenta, início dos setenta, e a forma que o senhor contou em seu livro. O senhor classificaria a narrativa do seu livro como leve ou pesada em relação ao que realmente aconteceu? O senhor acha que pegou mais, tentar mostrar o lado mais violento ou até deu uma amenizada?

Não, eu acho até que houve uma espécie de tolerância, de um e de outra parte. Tolerei os revolucionários, os que combatiam o golpe, e tolerei também um pouco os golpistas, por que eles no fundo a maioria deles não sabiam direito o que estavam fazendo. Eles não tinham, não tem capacidade de reflexão, o povo brasileiro não é um povo de reflexão, pode olhar...

Infelizmente.

Não é de reflexão... e pode chegar lá... Agora isso que tu tá fazendo, olha que tu é um jovem de muita responsabilidade hein, num período de transição e de indecisão do povo brasileiro, que está nas portas de uma eleição e não sabe o que vai fazer com esses dois candidatos aí...

É...

Que a rigor são só dois. Não sabem, estão perdidos, tudo perdido.

O senhor modificaria algo em seu livro? Já pensou em modificar?

Não, não, nada.

Nunca?

Inclusive eles querem editar aí, mas eu não... Por que saiu na internet, na internet eles vendem, tem um comércio muito grande na internet.

Sim, sim.

Então eu, não, não, pena editar isso aí. Isso aí já tá... O Brasil precisa fazer agora é a sua história, da qual vai se fazer parte esse período aqui, que os nossos amigos esqueceram, não foi, se eles fossem como tu ia ser diferente...

Mas agora vai ter, agora nós vamos fazer. Foram feitas diversas críticas, o senhor deve lembrar na época que foi lançado o livro do Fernando Gabeira, e principalmente ao filme que foi lançado em 1997...

É, é...

Pois na visão de muitos ele teria exagerado um pouco na autocrítica que ele faz no livro mostrando a Luta Armada como uma luta de, isso aqui é um termo de um historiador “de simpáticos incompetentes em busca de uma utopia inalcançável”.

[risos]

Uma expressão interessante, e cometendo alguns anacronismos como se ele tivesse consciência dos problemas da opção pela Luta Armada na época em que ele aderiu, entendeu? Muitos criticaram que ele estava ali, pegando em armas e ao mesmo tempo pensando: “Isso não vai dar certo”, pô, então tu não pega em armas, enfim, entendeu? Essas críticas ao livro dele... O que o senhor acha dessa crítica que foi feita ao livro e ao filme do Gabeira?

Não, essas aí tão exageradas né, e ele, por que ele é o tipo assim meio romântico, ele é o homem da Ecologia, ele é isso aí. Partido Verde e tal, eu queria ir no Partido Verde, eu queria também que fosse forte, que tivesse capacidade de decisão, mas não é assim, parece que ele não conhece o Brasil, o que me surpreende nas pessoas com responsabilidades, que escrevem livros, que se tem mandato, que decidem, que fazem leis, que governam o País, que dirigem um continente desses, é a falta de uma visão correta, crítica, por exemplo, o povo brasileiro é um povo ingênuo, o atraso dele é muito grande né, uma coisa incrível, então compara com os países do prata aí, e é enorme a diferença.

É, mas o senhor acha que essas críticas ao livro dele são um pouco exageradas?

É, um pouco exageradas. Ele não podia fazer muito mais do que fez, mesmo por que ele foi, ele a rigor foi meio que um intérprete, meio como uma pessoa que deu a casa, ele não foi bem pra... O Gabeira não é homem de enfrentar a Luta Armada mesmo, a Luta Armada, por isso que, aquele negócio do Flávio, a luta armada é uma coisa seriíssima, e não to falando aqui do pessoal lá do Oriente Médio [risos], aquela gente lá, dos fundamentalistas que se imolam lá...

Sim...

Aquilo lá é uma coisa completamente patológica né, e eu digo, assim, uma certa sobriedade, e contenção, uma postura revolucionária contra uma ditadura, por que a rigor não tinha milagre nenhum naquilo, ninguém queria nada demais, queriam simplesmente o estado democrático de direito, e isso todo mundo quer assim, todo mundo quer assim, então os Estados Unidos querem assim, eles não fazem mais por que não dá pra fazer.

Sim. Vou aproveitar e fazer uma pergunta que eu tinha que fazer também pro senhor: os guerrilheiros, quando pegavam em armas, o senhor acredita que eles lutavam pela democracia?

Bom, aí tinha dois tipos, tinha um setor marxista, e que vinham do partido comunista, outros nem do partido comunista vinham, vinham das leituras, de um Karl Marx né, um Karl Marx que era muito didático, sabe que aquele livro é difícil, mas é difícil porque não tem uma iniciação, ele é muito fácil, a mais-valia, e como que é, o trabalho? Não, o trabalho, a cada um de acordo com a sua capacidade, e a todos de acordo com as suas necessidades. Quer mais didático do que isso? Que um sábio? O que é um sábio? O que ele fez, aquilo ali, que ele escreveu no museu de Londres, com furunculose, e não sei o que, o diabo, aquele trabalho ninguém faz, não vão fazer mais.

Claro...

Por que aquilo ali é a história econômica da Europa, ele nem do Brasil falou, nem existia Brasil, ele achava que o comunismo ia ser implantado na Alemanha.

O país onde mais se desenvolveu o capitalismo.

É.

Isso que eles diziam...

É. Fizeram lá na Rússia, um país atrasado...

E China, Cuba... [Risos]

É, é. Então isso aí, eu acho que precisa, acho que ta precisando de gente como tu, to vendo tua seriedade na leitura... Isso aí, isso aí é um valor inestimável. Não sei se isso é influência da tua família, se é das tuas leituras, das tuas reflexões, do teu ser, por que isso é um absurdo as vezes antes de conquistar seu próprio ser, sem muita influência aqui fora, a independência vem é claro, mas as vezes nem tanto.

Não, mas estamos aí, tentando fazer diferente. Mas o que que o senhor diria? Porque isso é um debate que tem os historiadores, se os guerrilheiros lutavam por democracia ou não? Que o senhor disse...

Bom, a maioria sim, a maioria, indiscutivelmente, por que os marxistas achavam que tinham que implantar o marxismo aqui, e aquela história do Stálin, do XX Congresso, o Gorbachev, não, o Krushev é que denunciou, o homem deles lá, eu digo então aquilo chegou aquele ponto dele ter que denunciar. Que faziam horrores, que fizeram ali. Aquela velha guarda bolchevique da Revolução de 1917, eles mataram tudo.

É que esse é um debate que tem hoje em dia entre os historiadores, e é um debate político no fundo né, essa coisa, que tem uns que tentam denegrir justamente a Luta Armada dizendo: "Ah, mas os guerrilheiros nunca lutaram por democracia, eles estavam inspirados em Cuba, eles queriam uma ditadura." Quer saber a sua opinião sobre isso.

Não [Risos]... Absolutamente, absolutamente. E a história de Cuba também é uma decorrência, que nem que eles quisessem tanto assim, é claro que a morte do Che mudou muito ali, a morte do Cienfuegos também, e o Fidel ficou meio, eles embretaram o Fidel, o Fidel ficou embretado, essa é a verdade, ficou ali preso naquilo ali com aquele apoio da União Soviética, acabou a União Soviética, aí se foi tudo água abaixo. E Cuba ainda mantém uma certa dignidade, faz força pra manter uma dignidade....

Sim.

Com uma certa dureza, uma dureza do meio revolucionário como o de Fidel, né.

Claro.

Mas que não podia, não deveria ser assim, mas é o que apresentava, ele tinha que viver isso aí.

É que esse debate é mais contemporâneo agora, pela questão da democracia...

É. Aquela história do Kennedy, por exemplo, o Kennedy foi um grande safadão, não foi só a Marilyn, que ele andou lá, explorando a pobre da mulher, né..? Pobre da mulher não, ela vendia muito a sua beleza, mas eles, eles eram sequiosos por aquela mulher.

Sim.

E faziam grupos pra assediá-la. E então invadiram lá Cuba e foi um dos fatores que detonou esse bloqueio que vem cinqüenta anos.

Sim. Deixa eu só voltar aqui pra ver onde eu... O senhor acha que no seu livro, é que essa questão de quando o senhor deu essa participação, esse apoio a Luta Armada, o senhor acreditava na viabilidade da Luta Armada como uma forma de tomar o poder e acabar com a ditadura? Naquele momento...

Não, eu não acreditava nisso não. Eu acreditava que coincidissem que estavam enfraquecendo e que eles iriam ceder, mas eu não achava, nunca supus que eles fossem levar tanto tempo pra se convencer de que não tinha mais condições de governar, por que eles atrasaram o Brasil, atrasaram literalmente. E eu não esperava que fosse durar vinte e cinco anos, foi, a eleição do Tancredo que foi eleição indireta, que eles não acompanharam o que o povo queria, que era as Diretas, então ali foi que acabou.

Sim, é, e ainda vem o Sarney.

É.

E o senhor acha que as idéias do momento em que escreveu o livro, podem ter influenciado em alguma coisa na sua narrativa? Porque o senhor foi contar em 1980 o que o senhor viveu ali em 1960/1970. O senhor acha que essa reflexão crítica influenciou um pouco na escrita do livro?

Ah, sim, influenciou sim. É, por que aí as coisas mudaram muito né, então eu vi que, que realmente não, para o projeto que se tinha, o projeto real né, não que a gente não podia pensar que no momento de ascensão ou descenso, era completamente diferente, ninguém esperava que fosse durar tanto tempo assim, por que aí se desmobilizou uma parte da população, uma pessoa que tinha quinze anos em 1964, quando foi ter trinta anos já estava lá tudo perdido. E eles se locupletaram, fazem aquela, aquela censura, no Brasil, aqui no Rio Grande do Sul eles fizeram auto-censura né, Correio do Povo eles chegaram a pôr o censor lá ficou um dia eles viram que eles fariam a matéria de acordo com o gosto e o interesse da ditadura. Então, aquilo que houve em São Paulo, o “Estadão”, é o que ilustra bem, eles roubaram muito né, a gente pensa que não, mas o Brasil tem umas coisas muito graves, quer ver uma coisa? Eu digo que o Brasil é ingênuo e tal, tem uma mentalidade um pouco infantil, mas ele gosta muito é de dinheiro público, o dinheiro público no Brasil não tem dono, dinheiro público, não tem dono, o primeiro que chega... Eu vi gente, eu conheci gente muito boa, que parecia que eram pessoas incapazes e fizeram aqueles desvios, e se locupletaram.

Sim. Comparando o seu livro com outros livros de memória que foram lançados por pessoas que também participaram na Luta Armada, o senhor acha que o seu livro se encaixa como um livro mais leve ou mais pesado em relação aos eventos da época? Comparando com outros que o senhor tenha lido.

É, pra alguns é pouco mais leve, assim, por que eu tenho um traço de humor, um pouco mais, eu me contive muito aí, por que agora eu seria mais tendendo pro humor, mas eu acho que, é, algumas vezes eu tenho que dizer as coisas, mas não pode repetir muito e nem pode também ser apresentado como mártir né, então fica difícil isso aí. É difícil por que eles deixaram muito, essa é a verdade, eles foram muito condescendentes e frágeis, fracos, quando a ditadura se expressou.

Sim...

Tinha que ter cortado.

O senhor acredita que, tem uma visão dos historiadores que alguns defendem que os grupos de Luta Armada só pegaram em armas devido ao fechamento do regime, com o AI-5 e tudo mais. O que o senhor acha? Que foi por isso, uma resposta ao fechamento do regime ou já tinha gente..?

Aí agravou, ali a pressão agravou. Quando em 13 de dezembro de 1968, ali houve uma mudança radical na opinião das pessoas, eu vi gente deles mesmo, o próprio Brossard é um deles né, o Brossard é um deles, ele ficou na Arena até o fechamento do partido dele, que foi em 1965, foi que houve o AI-2 que extinguiu os partidos políticos, extinguiu o partido dele, e ele então ficou liberado pra tomar a [incompreensível], por que chegou a mandar prender o Dr. João Caruso, que era o presidente da Assembléia, lá no presídio central, e puseram a roupa de presidiário, num homem que foi governador do Estado, governador interino, por que ele era estrangeiro, italiano né.

Então o senhor acha que isso contribuiu bastante..?

Contribuiu bastante, por que ele se desmandaram, o próprio Brossard mesmo entende disso aí sabe, eles se desmandaram, aquela matéria eu li na Veja, depois, parece que foi

publicada do Lacerda criticando o governo, os atos e o estado que se instaurou no Brasil, um negócio muito violento sabe.

Sim. Essa pergunta que eu vou lhe fazer, o senhor, por favor, não se ofenda e o senhor só responde se quiser, é uma curiosidade na leitura do livro. No livro o senhor fala de um ex-companheiro que teria traído e que teria até relatos de que teria torturado e tudo mais, o senhor prefere não...

É, não, não... É, eu não, o nome dele é, é... Eu sei o nome dele mas, mas eu não....

Opção sua.

É, já que eu não revelei nada naquela época, não vou revelar agora. Agora todo mundo sabe aí, né.

Já sabe, é...

É, eu sei. Mas eu achei que não devia revelar, por que eu não vi e o pessoal tinha muita, aí tinha questões e idiossincrasias também lá dentro da prisão e tal.

Sim. Então o senhor prefere hoje não falar...

É, não vou falar, não vou falar.

E como o senhor descreveria o Jorge Fischer Nunes? Que eu, é o único que eu não vou poder entrevistar, infelizmente, que ele já faleceu.

Pois o Jorge Fischer Nunes, ele pra mim, eu já disse isso pra outras pessoas que ele conhece ou conheceram quando ele morreu, que foi o homem que eu conheci com um ódio de classe mais acentuado, mais violento e mais implacável que eu conheci. Ele tinha um ódio de classe, ele era inteligente, o texto dele não é ruim, é bom, e ele era do GOE, ele se formou e tudo, se fez profissional da polícia num grupo especial de ação que exigia um porte físico grande, ele tinha, mas ele tinha umas ligações muito boas no meio da esquerda e eles não admitiam que ele fosse policial e ao mesmo tempo um homem que defendia os valores, os interesses das classes menos favorecidas, e ele se ressentia daquilo, foi que rompeu e foi pra Luta Armada. Coragem pessoal dele, não brincava, não podia brincar com o Fischer hein.

Essa questão do...

Eu me dei sempre muito bem com ele, sempre soube como me comportar né. Ele não gostava de quem não era da classe dele.

Isso ressalta bem no livro também, né? No livro aparece um pouco isso, ele faz questão de sempre afirmar que ele era o operário dos que...

É.

Então, e a sua relação com o Gutierrez?

Muito boa, nós até trabalhamos juntos, trabalhamos num escritório, com o Félix Rosa, e o Gutierrez é uma ótima pessoa.

Eu entrevistei ele quinta-feira e ele citou, ele disse que trabalhava lá num prédio na Andradas.

É, eu acho ele uma figura encantadora, depois não é, ele tem uma coisa que não se vê muito aí, ele é coerente e fiel a sua ideologia. Ele não transige, ele é ele mesmo e o que ele tem na cabeça que eu não sei daonde veio, se ele pensou tudo aquilo ou se ele leu, de qualquer forma, ele é autêntico. Pessoa na qual se pode confiar.

Sim. E o Bona Garcia?

Também é ótimo, muito bom. O Bona é um homem de coragem pessoal né, ele fez opções aí muito violentas, não é qualquer um que faz aquilo ali né.

Claro. Última pergunta que o senhor já deve estar cansado. O senhor assistiu o filme “Em Teu Nome”?

Sim, eu assisti até com ele, ele me convidou e eu fui lá, assisti e fiquei impressionado, achei muito bom o filme.

Essa era a próxima pergunta, o que o senhor achou do filme?

Muito bom.

Muito bom?

Muito bom.

O senhor acredita...

É que é difícil de fazer um filme muito bom, assim, por que ele traz muito pro pessoal né, na relação dele com a, tem uma coisa, ele ama a mulher dele, ele adora a mulher dele, ela foi sempre uma companheira fiel, intransigentemente fiel, e ele, e repara que é uma história muito centrada neles né, e deu certo.

É...

Eu achei que deu certo, achei muito bom.

Uhum, e o senhor viu um paralelo, teria como fazer uma comparação entre “Em Teu Nome” e “O que é Isso, Companheiro?”?

Acho que não. É não, não...

Algum outro filme que lembrou?

Não, não, não. Acho que não.

O senhor leu o livro do Bona Garcia?

Li.

E em comparação...

Mas acontece que o livro, aí é que tá, o livro é uma coisa e o filme é outra.

Claro. Mas isso que eu queria saber o que o senhor acha que, assim, o filme comparado com o filme, o senhor acha que ele ressaltou que ponto ou...

Ah, ele ressaltou mais o ponto da relação entre eles né, entre eles, e ali se dava outra relação, relação política e o projeto deles de, enfim, por que sempre o projeto dele foi voltar pro Brasil e fazer as coisas aqui no Brasil.

Sim.

E tem outros que fizeram diferente, foram fazer fora por que não dava pra fazer aqui, o Flávio é um deles, Flávio Koutzi. Não deu pra fazer aqui, foi fazer na Argentina.

Claro.

Bom, mas ele é internacionalista, eu acho que ele deve ser meio trotskista, por que ele deve ser “a revolução internacional, a revolução permanente e tal”. É uma coisa mal resolvida ideológica aquilo ali, não é pelas circunstâncias de que não podia dizer no Brasil, mas lá também era duro, era mais duro que aqui.

Sim.

Mas eu não o critico por isso, é uma opção que ele fez né.

Claro.

Desde que seja em favor dos menos favorecidos. Agora só que aqui no Brasil tem muito menos favorecidos, muito mais menos favorecidos do que na Argentina.

É verdade. O senhor acha que faltou eu lhe perguntar alguma coisa importante que o senhor queira..?

Não, acho que não, acho que fizestes perguntas muito boas, muito pertinentes, eu disse que eu gosto de bons entrevistadores, e eu conheço alguns, tu é um deles.

Pô, muito obrigado.

ENTREVISTA FEITA POR DAVI ARENHART RUSCHEL COM JOÃO CARLOS BONA GARCIA, EM SUA RESIDÊNCIA EM PORTO ALEGRE, NO DIA 27 DE JULHO DE 2010.

Então seu Bona, eu vou começar lhe pedindo uma parte mais factual, o que o senhor puder me ajudar na questão dos movimentos, eu to tentando montar esse quebra cabeça dos movimentos que tiveram atuação aqui em Porto Alegre e eu encontrei, no caso, cinco grupos, e eu gostaria que o que o senhor souber me dizer de quem eram os integrantes desses movimentos. Tem os Brancaleones ou 21 de Abril, quem é que o senhor lembra que participou desse?

Não, nesse inclusive tu fez até a entrevista com o Gutiérrez, era o Gutiérrez, era o irmão do músico, como que é o... que mataram depois, o Ico, que a gente tava junto, tinha mais, a menina, mulher do Ico, a Susana, tinha a irmã do Ico também, o Matoso estava junto, que hoje está no PT, a mulher do Matoso, tinha mais um pessoal também que era ligado e que depois foi pra VPR, que era o Reynolds, tava junto, mais um outro menino que depois foi pra Argentina e teve preso lá e mataram também. Mas era um grupo aí, não mais do que oito ou dez pessoas que atuavam no movimento secundarista, mais ligado à UGES, entendeu? Pelo movimento secundarista que eram os Brancaleones, agora, a origem de tudo isso é um pouco igual à origem do resto do Brasil. Tudo vem do PC, do partido comunista, PC do B, daí surgiu todo o resto e depois também aí com as ramificações tiveram o que chamaram as dissidências, então com as dissidências é que começou a formar tudo, aqui teve também o pessoal mais ligado ao trotskismo, com a quarta internacional, que depois acabaram fundando, que eu estava junto também, fundaram o POC que era um grupo também nitidamente trotskista, que era o Partido Operário Comunista e aí começou a aparecer outro grupo mais ligado a luta armada que era a VAR, VPR, mas já com uma influência maior de Rio e São Paulo porque nós aqui realmente nós estávamos, vamos dizer assim, em termos de Brasil, mais periferia, então o reflexo de lá era muito forte, então os grupos que formaram lá acabaram migrando, entendeu, uma parte pra cá também. E o Rio Grande do Sul tinha um ponto estratégico que era a questão da divisa também com a Argentina, com o Uruguai, então a idéia também do centro era que a guerrilha rural pudesse se desenvolver aqui, estava até como uma rota também de saída. Então, dentro dessa idéia também que se fomentou mais a questão da VPR e se tentou fazer na barranca do Rio Uruguai ali perto de Três Passos, fazer ali uma base também para uma possível vinda do Lamarca pra cá, e aqui depois tinha mais um grupo que foi formado, fora a questão do PCB, que era mais ligado ao próprio Brizola, que foi o Grupo dos Onze, que tinha um caráter, vamos dizer assim, também de preparação para a rebelião, que também se preocupava em ter armamento e tal, e também o MNR, que também saiu de uma corrente de dentro do próprio movimento trabalhista e tal, que é onde estava também o pessoal, que até hoje está bastante doente em Brasília, que era o Paulo Melo, o Gregório Mendonça, o Gregório depois veio para a VPR também, que com a questão da tentativa de seqüestro do Cônsul americano, aproximou a VPR ao MNR, que a VPR ia fazer o seqüestro e a MNR ia guardar, entendeu? Mas aí com essa ação acabou juntando esses grupos...

A VPR, quem além do senhor, fazia parte..?

A VPR começou com uma discussão por causa de uma dissidência que veio dum grupo que era ligado ao POC mais um pessoal que era, que tinha contatos aqui, contatos em

São Paulo, que era o Evaristo Amaral, e ele me odeia por que eu cito isso e ele não quer que eu cite o nome dele [risos] ele enlouqueceu por causa do livro aí nós brigamos, batemos boca no telefone, e um troço terrível né, porque ele acabou, o Evaristo, sendo diretor do Citibank, virou diretor do Santander, parece que era o Santander, não tem nada a ver, poxa, o passado tem que ter orgulho e não esconder mas ele... E também o Félix Silveira da Rosa Neto que foi, digamos assim, um dos cabeças aqui da organização, e mais um pessoal ligado ao POC que era meu caso mais o pessoal que era de Passo Fundo, pessoal já que se formou comigo e veio todos para o POC. Do POC saiu a dissidência que foi para a VPR e na VPR, aqui no Rio Grande do Sul, eram essas pessoas que eu estou dizendo mais o pessoal que veio de Minas, que era o Fernando da Mata Pimentel que tá no livro também e o Pedrinho, também veio de lá, que teve um filho com a mulher do Ico, com a ex-mulher do Luís Eurico, a Susana, isso tá no livro também, era um garotão... E, depois tinha de gaúchos, daqui só tinha outros gaúchos, mas já estavam fora já, que aí era o Ubiratan de Souza, tinha mais o, tinha um pessoal grande aí, mais gente...

E isso tudo...

Tudo era VPR, e tinha mais gente aqui também viu, putz agora não me lembro mais.

Isso aí, depois se o senhor não se importar, se eu puder lhe pedir de repente por e-mail, o senhor lembrando pode anotar pra mim? Ajudaria bastante, eu quero fazer esse mapeamento...

Uhum, posso, posso. Ele trabalha na assembléia.. Putz, mas que barbaridade... tu vai esquecendo, mas eu vejo, mas tinha o Airton, bota Airton... é, tem que pegar...

Não, mas isso eu vou lhe pedir depois... Daí o senhor me ajuda, faz uma lista. Tinha também a VAR-Palmares, que atuou aqui também...

Atuou aqui, que era o grupo mais ligado ao advogado, o Carlos Araújo, ao Bicho né, o Gustavo Buarque Schiller, e a Dilma né, a Dilma Rouseff.

Ela chegou a vir pra cá?

Veio. É aí que ela conheceu o Carlos Araújo, acho que é, estudava aqui a Dilma, acho que foi da VAR, tinha a Martinha que era a Inês Serpa, tinha mais um pessoal de Minas que veio pra cá, que era o Afonso e a Marla, deixa eu ver quem mais, tinha mais gente, não me lembro agora. Mas é fácil de reconstituir viu? O Índio sabia bem também.

É eu to tentando juntar os três...

Tentando juntar as peças né?!

O M3G foi exclusivo daqui?

O M3G foi exclusivo daqui. O M3G era um grupo de esquerda um pouco do folclore, entendeu? Inclusive, o que muita gente pode não ter entendido um pouquinho no filme, não sei se tu viu o filme “Em teu nome”

Sim, sim...

O filme ele mostra também algumas ações do M3G, ele mistura muito, que não é um documentário é um filme, então, por exemplo, aquela ação que aparece, claro que não era um troço pequeno, era um troço grandioso, uma por que não tinha dinheiro e outra porque mostra também um pouquinho as histórias da M3G, por que eram histórias assim, um pouco que viraram folclore, que era um antigo dissidente, militante do partido comunista que era o Edmur Péricles Camargo, que já tinha matado uns caras lá em cima e daí veio pra cá, um negrão forte, era uma porta de grande, e junto com ele tinha o KGB que era muito folclórico também, que era ligado ao PC mas era muito folclórico, tinha o João Batista Rita que era pequenininho né, bem baixinho assim, que era o Catarina, e o Fischer. Então tu imagina, eles iam fazer as ações e o Vargas dava cobertura pras essas pessoas, aí eles iam fazer as ações, uma vez eles entraram quando o carro pifou e tal, e isso aí que tá no filme é do M3G não é daquela ação, mas juntou, entendeu? Então, por exemplo, eles foram fazer assalto a um banco, quando entraram teve uma mulher que passou meio mal e o Edmur, que era um [incompreensível] foi lá muito educado, ele era muito educado, uma pessoa sensível, tu ia falar com ele e ele agradecia pelo alto nível da conversa e tal. Aí ele foi buscar um copo d'água pra dar pra mulher e o João Batista Rita foi direto pro caixa, aí ele pegou um revólver, ele tinha um revolvinho 32, bateu no caixa: É um assalto! O cara do caixa olhou, viu aquele cara pequenininho com um revolvinho, isso é brincadeira, naquela época, não deu a mínima né, aí fez de novo, deu um tiro, e aí acabou virando um assalto. Aí eles saíram e tavam num carro mais antigo e o carro não pegou, aí eles botavam, entendeu, o João Batista veio com um macacão, foi consertar o carro, olha só [risos] e os outros com o malote de dinheiro foram pra parada de ônibus.

Em Cachoeirinha isso?

Foi. E aí vieram pra cá não tinham nem... E aí foram no cinema, aí chamaram o Índio e aí o Catarina consertando o carro e passando os carros da polícia e tal, e ele ali de capô levantado [risos] é coisa assim do folclore, entendeu? E todo o grupo, por incrível que pareça, fizeram ações e tal, tudo na base do folclore, entendeu? Um troço incrível. Mataram os dois depois...

Sim. Essa relação que eu não tinha conseguido estabelecer, no livro do Índio, ele comenta que foi buscar o Edmur no cinema, Carlos Gomes, só que ele não disse que assalto era, eu perguntei pra ele e ele não sabia lembrar. Foi o de Cachoeirinha então?

Isso. Foi o de Cachoeirinha.

Ah! Eles voltaram pra Porto Alegre, e entraram direto num cinema... Isso eu precisava...

Isso o próprio Edmur depois me contou isso no Chile, ele teve, nós fomos, dividi um quarto com ele e com o Frei Tito, agora, o Edmur era um troço maluco, mas tudo bem.

Sim.

Então é o seguinte, o M3G, e pode ver, M-3-G né? Um troço que não podia dar certo [risos] bem louco, mas pra te mostrar o seguinte: isso aí é muito rico, por que eu tento mostrar, e aí tá a diferença, que o filme também um pouquinho isso, é que o pessoal que participou, que largaram tudo, que tinha muito pouco a oferecer a não ser a sua vida, e o seu trabalho, e eles fizeram isso, ofereceram a sua vida e o seu trabalho, abrindo mão do resto, mas que não era assim pessoas treinadas, tipo James Bond, não, era gente simples, gente comum, capaz de cometer acertos e capaz de cometer erros mais hilariantes possíveis, mas que participaram e fizeram sua parte.

Claro, é isso que eu quero mostrar...

Entendeu? Porque, por exemplo, nós tínhamos, aqui entre nós, o Félix era um cara que parecia o James Bond, um cara grandão, bonito, andava e tal, ele era excepcional, e mesmo assim quando foi preso foi um desastre, mas, por exemplo, as pessoas, olha, pra ti ter uma idéia tchê, os caras mais valentes que eu vi na cadeia eram as pessoas mais humildes, entendeu? Então, eu dizia sempre o seguinte: olha, tu aprende a conhecer uma pessoa não é nos momentos bons, tu aprende a conhecer nos momentos mais duros, difíceis. E aqueles caras se agigantavam, entendeu? Então, gente humilde, por exemplo, tem no filme, como que é o nome dele o, negrão aquele o, como que é o nome do negro no filme do “Em teu nome”? Que participa da ação armada e tal?

Eu vou ficar lhe devendo, eu vi logo que saiu...

Tá! Aí o seguinte, ele faz o papel assim, de bem operário do sindicato e tal, e teve...

Ta, eu lembro qual é, só não lembro o nome dele que é o operário...

Operário. E esse cara ta fazendo o papel de um negro que teve aqui, que era trabalhador, empregado, operário da rede ferroviária e o mais interessante é o seguinte, isso eu relato no livro, numa visita que o alto comando daqui do exército foi nos visitar na ilha, então ele já disseram “olha, daqui a pouco vai chegar o alto comando, vocês tem que se apresentar” e aí teve um que era militar, que era o Dario, não teve dúvida, ficou pronto já quando chegou o comandante, porquê? Porque ele era militar, entendeu? E nós ficamos por ali, e este negrão deitou na entrada, na porta da cadeia, e aí os caras abriram e ele estava deitado, e o cara chegou e disse: “levanta pra receber autoridade”, e ele só olhou pro cara assim e voltou e ficou deitado e os caras ficaram assim e não entraram na cela, deram meia volta e foram em outra, poxa, ele nos deu uma lição, na simplicidade dele, ele nos deu uma lição, ninguém fez aquilo que ele fez né, arriscando a tomar pau depois, mas foi a maneira que ele demonstrou, entendeu? Então o seguinte, às vezes essas pessoa que ninguém dava nada, um baita companheiro igualitário e tal, enquanto os outros que eram os maiores craques né, quando o pau pega a coisa fica feia, não é fácil...

Sim. Tem um que eu encontrei, mas que eu não encontrei muita referência, o MR-26, Movimento Revolucionário 26 de Março?

Era a mesma coisa que esse MNR, que eu te falei, é o mesmo. O 26 de Março...

E quanto às ações, eu estou mapeando elas, eu estou procurando nos jornais também da época e no caso o, até o que aparece no filme, não é? O assalto que o

senhor participou ao carro pagador, a tentativa de seqüestro do Cônsul, que os jornais deram capa vários dias e tudo mais, mas tem dois assaltos que eu encontrei referências só que eu não consegui achar no jornal, caso o senhor se lembre, um que teria sido ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul, BERGS, na agência Tristeza, e um outro assalto ao SulBanco da agência Petrópolis, que eu achei uma referência a um assalto na Protásio também...

Não lembro não.

SulBanco e do BERGS, na Tristeza, não?

Desses aqui não, por que talvez, eu me lembro, o M3G acho que foi mais aqui na grande Porto Alegre mas talvez...

É, o M3G eu encontrei, e esses dois eu não estou encontrando.

Tem o Banco do Brasil em Viamão...

Isso, Viamão, Cachoeirinha.

Isso, Viamão, Cachoeirinha, esse aí não to lembrando não.

Ta, eu to achando que isso aí talvez não foi de...

Não achou em jornal?

Eu não to encontrando no jornal...

Eu não lembro.

Eu to achando que isso não foi guerrilheiro talvez, e quando prenderam o Edmur e todo mundo, botaram junto... Porque nas notícias dos jornais eles listam todos aqui que vocês contam nos livros e eles acrescentam esses dois.

Pois é, mas o Índio não estava? O Índio não soube de nada?

Não, eu perguntei pra ele e ele também não lembrou... Eu vou continuar a caça nos jornais, vou ver se eu encontro...

O problema é que do M3G todos morreram.

Sim. E sobre as ações, o senhor teria alguma coisa pra acrescentar? Alguma coisa que não foi contada no livro? Alguma coisa que o senhor ficou sabendo depois sobre alguma ação?

Não, acho que a maioria tá no livro. Hoje é muito complicado você falar por que você começa a misturar tua posição de hoje com a posição da época. A posição do livro era bem a posição da época, mais recente, então ela é mais isenta, assim como tem posições de comportamento, entendeu? Comportamento de companheiro, que antes tinha uma

visão, hoje eu tenho outra né, hoje eu sou muito mais condescendente, entendeu? Sei lá, por exemplo, a anistia me anistiou, certo? Eu por mais que, os militar me odeiam até hoje, um troço maluco até hoje, sabe que quando eles foram tentar filmar na base aérea, aqui, agora isso, ano passado, quando souberam que o filme era sobre a minha vida, os caras disseram “ não, esse cara tinha que ter morrido, tá morto” então até hoje...

Isso sobrevive no meio militar né? Incrível...

Sobrevive... E por causa da denúncia que eu fiz sobre a tortura, de ter um médico junto e tal. Inclusive outro dia a Unimed me convidou pra fazer uma palestra e aí eles pediram que [*incompreensível*] e tu vê, a Unimed aqui né, a participação... Então, teve companheiros que, sem entrar no mérito, mas por uma questão ou por outra, própria vida, enfim, que eles tropeçaram, que vacilaram, e não era fácil, era complicado na época né...

Sim. No livro o senhor coloca essa questão que é complicado julgar alguém que...

Julgar alguém, e esse companheiro até hoje ele ta pagando, quer dizer, eu fui anistiado e to bem, ele não vai ter anistia nunca, só depois de morto, entendeu? Por quê? Por que ele vive isolado, não tem a convivência com o pessoal, por que ele olha pra baixo... Tu imagina, 40 anos...

E esse que o senhor está falando é o...

É o Ergeu, um cara que tentou cortar os braços, as veias dos braços. Então eu to dizendo isso por que antes de sair o filme, ele me ligou “poxa Bona, e tal, ta fazendo um filme, tu é o protagonista” mas ele tava preocupado, eu digo “Ergeu não se preocupe, não tem nada” e mesmo por que a pessoa, um único gesto tu podia identificar do cara tá comendo o próprio braço, arrancando as veias, entendeu? Mostra depois que o cara saiu num seqüestro, então não seria ele né? Eu fiz questão de separar... A merda é que o ator que fez, o Werner, é muito parecido com ele, mas isso foi involuntário também, mas o que eu estava te dizendo, ninguém pode linkar uma coisa com a outra, a não ser eu mesmo, ele e mais duas/três pessoas.

Mas este não é aquele que o senhor comenta no livro que era companheiro e daqui a pouco ele foi preso e acabou virando um traidor?

Não, não. Aquele era traidor mesmo. Aquele vai se fuder, aquele era um traidor.

Sim. O senhor coloca o nome dele no livro né?

Coloco. O, como que é o nome dele, coloco com todas as letras, ele denunciou a mim na cadeia...

É o mesmo que o Índio Vargas não quis dizer o nome no livro dele? Que o índio Vargas no livro dele comenta de um companheiro que daqui a pouco começaram a ouvir notícias de que ele tinha passado para o outro lado e estava até ajudando a torturar os...

Isso, é isso aí. É o mesmo...

É o mesmo então?

É o mesmo... Como que é o nome dele, eu botei o nome dele no livro.

Tem no livro, tem no livro...

Eu botei todo mundo, entendeu? Agora não lembro mesmo...

Não, mas isso...

E... Não, não é esse, teve um caso do Raymond que, que também foi pra tevê, também deram muito pau nele, acabaram com ele...

Mas esse Ergeu acabou se isolando por quê? O que ele teria feito, ou foi uma postura dele?

É... Ele estava com, aí quando ele tentou se matar, acho que ele teve ataque epilético e ele quando se apertava, também fazia, usava, quando não agüentava mais, ele, acho que ele imitava ataque epilético pros caras parar de bater e aí descobriram que ele estava se fazendo e disseram que iam matar ele, daí eles fizeram simulação de execução e ele começou a se perder, perder, e no final, eu acho que ele acabou, ele tava o nome dele, eu tinha botado o nome dele pra sair no seqüestro e ele na hora tinha que assinar um termo que tu aceitava mas ele ficou com medo por que os caras estavam ameaçando que iam descobrir o paradeiro do embaixador e que iam nos matar e ele pra se salvar, ele disse que não queria sair, os caras pegaram a carta "Ah! Não quer?" desmoralizaram o sequestrador e disseram "Esse não sai porque não quer sair..." E ele ficou na merda e aí teve que acabar indo pra televisão, se arrepender e tal, e aí largaram ele.

Ah, sim. Tem uma guria que está pesquisando isso agora, aqui no Rio Grande do Sul, os arrependidos, que é uma questão muito complicada, né?

Muito. Então o seguinte, olha a situação do Ergeu e eu descobri isso aí, por que o Ergeu ficou preso comigo, foi preso comigo, e nós ficamos junto numa cela na solitária no presídio né, então aí conversava muito com ele, conheço muito bem ele, mas olha, olha a situação, imagina como é que ficou...

É complicado né? Essa questão...

Então imagina como é que fica a situação do cara né, bem complicado.

Mas o filme até nem mostra isso né? Nem mostra que ele assinou, que queria ficar.

Não, não...

Sim, só mostra aquela cena que é bem marcante que...

Aquela cena que é marcante entendeu, que me marcou muito, mas eu to te falando, pra você vê como que é essas questões né.

Sim.

Passou um monte de coisas, mas hoje tu tá aí, entendeu? E outros passaram, tiveram uma atitude e hoje estão pagando, tão pagando o resto da vida.

Claro.

Então tu não tá nem de um lado nem de outro, bah, horrível, horrível. É muito complicado, então é muito difícil você julgar, entendeu?

Claro. Eu vou lhe fazer então perguntas mais pontuais, que eu preciso pra me ajudar. Em primeiro lugar, que motivações o senhor apontaria que teriam levado o senhor, na época, a lutar armada? Que teriam levado o senhor a essa opção...

Primeiro o seguinte, tu tem que entender que era o movimento cíclico que tinha no mundo inteiro, um chamamento à juventude a mudar a sociedade, pode chamar isso de rebeldia, o que fosse, mas era um momento onde a juventude no mundo tava sendo, participando, entendeu? Pra mudar, nós queríamos mudar, entendeu? Dois, no Brasil tinha um regime ditatorial que foi fazer com que você já se rebelasse contra eles. Três, tava em plena Guerra Fria, que tava o mundo dividido em dois polos, ou tu era contra ou era a favor de um lado e de outro. Tu tinha, se tu tava no meio, tu ia se manifestar. Quatro, tinha um, um... vamos dizer assim, dentro dessa vontade de mudança, de participação e tal, um exemplo muito claro pra nós que era a Revolução Cubana, as revoluções socialistas no mundo, entendeu? A Chinesa, entendeu? A Rússia e tal, e que nós queríamos não só mudar a ditadura militar, mas nós queríamos sim, implantar um regime socialista no país, isso era claro, as pessoas às vezes tendem a dizer “não, era só a democracia” não, era pra implantar o comunismo, era isso, a luta nossa era essa, pode hoje querer dourar do jeito que quiser, mas nós queríamos isso.

Essa era uma pergunta que eu queria fazer mais pro final... Mas já pode responder...

Claro, quando os militares tavam nos taxando de comunistas, eles estavam nos taxando corretamente, entendeu?

Que hoje existe esse debate na historiografia, que alguns dizem que “não, lutavam por democracia”.

Tem mas... Não, não, não... Nós queríamos a democracia, claro, mas nós queríamos também, entendeu? A ditadura do proletariado, nós queríamos também, entendeu? Nós éramos seguidores do leninismo, entendeu? Os livros que nós líamos eram esses, “A doença infantil do comunismo”, tudo isso, nós tínhamos visão clara daquilo que nós queríamos. Então não adianta querer dourar a pílula hoje, pintar, que não é verdadeiro. Esse era o sentimento.

Sim. E mais pro lado pessoal assim, que....

E outra coisa, ser comunista na época era um, vamos dizer assim, uma honra, era um galão fantástico, era quase que tu ser um, vamos dizer assim, por exemplo, todo comunista ele tinha que ser melhor em tudo, tu tinha que tirar as melhores notas, tinha

que ser exemplo, tinha que ser o cara, entendeu, na sociedade... Então, ser comunista era algo superior.

E o senhor apontaria alguma motivação mais pessoal assim, da sua vida, coisas que aconteceram que levaram...

Também, entendeu? Que era a participação no movimento estudantil e como eu trabalhava também, eu sentia muito a diferença de classes sociais, né, não que tivesse eu alguns resquício, por exemplo, eu trabalhava em uma situação muito, digamos assim, relegada ao segundo plano, eu trabalhava com matador, com açougue desde criança, desde pequeno e aquilo ali, carregando cesta no braço, vendendo nos restaurantes, andando de carroça, entendeu? Aquilo, as gurias, bah! Se afastavam, entendeu? Né, eu ia pra UFRGS as vezes todo sujo, né, pegava lá e ia fazer os troços todos, também tinha esse componente, claro que sim, tu via a diferença de classes, tudo isso ajudava.

E que conseqüências a participação na luta armada trouxe pra sua vida? Na época e posteriormente?

Muito, muito, muito, entendeu? Por que na época foi uma ruptura do ponto de vista familiar, do ponto de vista social né, foi muito forte. E a conseqüência disso foi a cadeia que, pra mim, foi muito forte também, até por que eu tinha uma vida, eu não era só estudante e tal, de classe média, não, eu era estudante, na época trabalhador, entendeu? E o fato de fazer a ação armada isso aí era um troço que chocava na época muito, e depois na cadeia, conviver com a minha família e com esse problema, entendeu? Não foi fácil não, mas, por outro lado, nós tínhamos uma convicção muito forte, entendeu? Que estávamos fazendo, que era correto, e que tomamos uma posição, vamos dizer assim, radical, corajosa, na época, e a conseqüência hoje é que depois também em função disso, tem o seqüestro, você sai, vai para o exterior e aí a vida mudou. Tudo mudou, com muito trabalho, muito sacrifício, é verdade, mas eu não lamento nada, eu acho que isso aí foi o que tinha que ser, passou, passou entendeu? E se você me perguntar eu acho que eu tenho um saldo muito positivo dentro de tudo isso.

Mesmo com algumas coisas que talvez não foram..?

Mesmo, mesmo com tudo isso. O saldo, por isso que ele é saldo né, diminui o negativo com o positivo [risos] eu acho que eu saí, entendeu? Com o saldo positivo no ponto de vista de conhecimento, de amadurecimento, conhecer outras culturas, conhecer outros povos, entendeu? Enfim, e também com a sensação que a gente fez o que tava ao alcance, do nosso alcance pra fazer, por exemplo, tem uma discussão muito estéril, principalmente no meio da esquerda, se nós atrasamos ou adiantamos o processo, entendeu? De abertura e o fim da ditadura. Eu não quero saber se eu atrasei ou não, foi feito, entendeu? Se atrasou ou adiantou, aí a história que vai dizer, mas eu sinto hoje que eu não recuo nada! Por que, como é que você pode, entendeu? Retroagir no tempo. Olha, naquela época, com aquela cabeça, naquela situação, foi o caminho que nós achamos.

E entre a experiência da luta armada e o momento em que o senhor escreveu o livro, que fatos assim, marcantes ocorreram na sua vida em termos políticos que podem ter lhe influenciado? Entre a luta armada e o momento que o senhor escreveu o livro.

Olha, ali por duas razões... Uma que eu não tinha, como eu tinha que mudar muito, num país eu perdi tudo, não tinha nada, a única coisa que restava comigo era a minha memória, então eu achei que escrevendo o livro eu podia guardar um pouquinho dessa memória. Segundo, por que eu também queria repassar um pouco daquilo que a gente passou, pro pessoal da nova geração, pra juventude e tal, que não conviveram naquele período, o pessoal que nasceu nos anos 60, 70, entendeu? Que não conviveu naquele período e que aquela experiência que a gente teve quem sabe a gente poderia repassar. Mas que eles tirassem a conclusão que achassem a melhor do ponto de vista de cada um, sem tentar influenciar pra A ou pra B, até pra que eles não cometessem erros que nós cometemos no caminho, não só a questão aqui no Brasil, erro que eu digo em termos de atitude, em termos de ação, como erros que a gente cometeu fora daqui, de não saber interpretar bem a situação de outros países, que é o caso do Chile, os brasileiros que foram lá dar opinião “cacaca”, entendeu? [risos] Não deu certo.

Sim. O senhor conta bem isso no livro também.

É, que poxa... Hoje eu me envergonho, entendeu? A gente aprendeu muito com eles lá.

Sim. No momento em que o senhor escreveu o livro, o que estava ocorrendo de importante na sua vida? No momento em que escreveu e lançou o livro?

Olha, foi um momento assim, de muito trabalho, e um momento muito bom, do ponto de vista político, foi em 1988, eu tava com uma atividade enlouquecida, entendeu? Era o chefe da casa civil, do governo Simon, e eu aprendi uma coisa: quanto menos, quanto mais coisa tu tem pra fazer menos tempo tu tens de um momento em que tu rende mais [risos], entendeu? Então, nas madrugadas e tal, foi um momento muito bom, o lançamento foi muito bom, entendeu? A gente fez vários debates, eu debati muito até com o PT aqui por que o PT era muito mais fechado e radical naquela época né, então, não era muito de mostrar também as fragilidades, entendeu? E eu dizia “não, tem que mostrar, tem que ver” e principalmente, tirar aquela imagem, entendeu? Que incomodava no Che, ficava estampado em tudo que era camiseta, num quadro, entendeu? Num muro, tirar ele dali e botar ele como pessoa normal da rua ali, comum, corrente, que tinham sentimento, tinham vontade, tinham medo, tinham ilusões, tinham... O pessoal dizia “Ah! Era utopia”. Era, tinha também muito de utopia, muito de romantismo, e tu quer que eu te diga? Até hoje, se não tiver um pouquinho de utopia, porque que tu vai fazer então as coisas? Entendeu?

As vezes falta até um pouquinho pra fazer as coisas...

Claro! Por exemplo, se tu vai conquistar uma mulher que, olha bem se tu vai racionalizar o teu relacionamento, tu é um idiota, entendeu? Ta ali se preparando e “brãbrãblã”, então, é utópico? É, todo relacionamento é utópico, tu sempre tem esperança de alguma coisa. Mas era a mesma coisa, entendeu? Então o seguinte, se nós éramos utópicos? Éramos. Éramos românticos? Éramos, não tenho dúvida nenhuma e hoje qualquer mudança, por exemplo, eu tô aí ajudando, me esfarelando, entendeu? Pagando pra ajudar porque também não ganho nada, né, porque? Por que eu acho que pode haver uma mudança, pode melhorar, é pra isso.

Quando o senhor escreveu o livro, que motivações levaram a escrever, tinha algum objetivo? O que lhe motivou a escrever o livro?

Não, é isso que eu te disse. Era deixar alguma coisa para que elas pudessem, as pessoas, por que eu encontrava muita gente e era um momento em que muita gente aqui, principalmente do movimento, mais a esquerda, tinham uma idéia de luta armada ainda, entendeu?

Em 1989?

E eu dizia “Bah! Devagar, não é por aí o negócio” Agora tu tem outro momento, hoje, quer fazer política tu sai daqui e vai fazer o dia inteiro, entendeu? Não é levar uma cacetada, como eu tentei lutar por melhores condições de ensino e acabei expulso sumariamente. Então tu tinha as conseqüências, hoje não, tu quer fazer política tu sai, vai fazer, não tem problema nenhum, tem partidos, tem tudo, vai lá briga, xinga.

E o senhor contaria algum motivo específico assim, quando escreveu o livro, que o senhor buscava, era mais isso de contar...

Não, não tinha. Nunca tive pretensão também. Nunca fui e nem tive a pretensão, era deixar alguma coisa e mesma coisa o filme, apesar que acabei eu fazendo, eu dei 95% do roteiro. Sabe que o Paulo escreveu em cinco dias? Por que eu dei pra ele o roteiro pronto [risos] ele só ajustou, né! Mas também nunca tive a mínima pretensão. É mais uma denúncia.

Sim. Que livros, autores, políticos, ou pessoas em geral tiveram alguma influência na sua decisão de escrever as memórias? Teve alguma coisa que lhe influenciou? Alguma pessoa, algum livro, algum autor que o senhor teria lido?

Do livro?

Pra escrever o seu livro...

Não, nenhum.

Não apontaria nenhuma influência marcante?

Não, nenhuma, nenhuma, nenhuma. Até por que ele não se parece com nenhum livro. Dos que você já leu, eu acho que não. Sei lá, mas não, não teve... Não foi o livro do Índio, não foi... Nem sei se, eu acho até que não tinha ainda, o livro do Índio nem sei de que época é.

De 1981, foi antes...

Foi antes? Mas não foi, eu não tinha lido ainda o livro do Índio, não foi o do Gabeira. Não, eu li depois o livro do Índio.

Como foi a repercussão dele? O senhor até comentou um pouquinho...

Muito boa.

O senhor sabe alguma déia de tiragem dele?

Quarta edição e estava esgotada. Eu não sei quanto... foi quarta edição e esgotou. Eu recuperei uns livros viu, inclusive se quiserem na universidade, eu tenho. Porque tem um distribuidor que se mudou e ele deixou uma parte e acabou viajando e ficou um ano, dois anos pra lá e aí voltou e me procurou e eu arrematei todos, então eu tenho uma parte. Se precisar tem, dez pila.

Ta, de repente eu até vou ver.

É que no sebo tá trinta, né.

Sim. É, eu comprei em sebo, nem sei se tem na biblioteca da UFRGS lá.

É, se precisar, todos que quiser.

Que bom. E repercussão na mídia, teve bastante?

Teve bastante.

Manifestações, pessoas que se manifestaram a favor, contra? Não lembra?

Teve a favor e teve contra. Ah! Com certeza. Mas contra no sentido assim de, pois é, tal, não gostei, mas a maioria a favor. Agora engraçado, nenhum torturador, nenhum até hoje contestou nada.

Nenhum militar que chegou a vir a público e dizer...

Nada.

Não é a primeira que me respondem assim. Interessante isso.

Nenhum. Nunca apareceram.

Agora então, o senhor já estava falando, antes de o senhor escrever o seu livro, o senhor leu "O que é isso companheiro" do Gabeira?

Não, li depois... O que é isso... Não.

Ele foi lançado em 1979. Mas não tinha lido?

Não, não. Não tinha lido, eu assisti o filme.

Mas também foi depois..

Foi depois.

Só depois?

Só depois. Até porque eu vou te ser bem sincero, quando eu voltei antes de, eu assisti um filme só, que foi o “Pra frente Brasil” do Farias, e eu mesmo me prometi que não ia mais assistir né, bah fiquei tão mal, tá muito presente ainda, não vou mais ver, aí não vi mais nada...

É um filme forte né?

É. Não li nada...

Os Carbonários também o senhor não leu? Do Alfredo Sirkys?

Li depois, li depois.

Depois de ter escrito o livro?

Depois de ter escrito o livro...

Só depois?

Só depois. “Os Carbonários” e li também “68 o ano que não acabou”, tudo depois. Depois eu comecei a ler tudo viu, daí eu já tava mais tranquilo, mas é do Alfredo né?

Isso, é.

Até por que eu tinha uma pontinha com o Alfredo não bem engoli, não tinha bem engolido ainda. Então “não, não quero”.

Sim. E antes de escrever o livro, o senhor lembra de ter lido algum? Desses livros de pessoas que pegaram em armas, algum antes de...

Não..

Não, só depois..?

Eu comecei a conversar mesmo assim, mais tranquilo esse período, foi mesmo depois do livro, antes não...

Ele serviu pra...

Serviu pra botar pra fora, entendeu?

Uma espécie de catarse...

É, uma catarse, antes não falava muito não.

Sim. E mesmo assim, os que o senhor leu depois assim, lembra de algum que lhe marcou? O que achou desses livros em geral?

Eu gostei, gostei, eu li o do Élio Gaspari também, gostei, do Zuenir Ventura gostei, do Alfredo gostei, todos que eu li, sempre tu aprende alguma novidade.

Claro.

E tem esse último aí, que eu li agora, da Elga, bah! Maravilhoso.

Saiu recentemente?

É, de um jornalista falando sobre a Elga, que foi uma mulher dirigente do Partido Comunista, que o Prestes mandou matar, entendeu? Executaram ela.

Tá, eu li alguma coisa sobre o livro, mas eu não li o livro ainda. Vou dar uma olhada.

Tu leu? É bom, bom. Eu devo ter aí o livro.

Que análise o senhor fazia na época em que escreveu o livro, sobre a opção pela luta armada?

A mesma que eu estou te dizendo.

A mesma que hoje?

A mesma de hoje. Não mudou nada.

Da escrita do livro pra hoje...

Pra hoje continua igual.

Uma análise mais crítica no caso, da luta armada?

Sim, mas que era a opção que nós tínhamos.

Sim, no momento...

No momento... Se deu certo ou não deu, aí é outra história, mas tô dizendo como opção era aquela que nós tínhamos.

E na época da luta armada? O que o senhor, como o senhor encarava ela? O senhor lembra mais ou menos, na época em que o senhor chegou a lutar..?

Lembro, que nós tínhamos que cumprir aquilo, que nós tínhamos que fazer, aquilo era a nossa tarefa.

Então na época não teria assim, ainda uma...

Questionamento?

É...

Não, não. Até por que se tu se questionasse tava frito, né, era desbundado, era a pior coisa que tinha. Não, não, nem existia! Quando começamos a pensar “foi certo, foi errado” foi no Chile, aí que começou a mudar.

Ali que começou a crítica, então?

Crítica, isso... Não é nem crítica, era uma auto-crítica.

Sim.

Não ia criticar ninguém se era nós mesmos que estávamos fazendo.

Na época então o senhor acreditava na luta armada como uma possibilidade de...

Claro, total.

Sim, é que isso é uma questão também discutida, essa questão se na época, pô, botaram a vida em risco, então acreditavam...

Claro. Acreditavam sim.

A partir do Chile que o senhor identifica esse início de processo de auto-crítica..?

Olhando os processos, por que o seguinte, olha aqui: uma coisa é verdadeira viu, às vezes saindo do lugar é que tu começa a entender o lugar, mas se tu fica aqui, às vezes a tua visão é um metro do teu umbigo. Quando a gente foi pra lá, de lá nós começamos a olhar o Brasil como um todo, olhar toda a problemática, entendeu? Porque aqui tu falava com as mesmas pessoas e as mesmas coisas, aí tu tinha um tipo de informação, lá não, lá não tinha mais ditadura, tu estava em um outro país e “pápápá”, aí teu ponto de vista, tu olhar o Brasil de fora pra dentro, aí que se começou a... entendeu?

E em relação à experiência que o senhor viveu no final dos anos 1960 início dos anos 70 e a forma que o senhor contou no livro, classificaria a narrativa presente no livro como mais “leve” ou mais “pesada”?

Como assim?

No sentido da questão da repressão, que o senhor e a sua geração sofreram, o senhor acha que o senhor deu uma amenizada ou...

Não, não.

Tenta mostrar bem...

Tenta mostrar como era.

Seria bem então...

Claro, bem o que foi mesmo.

Como denúncia também?

Como denúncia. Bom, o filme não, bom, aí é um filme, o filme amenizou bastante.

Sim, eu depois vou perguntar do filme...

Tá.

E o senhor acredita que a narrativa passa um teor mais derrotista ou mais de exaltação a luta armada?

Do que?

Do livro.

Do livro?

É, uma visão mais derrotista ou exalta....

Bom, mais realista. Não, nem derrotista nem exaltação. Realista...

Crítica, no caso?

Crítica.

Claro.

É, não tem, não faço a mínima exaltação.

E entre dois termos também, revanchista ou conciliatório?

Mais conciliatório do que revanchista.

Foi um pouco mais conciliatório nesse sentido o senhor...

Isso.

Deu uma conciliada?

Mais conciliatório.

Sim.

Até que eu tô, desde a época pra cá, hoje mais ainda né, to mais pra bombeiro do que pra... [risos] revanchismo não...

E o senhor modificaria algo em seu livro, já pensou em modificar?

Não, porque o seguinte, eu posso escrever um outro, não mudar, por que eu aprendi uma coisa, depois que tu faz, bota um ponto, por que a pior, a coisa mais difícil que tem quando se vai fazer um ensaio, vai escrever alguma coisa, é como terminar, entendeu? Por que sempre tem alguma coisa que tu quer botar, então bota um ponto e termina né, e não mexe mais por que aí fica, e aí o seguinte, se tu quer então, faça outro, escreva outra coisa, entendeu? Mas o que tá “done” como dizem né, deu e deu.

Já pensou em escrever outro?

Já! Mais... “en passant” por aquele período e mais, na digamos assim, na vida de lá pra cá, por que muita coisa mudou, eu também mudei, e eu gostaria de escrever alguma coisa sobre o fato da minha vida ter dado tanta reviravolta por que... Olha aqui ó, quando eu entrei no banco, a assessoria de imprensa me trouxe um clip, clipagem faltando duas páginas, aí eu disse “que história é essa, tá faltando alguma coisa” aí me disse “não queria que o senhor ficasse chateado e tal” eu disse “não, eu quero ver” aí os jornais do Brasil todo - Rio e São Paulo - vinha “Assaltante de banco vira banqueiro” [risos], depois quando eu vou, olha só, depois, é um fato inédito, o único no Brasil, que vai vir à juiz no Tribunal de Justiça Militar. Então assim, quando eu assumi saiu no Brasil inteiro, veio jornalista do Rio, veio o Cid Benjamin, tiveram aqui e tal, como é que teve “de terrorista à juiz de Tribunal de Justiça Militar” [risos], então, essas coisas eu gostaria, entendeu, de dar o meu ponto de vista, do que eu vi daquele lado, do que eu, entendeu? Como foi a convivência. Pra ti ter uma idéia pra mim entrar no tribunal, eu entrei já com mandado de segurança pra não assumir.

Que ano foi que o senhor assumiu?

1998 quando, impetrado por juizes do tribunal. Quando eu fui assumir, tava marcada a posse às duas da tarde, as onze da manhã que o Desembargador, como que era o nome dele, um alemão lá não me lembro, que negou a liminar, daí eu pude assumir. Troço louco, to dizendo, então a minha vida sempre foi assim.

Mas não chegou a começar nada? A escrever...

Não, então, mas vou fazer. Então veja bem, sempre na minha vida tudo é difícil, tudo é complicado, nada da certo, nada é direito né, eu não tenho gripe, quando eu vejo eu tenho um troço, é cirurgia, não dá gripe, é câncer, entendeu? Eu já passei por tudo isso, eu tenho onze cirurgias e a última de câncer. Então é o seguinte, é tudo assim entendeu? É um troço que parece quando eu vou, os médicos dizem “Pô, se Deus existe, não é nada teu amigo” e não é mesmo né, por que eu vou pro Chile eu vou trabalhar onde é o epicentro de um terremoto, entendeu? Aonde eu vou, eu pego, eu já peguei avião que incendiou o motor, já cai com helicóptero, já... Então é o seguinte, eu não sei o que é, mas tudo é difícil, tudo é complicado e aí tu vai e batalha, batalha né...

Mas o senhor consegue fazer com que o saldo seja positivo.

Consegue fazer que seja positivo.

O senhor é um vitorioso.

Mas, então é o seguinte, essa parte eu gostaria, analisando é claro, todos os problemas com a questão do próprio PT, o Lula foi a Lajeado me convidar pra entrar no PT, a mim só não, o pessoal todo que fundou o PMDB em Lajeado, ele e o Jacó Bittar tiveram lá.

Em que ano isso?

1980.

1980, pra entrarem no PT?

Isso.

E o senhor não? Ficaram no...

Ficamos, por que nós tínhamos uma idéia, entendeu? De juntar todo mundo, PTB, Miguel Arraes, Brizola, Simon, e ganhar o governo, mas...

O senhor participou da fundação do PMDB ali em Lajeado?

Do PMDB, cara eu ia pro interior lá e levava um tradutor, os caras falavam alemão, foi horrível né o discurso, o tradutor é maior merda que tem.

Sim. Isso foi em 1980?

1980, Tu fala alemão?

Não.

Não? Olha, era terrível, terrível. Naqueles lugar lá, só alemão, eu não entendia nada... Lá perto de, ali naqueles morros que tem, não mais Lajeado, já pegando lá pra cima, só alemão, só alemão.

Sim, no interior ali...

Até por que o PT nós tínhamos um pé atrás, por que o PT era o sindicalismo tolerado pelo Golbery, entendeu? Então...

Sim.

O sindicalismo de resultado e tal, nós tínhamos uma crítica contra isso também.

De 1980 a 1989 o senhor atuou pelo PMDB? De 1980 até o momento em escreveu o livro... PMDB...

PMDB... PMDB e depois até que eu fui pro Tribunal, mas antes eu fui presidente do FDRH, depois fui chefe da casa civil também, e depois acabei indo pro Tribunal Militar.

Pra pegar mais questão agora da historiografia, dos debates dos historiadores. Foram feitas diversas críticas ao livro do Fernando Gabeira, de 1979, e

principalmente ao filme, que foi lançado em 1997, pois na visão de alguns ele teria exagerado na auto-crítica mostrando a luta armada como uma luta de, isso aqui é um termo de um historiador, “simpáticos incompetentes em busca de uma utopia inalcançável”, e cometendo alguns anacronismos como se ele tivesse consciência dos problemas da opção pela luta armada na época em que ele pegou em armas.

Bobagem.

Eu ia perguntar: o que o senhor acha dessa crítica?

Não, bobagem entendeu? O Gabeira, as pessoas erram, o Gabeira também erra. Agora, o Gabeira, ele é muito inteligente, ele não dá... Como é a expressão “não prega prego sem estopa”. O Gabeira quando foi pra voltar pro Brasil, voltou com a torcida do Flamengo né, ele saía na praia de sunga por que na época chamava a atenção.

Sunguinha de crochê, né...

É, mas o Gabeira não é nenhum bobo, eu conheço bem o Gabeira, tive com ele, entendeu? Ele pode ter a visão crítica dele hoje, mas na época ele acreditava tanto que ele participou, entendeu? Não tinha diferença nenhuma. Agora, depois tu pegar e olhar pra trás e “Báh”!!! Besteira dele, besteira da crítica também, não é nada disso.

E o senhor acha que o seu livro ele chega a modificar um pouco o que o senhor está contando com base nas idéias do momento que conta essa história?

Não, não, não. Por que normalmente tu tem, tu carrega o teu ponto de vista da época, eu tentei ser fiel, entendeu, ao que passou, porque se eu tivesse esse ponto de vista, muita coisa não estaria no livro, romanceava né, pode ver, até colocando os medos que nós tivemos, então não faria isso, por que tem muito livro que parece um, aqueles filmes coreano, guerrilheiro é aquele cara que não tem medo de nada, que vai e enfrenta, é a merda, tem sim, baixa o cacete pra você vê.

Sim. O senhor acha que pode ter tido alguma influência, é meio que repetindo a pergunta, mas é só pra citar algumas questões do momento em que o senhor escreve o livro, a questão da crise da União Soviética, a questão da filiação ao PMDB, e a atuação no governo Simon, e a própria questão da democracia que era colocada no Brasil com muita força, aquele contexto né, será que isso pode ter influenciado alguma coisa no livro em si?

Na parte que diz respeito a isso, não na parte que diz respeito à história dos anos 1970, por que o livro também aborda, eu abordo até de maneira talvez que não tivesse, que não devesse abordar né, principalmente o, quase no final do livro, algumas querelas dentro do PMDB, mas mais no sentido de mostrar o seguinte, que você, as vezes o teu inimigo não é a verdade, é um pessoal do teu partido mesmo [risos]

Então o senhor acha que a questão do momento do livro teria influenciado mais, digamos no fim e nas considerações talvez de opinião?

Isso. De opinião. Da época, nos anos 1960/70 eu tentei colocar bem aquilo que a gente sentia mesmo.

Sim, claro. Que na época acreditavam, no caso...

Isso. Uma coisa, eu faço um relato ali que quando tu saía da tortura, qual era... O que tu tinha por dentro, a imagem e tal? É comer o fígado do torturador, entendeu? Se eu não tivesse, se eu tivesse uma outra visão eu não ia falar isso aí, eu ia dizer: “Ba, não, teoricamente, nós temos que entender e tal, eles estavam com um papel”, entendeu? Não, na época era aquilo mesmo.

Qual foi o papel do Julio Posenato na escrita do livro?

O Julio Posenato foi o seguinte, o Julio, teve uma paciência enorme comigo, e eu ia gravando, ele degravou tudo, mandou degravar, entendeu? E ele deu os retoques, ele botou os retoques, principalmente, por exemplo, naquela parte no deserto, que eu digo que eu saio caminhando, fico de cócoras, olhando pra cima “poxa que lindo as estrelas e tal”, aí entendeu? O Julio botou “Olha, aquilo era um jardim dos árabes” assim e assim, entendeu? E essa foi a participação dele, me levou lá no, aqui no, a gente fez uma noite similar, entendeu? Pra ver como era, aqui no, como que é, Observatório.

Ah, sim.

Entendeu? Então o Julio ajudou nesse sentido, ele degravou tudo, e botou em ordem.

Sim. Ah, então o senhor não chegou a escrever, o senhor fez tudo...

Quase tudo gravado.

Tudo gravado.

E fazendo correções, assim como foi com o filme... Como é que foi o filme? Foi pelo livro? Não. O filme, o Paulo trouxe uma equipe dele aqui, um cara com uma máquina, com câmera, botou ali, eu sentei às nove da manhã, uma da tarde tava pronto o roteiro.

O senhor foi contando?

Eu fui contando e tal, “pãrãrã”, entendeu? Ele só, o que ele fez, só juntou e deu uma certa ordem.

Semelhante com o que aconteceu com o livro..?

Semelhante ao que aconteceu com o livro. Entendeu? Até por que eu nem tinha tempo, não tinha condições, de sentar uma noite a fazer, por que é muito diferente você quando está gravando, entendeu? Do que você pega pra escrever, entendeu? É diferente, assim tu tem uma ampla liberdade, muito maior, e como é que a gente fazia também no filme com os atores pra eles interagir bem, fazia festinha lá na produtora, ia pra lá, começava a tomar vinho, entendeu? A bater um papo e aí o pessoal ia participando, ia fazendo.

O senhor se encaixaria em qual setor social na época ali, que era estudante e foi pra luta armada? De origem assim...

Antes? Olha eu era de uma família humilde, entendeu? Nós não tinha nada.

E veio pra Porto Alegre?

Porto alegre pra fazer engenharia e eu trabalhava assim, eu trabalhei a minha vida inteira. Meu pai não...

Estudava aqui e trabalhava pra se manter?

Isso, pra se manter, sempre foi. Mas eu não era classe média, eu era bem menos, menos de classe média.

Tem uma outra visão na historiografia que o senhor já deve ter ouvido também, que é aquela idéia que pegaram em armas só devido ao fechamento do regime, a idéia é “ah, a partir o AI-5 que daí fechou tudo e aí que a gente pegou em armas”. O que o senhor acha sobre...

Não, eu acho que veio num processo viu? E eu acho que também a questão, ali com a morte do Che, a questão acirrou, entendeu? Eu acho que o fechamento contribuiu sim, mas acho que não foi o determinante, acho que chegou num momento que a gente queria a ruptura, entendeu?

Sim, é esse é o debate.

Esse é o debate.

Mas antes já existia a idéia só que...

Já existia a idéia.

Só que o fechamento então...

E nós criticávamos muito o partido comunista na época também, que não reagiu, que não fez nada.

Sim. Que não foram pra luta. E pra fechar então agora... O filme “Em teu nome”, o senhor acredita que dá pra traçar algum paralelo com “O que é isso companheiro?” ou algum outro filme nesse estilo?

Não.

Não vê nenhum?

Nenhum. Até por que os outros filmes eram filmes mais de, feitos numa casa, numa mesa, uma discussão política e esse aí, eu em primeiro lugar, não me propus a ser um

filme que tivesse discussão política, entendeu? Porque eu achava que seria muito enfadonho [risos]. Bah, ia ser um filme pra nós.

Claro.

Correto? Por exemplo, eu assisti, fui no lançamento daquele filme que passou sobre o seqüestro do americano, poxa, é pra nós o filme, ficaram sentados numa mesa e vai contando, vai falando, eu não queria um filme pra nós, eu queria um filme que pudesse, entendeu? E eu sempre falava: “Paulo, esse filme não é só pra você tocar ele no cinema, esse filme é pra ir pra universidade, é pra ir para os colégios, é para que a juventude veja, entendeu? E participe e se questione”. O final do filme, por exemplo, o cara pergunta “E aí, Bona, valeu?”, e o cara olha assim, entendeu? Porque que é aquele final, por que eu já dizia “não”, e aí o Paulo foi correto, ele disse “Bona, a pessoa, eles tem que pensar”, entendeu? Deixe eles tirar a conclusão, cada um tira a sua conclusão, entendeu? Então o seguinte, por exemplo, o filme se propõe a isto. Por isso ele não é, longe de ser um documentário, ele é um filme, ele engloba várias pessoas, mas ele tenta o quê, mostrar, entendeu? Ele tenta refazer a angústia de uma geração, uma determinada época, a vontade de mudar a sociedade, de lutar contra a ditadura, as conseqüências disso e como você sobreviveu no exterior, mostrando que o revolucionário daquela época era um cara que era comum, igual que o outro, tinha problema, tinha medo, tinha isso, tinha família, mas que quando foi pra fora, também acabou tendo filhos, ganhando uma família e tendo que se virar lá fora, e tudo é fiel, quando aquele chileno leva as armas, foi bem assim mesmo. Eu tive que sair pulando casa ali e tal, é isso aí, foi o que ocorreu...

Eu ia lhe perguntar se ele é fiel ao livro, fiel ao que realmente aconteceu.

Não. Ao livro não, ele é fiel a minha narrativa.

Sua narrativa...

Isso. Por quê? Porque ele dá uma outra abordagem que o livro não dá, entendeu?

Sim.

Ele junta várias personagens.

Ah, isso que o senhor comentou...

Isso, e isso não tem no livro.

Claro, então digamos tudo aconteceu mais ali, pra narrativa ficar mais fluida..?

Isso, isso.

Certo. De onde partiu a idéia do filme?

O filme? Olha aqui ó, desde o início a gente já vinha com a idéia “Pô, esse troço dá um filme”, e partiu mais dos meus filhos até, e aí foram a primeira tentativa, foi com pessoal que, mais jornalistas e tal, mas não tinham dinheiro, aí me pediram dinheiro pra

escrever o roteiro eu disse “Eu não tenho dinheiro”, aí um amigo, em comum com o Paulo, o Paulo tinha um dinheiro que ganhou da NeoEnergia, eu acho que é do Rio, pra fazer um outro filme, daí o cara disse “Tchê, faz o seguinte, por que tu não escuta a história do Bona?” E o Paulo “Tá, parece ser interessante e tal” aí me ligaram, meu filho passou o material pra ele, entendeu? Pra ler, inclusive o próprio livro, aí ele me ligou “Bona, tu aceita, vamos conversar?” Vamos. Quando eu vi ele já chegou com a câmera na mão, entendeu? E aí fez e aí ele me disse: “Olha, daqui a dois meses eu vou me fechar num hotel, vou ver a fita e vou te mandando o roteiro por e-mail”, aí ta, tudo bem, aí ele ficou cinco dias lá em Gramado, fechado lá, pegou e ia juntando tudo e me mandava por e-mail, eu ia fazendo correção “não bota isso, não bota aquilo” e eu devolvia pra ele, por telefone, aí pronto, aí isso aí foi em novembro, dezembro, por aí. Já em fevereiro eles começaram a filmagem, aí eu comecei a interagir com os artistas, conversando, conversando, conversando, aí em fevereiro começou a filmagem e em março o filme estava pronto. Sabe quantos dias, que não tinha, tudo problema de dinheiro... Sabe quantos dias eles levaram pra filmar no Brasil, na Argen... no Chile, no Marrocos por que a Argélia não deu permissão e na França, que eles tiveram que fazer tudo com câmera na mão, por que se não tinha que pagar, tu vai usar carro tem que pagar, vinte e seis dias.

Bah, muito rápido. E o resultado final, o que o senhor achou?

Olha tchê, eu, quando me chamaram pro primeiro corte, eu disse: “Bah Paulo, podia ter sido assim” ele ficou puto comigo, “Porra, mas tu acha o que, como é que nós aqui do Rio Grande do Sul, sem dinheiro, vamos fazer um filme diferente”, eu disse “bah tudo bem né, vamos lá”, aí eles começaram a fazer os cortes, porquê? Porque eles tinham cinqüenta horas de filme, e tinha que reduzir pra uma hora e, uma hora e... Cinqüenta ele reduziu aí as salas pediram pra uma hora e quarenta, e ficou uma hora e quarenta e dois, então eu comecei a participar disso aí, e aí nós fizemos o primeiro teste né, convidamos o Índio Vargas e Alícia Peres pra assistir, e eles foram, aí eu convidei meus filhos, quando terminou, bah, o Índio estava chorando, a Alícia também, o Índio deu um discurso “Bah, como é que tu conseguiu juntar tudo em uma hora e pouco” daí o Paulo “Bah Bona, eu acho que vai ser bom”, por que o medo dele era incorrer em algum erro, digamos assim, histórico ou mexer com alguma pessoa, entendeu? Que pudesse identificar, mas não, deu tudo bem. Mas eu acho que é isso, o filme não é um documentário, é filme.

Claro.

Dois, pra que que ele serve? Serve pra esse público que não participou daquele período, que realmente, entendeu? Possam se questionar, possam lembrar, possam pesquisar, possam se interessar. Pra dizer não à ditadura militar.

Claro, e nas opções de o que botar e o que não botar, o senhor acha que foi mais de denúncia ou de conciliador?

Aí funcionou mais a questão do diretor, viu? Porque ele diz: “Bah, mas isso não é cinema, não dá, nós temos que dar uma seqüência, encaixar dessa forma”, inclusive pra ti ver o quanto foi premente a situação deles em fazer os cortes, que se tu olhar o filme, nenhuma cena leva mais que trinta segundos.

É, é rápido né... Realmente.

Entendeu? Então, o pessoal da época que viu, gostou, entendeu? Outros vão lá pra se achar no filme e não se acham por que tá tudo no bolo, então pode dizer “Pô, podia ter tal coisa” mas sempre é assim viu? Quando eu escrevi o livro, muita gente ficou braba por que disse “Pô, tu poderia ter me citado né” eu disse “Mas não dá, por que se não, não consigo fazer tudo” entendeu? E aí tu peca nisso né.

Mas o saldo final o que o senhor...

Foi bom, foi bom, foi bom por que como denúncia eu gostei. Segundo lugar por que eu passei pra vários cursinhos, por exemplo no Arteplex lá, os caras locavam o filme com o cinema inteiro, por exemplo o Unificado, locou a sala toda com filme, aí eu fui lá pra um debate, eles me convidaram, tinha umas trezentas pessoas. Tchê, tinha que terminar, ninguém saía, e o cara do cinema dizendo “Tchê, nós temos que usar a sala para outro filme” e ninguém ia embora, nós tivemos que sair, ficar no corredor e o pessoal, entendeu? “Bah, mas olha, eu queria saber mais”, tu não tem idéia do que essa gurizada de dezoito anos, dezessete, dezesseis se interessam, tu não tem, não... A mim não me passava pela cabeça, não me passava.

Que bom, então tá, o senhor acha que eu esqueci de lhe perguntar alguma coisa?

Então, não tudo bem, então é o seguinte, eu estava lá comigo o Verza também, que é um ator muito legal, muito bacana, e o cara ficou impressionado dizia “Pô, mas que loucura, como que esse pessoal todo”, e Santa Maria, foi um pessoal diferente, já foi mais o pessoal que participou, pessoal lá do... Pra ti ter uma idéia de como ele mexe com as pessoas o filme, que é diferente, que é uma questão da imagem, tu olha tu vê, teve um rapaz lá de uns quinze anos, dezesseis, que queria depois filmar um pouquinho, tirar uma foto, por que a gente fez uma discussão, então ele queria tirar uma foto com os artistas e comigo, com a Céli, e ele estava tão emocionado que ele tremia, que ele não conseguia segurar a máquina, entendeu? Aí teve que pedir prum outro fazer pra ele, e aqui no Unificado foi a mesma coisa, todo mundo “Bah e tal” então o seguinte, como as pessoas se interessam, basta, entendeu? Ter uma oportunidade de ver, agora, é diferente do livro, tu tem que pegar o troço, agora o filme não, ele é dinâmico e a pessoa tá ali sentada e ele olha, ele vê...

Outra linguagem...

Outra linguagem.

Então, ele foi eficiente no objetivo...

Foi, foi eficiente.

Que bom.

Pra ti ter uma idéia, tu já viu filme brasileiro ficar em cartaz mais do que três meses?

É raro né?

Não tem, o nosso vai pra quatro meses e vai ficar cinco, seis. Nós já passamos, só em Porto Alegre, mais de trinta mil telespectadores. Isso, olha, nem o Chico Chavier conseguiu...

Sim.

Entendeu?

E não fica restrito aqui, o filme é universal, né?

Universal. Outra coisa, os caras começam com duzentas cópias, sabe quantas cópias nós conseguimos fazer? Dez. Não tinha mais dinheiro, entendeu? Dez cópias... Então eu, um limitador filho da mãe, mas vai indo, depois vem em vídeo, agora, e se tu vai no cinema e tu olha, é gurizada.

Sim.

Piazada que vai...

Claro, mas é legal.

É legal, é sinal que o pessoal busca, ta se preocupando, quer saber, entendeu? Então pra mim ele preencheu.

Que bom.

*ENTREVISTA FEITA POR DAVI ARENHART RUSCHEL COM CLÁUDIO
ANTÔNIO WEYNE GUTIÉRREZ, EM SUA RESIDÊNCIA EM PORTO
ALEGRE, NO DIA 22 DE JULHO DE 2010.*

Tá, só confirmar algumas questões inicialmente, os grupos que o senhor participou, pelo livro os Brancaleones, ou 21 de abril, e o senhor tem um momento que ingressou na VPR?

Sim, a origem do nosso grupo, nós éramos dissidência do PCB, o PCB fez seu VI Congresso em 1967 e desenvolveu todo o período de discussão de teses, conferências municipais e estaduais durante o ano de 1966 e vai realizar seu congresso em dezembro de 1966, não não, dezembro de 1967. E esse processo de discussão do congresso, se formaram dissidências aqui no Rio Grande do Sul e em todo o Brasil, tinha dissidência do Rio Grande do Sul, dissidência do Paraná, dissidência da Guanabara, né. Essas dissidências vão formar depois grupos políticos autônomos, no caso do Rio Grande do Sul, a dissidência do Rio Grande do Sul faz inicialmente uma chamada frente de esquerda revolucionária com a Polop e vai formar em um curto espaço de tempo o POC. Nós tivemos divergências com a dissidência em torno do encaminhamento da questão da luta armada porque essa dissidência não se propunha a construir o foco e como boa parte da esquerda na América Latina naquele momento, achávamos que a questão do foco era central. Então, a formação do nosso grupo é uma cisão da dissidência do Rio Grande do Sul, principalmente de setores concentrados nas bases secundaristas e alguns contatos fora das bases secundaristas, alguns integrantes do MNR, especificamente a Vera Maria Idiarte, a Dedé, que era do MNR, participou de todo o processo de organização de Caparaó, todas aquelas questões que o MNR encaminhou, um setor universitário, basicamente da arquitetura, Félix Silveira Rosa Neto que era, então e esse pessoal a gente forma o... formamos uma organização que não tinha nome e nós mantínhamos contato, eu e o Eurico viajamos pro Rio e São Paulo, e conseguimos contato com as organizações que estavam se formando de luta armada naquele momento, era um momento absolutamente incipiente, não tinha ainda nada organizado em termos de luta armada né, então nós entramos em contato com a dissidência da Polop que vai formar a VPR junto com o setor do MNR do Onofre, entramos em contato com a dissidência de São Paulo que vai formar junto com o Agrupamento Comunista de São Paulo do Marighella, vai formar a ALN, e a gente mantém um vínculo pelo menos todo o período da nossa existência, principalmente com aquelas duas organizações, com a VPR e com a ALN, particularmente com a VPR o negócio era bem estreito, quer dizer, a VPR mandava normalmente um contato aqui pro sul, que era o.. o nome dele era, o nome real era Wilson Fava, e o nome de guerra era Laércio, a gente conhecia ele por Laércio.

A nova atuação.. nós tínhamos duas frentes, uma frente era de massas, no movimento estudantil, na época o Fávero, que era um cara ligado ao PCB de Caxias, foi eleito pra UGES, o Fávero foi eleito como centrão assim, não tinha uma coisa muito ideologicamente definida, foi uma eleição quase consenso dentro do Congresso da UGES e uma vez na UGES o Fávero, nós entramos em contato com o Fávero e se constituiu uma direção claramente de esquerda na UGES, foi a única direção de esquerda que a UGES teve em todo o período da ditadura, pra falar o mínimo, teve direções bastante refratárias, assim.. Então, nós tínhamos principalmente a frente de massa que era essa questão do movimento estudantil, e aí você vai pegar um período já em 1967 no Julinho nas passeatas, manifestações, mas em 1968 tu vai ter isso aí,

principalmente depois da morte do Édson Luiz num crescendo permanente, a questão das organizações. E na rede de massa nós usávamos o nome de 21 de abril.

21 de abril era um nome que funcionava na frente de massa estudantil do movimento secundarista, tá, essa organização ficou conhecida também como os Brancaleone. A ligação com a VPR vem desse tempo. Depois minha ligação efetiva com o VPR se dá quando eu saio do Brasil, em outubro, eu tive uma condenação aí resolvi sair, estava já com muitos problemas enfim, estava caindo toda a ALN de São Paulo, tinha muitas prisões, isso em 1969. Já em janeiro de 1969 tinha havido toda a queda da VPR com a questão do Lamarca, do quartel, da desapropriação dos Falcon, muito pessoal passava por aqui e nos procurava, em outubro eu saio do Brasil, eu sou, tem uma operação entre a polícia brasileira e uruguaia, eu sou preso, seqüestrado, e enfim, uma questão que é relatada no livro, em todo o episódio como se dá, não sou devolvido. Aí eu vou pro Chile, num esquema, uma organização que está preparando a luta armada em um país na América Latina, que eu não sei qual é o país, e não sei qual é o esquema, né.. Que vem a ser o Exército de Libertação Nacional boliviano. Aí em 1970 eu fico, a partir de abril, que eu chego no Chile até o final do ano, eu fico as voltas com o exército de Libertação Nacional boliviano em treinamento, vivia em aparelhos absolutamente clandestinos, entrava vendado, saía vendado, era um esquema bem clandestino. Até porque era o governo Freire, era bem difícil... A guerrilha do ELN fracassa e termina sendo desmobilizada a estrutura grande que eles tinham, e como a maioria do pessoal chileno era ligado ao partido socialista, eles vão participar do governo Allende, inclusive alguns deles vão participar dos GAP, Grupos de Amigos do Presidente, grupos armados, não sei exatamente o que era a sigla, mas era conhecido como os GAP, alguns caras que integravam essa estrutura de treinamento do ELN vão compor isso, esses Grupos de Apoio ao Presidente, aí eu começo a militar na VPR, que tinha uma estrutura no Chile, principalmente a partir da chegada dos 70, tinha uma estrutura significativa de apoio, tinha casas, tipo aparelhos, aonde eram mantidos os inúmeros companheiros, tinha também cursos, treinamentos, preparação para a clandestinidade, então aí eu ingresso efetivamente na VPR, já no Chile.

Janeiro de 1971 conforme o livro..?

Acho que é isso. Janeiro de 1971.

E até quando iria a sua atuação com a VPR?

Bom, eu fico na VPR, eu passo um bom tempo de 1971 às voltas com a abertura de um ponto de fronteira em Santa Cruz de la Sierra até o golpe do Banzer, que foi em agosto de 1971, eu acho. Quando se dá o golpe do Banzer, Santa Cruz de La Sierra foi o epicentro do golpe, a nossa estrutura era muito precária, pessoas de contato que a gente tinha, foram presas, alguns assassinados, em enfrentamentos na universidade principalmente, a gente termina evacuando, deixamos um contato boliviano que a gente tinha, retiramos o Frank que era um cara que tinha saído em 1970 e tinha um passaporte italiano, não falava nada em italiano, era uma cobertura muito fria [risos], então nossa preocupação primeira foi tirar o Frank e o tempo de Santa Cruz foi isso aí... volto pro Chile, isso já próximo do final do ano, dezembro, eu venho pro Uruguai com a idéia primeira, com uma orientação primeira de não fazer contato com a colônia de brasileiros que estavam no Uruguai. A VPR estava super infiltrada na época, o caso Cabo Anselmo estava no auge e ainda suspeita de outras infiltrações principalmente do pessoal do antigo MNR que tinha alguns pontos que estavam no Uruguai. Então não se podia

montar nenhuma estrutura a partir disso, por que podemos dizer era “carunchada”, era bichada. Eu fico né.. vou pra Riveira, Santana do Livramento, tento me estabelecer como fotógrafo, na hora não tinha formação de fotógrafo então termina não funcionando, volto para Montevideo e aí é o auge, começa o auge do combate aos Tupamaros. O exército uruguaio forma uma organização centralizada junto com a polícia e os órgãos repressivos em geral, tortura a milhão, os Tupamaros começam a sofrer muitos baques e a perseguição policial era geral, a pensão que eu moro, a polícia vasculha a pensão, e eu tinha um advogado que era o Soares Neto, deputado da Frente de Esquerda de Liberação, na verdade era um braço do PCU, até hoje acho que funciona como tal. E a preocupação deles não era comigo, era a questão dos Tupamaros, não tinha qualquer vinculação com os Tupamaros, os caras me deixaram tranquilo. Tranquilo relativo, não tinha tranquilo naquela história e aí eu acho que no final de 1972 eu entro em contato com a VPR e vi que não tinha mais condições de montar estrutura nenhuma ali, por que aquilo ali falira, a VPR naquele momento desloca quadros para a Argentina, o movimento todo na Argentina, isso em 1972/ 1973, vai ter o golpe no Chile, no Uruguai também vai ter o fechamento do congresso, o golpe do Uruguai, que vai encontrar uma resistência razoável, teve uma greve prolongada com ocupação de locais de trabalho, mas o golpe termina triunfante. Bom, eu fico de 1972 até o final de 1977 no Uruguai.

Então a gente pode apontar, seguindo pelo livro, no início de 1973 fim de 1972 o senhor diz no livro “abandonei o foquismo, rompi com o ...”

Isso, isso aí.

Não chegou a ter nenhuma participação em outro grupo armado então? VPR e os Brancaleones?

Isso aí! E o ELN boliviano.

Sim, o ELN, claro... Então a sua participação na luta armada a gente poderia colocar então no final de 1967, quando se iniciam os Brancaleones até o início de 1973, correto?

Isso aí. Aliás, foi também o desmantelamento quase geral das organizações armadas no Brasil né..

Sim, pega bem o período Médici aqui, a repressão. Certo...

Uma pergunta bem pontual, o senhor se considera um ex guerrilheiro?

Não. Assim óh, primeiro que a minha experiência guerrilheira, foi uma experiência bastante, nunca fui um brilhante guerrilheiro [risos]. Eu, o que eu me considero assim, considero que eu, a minha geração, o pessoal que participou disso, a gente teve envolvido numa guerra entende? Quer dizer, uma é que nós achávamos que íamos fazer a guerra contra eles, e outra que eles fizeram a guerra contra nós, tranquilamente, então, dezenas de pessoas que eu conhecia que foram assassinadas, que foram mortas na tortura. Na América latina em geral esse período foi um período muito duro, né.. Então, nesse sentido, ser um ex combatente porque participei de uma guerra? Participei de uma guerra, não tô dizendo óó, não tô com essa carga que traz uma guerra nessas condições.

Mas não chega a assumir o “ex-guerrilheiro”... Precisava fazer essa pergunta, porque no livro justamente conta isso, o senhor diz “fui um guerrilheiro absolutamente desastrado.”

Isso aí [risos].

Vou pedir então que o senhor, o que puder me contar de fatos, algo mais factual, do que o senhor lembrar, o que já está no livro não precisa ficar falando muito, mas de repente se tiver alguma coisa a mais, alguma data, alguma...

Olha, não.. assim ó. As ações enquanto Brancalione, eu acho que é o que tá descrito essencialmente, a ação da metralhadora, algumas ações de roubo de arma, diversas ações de massa de enfrentamento à repressão, as passeatas, tínhamos uma atuação intencional, incendiária, da repressão incendiávamos umas quantas...

Pra tirar algumas dúvidas então: a do apartamento do coronel, o senhor não se importa que se divulgue o nome?

Não, tranquilamente.

Como é o nome dele então?

Ilus Moreira.

O endereço o senhor coloca no livro?

Cauduro com a Osvaldo Aranha. Na verdade ele não era coronel, ele era major. Era ele e o Major Átila Rohrsetzer, eles tinham um vínculo, não sei se um era cunhado do outro, coloca que eram primos, não eram primos não, acho que o vínculo era, sei que eram íntimos amigos. E o Ilus foi comandante do S2 do exército, então era um cara da repressão assim, muito ligado, quer dizer, quando teve o espancamento do Roda Viva dos artistas da peça do Chico, Roda Viva, ele foi quem comandou o espancamento. Então o cara...

E a filha dele, não sei se o senhor...

A Sayene, ela faleceu de câncer não faz um ano.

Isso deu alguma notícia em jornal, alguma coisa o senhor lembra?

Não.

Eu não encontrei nada. A princípio não saiu nada então?

Deixa eu ver aqui, eu tenho o nome completo desse cara... Olha aqui, óh.. Ilus Fagundes Ouriques Moreira, esse é o nome completo, faleceu em 4 de maio de 2002. Quando ele falece é coronel, mas na época era major... e a filha dele era Sayene, acho que eu coloquei Silene, no livro. Sayene Moreira, é nome de casada.

E a ação da metralhadora que o senhor falou, foi numa casa que tentaram expropriar de um segurança, né?

Olha, tentativas... Ah! Sim, sim, sim. Aí era o Comandante da Base Aérea de Canoas né, ele morava no Moinhos de Vento.

Foi a casa dele? Que isso não chegaste a comentar no livro, né?

Não, não. Quem era o cara eu não me lembro.

Morava no bairro Moinhos de Vento e isso chega a citar no livro...

Isso, a rua eu não me lembro.

E teve também aqueles dinamites, que foram arremessados e não explodiram..

Sim, nós recebemos dinamites da VPR, a VPR tinha assaltado uma pedreira e tinha dinamite pra cacete [risos] então eles uma hora começaram a se livrar, numa eles encheram uma caminhonete e atiraram contra um Comando, da II Região Militar. E distribuíram pra todos os contatos que eles tinham pelo Brasil, nós recebemos um pacote [risos] de dinamite.

E chegaram a lançar, mas eles não...

É [risos] tinham um técnico, que era o Chico, era um cara que era ligado ao PC do B, tinha saído e tinha treinamento na China, o PC do B, com a história do Araguaia né, ele mandou muitos quadros para serem treinados na China. E não sei como é que o Chico armava a tal bomba que não explodiu na hora [risos].

Mas isso não chegou a sair nada também no jornal?

Não.

E nem essa da metralhadora?

Não. A da metralhadora saiu..

Saiu?

Mas foi rápido. Sei lá, atentado contra...

Saiu uma notinha?

Uma notinha, isso!

O senhor não lembra a data, da metralhadora? Porque isso eu tento catar em jornal daí...

Em 1968. Exatamente... Agosto, setembro de 1968...

Tá, ajuda bastante. Agosto ou setembro de 1968?

É, é.

Em qual jornal? Correio? Zero hora?

Não, não me lembro. Acho que Folha da Tarde, mas olha, eu não sei. Não te dou certeza.

Vamos às perguntas mais pontuais que eu preciso suas impressões. Que motivações, na época da luta armada, teriam levado o senhor a essa opção, alguns fatos de repente, ou coisas que levaram a optar pela luta armada?

É, eu acho, tem um fato geracional, digamos, tem todo o setor da juventude da época que vai se envolver com esses movimentos, era uma ditadura militar bastante impopular com a juventude e sei lá, idéias de transformação, de conseguir uma sociedade mais justa, essas coisas.

Claro, e alguma coisa mais pessoal, assim, o senhor contaria? Na sua história, digamos pela opção pela luta armada?

Na minha família, teve muita gente perseguida, presa, logo depois do golpe. Meus primos de Bagé, um era do sindicato dos bancários o cara foi expurgado do Banco do Brasil, trouxeram ele preso pra Porto Alegre, onde era, onde é hoje a FASE, antiga Febem, ali na Padre Cacique, aquilo ali se transformou em um presídio para presos políticos logo depois do golpe, abril de 1964, maio. E lideranças sindicais, lideranças políticas, todo o estado, foram colocadas ali, e eu tive dois primos, que ficaram ali. Depois em agosto de 1964 tenho outros primos por parte de pai - esses outros eram por parte de mãe - que pertenciam aos chamados Grupos de Onze do Brizola e tentaram, dizem eles hoje que isso foi ação montada por um agente provocador, um cara que seria da polícia. Pensaram em uma série de atentados, na região metropolitana e, nunca aconteceram, nunca aconteceram esses atentados, mas eles foram presos e aí mostraram como prova, da preparação que eles estavam fazendo uma pilha de molotovs... molotov são garrafas né [risos]. E eles foram presos, foram torturados, foram espancados bastante, então eu teria razões de família assim...

E o senhor lembra que marcou assim, pode ter influenciado?

Claro, sem dúvida. Sem dúvida.

Que conseqüências à participação na luta armada trouxe pra a sua vida? Na época e posteriormente, o que isso alterou sua vida pessoal?

Bom, significativamente né, por que eu termino exilado, quer dizer, no momento em que eu saio do Brasil a minha intenção era, era mais conhecer um pouco o que estava acontecendo no Uruguai, dar um tempo pra o processo que eu tinha sido condenado no movimento estudantil, mas enfim, eu não saí assim com a idéia de ficar exilado, saí com a idéia de dar um tempo pra uma situação que estava muito difícil, eu estava com a prisão decretada, mas isso modificou radicalmente a minha vida, sou preso lá, a situação se complica mesmo, fui acusado de pertencer ao esquema da ALN de fronteiras, coisa

que efetivamente nós participávamos, mas era um esquema muito precário, através do Frei Betto, se faziam contatos e o Frei Betto encaminhava as pessoas para a fronteira, e quem participava do nosso grupo efetivamente disso era a Dedé, a mais, porque a Dedé como ex integrante da MNR tinha toda a experiência na questão dos contatos com o Uruguai, os chamados “Pombos Correio” que iam até Montevideo, Atlântida, visitar o Brizola e trazer orientações, então ela conhecia todos os esquemas de fronteira, e o esquema do Frei Betto foi tudo baseado em cima dessa experiência da Dedé né, e a gente dava apoio às pessoas que vinham e etc. Mas verdade a partir desse momento, eu tenho uma acusação pesada, que eu era integrante de uma organização pela ALN dentro do chamado “esquema de fronteira”, aí de fato, não era aquela condenação com o movimento estudantil, era algo mais pesado que poderia chegar mais radicalmente o negócio né, e me trouxe bastante prejuízo pessoal no sentido de que eu fiquei todo esse tempo na América Latina, abaixo de golpes de estado, começava uma faculdade e não conseguia terminar, foi um negócio tão ferrado na minha vida, depois eu volto, eu acho que faço cinco faculdades, cinco vezes, quatro/cinco vezes eu faço vestibular na UFRGS, começo e nunca consigo concluir coisa nenhuma. Acho que em parte é um trauma desse período, não sei te explicar isso [risos], eu não consigo concluir o terceiro grau digamos, é um negócio que te prejudica... Prejudica hoje e naquela época também, já era bastante importante, e neurose direta, que todo mundo fica desse período.

Assim, resumindo, que fatos teriam marcado a sua vida entre a experiência luta armada e o momento que o senhor escreveu o livro? Entre pegar em armas e escrever o livro o que teria marcado sua vida? Fatos políticos principalmente.

Como quase todo mundo quando volta, eu volto um pouco antes da anistia, tá? Eu volto em 1978, na realidade eu volto em dezembro de 1977, um pouco antes do Natal, mas todo mundo que voltava, era muito comum vir com a idéia de escrever um livro, e eu tinha essa idéia, cheguei a começar a escrever. Depois sei lá, coisas da vida, tive que sustentar família, filho, essas coisas e terminei não desenvolvendo o livro, ainda mais, fiquei com uma série de apontamentos que eu tinha feito, digamos em 1978/79, início de 1980. Aí na década de 1990 a gente começa a mexer com a questão dos arquivos da ditadura e, em função disso, em função dos documentos que iam se revelando, meus e de outras pessoas, é que eu termino desenvolvendo o livro, faço uma pesquisa também em jornal de época etc, digamos assim, algo bem tardio, eu fui escrever isso aí em 1998, praticamente vinte anos depois do meu regresso que foi em 1978, final de 1977 início de 1978, e ao contrário do livro do Bona que é um livro que foi escrito alguns anos depois do regresso, do Fischer também, o Fischer faleceu né? Tu tá entrevistando o filho?

Não, esse eu não, ainda não... Eu tô, nem cheguei a procurar porque fiquei sabendo do falecimento, então, a princípio eu vou fazer as três entrevistas. O Fischer foi um bem próximo, 1981 se não me engano....

Isso, isso... O do Índio também eu acho.

É, 1979/80, são os mais próximos, do Bona é 1989 e o seu 1999.

Logo, quando eu chego eu começo a trabalhar com o Félix Silveira da Rosa Neto, que foi digamos, o cara que foi o comandante da ação do Cônsul, meteu uma bala no Cônsul. O Félix abriu uma empresa chamada BPI, que é uma empresa de informática,

trabalhava com moderm, na época os modens eram umas coisas, umas baita de umas caixas, e o primeiro local que a gente começa a trabalhar é junto ao escritório do Índio Vargas, ficava naquele prédio ali das Americanas, entre Andradas e Andrade Neves ali em cima, né? Acho que ele deve estar até hoje ou deve ter vendido o escritório dele.

Ele está na Andradas ainda, eu falei com ele...

Isso, isso! E então, possivelmente na época que ele escreveu, nós estávamos no escritório dele, o livro dele é muito legal né? Um humor assim, bem legal. Eu gosto muito dele.

Então, entre a luta armada e o escrito do livro, o que o senhor apontaria mais, o exílio e tudo que o senhor conta no livro e..?

Todo esse período tu fica, eternamente, como eu fiquei na América Latina sempre, estava sempre em baixo de mal tempo, os grupos de pessoas que estavam do meu lado foram praticamente todos presos, uma questão de tempo, de fato, quando eu saio eu sou preso lá no Uruguai né, então.. mas enfim, daí fugi da pergunta quando eu vi já tinha passado.

Não, não, mas é por aí. E a volta então o senhor já tinha essa vontade só ainda acabou demorando por outras questões?

Me diz uma coisa: tu tá pesquisando ações..?

Também.

É, que coisa. Eu tenho um livro tá? Não sei se tu conhece, certamente tu conhece, é um livro da ditadura, é o chamado Orvil. Aquele negócio é montado com base nos arquivos do SNI e é um livro perigoso porque é um livro filho da puta, porque ele faz assim ó, a intenção dele é... No caso do Bona, tu assistiu o filme do Bona? O Bona é torturado, diz que não falou nada etc, e eu acredito sim, em qualquer palavra, te digo assim: a tortura é um instrumento poderoso pra desarticular organizações clandestina, não tenha dúvida disso. Por outro lado, a tortura mancha de tal maneira quem participa que, difícil, a longo tempo quem utiliza a tortura perde a guerra. Tem um filme muito legal, não sei se tu viu, A Batalha de Argel... É a história da perseguição à Frente de Libertação Nacional Argelina e no final do livro eles destróem toda a Frente Nacional de Libertação Argelina, e o livro todo se dá na perseguição de um dirigente da FLN, que é um cara bem popular, que é integrado dentro da organização e se transforma em um dos seus dirigentes né, então ele é o último cara a ser pego, ele tá escondido num esconderijo que eles fizeram, tipo um túnel e os caras explodem tudo e terminam e não tem mais nenhum dirigente na Frente de Libertação Nacional Argelina que esteja solto. Isso se dá em 1958, em 1960 começam manifestações massivas na Argélia, um negócio que eles não sabiam da onde que vinha e em 1962 se dá a independência da Argélia. Então, não tem como negar que a tortura é um negócio ferrado assim, destrói, se o cara tem técnica, não um espancamento aleatório, com técnica, analisa, quando dizem assim “os americanos ensinaram a tortura aos brasileiros”, tortura em si ninguém precisa ensinar ao brasileiro, somos um país violentíssimo, toda uma tradição escravocrata, todo esse horror, então assim os americanos não ensinaram... O pau de arara, era usado em marginal comum né, o que eles ensinaram foi toda uma questão de como ter estrutura,

um serviço de inteligência e análise, utilizando a tortura num interrogatório, essa questão NE... Uma coisa que o Padrós se dá conta assim, de que quando começa a tortura no Uruguai que é em 1970, antes já tinha tortura, mas era tudo utilizado massivamente para arrancar informações, é mais em meados dos anos 1970, início de 71. Em 1972/73 eles tinham liquidado com os Tupamaros, os Tupamaros não tinham mais expressão política organizada armada no Uruguai, através da tortura. Mas enfim, o que eu quero dizer, esse livro Orvil, ele tá feito na base na tortura e está feito na base da intriga, caso do Bona. Aí, cai a VPR no Rio Grande do Sul, informações dadas principalmente por Bona Garcia. Segundo o Bona ele não falou nada, mas se falou ou não falou, certamente a VPR não caiu porque o Bona tenha falado qualquer coisa, caiu porque, pode ter caído por causa de algumas pessoas da VPR, mas quando o Bona é preso já tem uma pilha de gente presa, e nesse sentido é um livro filho da puta, mas se tu quer saber ações, datas exatas, pra isso ele serve.

No momento em que o senhor escreveu o livro, o que estava ocorrendo de importante na sua vida quando decidiu “agora eu vou escrever e lançar o livro” e o que teria lhe motivado a isso? Objetivos, motivações pra escrita?

Bom, primeiro eu tive algumas ocasiões que demonstraram que os arquivos do DOPS que tinham sido queimados, estavam todos vivinhos dentro dos computadores da PROCERGS do Estado do Rio Grande do Sul. Em mais de um momento, eu fui pegar um atestado de bons antecedentes uma vez pra própria identificação e uma estagiária me disse: “Olha, não posso lhe fornecer porque tem processos abertos contra o senhor”. Que processos? “Aqui tem dois processos de 1968” e era processo do movimento estudantil e processo da ALN 1968/69, aí a gente começou a mexer nisso, outras pessoas, o jornalista aquele que se chama Rafael, também aconteceu, ele foi tirar a carteira de motorista e ficou preso algumas horas porque constava que ele tinha sido do CooJornal, tinha processo contra ele, enfim, tava na cara que continuavam todas as informações nos computadores, então a gente começa uma campanha pra limpar e disponibilizar esses arquivos, isso levou à formação futuramente do Acervo da Luta Contra a Ditadura, isso aí. Então digamos que é este movimento que me faz crer, é esse momento...

Sobre essa decisão de escrever as memórias, o senhor apontaria algum livro, algum autor, um político, alguma pessoa que teria lhe influenciado nisso, nessa decisão de escrever as suas memórias?

Não.

Não teve nenhuma influência específica assim?

Não.

Algum outro livro..?

Nenhuma, tá? Tu vai ter coincidências em todo o livro do período, tem coisas que são coincidências porque descrevem no livro uma época, as mesmas situações, as mesmas... Tem um livro do Palmar, é um jornalista de Foz do Iguaçu, foi editado faz dois, três

anos, enfim, é bem recente, mais recente que o meu, é um livro muito interessante, o Palmar era da VPR, ele está em Foz do Iguaçu, ele faz toda uma pesquisa sobre a morte do Onofre, foram quatro caras da VPR, que era o Onofre, o Vítor, Javier que era um argentino, não me lembro quem era o quarto, mas ele faz toda uma pesquisa sobre em que circunstância foram assassinados o Onofre e esses remanescentes da VPR quando entram no Brasil. O título do livro é “Onde vocês enterraram nossos mortos”, é um livrão. O nome dele é Aluísio Palmar.

Mas esse então saiu mais recentemente?

É, e eu pego assim, a descrição de época, de razões, é igual. Ora bolas, o cara fazia parte do movimento estudantil, fazia parte de dissidência... a questão do foquismo...

É, mas então o senhor não lembra nenhuma leitura específica?

Não.

Como foi a repercussão do livro, do lançamento do livro, tiragem... Não consegui achar informação.

Bom, o livro foi uma produção independente, a editora é a Proletra, mas a Proletra não é uma editora no sentido de... esse livro aqui do Adroaldo eu tava vendo, também é editado pela Proletra, mas a Proletra é uma gráfica, não é editora no sentido... ela não faz distribuição, e eu fiz dois mil livros e descobri que é um montão de livros! [risos]. Durante alguns anos eu... eu levei alguns anos pra me livrar de todos eles, atualmente eu tenho dois aqui, tu tem a mesma coisa que eu tenho [risos].

Foi o senhor mesmo então? Não teve ninguém... foi independente mesmo...

Não, não teve ninguém... aí assim ó, eu fazia lançamentos, o lançamento principal foi ali no Centro Municipal de Cultura, ali na Érico Veríssimo, foi bem legal, não me lembro mas acho que vendi uns 300 e tantos livros e depois fiz lançamento em alguns bares...

E teve alguma notícia, repercussão na mídia? Algumas manifestações de algumas pessoas em relação ao livro?

Teve, teve. Eu devo ter isso por aqui, mas... tu me deixa um e-mail e eu te mando...

Depois o senhor vê, eu posso passar aqui, pego e faço uma cópia, não tem problema.

Posso te mandar por email, fica mais prático...

São algumas notícias que saíram, o senhor chegou a guardar, é isso?

Isto, e acho que devo ter por aqui...

Isso nós podemos ver depois, não tem problema...

Isso aqui é meu? Eu quero que depois tu coloque o teu e-mail aqui.

Claro! E lembra de alguma manifestação? Alguma coisa a favor ou contra na época sobre seu livro. Alguma coisa que lhe marcou assim, alguma...

Em geral, a resposta de mídia que teve foi favorável.

Ninguém chegou a ir pra mídia fazer crítica?

Não, não.

Uma pergunta mais pontual. Antes de escrever seu livro, o senhor leu “O que é isso companheiro?” de Fernando Gabeira?

Sim.

Tinha lido antes de escrever seu livro?

Sim. Eu li logo que foi lançado “O que é isso companheiro?”.

Então, o que o senhor achou do livro?

Olha, eu acho o livro bom, bem escrito, tá... Hoje se tem uma visão mais crítica de algumas coisas... mas na época não, eu achei um livro bom. Qual é a crítica maior que se faz ao Gabeira hoje? é que ele assumiu coisas que, por exemplo, ele deixa entender que o manifesto foi escrito por ele, enquanto não foi assim, quem foi o principal articulador do manifesto foi o Franklin Oliveira né, claro que possivelmente como tudo que é coisa que a esquerda faz, discutido, modificado, então tu tem essas questões no livro do Gabeira, e que o filme ainda piora mais né...

Ele foi muito debatido, né?

É, o filme... eu acho que o livro dele não faz isso, mas o filme coloca o Jonas, que era o cara da ALN, o Marcos, que comandou operacionalmente a missão, como um exemplar truculento, da Guerra Fria, autoritário, e não é verdade, era um militante de esquerda, um cara...

Mas na época em si que foi lançado o livro, o senhor leu e gostou a princípio?

Sim.

E acha que ele pode ter lhe influenciado em algo?

Não, não porque não há... ficou perdido... teve o do Índio, do Bona...

Os Carbonários, do Alfredo Sirkis, leu também?

Li.

E o que achou desse?

Gostei, a maioria desses livros eu gostei.

Mas nenhum desses que o senhor leu antes de escrever o seu, o senhor aponta como uma grande influência?

Não.

Não... foram?

Sim, é como eu te disse, na época, logo que eu chego, eu quero escrever um livro, e começo a escrever, aí depois eu parei, com questões da vida, parei. Quando foi posterior a isso, eu li esses livros, quer dizer, alguma influência, nem sei te dizer... mas não foi certamente nada que eu plagiei, copiei...

Claro, claro. Não é nem essa questão que estou colocando, só no sentido de se teria algum mais marcante, mas foi tudo se assimilando então...

É... Eu acho que “Os Carbonários” é um livro muito interessante até pelas circunstâncias, que aí sim tu tem alguns pontos de contato da realidade do Sirkis e a nossa aqui, ele fazia parte do Colégio de Aplicação no Rio de Janeiro, toda participação de 1968, então tem pontos em comum...

Com certeza... Vai ficar meio repetitivo, mas se o senhor quiser citar alguns outros livros do mesmo gênero, testemunhos de ex guerrilheiros que teria lido antes de escrever o livro e o que teria achado de cada um, assim?

São os principais, “Os Carbonários”, “O que é isso companheiro?”, toda essa trilogia do Índio, do Fischer, do Bona...

Se lembrar de mais algum e quiser...

Não to lembrando não, é isso aí.

Não? Tranquilo. Que análise o senhor fazia na época em que escreveu o livro sobre a opção pela luta armada? Em geral e a sua, assim...

Eu acho assim, a questão da luta armada nesse período, é um contexto de guerra fria, é um contexto que no caso brasileiro, na América Latina toda, termina envolvida em ditaduras, fora o... a questão dos Tupamaros que acontece ainda na sua organização anterior a ditadura militar né, a maioria Argentina, sempre ditadura, Onganía, Lanusse, não sei se tu conhece, desde a derrubada do Perón né... vai tendo “hiatos”...

Algumas “fachadas” de democracia...

Isso! É, alguns momentos... a experiência cubana acho que é algo assim fortíssimo, que marca toda essa geração, a figura do Che, é inegável, assim, bom, até hoje o Che é um ícone mundial né..

Mas especificamente na época que o senhor escreveu o livro, se o senhor puder lembrar, qual era a análise que o senhor fazia da luta armada, que aí já tinha uma visão mais crítica né.

É, então tem um momento histórico, agora, os processos de luta armada, no ConeSul da América Latina, são processos fracassados... Tu não tem nenhum desses movimentos armados no ConeSul, depois tu vai ter o Sandinismo, já numa época mais tardia, no final da década de 70 né, mas todos são fracassados. Sob o ponto de vista objetivo, o processo de luta armada nesses países, com o objetivo de construir uma sociedade socialista ou mesmo com o objetivo de destruir uma ditadura, eles fracassam! Aí aquele negócio que eu te falo da Argélia, mas no custo total essas ditaduras terminam desmoronando todas. Agora, eu acho que o processo de luta armada é um equívoco, foi um equívoco, nós perdemos...

E era também quando escreveu o livro? Já era?

Sim. Já era! Assim, quando eu volto, eu me filio de volta ao PCB, que tinha uma crítica a todo o processo de luta armada. O PCB termina se desintegrando em quinhentas facções, mas eu já tinha essa visão crítica desde o início dos anos 1980. Quando eu retorno eu já tenho essa visão crítica... No Uruguai, a minha última militância, é ligada à organizações de massa do PCB, aliás, do PCU, Partido Comunista do Uruguai. É claro que o PCU como nunca, como guerrilha, era Tupamaro, eles sempre tiveram uma posição em relação aos cubanos, uma posição não muito crítica, ao contrário do PCB que tem uma integração forte com os cubanos no sentido de apoio, daí entra em choque com Cuba, tem uma visão absolutamente crítica. Então eu tinha uma visão, a partir de quando eu retorno, já tenho essa visão crítica, desmoronamento né tchê... são dezenas, quase uma centena de pessoas que tu conviveu, que foram assassinadas, morreram na tortura, desapareceram, foi algo muito doloroso.

Foi no início dos anos 1980 que o senhor já estaria com esta visão mais crítica?

É, 1978. Já no desmoronamento da VPR...

É, no livro o senhor aponta que em 1973 o senhor já abandona o foquismo, já começaria um processo... Mas na época da luta armada, o que o senhor diria? Não havia uma reflexão crítica sobre a prática da luta armada?

Não.

É difícil né? O senhor estava colocando a vida em risco e tudo mais...

É, não. Talvez, no período que eu estou no ELN as coisas começam a... O nosso grupo, que era o grupo que devia entrar como segunda coluna, no *[inaudível]*, o grupo principal que era o do Chato foi dizimado, sobraram cento e tantos, sobrou, não sei se dez, e o Chato depois quando o Torres assume é libertado, e vem, nós estamos no Chile e ele vem falar pra nós no aparelho e sei lá, é algo muito evidente que aquela forma de guerrilha não tinha sucesso né...

Isso que ano, esse..?

Setenta e... Final de 1970, 1971 parece.

Mas foi só aí que começou, digamos, essa visão crítica?

É, mas eu continuei..

Sim, claro.

Digamos que já, já não era aquela idéia mágica do foquismo como caminho.

Como solução...

É!

Certo. Bem, aqui eu acho que o senhor até já respondeu, que análise faria hoje sobre a opção pela luta armada e a sua, não sei se muda muita coisa do que acabou de falar, de quando escreveu o livro pra hoje, é a visão mais crítica, certo?

É, acho que é isso.

E em relação à experiência que o senhor viveu no final dos anos 60, início dos anos 70, da luta armada em si, e a forma que o senhor contou em seu livro, classificaria a narrativa presente no seu livro como uma narrativa mais leve ou como mais pesada? Dentro daquela questão que alguns ressaltam mais a questão da repressão, dos efeitos, do sofrimento e tudo mais, e outros que passam uma visão um pouco mais leve digamos, com humor inclusive, como que o senhor classificaria o seu livro nesse sentido?

Eu até, assim, eu tenho uma visão crítica, eu acho que busco criar situações que tem uma certa dose de humor, mas tem forte componente de denúncia desse período, denúncia da repressão, não tenho dúvida. Pra mim isso é central.

Uma pergunta bem específica, que eu estou analisando os quatro livros, o senhor leu os outros três também, e... O senhor concordaria, se eu colocar só uma impressão digamos, que talvez o seu livro teria um tom mais leve, digamos, não é tão pesado, tem a denúncia com certeza, concordo plenamente, mas seria um pouco mais leve, não é tão pesado devido ao fato do senhor não ter sofrido o efeito, pessoalmente, da repressão, como os outros autores, porque todos os outros autores foram presos né, e o senhor conseguiu antes, quando viu que a coisa ia, conseguiu... Só pra, se o senhor concorda ou discorda dessa impressão..?

Não, eu acho que possivelmente sim, eu não passei pela experiência da tortura, que é um... Eu tive prisões mais leves, piores, tá... mas assim, tortura sistemática, choque elétrico, pau de arara eu não tive.

O senhor chega a narrar o momento em que escuta gritos de torturados, que é bem pesado...

Sim, um negócio fudido. Uma semana escutando... Acho que sim, acho que todos que passaram pela experiência da tortura, é um negócio traumático, de tal sorte que, possivelmente, meu livro não leva essa carga que eu não passei.

Sim, é só uma impressão que eu queria... O senhor ainda dentro dessa, pedindo que o senhor analise o seu livro, suas impressões: acredita que a narrativa passe um teor mais, no sentido derrotista, mais crítico da opção como um erro, equívoco, ou de exaltação à luta armada?

Não, crítico.

O senhor modificaria algo em seu livro? Já pensou em modificar?

É, eu até, eu te mostrei isso aqui, tem uma série de questões, que eu quero, enfim, colocar o nome do Ilus, revelar quem é a Sayene, botar, talvez fazer uma parte, uma introdução nova, um posfácio, uma coisa assim [risos], é possível que eu faça... Mas digamos que, estruturalmente, não, não vejo... na época eu tava no, o PCB tinha se transformado no PPS, fui pro PPS, acompanhei o PPS uma parte, hoje não tô mais no PPS, enfim, então pode ter algumas coisas críticas e autocríticas, mas essencialmente a narrativa e a minha visão geral não mudou.

Sim, seriam apenas algumas pequenas coisas pontuais.

Sim.

Foram feitas diversas críticas ao livro do Fernando Gabeira, que já acabamos entrando no assunto, e principalmente ao filme lançado em 1997 pois na visão de alguns, ele teria exagerado na autocrítica mostrando a luta armada como uma... Tem um autor que coloca, o Daniel Aarão Reis Filho, que ele mostraria como uma luta de “simpáticos incompetentes em busca de uma utopia inalcançável”, uma expressão que ele usa, e que seria uma visão que passa o Gabeira no livro e que piora ainda mais no filme, e cometendo alguns anacronismos, como se ele tivesse consciência dos problemas da opção pela luta armada na época em que lutava, aquela coisa dele estar lutando mas ter uma visão crítica ao mesmo tempo.

O filme do Bona tem um forte conteúdo, que ele é altamente crítico quando tá, vamos dizer, “na barca”...

Isso é uma coisa que acusaram o Gabeira e eu nem entrei ainda no do...

Não o Bona, acho que ali foi o diretor, o filme não é o livro do Bona.

É, com base... Mas deixa eu ficar no do Gabeira por enquanto, depois eu coloquei aqui o do Bona pra lhe perguntar. O que você acha dessa crítica então, ao do Gabeira? Que ele teria passado uma visão muito, uma gurizada, não tinha, incompetência, e essa idéia de que na época ele tava fazendo a luta armada, o Gabeira, e que ao mesmo tempo já tinha uma autocrítica, ele já...

A autocrítica eu não concordo. Quanto ao resto, eu concordo, acho que foi um processo que envolveu fortemente a juventude, sei lá, se tu olha a relação de mortos e desaparecidos, a imensa maioria são pessoas muito jovens, claro que não tinha só gente jovem, tava o Marighella, o Toledo, o Onofre, um cara dos seus 40 anos, não era um processo juvenil, mas a imensa maioria da massa que vai para a luta armada aqui e na Argentina também, é a juventude. Eu concordo com essa crítica geral do Gabeira, eu concordo. Agora, que tinha na época já, que se teria na época já uma visão crítica, não tinha nada, visão crítica absoluta, eu achava que o foquismo era o caminho, que a burocracia dos partidos comunistas emperrava, na época não tinha qualquer crítica, o tempo me deu essa crítica.

Exato. É que tinha uns que criticam o Gabeira por isso...

Eu não critico o Gabeira por isso. Sobre o equívoco do processo de luta armada, eu concordo...

O senhor acha que o seu livro poderia ser encaixado/classificado em alguma categoria parecida com essa do Gabeira, já que ele iniciou esse processo ou então, como esses livros que fazem uma revisão bastante crítica do que viveram a um tempo atrás? Cometendo talvez alguns...

Acho que sim, tá?! Não quer dizer que, seja uma cópia, ou se baseia assim no... eu acho que tanto o livro, o livro do Sirkis também tem uma opinião crítica geral, não é tu renegar o processo de luta armada, mas é passado, esse período, e já no final do período, tu olhar e tu dizer que, que foi um processo que fracassou, e que, sinceramente, não tinha como ter tido sucesso. Agora na época não tinha essa capacidade crítica.

E agora eu lembrei de outra que o senhor acabou de citar, a questão do PPS, da sua adesão ao PPS na época em que tinha escrito o livro...

É que assim ó, eu volto pro PCB quando eu retorno, e fico sem filiação partidária, aí uma parte dos companheiros da luta armada, vai fundar o PDT, tem o Calino, o Carlos de Ré, o Araújo, e vão formar o PDT né, e uma parte fica no PMDB, MR-8, mas o grosso do pessoal da luta armada vai integrar a formação do PT, e eu procuro o PCB e começo a militar na base de processamento de dados do PCB, no início, meados dos anos 1980, lá por 1983 eu começo a integrar a base de processamento de dados do PCB. Porquê? Por que eu tinha uma visão que a crítica geral do PCB era correta.

E o senhor acha que... O senhor tocou nesse assunto agora, de leve, o senhor acha que...

Fui para o PPS, por que, daí tu tá metido na história, quando tem a queda da União Soviética, tem um processo autocrítico que, projeto que tu tem que, enfim, ter uma esquerda que responda aos desafios do novo tempo. Eu acho que a proposta geral que nasce no PPS é uma proposta boa, a vida do PPS é outra história, sei lá, entra Britto, buscam crescer conquistando políticos tradicionais e sei lá, eu acho que tem um abandono mesmo de princípios, de lutar por uma idéia de sociedade socialmente mais justa, chame isso de socialismo ou comunismo, enfim... Acho que o PPS perdeu completamente...

E aí o senhor acabou saindo... Mas essa filiação ao PPS que fica bem clara no livro, na introdução...

Ela é a continuação da filiação ao PCB. Porque sempre as coisas são feitas com maiorias...

E o senhor acha que essa filiação do PPS ela influencia alguma coisa no livro?

É como eu te disse, eu me filio ao PCB porque eu tenho uma visão política que coloca teoricamente o caminho democrático, o caminho das transformações. O PCB, no chamado Sétimo Congresso, que é o congresso que não acontece, no início dos anos 1980, o documento central chama-se Alternativa Democrática. Então, essa questão do caminho democrático, como caminho da transformação, uma coisa, acho que na época tinha um certo conteúdo forte de idealismo nessa visão, hoje eu sou bem mais crítico da possibilidade, que a luta pelo poder termina sendo algo bastante pesado sempre, mesmo achando que a luta armada não é o caminho, aqui né? Não tenho dúvida que a luta pelo poder não é um mar de rosas, sempre foi um processo extremamente complexo, dificilmente consiga fazer isso pura e simplesmente através de métodos parlamentares, eleitorais. Acho que tem um elemento forte, de luta pelo poder que leva a que essas coisas não se dêem tão facilmente, hoje eu tenho uma visão um pouco crítica, continuo achando que, uma visão crítica em relação ao processo da luta armada, mas é possível, certamente, eu conversando contigo agora [risos] não cheguei a elaborar isso muito claramente, que houvesse, na época que escrevi, um forte conteúdo de idealismo, idealizado em relação a esta chamada alternativa democrática do PCB.

É uma nova crítica..?

É, é. O PCB é uma coisa incrível. Ele se transforma, hoje é um partido que dificilmente possa dizer que é um partido de esquerda, mas ele sempre manteve uma estrutura de comando centralizado. Roberto Freire é um ditadorzinho dentro da estrutura do PCB, o cara que sempre teve onde, é uma estrutura herdada de 1920, da Terceira Internacional, um partido que não tem nada a ver mais com isso, mas mantém a estrutura verticalizada...

Mas nessa relação então pelo que eu entendi, o senhor acredita que, na hora de escrever o livro, o fato de estar filiado ao PPS, é mais um reflexo das suas idéias, a filiação ao PPS não acaba gerando, digamos, idéias e visões para o livro? Tudo é um reflexo das suas idéias, num processo mais amplo?

Mais amplo... Eu volto a repetir, eu não me filio ao PPS, eu tô no PCB e o PCB se transforma em PPS, claro, tem um setor que sai, mas mais uma vez te digo, PCB e PPS sempre mantém uma estrutura verticalizada de uma típica organização marxista-leninista, e uma organização verticalizada marxista-leninista jamais perde um congresso, a direção nunca perde um congresso, não existe.

Então, falando da questão da democracia, os que pegaram em armas, na sua visão, é uma questão que hoje em dia a historiografia debate, lutavam por democracia?

Nós lutávamos contra uma ditadura, lutávamos contra a ditadura e tendo como bandeira o socialismo.

Democrático..?

Socialismo [risos]. Na nossa época era o socialismo... Mas assim não, uma sociedade democrática... nosso modelo era Cuba.

É que esse é um debate entre os historiadores...

É, mas é um debate assim, é claro que... a juventude não se mobilizou em torno de bandeiras liberais de abertura democrática, Constituinte, não. A mobilização só havia na luta contra as injustiças e contra a repressão. Então assim, era uma luta contra a ditadura e nesse sentido eu acho que isso responde um pouco a questão assim “não, mas não lutavam pela democracia?”, tu luta contra uma ditadura, é isso né? Agora se tu tinha um modelinho de sociedade com Constituinte, eleições, não... [risos].

Essa questão é colocada mais tarde, no final da ditadura... É que esse debate também tem um viés muito político...

É, de fato, isso se dá depois, em final, em meados dos anos 1970, aí sim, até porque houve a derrota né...

Da via que estava se tentando...

Aí sim, a Constituinte, a Anistia etc. Eu participo dos protestos de luta pela Anistia, que eu chego antes da Anistia, tenho um envolvimento...

Mas na época da luta armada o grande exemplo era Cuba, né? Não havia uma parcela que lutava por...

Tinha primeiro a China né... [risos]

É! Esse é um debate que eu até acho meio bobo, mas a historiografia trabalha e então a gente tem que citar. E o senhor se encaixaria na época que entrou na luta armada, como estudante, sua origem, o senhor se encaixaria em que setor social? O senhor não chega a comentar, seu pais...

Olha, digamos, meu pai era comerciante e teve uma situação econômica folgada num período depois perde dinheiro e se estabelece com um comércio, um armazém na rua Santo Antônio, então digamos que, na mesma casa – é um casarão – morava meu avô, meu avô era funcionário público, então sei lá, era pequena burguesia, por parte do meu pai eu sinto uma pequena burguesia tradicional e histórica, pequenos comerciantes. Por parte do meu avô, eram funcionários públicos, tios, parentes etc.

É que isso se estuda muito também na luta armada, de que setores sociais que vieram essas...

O grosso da composição dos setores de luta armada, principalmente da juventude, tem essa fração pequeno-burguesa, classe média fudida a maioria...

Sim. E em comparação com os diversos livros de memória que foram lançados, desde o final da ditadura, o senhor, última vez que lhe pergunto isso, o senhor classificaria o seu livro, o senhor acha que ele transmite uma visão mais leve ou mais pesada? O senhor acha que vai mais para o lado de aliviar um pouco o que teria acontecido ou mais pro lado de mostrar a questão pesada da história?

Olha, eu abro o livro na denúncia, na questão dos mortos e desaparecidos, nesse sentido acho que ele tem uma denúncia forte. Mas talvez, aquele negócio que conversávamos, a própria vivência, a existência de cada um, o fato de eu não ter sido pendurado num pau de arara, não ter levado choque elétrico, pode ser que me torne menos crítico.

Desculpa até parecer meio repetitivo. A última então... O filme “Em teu nome”, o que o senhor achou do filme?

Olha, o filme tem, eu acho que ficou na história de amor, acho legal né, a história do Bona e da mulher dele... Agora, acho que perdeu um pouco até, eu acho que o livro do Bona até é mais contundente assim...

Que ano o senhor leu o livro?

Década de 1980.

Logo que foi lançado então?

Logo que foi lançado.

Final da década de 80 então...

É, é.

Logo que foi lançado o senhor já leu?

Isso, isso.

E agora saiu e foi ver o filme?

É, eu até teria que ter [re]lido o livro, mas eu... eu acho que o filme, sob o ponto de vista do período, acho que ele podia ser mais forte, tem um componente de denúncia da tortura que eu acho legal, acho que todo processo em si, tanto o processo de luta armada no Brasil. Eu posso, aquela história, se os guerrilheiros foram simpáticos incompetentes, tudo isso, até posso concordar com isso, mas teve um forte processo de luta armada no Brasil. A VPR que o Bona integrou, os caras em períodos anteriores explodiram o quartel do Segundo Exército, enfim, tem um componente dramático fortíssimo, e eu acho que o que se mostra ali, aquele grupo pequeno, a Ilha do Presídio, aparentemente pouquíssimas pessoas, foram centenas de pessoas que tiveram ali naquele presídio, aquela barca em movimento de muitas pessoas, eu acho que nesse sentido o filme deixou bastante a desejar e também acho um pouco forçado dizer que o Bona tinha aquela visão crítica, durante o desenrolar das ações, eu acho que isso não existe.

E acha que pode, não sei se o senhor pensou nisso, pode ser traçado algum paralelo entre o “Em teu nome” e o filme “ O que é isso companheiro?” ?

Eu acho no sentido do, do Gabeira também, um cara super esclarecido, super né, o filme do Bona passa isso... Ele era o cara que tinha toda a consciência do processo, tinha toda a consciência, tinha toda a crítica... Então nesse sentido, acho que tem uma ligação com o “O que é isso companheiro?”, o filme. E no caso do, eu acho que o livro do Gabeira também tem esse conteúdo, não é só o filme.

Sim, com certeza. E algum outro filme o senhor lembrou? Quando assistiu, chegou a pensar/relembrar um outro filme, alguma comparação?

Não, não tem... Filme do período assim, não me lembro.

Então tá. Alguma coisa que o senhor acha que eu deveria ter perguntado que eu não lhe perguntei? Alguma coisa que o senhor queira acrescentar aqui...

Não, eu te peço que me deixe teu e-mail pra que eu possa te mandar alguma coisa complementar, tá?

Claro, muito obrigado pela entrevista.